

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

**PROGRAMA OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO
PO CENTRO**

**Relatório de Execução
2006**

Índice

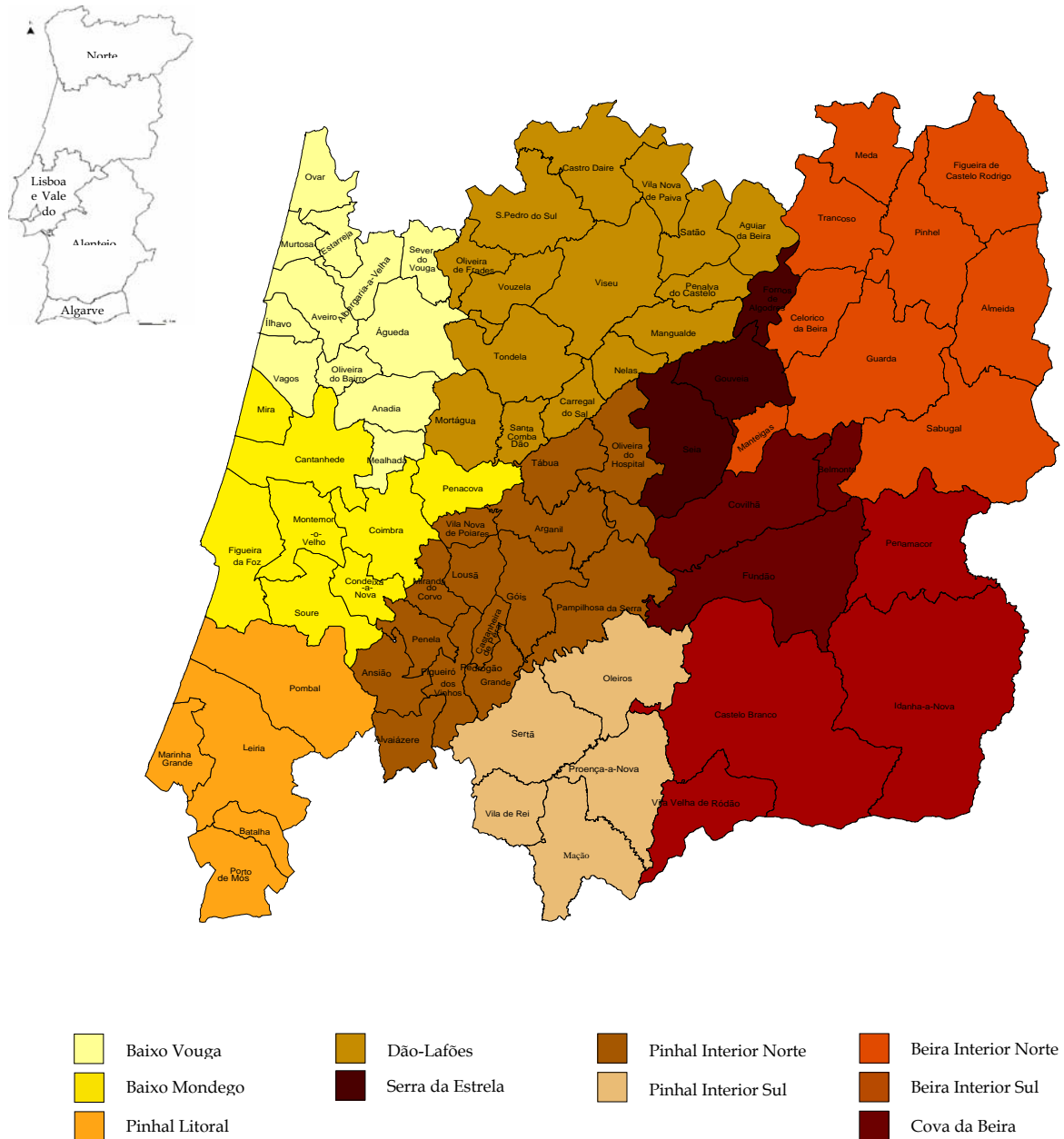
| | |
|---|-----------|
| I Região Centro: contexto socio-económico e evolução das condições gerais do PO Regional | 7 |
| 1. Demografia e povoamento..... | 11 |
| 2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial | 16 |
| 3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades | 17 |
| 4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos | 19 |
| 5. Ambiente de qualidade | 21 |
| II PO Centro: síntese global da execução..... | 25 |
| 1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução | 27 |
| 2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários | 32 |
| 3. Domínios de intervenção: aprovações e execução | 33 |
| 4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução | 34 |
| 5. Indicadores de acompanhamento | 36 |
| 6. Grandes projectos..... | 37 |
| III Eixo Prioritário I Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal | 38 |
| 1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução | 39 |
| 2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais | 48 |
| 3. Medida I.2 - Ambiente e recursos naturais | 53 |
| 4. Medida I.3 - Acessibilidades..... | 57 |
| 5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento | 60 |
| 6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas | 63 |
| 7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos | 66 |
| 8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial | 70 |
| 9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico | 73 |
| 10. Medida I.9 - Saneamento básico | 75 |
| IV Eixo Prioritário II Acções Integradas de Base Territorial | 77 |
| 1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução..... | 79 |
| 2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER) | 90 |
| 3. Medida II.3 - Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias | 94 |
| 4. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa” | 106 |
| 5. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela” | 115 |
| 6. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER | 124 |
| 7. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA) | 132 |
| 8. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social.... | 139 |

| | | |
|---|--|------------|
| V Eixo Prioritário III | Intervenções da Administração Central Regionalmente | 147 |
| Desconcentradas | | 147 |
| 1. Eixo III - Enquadramento e síntese da execução | | 149 |
| 2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários | | 158 |
| 3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional..... | | 161 |
| 4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local | | 165 |
| 5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local | | 172 |
| 6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação | | 175 |
| 7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital | | 177 |
| 8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital..... | | 178 |
| 9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)..... | | 180 |
| 10. Medida III.9 - Cultura | | 182 |
| 11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos | | 185 |
| 12. Medida III.11 - Economia..... | | 187 |
| 13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes | | 192 |
| 14. Medida III.13 - Ambiente | | 195 |
| 15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural | | 199 |
| 16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos | | 213 |
| 17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação | | 214 |
| VI Procentro: administração, gestão e respeito pelas políticas comunitárias | 216 | |
| I - Gestão e Administração | 217 | |
| 1. Comissão de Acompanhamento | 217 | |
| 2. Reprogramação do Programa Operacional | 217 | |
| 3. Sistema de Informação | 218 | |
| 4. Utilização da Assistência Técnica | 219 | |
| 5. Controlo | 221 | |
| 6. Divulgação, Informação e Publicidade | 229 | |
| II. Respeito pelas políticas comunitárias | 233 | |
| VII Anexos | 245 | |
| Anexo 1 Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2006 por Eixo e por Medida | 247 | |
| Anexo 2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia | 249 | |
| Anexo 3 Execução por domínios de intervenção..... | 251 | |
| Anexo 4 Indicadores de realização física e de resultado | 253 | |
| Anexo 5 Eixo I - Projectos aprovados em 31.12.2006, por medida, localização e nível de execução..... | 255 | |
| Anexo 6 Eixo II - Projectos aprovados em 31.12.2006, por medida, localização e nível de execução..... | 257 | |

| | |
|--|------------|
| Anexo 7 Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2006, por medida, localização e nível de execução | 259 |
| Anexo 9 Reprogramação do Programa Operacional – situação a 31-12-2006 | 262 |

**Região Centro: contexto socio-económico
e evolução das condições gerais do PO Regional**

A área de intervenção do Programa Operacional Regional da Região Centro



A mudança governamental ocorrida proporcionou novas iniciativas, designadamente o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE), definindo novas metas e intervenções prioritárias. Ao rever a Estratégia de Lisboa, esta iniciativa pretende valorizar medidas como “Racionalizar e alargar a Rede do pré-escolar”, “Iniciativa Novas Oportunidades”, “Promover a formação e certificação de competências em TIC” e “Intervenção para desempregados com qualificação superior”, acabando por interferir, directa ou indirectamente, com a implementação do PO Centro. Foi neste contexto que ocorreu a reprogramação do Programa Operacional durante o ano de 2006, no âmbito da qual se reforçou a dotação de medidas que contribuem para alcançar os objectivos da “Iniciativa Novas Oportunidades”.

Por outro lado, a Região Centro foi palco de mudanças, de âmbito conjuntural, nos últimos anos, influenciadas pelas transformações internacionais ou por reorientações de carácter nacional, relacionadas com alterações e realinhamentos nas orientações das políticas públicas a nível nacional, regional e local. Com o intuito de esboçar o pano de fundo em que decorreu a actuação do Programa, apresentamos as dinâmicas verificadas na Região Centro em cinco vectores principais.

1. Demografia e povoamento

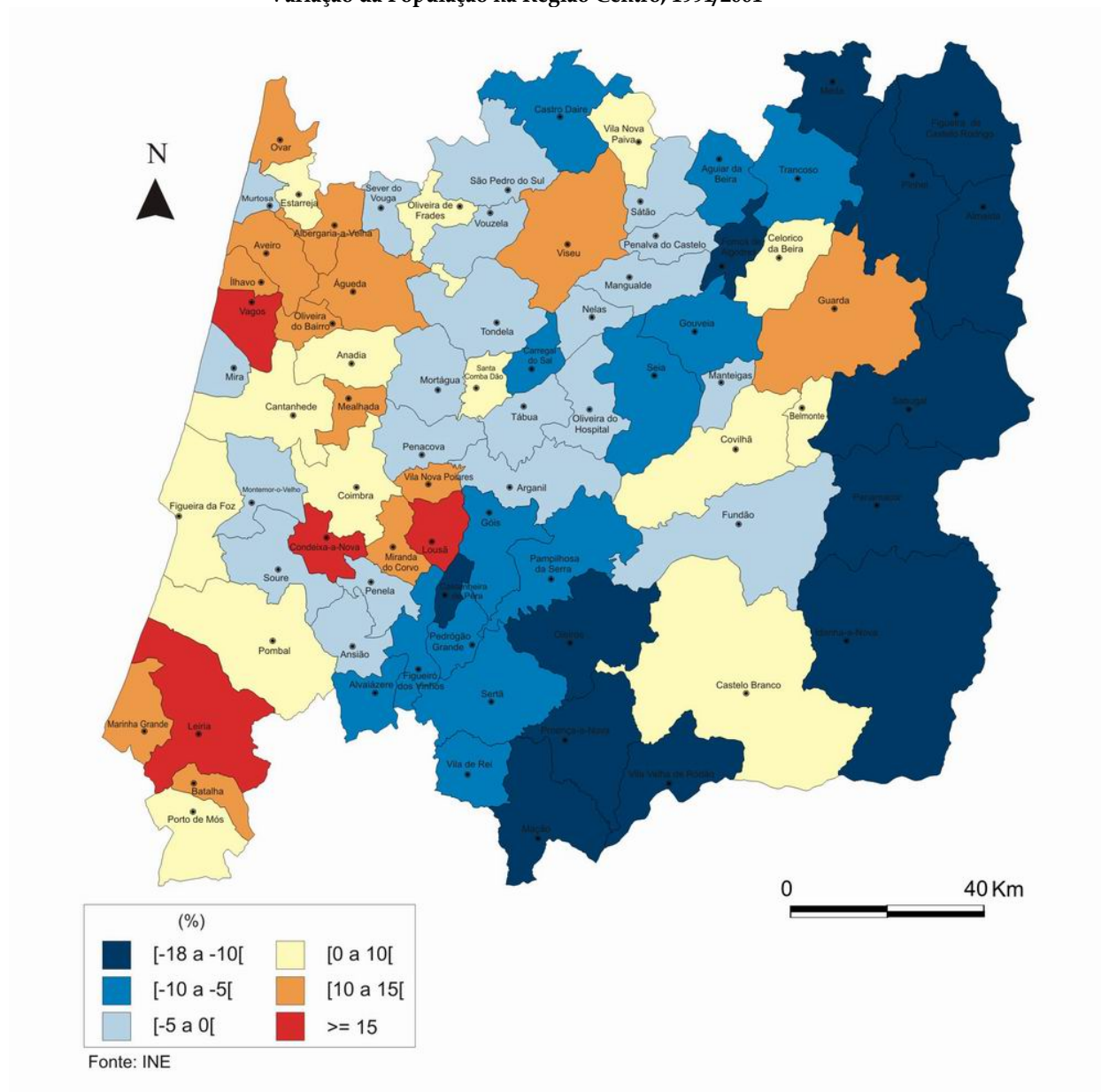
Nos últimos anos, a evolução demográfica da Região Centro acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da estrutura demográfica e de declínio dos ritmos de crescimento natural. Estes aspectos são parcialmente compensados pelo forte aumento do fluxo de imigração que assim explica a dinâmica positiva de crescimento populacional que caracterizou, em termos médios, a Região Centro (1991-2001, variação de 3,6%).

No entanto, existem claras diferenças entre os territórios que se alinham de norte para sul ao longo do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e no eixo de penetração para o interior sustentado ao longo do IP5 (do Baixo Vouga a Dão-Lafões), que continuam a registar um crescimento populacional (em particular o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral, cuja variação da população entre 1991 e 2001, ultrapassou os 10%) e o interior, que continuou a perder população. Na última década, acentuaram-se as dificuldades dos territórios geograficamente “intermédios” como o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela, que registaram decréscimos populacionais superiores aos verificados nos territórios raianos alinhados ao longo do eixo urbano Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda.

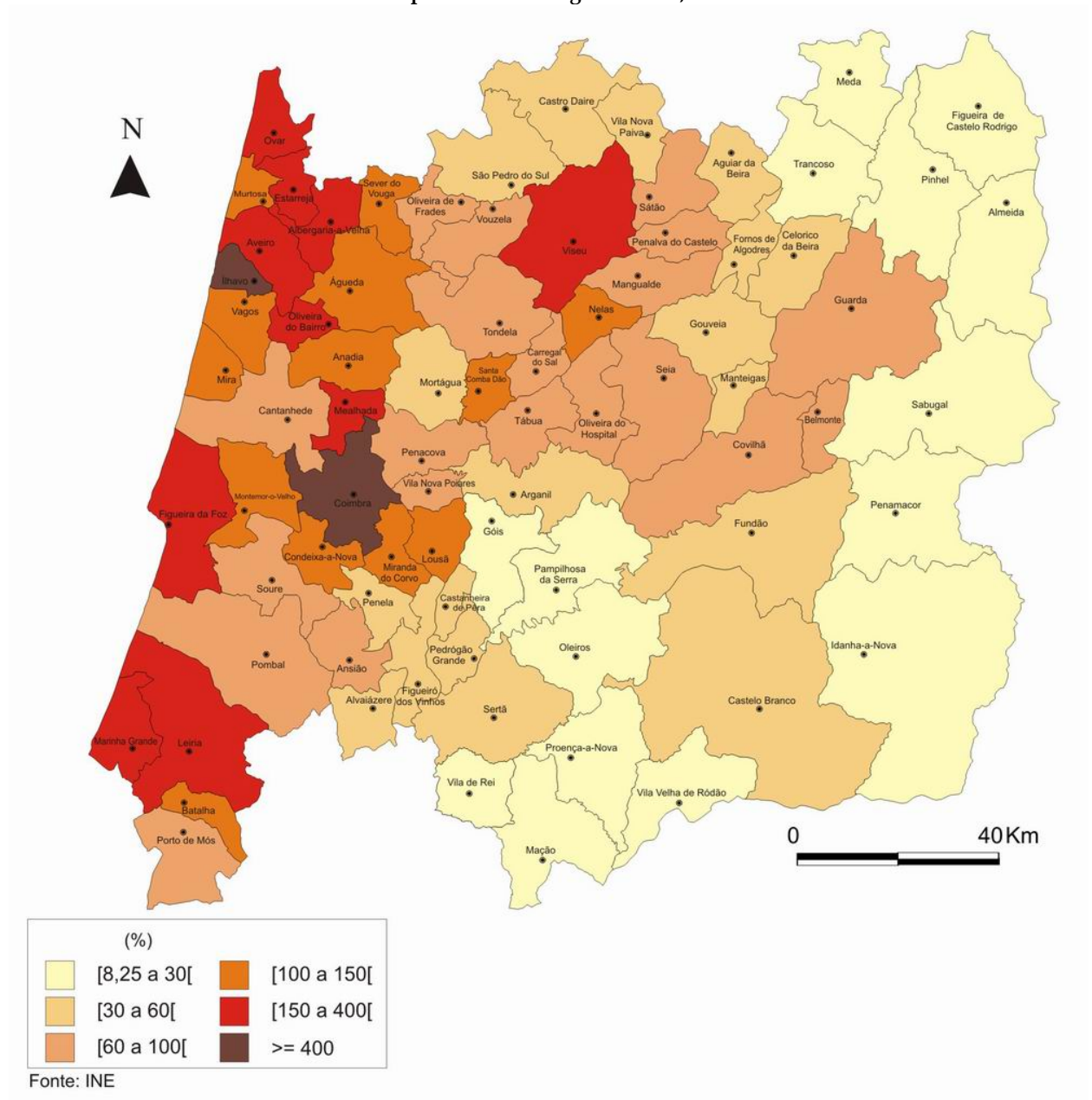
Há contudo que sublinhar, que qualquer um dos vectores condutores da evolução demográfica da Região (crescimento natural e saldo migratório), apresenta valores mais desfavoráveis que os nacionais, prospectivando-se o reforço de algumas das fragilidades e ameaças da Região, nomeadamente, as directamente relacionadas com a evolução dos activos e do emprego, e outros aspectos relacionados com a viabilidade económica na prestação de serviços públicos e privados, domínios estes que se relacionam com as necessidades estratégicas de promover a equidade e a coesão económica e social na Região.

Relacionadas com as mudanças populacionais estão as alterações verificadas no sistema urbano, nomeadamente o reforço das cidades de média dimensão, cuja reorganização e qualificação constitui uma pedra basilar da estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

Variação da População na Região Centro, 1991/2001



Densidade Populacional na Região Centro, 2001



Quadro 1 - Alguns Indicadores Demográficos da Região Centro

| | Ano | Unidade | Região Centro* | Região Plano | Portugal |
|---------------------------------------|-----------|-----------|----------------|--------------|------------|
| População residente | 1997 | Nº | 1.710.390 | 1.744.170 | 9.957.270 |
| | 2001 | N.º | 1.783.596 | 1.817.428 | 10.356.117 |
| Tx. de variação da população | 1991/2001 | % | 3,6 | 3,3 | 5,0 |
| Tx. de variação da população | 1997/2001 | % | 4,3 | 4,2 | 4,0 |
| Densidade populacional (hab. por km²) | 1997 | (Hab/Km²) | 72,3 | 68,2 | 108 |
| | 2001 | % | 75,4 | 71,1 | 112 |
| Índice de envelhecimento | 1997 | % | 113,4 | 114,5 | 88,5 |
| | 1998 | | 115,9 | 117,1 | 90,3 |
| | 2001 | | 130,8 | 132,3 | 102,0 |
| Índice de dependência total | 2001 | | 52,7 | 52,9 | 32,0 |
| Saldo migratório | 1991/2001 | Milhares | 88,2 | 87,9 | 361,1 |
| Taxa de crescimento natural | 2000 | ‰ | -1,4 | -1,6 | 1,4 |
| | | | | | |
| | | | | | |

* Integra os concelhos que à data compunham a NUTE II Centro.

Fonte: INE

As cidades da Região reforçaram a sua posição nos sistemas urbanos regionais, tanto no litoral, como no interior. Aveiro, Leiria ou Marinha Grande, no litoral, Castelo Branco ou Guarda no interior, são exemplos desta situação. Simultaneamente, um conjunto de aglomerações de menor dimensão como Pombal, Águeda, Seia, Ovar, Ílhavo, Estarreja, Cantanhede, Mealhada, Mangualde ou Fundão, registaram um forte dinamismo populacional na última década, contribuindo para a consolidação do sistema urbano da Região Centro.

De facto, em 2001, mais de 50% da população vive em aglomerações (freguesias) com cariz urbano, sendo que no litoral esses valores ultrapassam os 60% (casos do Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e aproximam-se dos 80% no caso do Baixo Vouga.

Quadro 2 - Distribuição da População Residente, em 2001, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas

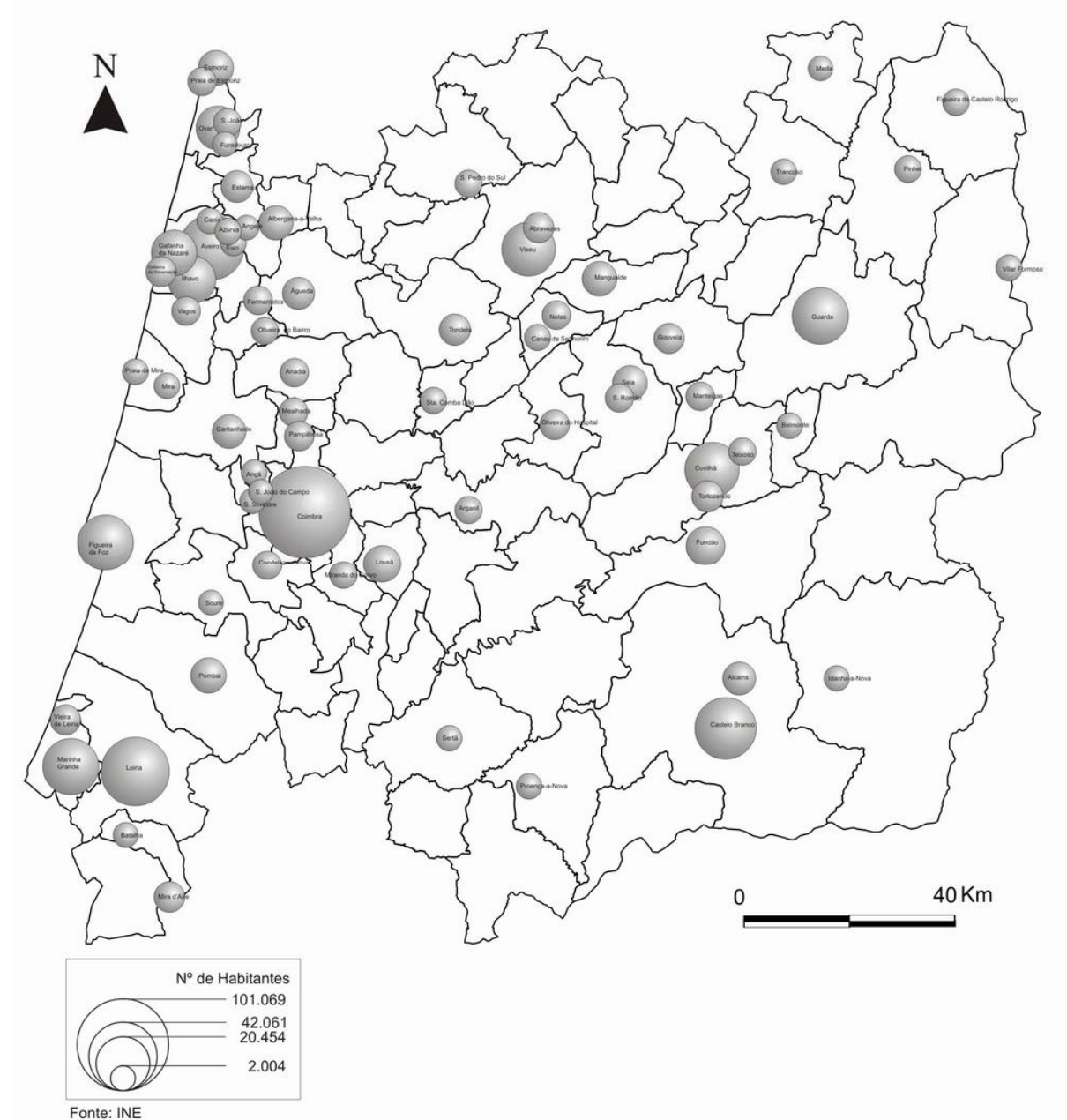
| NUTE III | População Total | Áreas Predominantemente Urbanas (%) | Áreas Medianamente Urbanas (%) | Áreas Predominantemente Rurais (%) |
|-----------------------|-----------------|-------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| Baixo Vouga | 385.724 | 77,3 | 15,4 | 7,3 |
| Baixo Mondego | 340.309 | 67,7 | 17,4 | 14,9 |
| Pinhal Litoral | 250.990 | 64,2 | 16,7 | 19,2 |
| Dão-Lafões | 286.313 | 34,0 | 25,9 | 40,2 |
| Serra da Estrela | 49.895 | 13,9 | 37,9 | 48,3 |
| Pinhal Interior Norte | 138.535 | 18,2 | 35,0 | 46,8 |
| Pinhal Interior Sul | 44.803 | 12,3 | 26,6 | 61,1 |
| Beira Interior Norte | 115.325 | 22,4 | 21,2 | 56,4 |
| Cova da Beira | 93.579 | 43,0 | 13,3 | 43,6 |
| Beira Interior Sul | 78.123 | 40,0 | 17,6 | 42,5 |
| Região Centro | 1.783.596 | 51,9 | 21,7 | 26,4 |
| Continente | 9.869.343 | 70,4 | 16,1 | 13,5 |

Fonte: INE, Censos 2001; INE, DGOTDU, *Deliberação sobre a Tipologia das Áreas Urbanas*.

Outra característica da Região é a existência de 5 sub-sistemas urbanos que definem um quadro de complementaridades ao nível do emprego e da base económica. São eles: Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro-Ílhavo-Águeda-Ovar, Leiria-Marinha Grande, Dão-Lafões, Guarda-Covilhã-

Fundão-Castelo Branco e ainda, um sexto sub-sistema, Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, este último mais pequeno mas em franco processo de afirmação.

População por Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001



2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial

Na última década a Região Centro reforçou a sua base industrial e terciária, muito embora sejam claras as diferenças entre os territórios do Litoral Centro e seu prolongamento por Dão-Lafões, e o interior, que se estende desde o Pinhal Interior até à Raia, onde o sector primário persiste como uma actividade que ocupa mais de 30% da população activa.

Nos últimos anos, consolidaram-se especializações produtivas vocacionadas para os mercados nacional e internacional (cerâmicas, metalomecânicas, vestuário, calçado) e reestruturaram-se outros ramos como o vidro e os lanifícios, o que contribuiu para que as taxas de actividade (masculina e feminina) registassem valores superiores à média nacional e para valores de desemprego inferiores aos do País. Entre 1996 e 1999, o valor das exportações da Região Centro cresceu 26%, valor superior ao crescimento de 21,6% registado no País, sendo que no caso dos concelhos do litoral, bem como naqueles que compõem a NUTE Dão-Lafões, o acréscimo foi muito superior.

Quadro 3 - Emprego e VAB por Sector de Actividade (%), 1998-2002

| | | Emprego | | | | | | | | | VAB, 1999 | | |
|---------------|-----|------------------------------------|------|------|---------------------------------------|------|------|----------|------|------|-----------|------|------|
| | | Agricultura, Silvicultura e Pescas | | | Indústria, Construção, Energia e Água | | | Serviços | | | | | |
| | | 1998 | 2001 | 2002 | 1998 | 2001 | 2002 | 1998 | 2001 | 2002 | I | II | III |
| Região Centro | H/M | 26,4 | 27,0 | 26,7 | 32,7 | 35,8 | 31,1 | 40,9 | 41,7 | 42,2 | 5,5 | 38,1 | 56,4 |
| | M | 15,6 | 15,4 | - | 9,2 | 6,7 | - | 22,1 | 21,9 | - | - | - | - |
| País | H/M | 13,5 | 12,6 | 12,5 | 31,3 | 31,3 | 34,0 | 50,7 | 53,0 | 53,5 | 4,3 | 30,0 | 65,7 |
| | M | 6,7 | 6,4 | - | 9,4 | 9,4 | - | 26,8 | 28,5 | - | - | - | - |

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*.

Contudo, nos últimos anos, verificaram-se mudanças à escala nacional e internacional que têm vindo a alterar as condições de competitividade da Região Centro. O desaceleramento do Investimento Directo Estrangeiro e do investimento nacional, reforçado pela deslocalização de algumas grandes unidades de produção para outros países (caso dos Países de Leste) e por uma recessão dos mercados externo e interno, tem levado ao aumento do desemprego e a uma contracção da produção, efeitos que se fazem sentir de forma particularmente intensa no encerramento de unidades em concelhos de cariz mais rural da Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Pinhal Interior e no Baixo Vouga. Este comportamento recessivo afecta sobretudo as empresas da fileira têxtil, em particular do ramo do vestuário.

A presença de ramos cuja competitividade assenta no baixo custo do trabalho e na disponibilidade de mão-de-obra feminina (caso das confecções), explicam as crescentes taxas de actividade feminina, mas explicam igualmente os baixos níveis de produtividade e os menores ritmos de crescimento do VAB regional e do PIB *per capita* (em 1996 correspondia a 80% da média nacional, em 1998, decresceu para 78% da média nacional). Acresce ainda o facto da Região Centro permanecer como uma das regiões mais pobres da União Europeia, registando um PIB *per capita* de 54% da média europeia (2000), valor que registou um decréscimo relativamente a 1998 onde o PIB *per capita* da Região correspondia a 59% da média europeia (Relatório da Coesão, 2000).

No que diz respeito às **infra-estruturas de apoio à actividade produtiva**, tomemos como exemplo as zonas industriais. Não havendo informação estatística disponível que permita caracterizar a situação de partida da Região e a sua evolução, o investimento efectuado nos últimos anos indica ter havido uma melhoria na valorização e ordenamento das zonas industriais.

Relativamente ao desenvolvimento das telecomunicações, dados recentes mostram o atraso da Região Centro relativamente à média nacional o que, em parte, se explica pelo maior envelhecimento populacional e pelo acentuado despovoamento das regiões do interior onde estas mudanças têm menor expressão. Em 1997, o número de postos telefónicos por 100 habitantes era de 37, valor inferior aos 43/100 habitantes registados em Portugal, enquanto a percentagem de alojamentos ligados a infra-estruturas de alto débito de informação, é praticamente metade da média nacional, apesar das melhorias verificadas entre 1999 e 2002. Em 1999, 26,1% dos alojamentos tinham ligação e, em 2002, esse valor subiu para 28%, encontrando-se muito distante do valor médio nacional registado em 2002, 65% (ANACOM, 2002).

Outros domínios relacionados com a base económica local e regional são o **turismo** e o **sector das produções locais** fortemente relacionadas com a **valorização e promoção territorial**, nomeadamente dos territórios mais rurais do interior da Região.

Nos últimos anos, o sector do turismo registou algumas modificações que importa salientar: do lado da oferta, diminuiu o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento, enquanto do lado da procura, houve um aumento do número de dormidas, superior a 20% no caso das estadias em hotéis. Os motivos e os tipos de estadias têm-se alargado, sendo exemplo o turismo de congressos, onde se têm obtido bons níveis de produtividade associados a uma oferta que tem vindo a aumentar em qualidade.

Quadro 4 - Alguns Indicadores de Turismo na Região Centro

| | Região Centro | Portugal | Região Centro | Portugal | Região Centro | Portugal |
|--------------------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|----------|
| | 1997 | | 2002 | | 1997-2002 | |
| Estabelecimentos | 277 | 1.768 | 259 | 1.890 | -6,5 | 6,9 |
| Capacidade de alojamento | 20.942 | 211.315 | 20.294 | 239.903 | -3,1 | 13,5 |
| Dormidas | | | | | | |
| Hotéis | 1.081.264 | 13.704.128 | 1.297.618 | 16.612.845 | 20,0 | 21,2 |
| Pensões | 404.006 | 3.090.779 | 397.832 | 3.389.015 | -1,5 | 9,6 |
| Outros estabelecimentos | 268.300 | 12.555.376 | 257.869 | 14.207.108 | -3,9 | 13,2 |

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*, 1998, 2002.

Ao nível florestal, a alteração do contexto verificada com a devastação total pelo fogo de muitos concelhos do Pinhal interior leva claramente à necessidade de incrementar o tipo de actuação das entidades públicas na floresta, promovendo uma nova forma de ordenamento e exploração florestal.

3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades

Uma característica inerente ao perfil competitivo da base económica regional é o **baixo nível de qualificação da mão-de-obra**, associado aos **reduzidos níveis de escolaridade média**. Embora a taxa de analfabetismo tenha decrescido de 14%, em 1991, para 10,9%, em 2001, os valores permanecem superiores à média nacional. Em 2001/2002, cerca de 64,8% da população com idade compreendida entre os 25 e os 29 anos tem 9 ou menos anos de escolaridade (situação muito semelhante à média nacional, 62%) e só 18,1% tem um nível superior.

Este quadro de qualificações reflecte-se na estrutura do desemprego e num desajuste entre a oferta e a procura de emprego, que aponta para um forte défice de mão-de-obra qualificada.

Em contrapartida, tem-se verificado um aumento dos desempregados com um nível de instrução elevado (licenciatura/mestrado ou doutoramento), evidenciando um claro desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, mesmo com níveis de qualificação mais elevados. Uma das explicações para este desajuste prende-se com o lote de formações leccionadas pelas instituições

de ensino superior universitário e politécnico que, nos últimos anos, têm registado uma forte incidência nas humanidades em detrimento da componente técnica.

Quadro 6 - Nível de Escolaridade da População Activa com Idade Compreendida entre os 25 e os 29 anos, 2001

| Nível de Ensino | R. Centro | | Portugal | | UE15 |
|---------------------------------|-----------|------|----------|------|------|
| | N.º | % | N.º | % | |
| Sem nível de ensino | 1.272 | 0,7 | 8.272 | 0,7 | 34,2 |
| Ensino pré-escolar a frequentar | | | | | |
| Ensino básico | 59.903 | 32,1 | 359.689 | 30,6 | |
| - 1º Ciclo | 13.599 | 7,3 | 91.436 | 7,8 | |
| - 2º Ciclo | 29.256 | 15,7 | 168.407 | 14,3 | |
| - 3º Ciclo | 17.048 | 9,1 | 99.846 | 8,5 | 43,5 |
| Ensino secundário | 31.758 | 17,0 | 227.684 | 19,4 | |
| Ensino médio | | | | | |
| Ensino superior | 33.888 | 18,1 | 219.016 | 18,6 | 22,3 |

Fonte: Inquérito ao Emprego, Relatório da Coesão.

Observando os dados relativos à taxa de conclusão no ensino básico e secundário verificamos que, além do aproveitamento permanecer baixo, os índices da Região são menos favoráveis que os do país.

Quadro 7 - Taxa de Conclusão, segundo nível de ensino - Ano 2003/2004

| Nível de Ensino | | R. Centro | Continente | Portugal |
|-------------------|---------------------------------|-----------|------------|----------|
| Ensino Básico | Regular | 87,8 | 87,5 | 86,9 |
| | Profissional nível 2 | 79,5 | 89,7 | 84,8 |
| | CEF | 56,3 | 61 | 63,5 |
| Ensino Secundário | Cursos Gerais | 51,9 | 53,1 | 52,5 |
| | Cursos Tecnológicos | 41,3 | 45,7 | 45,3 |
| | Cursos Profissionais de nível 3 | 62,6 | 65,5 | 66,4 |

Fonte: INE, Estatísticas da Educação

Face às recentes mudanças económicas, o acréscimo de desemprego que se verificou a partir de 2002 (de 2001 para 2006, surgiram 19.900 novos desempregados, o que correspondeu a um aumento de 45%) afigura-se preocupante, uma vez que afecta, para além do segmento feminino (60,4% do total), menos qualificado e instruído, na maioria dos casos, nos escalões etários superiores a 30 anos, um crescente número de activos do sexo masculino.

Quadro 8 - Evolução do número de desempregados na Região Centro, 1999-2005

| Anos | Desempregados Inscritos | Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%) |
|------|-------------------------|---|
| 1999 | 45.526 | - |
| 2000 | 44.999 | -1,2 |
| 2001 | 44.161 | -1,9 |
| 2002 | 52.410 | 18,7 |
| 2003 | 62132 | 18,5 |
| 2004 | 63968 | 3,0 |
| 2005 | 64667 | 1,1 |
| 2006 | 64067 | -0,9 |

Fonte: Delegação Regional Centro do IEF

Este acréscimo de desemprego tem acentuado o nível de pobreza na região, testemunhado pelo número de beneficiários do rendimento mínimo garantido que, em 2003, totalizavam 47223 pessoas (13,8% do total do Continente), com maior incidência nos grupos de mais de 55 anos de idade e em famílias nucleares sem filhos.

Quadro 9 - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido - 2003

| Tipo de Beneficiário | | Continente | Centro | % | % |
|----------------------|----------------------|----------------|---------------|-------------|--------------|
| Sexo | Homens | 160.165 | 22.209 | 13,9 | 47,0 |
| | Mulheres | 181.999 | 25.014 | 13,7 | 53,0 |
| Idade | Menos de 24 anos | 164.184 | 21.389 | 13,0 | 45,3 |
| | 25-39 anos | 65.843 | 8.082 | 12,3 | 17,1 |
| | 40-54 anos | 54.423 | 7.323 | 13,5 | 15,5 |
| | 55 e mais anos | 57.714 | 10.429 | 18,1 | 22,1 |
| Tipo de Família | Nuclear sem filhos | 33.509 | 6.358 | 19,0 | 13,5 |
| | Nuclear com filhos | 165.283 | 23.562 | 14,3 | 49,9 |
| | Alargada | 20.122 | 2.033 | 10,1 | 4,3 |
| | Família Monoparental | 86.846 | 10.005 | 11,5 | 21,2 |
| | Isolada | 36.404 | 5.265 | 14,5 | 11,1 |
| Total | | 342.164 | 47.223 | 13,8 | 100,0 |

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

Um elemento novo que tem emergido recentemente e que coloca uma nova pressão sobre o mercado de trabalho, diz respeito à imigração. Os dados de 2003 relativos aos estrangeiros que solicitaram o estatuto de residente, embora só corresponda a uma parte da realidade, indicam que este fenómeno tem menor incidência na Região do que no resto do País, sendo o Baixo Vouga e o Baixo Mondego as áreas que apresentam indicadores próximos e superiores à média nacional.

Quadro 10 - Estrangeiros que solicitaram estatuto de residente - 2003

| | Região Centro | Continente | Portugal |
|----------------------|---------------|------------|----------|
| Número por habitante | 0,08 | 0,13 | 0,13 |

Fonte: INE, Indicadores Municipais

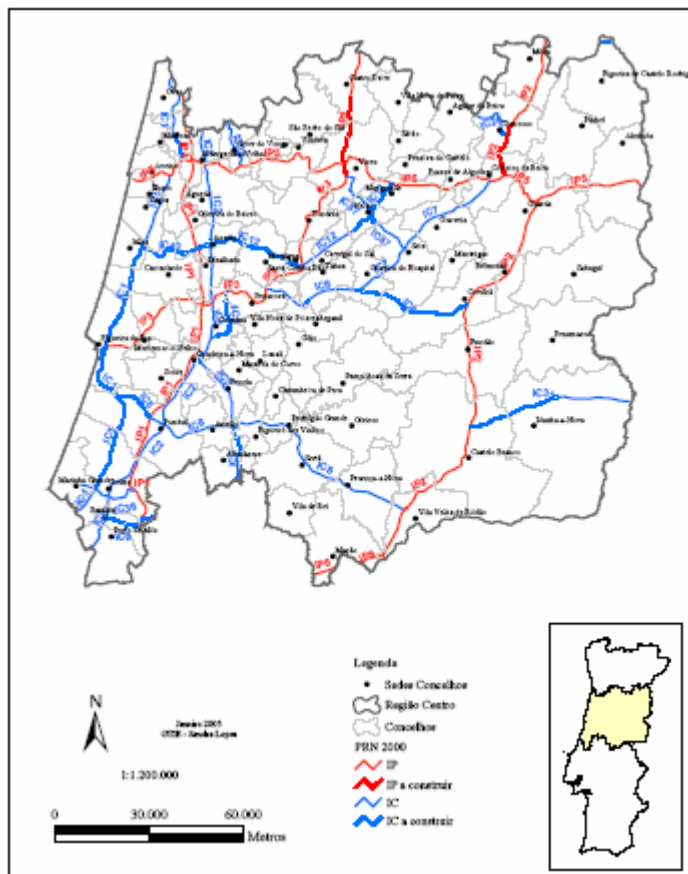
4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos

As **acessibilidades e transportes** constituem outro domínio fundamental para a estratégia de desenvolvimento da Região Centro. Há contudo, que separar os níveis nacional e internacional dos níveis regional e local, e a esta escala, o urbano.

Com uma posição chave na articulação do território nacional, a Região Centro e, em particular o litoral, servidos pelo IP1 (ligação a Lisboa e Porto) e a norte pelo IP5 (eixo que faz a ligação a Espanha), assim como pelos principais eixos ferroviários (Linha do Norte e a Linha da Beira Alta que permite a ligação ao exterior), conta ainda com grandes carências neste domínio, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos. Em primeiro lugar, refira-se que estão por concluir alguns troços que permitem o “fecho” de algumas redes fundamentais para a estruturação da rede viária da Região (casos do IC8-Proença-a-Nova ao IP2 e IC37-Nelas ao IP5) para além de se terem registado atrasos na construção e na requalificação de troços da rede principal,

consequência das alterações na política nacional de acessibilidades (casos do IP5 e IP6, IC1, IC3, IC6 e IC7).

Rede Viária da Região Centro



Outro aspecto que merece particular atenção no domínio das acessibilidades e transportes relaciona-se com o desenvolvimento do sistema urbano e da base económica urbana-regional. A melhoria da acessibilidade e o aumento do transporte individual permitiu o reforço da mobilidade das populações das aldeias às sedes de concelho mas, também, entre concelhos ou cidades diferentes, contribuindo para a consolidação dos sistemas e dos eixos urbanos regionais.

Em suma, os investimentos realizados neste domínio nos últimos 10 anos evidenciam um significativo desfasamento, entre uma dinâmica de qualificação da rede local, resultante do esforço financeiro das autarquias, e uma incipiente intervenção na rede regional e nacional, o que limita o potencial competitivo da Região e condiciona de modo evidente as estratégias de coesão social e territorial. Esta situação é, em larga medida, produto do expressivo défice de investimento do Fundo de Coesão, à semelhança do que se verificou no domínio do ambiente.

A outro nível surgem as acessibilidades intra-regionais e de nível municipal, onde tem igualmente havido melhorias. Existem no entanto alguns problemas da maior importância para a melhoria da competitividade regional, bem como para a coesão económica e territorial: os promotores evidenciam as carências ao nível das infra-estruturas, como por exemplo, os centros coordenadores de transporte rodoviário, as plataformas inter-modais de mercadorias e nos transportes ferroviários e aéreos.

No sector da **educação**, o nível pré-escolar registou uma melhoria no número de equipamentos, que foi acompanhada por um reforço dos equipamentos de apoio à infância e juventude. Os níveis básico e secundário viram também melhoradas as condições de muitas das instalações existentes.

No domínio da **saúde**, a situação não se alterou significativamente, registando-se pequenos ganhos na renovação da rede de cuidados de saúde primária. Entre as carências mais evidentes contam-se a falta de instalações que prestem cuidados continuados, área particularmente sensível para os idosos e, como tal, com grande impacto nas áreas mais envelhecidas da Região.

No âmbito do **desporto e lazer** registaram-se progressos positivos expressos pelo incremento generalizado da oferta de equipamentos para a prática desportiva. Este facto, tributário dos Programas Operacionais anteriores e orientado por um objectivo evidente de aumento da coesão interna e de equidade territorial, gerou, no entanto, um evidente desfasamento na captação de áreas desportivas entre as áreas mais densamente povoadas (litoral e cidades médias) e os concelhos periféricos, que apresentam níveis de oferta por habitante significativamente mais elevados.

5. Ambiente de qualidade

O ambiente, pela sua transversabilidade (serviços prestados à população, como património a preservar e valorizar e ainda pela componente urbana), constitui um dos sectores chave do desenvolvimento da Região Centro. Nos últimos anos, globalmente, têm-se verificado certas mudanças positivas, no entanto insuficientes, face às necessidades de colmatar atrasos estruturais, particularmente no domínio do saneamento básico.

No que diz respeito às infra-estruturas de saneamento básico, nos últimos anos:

- **tem aumentado a percentagem de população com abastecimento domiciliário de água** (em 1997, 89% e em 2003, 96,6%), o que representa uma melhoria significativa do grau de cobertura da rede “em baixa”. Contudo em alguns concelhos persistem situações de atraso, que condicionam fortemente a qualidade de vida da população;

- **registou-se um acréscimo na percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais** (1997, 36%, para 58,7% em 2003) e **por redes de drenagem de águas residuais** (1997, 54% para 70,3% em 2003);

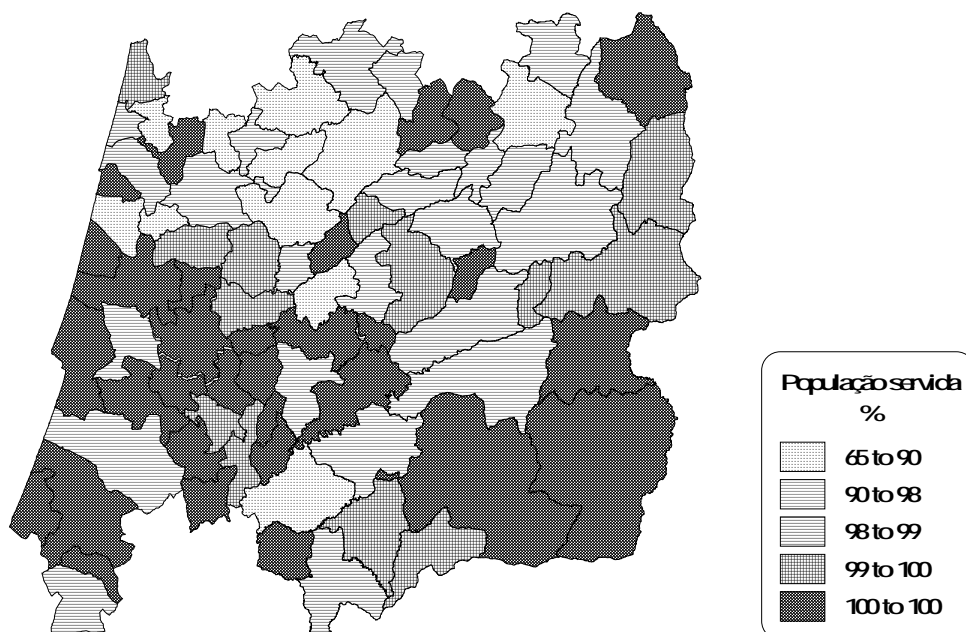
- verificou-se um **salto qualitativo na qualidade do serviço prestado** através da introdução de sistemas de monitorização da qualidade da água fornecida;

- é visível uma **melhoria na percentagem de população servida por sistemas de recolha de resíduos**, após a entrada em funcionamento de um conjunto de infra-estruturas financiadas por Quadros Comunitários anteriores. Os investimentos realizados permitiram o encerramento de várias lixeiras e a entrada em funcionamento de aterros e estações de compostagem.

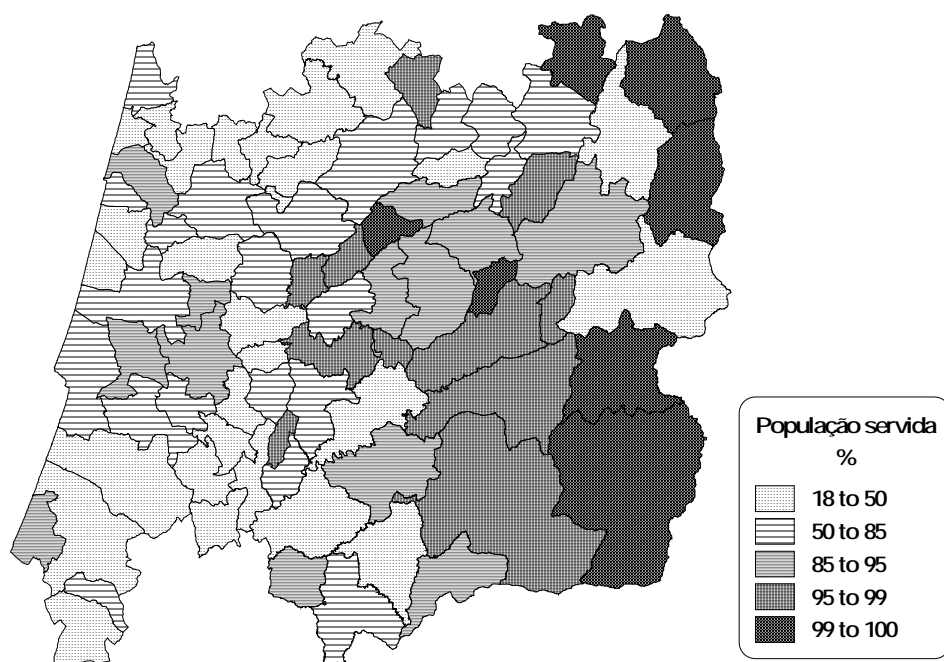
No litoral, alguns troços das bacias hidrográficas do Liz, Mondego e Vouga persistem como áreas críticas de poluição, face à pressão urbana e industrial.

No intuito de reforçar as intervenções no domínio do ambiente vêm sendo desenvolvidos esforços que permitam articular as intervenções das componentes em “alta” e em “baixa” de saneamento básico, sobretudo nos sistemas integrados que se estão a implementar naquelas bacias hidrográficas do litoral.

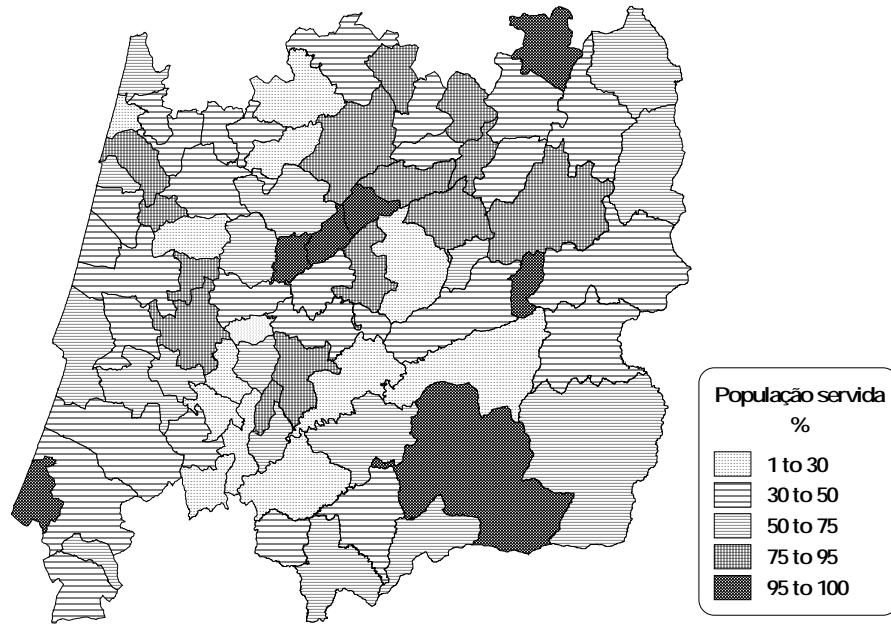
População servida por sistemas de abastecimento de água, 2003



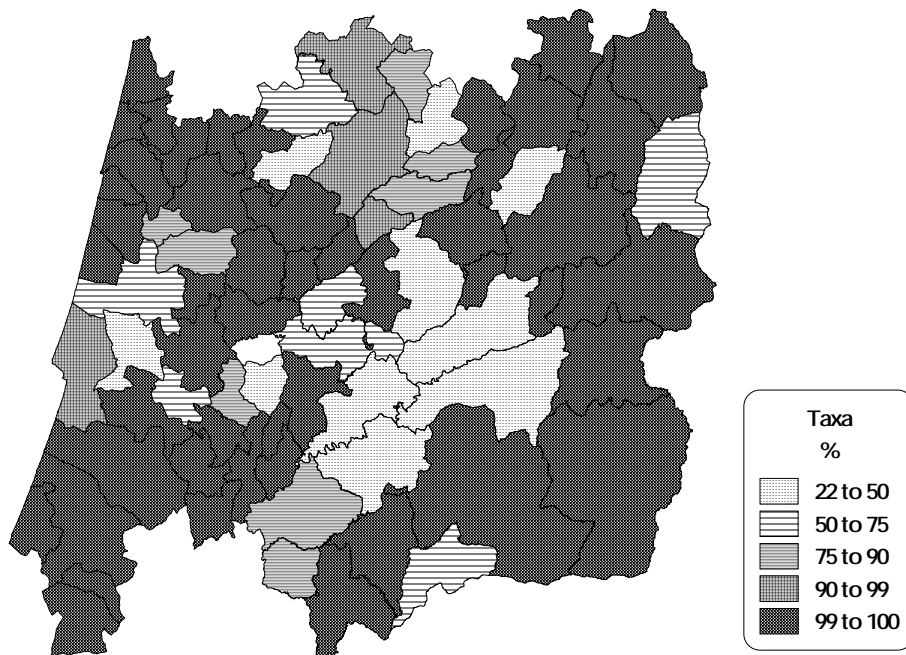
População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2003



População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), 2003



Taxa de Tratamento de Águas Residuais, 2003



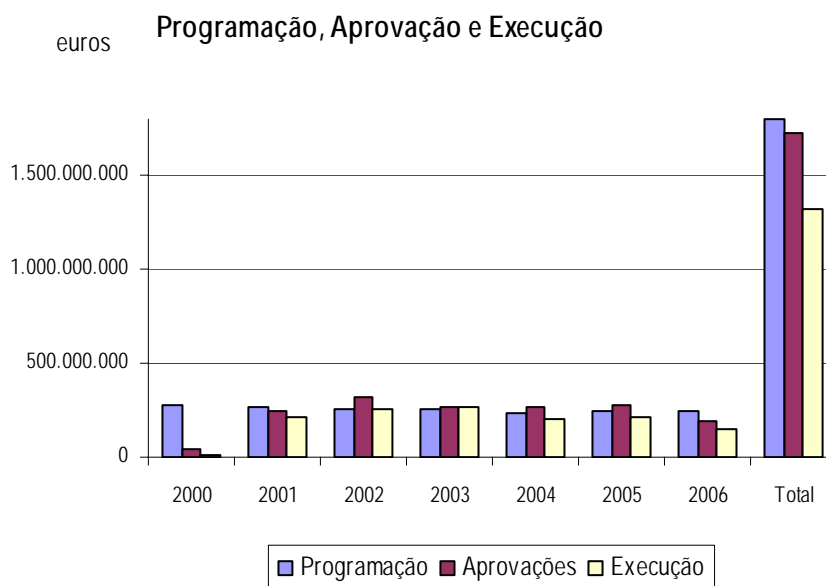
II

PO Centro: síntese global da execução

1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução

No gráfico seguinte sintetiza a evolução do Programa nas suas três variáveis financeiras principais, enfatizando os seis primeiros anos de vigência efectiva do Programa.

No seu conjunto, o Programa atingiu no final de 2006 uma taxa de aprovação, em termos de despesa pública, de 99%.



No decurso de 2006 o valor da execução ficou pelos 68% do valor programado para esse ano.

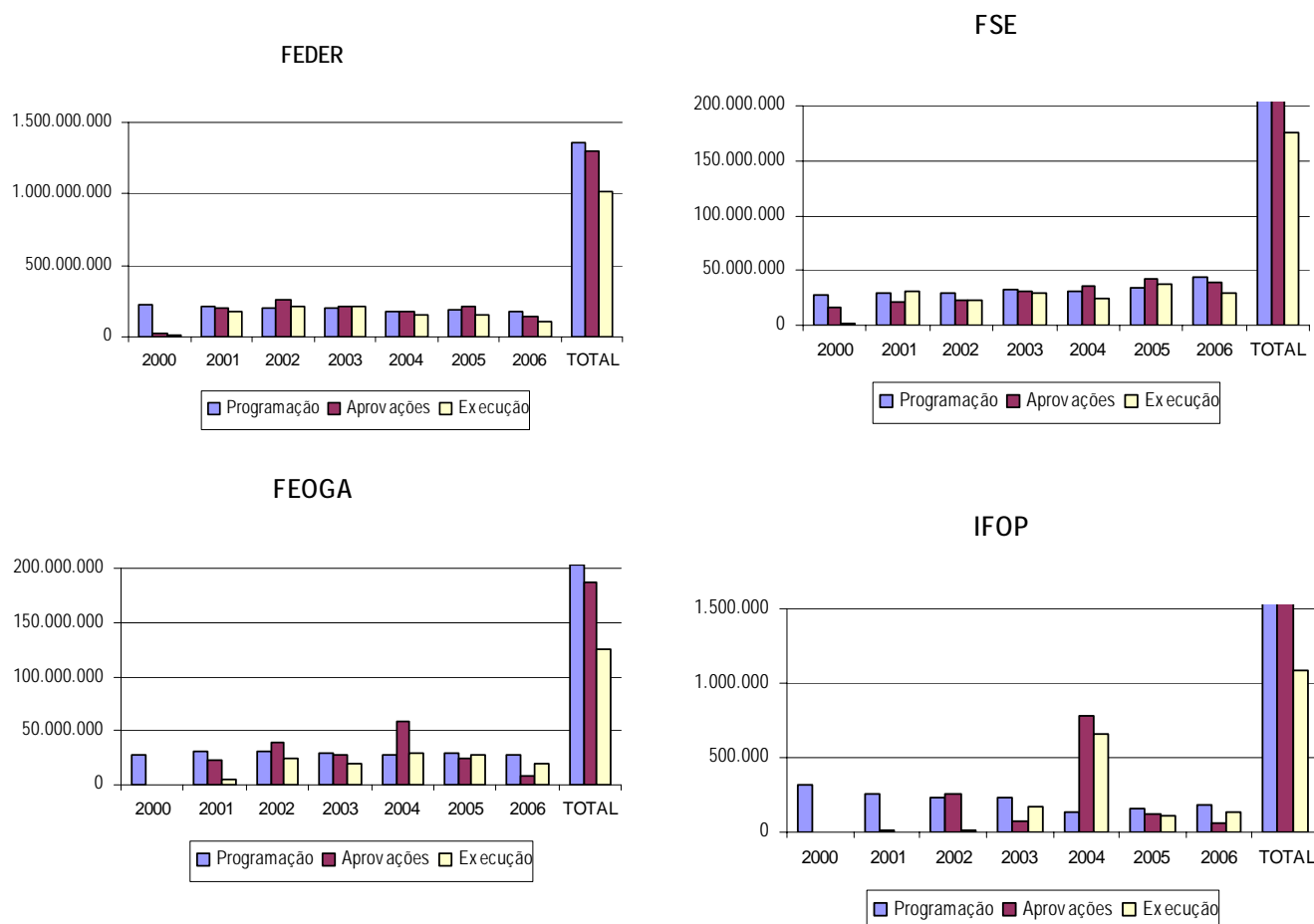
Apesar da baixa de execução registada em 2006, relativamente a 2005, a taxa de aprovação e de execução até final de 2006 apresenta valores razoáveis: 99% do montante total de Despesa Pública programada, encontra-se comprometida; a execução é de 76% relativamente ao programado e de 76,6% se tivermos em linha de conta o valor total aprovado. Importa referir que estas duas últimas taxas são consideravelmente distintas consoante os diferentes fundos: 77,3% e 78,1% no caso do FEDER, 78,4% e 75,5%, no do FSE, 63,5% e 66,5% no caso do FEOGA e 66,6% e 56,2%, no do IFOP.

PO Centro: programação, aprovações e execução (2000-2006)

Unidade: Euros

| Ano | Fundo | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas(%) – Despesa Pública | | |
|-----------------|-------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------------------|-------|-------|
| | | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P | E/P | E/A |
| 2000 | FEDER | 353.917.738 | 220.153.175 | 46.863.786 | 25.958.627 | 12.862.594 | 9.389.067 | 13,2 | 3,6 | 27,4 |
| | FSE | 41.129.805 | 27.156.013 | 25.396.334 | 15.723.661 | 3.021.908 | 1.737.597 | 61,7 | 7,3 | 11,9 |
| | FEOGA | 39.037.977 | 27.982.839 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| | IFOP | 432.978 | 314.978 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| | Total | 434.518.498 | 275.607.005 | 72.260.120 | 41.682.288 | 15.884.502 | 11.126.664 | 16,6 | 3,7 | 22,0 |
| 2001 | FEDER | 339.704.917 | 210.309.576 | 324.141.784 | 205.668.345 | 282.202.401 | 179.378.988 | 95,4 | 83,1 | 87,1 |
| | FSE | 45.462.952 | 29.505.030 | 34.204.476 | 21.031.215 | 49.028.026 | 30.187.939 | 75,2 | 107,8 | 143,3 |
| | FEOGA | 43.215.797 | 31.020.436 | 32.496.929 | 23.150.725 | 6.643.344 | 4.787.633 | 75,2 | 15,4 | 20,4 |
| | IFOP | 357.977 | 261.977 | 16.180 | 12.135 | 4.194 | 3.145 | 4,5 | 1,2 | 25,9 |
| | Total | 428.741.643 | 271.097.019 | 390.859.368 | 249.862.420 | 337.877.964 | 214.357.705 | 91,2 | 78,8 | 86,4 |
| 2002 | FEDER | 314.701.613 | 197.160.665 | 418.057.434 | 256.089.891 | 321.072.840 | 207.651.133 | 132,8 | 102,0 | 76,8 |
| | FSE | 46.555.996 | 29.900.751 | 37.031.256 | 22.705.949 | 37.997.119 | 23.215.363 | 79,5 | 81,6 | 102,6 |
| | FEOGA | 43.664.708 | 31.356.176 | 53.610.383 | 39.169.573 | 32.516.370 | 23.669.925 | 122,8 | 74,5 | 60,7 |
| | IFOP | 319.977 | 234.977 | 336.123 | 252.093 | 11.827 | 8.870 | 105,0 | 3,7 | 3,5 |
| | Total | 405.242.294 | 258.652.569 | 509.035.196 | 318.217.505 | 391.598.156 | 254.545.291 | 125,6 | 96,6 | 76,9 |
| 2003 | FEDER | 311.970.548 | 195.568.562 | 347.674.762 | 210.331.939 | 371.766.761 | 217.918.844 | 111,4 | 119,2 | 106,9 |
| | FSE | 52.662.187 | 32.929.294 | 50.259.252 | 31.149.721 | 49.179.604 | 30.061.152 | 95,4 | 93,4 | 97,9 |
| | FEOGA | 40.472.347 | 29.005.487 | 38.656.625 | 27.645.898 | 27.075.434 | 19.320.562 | 95,5 | 66,9 | 70,0 |
| | IFOP | 319.977 | 234.977 | 90.223 | 78.571 | 219.079 | 175.212 | 28,2 | 68,5 | 242,8 |
| | Total | 405.425.059 | 257.738.320 | 436.680.863 | 269.206.129 | 448.240.877 | 267.475.770 | 107,7 | 110,6 | 102,6 |
| 2004 | FEDER | 279.386.713 | 177.407.525 | 284.366.307 | 173.836.799 | 249.775.867 | 151.054.245 | 101,8 | 89,4 | 87,8 |
| | FSE | 51.927.368 | 31.705.504 | 56.379.371 | 35.403.372 | 38.521.257 | 23.617.880 | 108,6 | 74,2 | 68,3 |
| | FEOGA | 37.213.105 | 27.674.951 | 86.466.404 | 59.125.979 | 42.736.201 | 29.835.511 | 232,4 | 114,8 | 49,4 |
| | IFOP | 177.637 | 139.977 | 961.341 | 785.695 | 835.044 | 659.498 | 541,2 | 470,1 | 86,9 |
| | Total | 368.704.823 | 236.927.957 | 428.173.422 | 269.151.845 | 331.868.369 | 205.167.133 | 116,1 | 90,0 | 77,5 |
| 2005 | FEDER | 291.681.201 | 187.077.422 | 361.811.727 | 213.514.816 | 248.711.069 | 148.375.967 | 124,0 | 85,3 | 68,7 |
| | FSE | 54.784.049 | 33.403.772 | 66.427.736 | 41.790.289 | 60.702.181 | 37.625.403 | 121,3 | 110,8 | 91,4 |
| | FEOGA | 38.399.389 | 28.630.276 | 34.183.650 | 23.732.856 | 40.716.814 | 28.244.799 | 89,0 | 106,0 | 119,1 |
| | IFOP | 205.997 | 162.977 | 148.740 | 118.759 | 148.740 | 113.727 | 72,2 | 72,2 | 100,0 |
| | Total | 385.070.636 | 249.274.447 | 462.571.852 | 279.156.719 | 350.278.803 | 214.359.896 | 120,1 | 91,0 | 75,7 |
| 2006 | FEDER | 260.840.796 | 174.578.442 | 246.944.522 | 146.336.923 | 176.969.498 | 105.645.552 | 94,7 | 67,8 | 71,7 |
| | FSE | 70.599.993 | 43.311.341 | 59.490.052 | 38.405.685 | 46.286.770 | 29.237.227 | 84,3 | 65,6 | 77,8 |
| | FEOGA | 37.461.003 | 28.010.835 | 12.239.538 | 7.889.179 | 27.839.696 | 19.296.633 | 32,7 | 74,3 | 227,5 |
| | IFOP | 234.777 | 187.137 | 70.350 | 57.981 | 145.748 | 130.063 | 30,0 | 62,1 | 207,2 |
| | Total | 369.136.569 | 246.087.755 | 318.744.462 | 192.689.768 | 251.241.711 | 154.309.475 | 86,3 | 68,1 | 78,8 |
| 2000-2006 | FEDER | 2.152.203.526 | 1.362.255.367 | 2.029.860.321 | 1.231.737.340 | 1.663.361.028 | 1.019.413.797 | 94,3 | 77,3 | 81,9 |
| | FSE | 363.122.350 | 227.911.705 | 329.188.477 | 206.209.893 | 284.736.864 | 175.682.560 | 90,7 | 78,4 | 86,5 |
| | FEOGA | 279.464.326 | 203.681.000 | 257.653.529 | 180.714.209 | 177.527.858 | 125.155.062 | 92,2 | 63,5 | 68,9 |
| | IFOP | 2.049.320 | 1.537.000 | 1.622.956 | 1.305.233 | 1.364.631 | 1.090.516 | 79,2 | 66,6 | 84,1 |
| | Total | 2.796.839.522 | 1.795.385.072 | 2.618.325.284 | 1.619.966.674 | 2.126.990.382 | 1.321.341.934 | 93,6 | 76,0 | 81,2 |
| Total 2000-2008 | FEDER | 2.152.203.526 | 1.362.255.367 | 2.130.326.030 | 1.299.821.083 | 1.663.361.028 | 1.019.413.797 | 99,0 | 77,3 | 78,1 |
| | FSE | 363.122.350 | 227.911.705 | 377.155.725 | 236.837.693 | 284.736.864 | 175.682.560 | 103,9 | 78,4 | 75,5 |
| | FEOGA | 279.464.326 | 203.681.000 | 267.121.298 | 186.665.799 | 177.527.858 | 125.155.062 | 95,6 | 63,5 | 66,5 |
| | IFOP | 2.049.320 | 1.537.000 | 2.342.989 | 1.775.314 | 1.364.631 | 1.090.516 | 114,3 | 66,6 | 58,2 |
| | Total | 2.796.839.522 | 1.795.385.072 | 2.776.946.042 | 1.725.099.888 | 2.126.990.382 | 1.321.341.934 | 99,3 | 76,0 | 76,6 |

Para uma apreciação mais detalhada desta situação, apresentam-se os gráficos que traduzem a evolução total verificada ao nível do Programa e de cada um dos Fundos.



Para estes níveis de aprovação e de execução concorrem, em grande parte, as medidas do Eixo I, quer ao nível das aprovações (98,8% e 85,3% do valor total do fundo programado, respectivamente) quer ao nível da execução. Numa situação intermédia encontra-se o Eixo III e numa mais desfavorável o Eixo II.

O comportamento do Eixo II e III terá que melhorar significativamente nos próximos dois anos, de forma a absorver os valores programados. No caso do FEOGA, como será referido posteriormente, não foi possível executar o valor mínimo que permitisse não reduzir a dotação deste Fundo.

PO Centro: síntese da execução por Medida (31.12.2006)

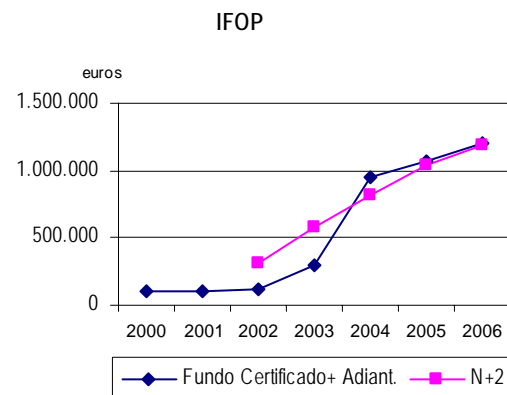
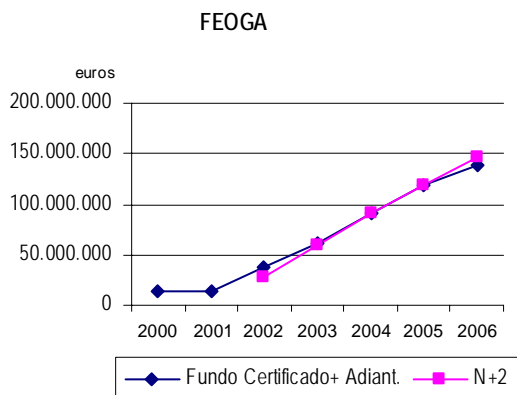
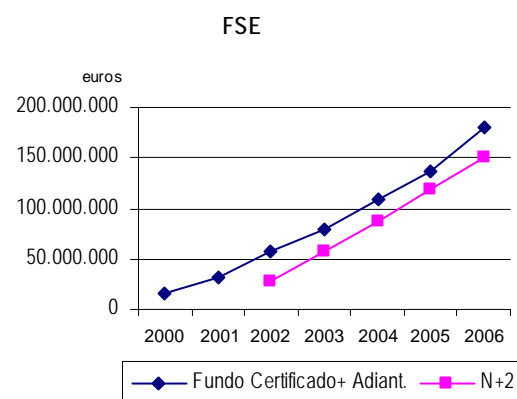
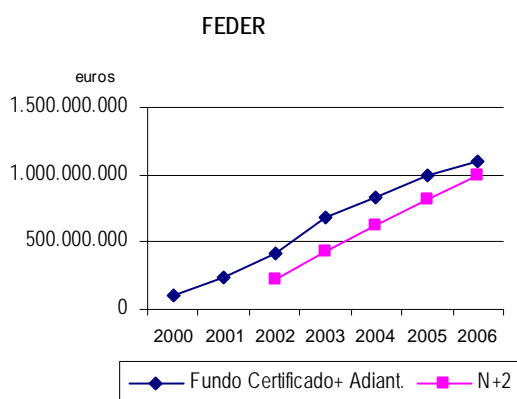
Unidade: euros

| Medidas | Total Fundo | | | % | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| | Programado | Aprovado | Executado | A/P. | E./P. | E./A . |
| PO TOTAL | 1.795.385.072 | 1.725.099.888 | 1.321.341.934 | 96,1 | 73,6 | 76,6 |
| EIXO 1 | 596.171.851 | 588.931.786 | 508.511.671 | 98,8 | 85,3 | 86,3 |
| 1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais | 198.168.635 | 195.971.200 | 168.556.375 | 98,9 | 85,1 | 86,0 |
| 1.2 - Ambiente e recursos naturais | 121.651.648 | 119.241.207 | 115.518.950 | 98,0 | 95,0 | 96,9 |
| 1.3 - Acessibilidades | 87.588.911 | 86.638.753 | 82.364.730 | 98,9 | 94,0 | 95,1 |
| 1.4 - Qualif. dos a. urb.e das est.de povoamento | 49.562.908 | 49.082.823 | 43.158.981 | 99,0 | 87,1 | 87,9 |
| 1.5 - Apoio às act. ec., act. de des. territorial e apoio à eficácia das p. públicas | 26.675.448 | 22.880.137 | 15.220.025 | 85,8 | 57,1 | 66,5 |
| 1.6 - Desenvolvimento dos recursos humanos | 22.982.184 | 28.193.203 | 11.292.345 | 122,7 | 49,1 | 40,1 |
| 1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial | 53.922.973 | 52.387.887 | 48.812.262 | 97,2 | 90,5 | 93,2 |
| 1.8 - Bonif. de Juros em L. de Crédito ao Inv. Autárq. | 4.619.144 | 3.847.505 | 1.455.669 | 83,3 | 31,5 | 37,8 |
| 1.9 - Saneamento Básico | 31.000.000 | 30.689.070 | 22.132.334 | 99,0 | 71,4 | 72,1 |
| EIXO 2 | 208.979.943 | 197.426.192 | 127.216.132 | 94,5 | 60,9 | 64,4 |
| 2.1 - A. Int. p/ a Qual. e C. das Cidades - C. Territorial | 62.104.647 | 60.286.313 | 37.979.282 | 97,1 | 61,2 | 63,0 |
| 2.2 - A. Int. p/ a Qualif. e C. das Cidades - C. Empreg. | 0 | | | | | |
| 2.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias | 17.675.724 | 18.009.678 | 14.458.580 | 101,9 | 81,8 | 80,3 |
| 2.4 - Acção Integrada "Turismo e Pat.no Vale do Côa" | 44.185.001 | 41.963.137 | 23.763.359 | 95,0 | 53,8 | 56,6 |
| 2.5 - Acção Integrada de Base T.da Serra da Estrela | 22.092.600 | 21.909.083 | 18.531.482 | 99,2 | 83,9 | 84,6 |
| 2.6 - Acção I. de Base T. do Pinhal Interior (FEDER) | 18.254.651 | 16.396.681 | 12.641.034 | 89,8 | 69,2 | 77,1 |
| 2.7 - Acção I. de Base T. do Pinhal Interior (FEOGA) | 28.939.937 | 25.900.435 | 12.765.316 | 89,5 | 44,1 | 49,3 |
| 2.8 - Des. rec. humanos e prom. da coesão social | 15.727.383 | 12.960.865 | 7.077.079 | 82,4 | 45,0 | 54,6 |
| EIXO 3 | 990.233.278 | 938.741.911 | 685.614.132 | 94,8 | 69,2 | 73,0 |
| 3.1 -Educação- Infr. da e. pré-escolar e dos e. b. e sec. | 81.567.997 | 81.639.014 | 68.312.041 | 100,1 | 83,7 | 83,7 |
| 3.2 - Educação - Ensino profissional | 66.127.063 | 67.449.105 | 62.309.393 | 102,0 | 94,2 | 92,4 |
| 3.3 - Promoção da Empreg. e do Emprego a Nível Local | 118.161.867 | 126.067.934 | 93.551.005 | 106,7 | 79,2 | 74,2 |
| 3.4 - Apoio ao Invest. no Desenvolvimento Local | 11.233.225 | 11.274.586 | 8.115.718 | 100,4 | 72,2 | 72,0 |
| 3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação | 9.692.636 | 1.761.519 | 888.537 | 18,2 | 9,2 | 50,4 |
| 3.6 - Sociedade da Informação | 22.783.000 | 19.242.704 | 6.475.325 | 84,5 | 28,4 | 33,7 |
| 3.7 - S. da Informação: criar comp. p/ o des. de P. D. | 2.676.000 | 556.268 | 0 | 20,8 | 0,0 | |
| 3.8 -Saúde: Impl. dos S. Locais de Saúde (SLS) | 61.417.000 | 58.917.140 | 40.806.570 | 95,9 | 66,4 | 69,3 |
| 3.9 - Cultura | 7.411.192 | 6.905.268 | 5.994.703 | 93,2 | 80,9 | 86,8 |
| 3.10 - Desporto: Des. de Equip. Desportivos | 35.749.998 | 35.785.890 | 27.051.165 | 100,1 | 75,7 | 75,6 |
| 3.11 - Economia | 117.286.337 | 134.609.604 | 75.771.282 | 114,8 | 64,6 | 56,3 |
| 3.12 - Acessibilidades e Transportes | 216.944.990 | 171.657.343 | 140.761.874 | 79,1 | 64,9 | 82,0 |
| 3.13 - Ambiente | 40.909.351 | 41.149.228 | 27.215.694 | 100,6 | 66,5 | 66,1 |
| 3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural | 171.116.063 | 157.517.623 | 109.493.362 | 92,1 | 64,0 | 69,5 |
| 3.15 - Pescas- Infra-estruturas de Portos | 9.077.473 | 9.225.574 | 6.683.696 | 101,6 | 73,6 | 72,4 |
| 3.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação | 1.537.000 | 1.775.314 | 1.090.516 | 115,5 | 71,0 | 61,4 |
| 3.17 - Assistência Técnica FEDER | 10.679.878 | 8.349.738 | 6.744.128 | 78,2 | 63,1 | 80,8 |
| 3.18 - Assistência Técnica FSE | 2.237.208 | 1.610.319 | 1.452.737 | 72,0 | 64,9 | 90,2 |
| 3.19 - Assistência Técnica FEOGA | 3.625.000 | 3.247.741 | 2.896.383 | 89,6 | 79,9 | 89,2 |

Como se documenta nas figuras que evidenciam a evolução verificada, o Programa apresenta níveis de aprovação e de execução que o colocam numa situação confortável relativamente à regra n+2, no que respeita ao FEDER e FSE.

Nestes casos, o valor mínimo a atingir em final de 2006, assinalado em cada um dos respectivos gráficos, foi claramente ultrapassado. No caso do FSE o valor mínimo do ano 2007 (184.600.364 euros) foi ultrapassado com a certificação ocorrida no início de 2007. Depois da elevada recuperação ocorrida no IFOP, que passou de uma situação de execução muito baixa no final de 2003 para uma situação confortável no final de 2004, no ano de 2006 a despesa certificada ficou pelos mínimos necessários para o cumprimento da regra n+2.

No que respeita ao FEOGA com a quebra de execução ocorrida no ano de 2006 não foi possível garantir o cumprimento da regra n+2. A justificação para esta baixa execução será apresentada em cada um dos Eixos com dotação deste Fundo, Eixo II e Eixo III do Programa.



2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia, que se encontram expressos no Anexo II, permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer eram, no final de 2006, os seguintes:

Unidade: Mil Euros

| Fundo | Créditos | Pagamentos CE | Por satisfazer |
|--------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| FEDER | 1.103.040,581 | 1.035.287,697 | 67.752,884 |
| FSE | 180.452,975 | 180.435,114 | 17,861 |
| FEOGA | 138.091,606 | 127.468,619 | 10.622,987 |
| IFOP | 1.198,106 | 1.125,658 | 72,448 |
| Total | 1.422.783,267 | 1.344.317,088 | 78.466,179 |

As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizados no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

Unidade: Euros

| Fundo | Transferências das Autoridades de Pagamento | Pagamentos aos Beneficiários e transferências para as Entidades Pagadoras | | | |
|---------------|---|--|--------------------|--------------------|----------------------|
| | | Eixo I | Eixo II | Eixo III | Total |
| FEDER | 1.047.262.876 | 501.581.878 | 109.312.893 | 422.753.316 | 1.033.648.087 |
| FSE (*) | 176.288.192 | 10.772.260 | 6.696.640 | 149.680.547 | 167.149.447 |
| FEOGA (**) | 119.493.222 | | | | 116.138.677 |
| IFOP | 1.125.658 | | | 1.020.746 | 1.020.746 |
| Total | 1.344.169.947 | 512.354.138 | 116.009.533 | 573.454.609 | 1.317.956.958 |

(*) - Inclui juros no valor de 98.735,49 euros

(**) - Inclui juros no valor de 25.740,51 euros

Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais, nos termos da legislação em vigor. No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

3. Domínios de intervenção: aprovações e execução

Uma breve análise da ventilação de todos os projectos apoiados até final de 2006 por domínios de intervenção permite-nos concluir que estas se concentram em oito principais sectores, representando 86% do investimento total.

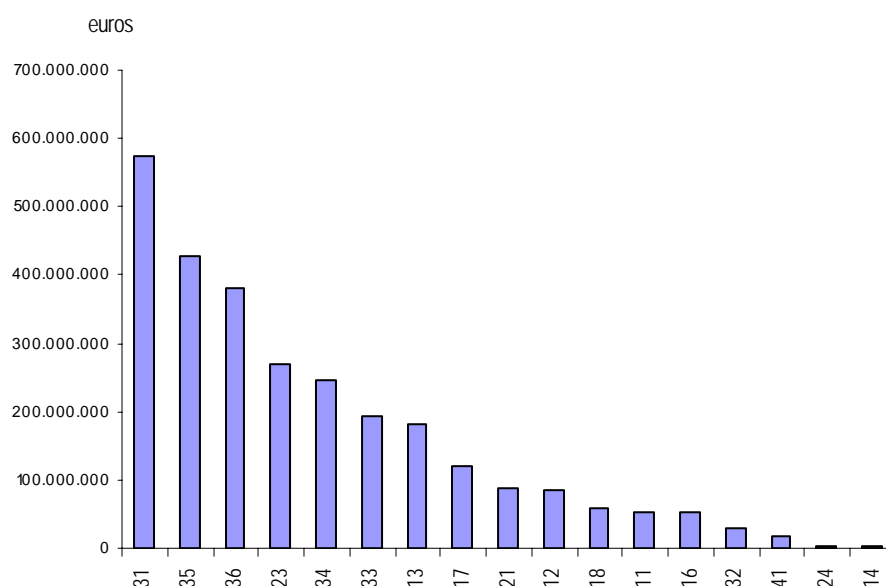
Unidade: %

| Domínios | Aprovações | | Execução 2000-2006 | |
|--|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Despesa Pública | Fundos Estruturais |
| 11- Agricultura | 1,9 | 2,2 | 2,4 | 2,7 |
| 12- Silvicultura | 3,1 | 3,2 | 1,8 | 1,9 |
| 13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais | 6,5 | 7,5 | 6,0 | 6,9 |
| 14 - Pescas | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| 16- Ajudas às PME e ao artesanato | 1,9 | 1,9 | 1,5 | 1,6 |
| 17- Turismo | 4,3 | 4,8 | 3,0 | 3,3 |
| 18 - Investg., desenv. e inovação tecn. (IDTI) | 2,1 | 1,8 | 0,6 | 0,5 |
| 21 - Políticas activas do mercado de trabalho | 3,1 | 3,1 | 3,6 | 3,7 |
| 23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico | 9,7 | 9,7 | 9,2 | 9,0 |
| 24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com. | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| 31 - Infra-estruturas de transportes | 20,7 | 20,0 | 23,0 | 22,6 |
| 32- Infraestruturas de telecomunicações e s. da informação | 1,0 | 1,1 | 0,4 | 0,5 |
| 33 - Infra-estruturas no domínio das energias | 6,9 | 4,4 | 7,8 | 4,9 |
| 34 - Infra-estruturas ambientais | 8,8 | 9,5 | 10,1 | 11,1 |
| 35 - Ordenamento e requalificação | 15,4 | 16,4 | 15,5 | 16,6 |
| 36 - Infraestruturas sociais e da saúde | 13,7 | 13,3 | 14,1 | 13,7 |
| 41 - Assistência Técnica | 0,6 | 0,8 | 0,7 | 0,8 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (20,7% do investimento total apoiado pelo programa) e do ambiente (8,8%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (13,7%), que, associados às intervenções no domínio do ordenamento e requalificação urbana (15,4%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;
- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (6,9%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (3,1%) e da educação e da formação (9,7%);
- o número relativamente importante que têm os projectos de promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais (6,5%) e de apoio à silvicultura (3,1%) .

PO Centro: despesa pública aprovada por domínio de intervenção



| | |
|--|--|
| 31 - Infra-estruturas de transportes | 17- Turismo |
| 35 - Ordenamento e requalificação | 11- Agricultura |
| 36 - Infraestruturas sociais e da saúde | 16- Ajudas às PME e ao artesanato |
| 34 - Infra-estruturas ambientais | 18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI) |
| 23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico | 41 - Assistência Técnica |
| 33 - Infra-estruturas no domínio das energias | 32- Infraestruturas de telecomunicações e s. da informação |
| 13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais | 14 - Pescas |
| 21 - Políticas activas do mercado de trabalho | 24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com. |
| 12- Silvicultura | |

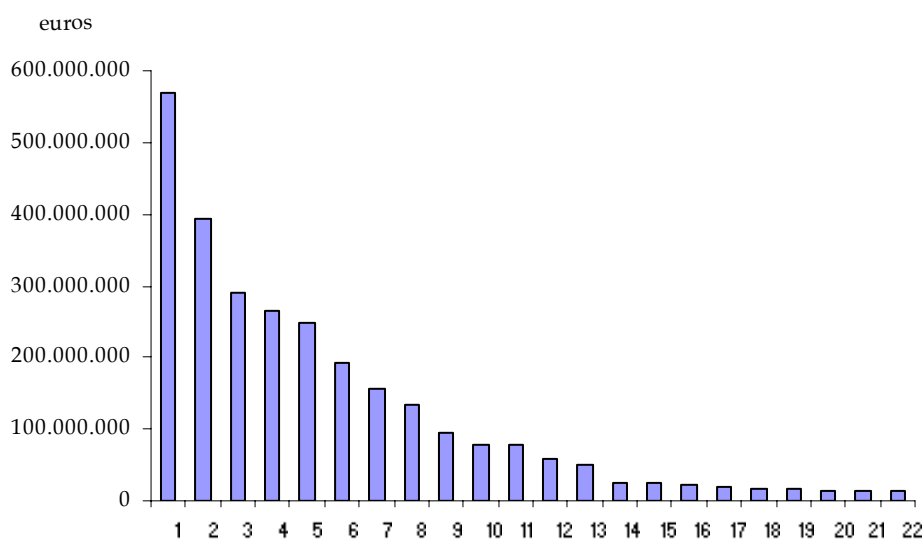
4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução

O quadro que passamos a apresentar destaca os projectos que foram apoiados segundo o respectivo sector reproduzindo, de alguma forma, as conclusões do ponto anterior, destacando-se os transportes (20,5%), o ambiente (10,4%), agricultura (9,5%), formação e o emprego (14,1%), revitalização urbana (8,9%) e a energia (6,9%).

Unidade: euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | | |
|-----------------------------------|---------------|----------------------|--------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | % | Fundo | D. Pública | % | Fundo |
| AGRICULTURA | 10.197 | 263.769.246 | 9,5 | 184.039.272 | 174.308.699 | 8,2 | 122.661.762 |
| AMBIENTE - Abast. de Água | 103 | 44.009.846 | 1,6 | 30.588.533 | 40.882.713 | 1,9 | 28.682.727 |
| AMBIENTE- Águas Residuais | 317 | 189.541.148 | 6,8 | 124.325.000 | 164.674.273 | 7,7 | 110.403.578 |
| AMBIENTE - Protecção Amb. | 184 | 42.774.184 | 1,5 | 30.427.650 | 27.223.126 | 1,3 | 20.043.011 |
| AMBIENTE - Resíduos Sólidos | 10 | 8.807.126 | 0,3 | 6.585.057 | 8.807.126 | 0,4 | 6.585.057 |
| AMBIENTE - Outros | 8 | 4.975.593 | 0,2 | 3.711.303 | 101.322 | 0,0 | 69.212 |
| Total Ambiente | 622 | 290.107.897 | 10,4 | 195.637.542 | 0 | 0,0 | 165.783.585 |
| APOIO AO DES. REGIONAL | 136 | 58.799.122 | 2,1 | 38.285.458 | 45.119.571 | 2,1 | 29.756.108 |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 65 | 17.876.699 | 0,6 | 13.207.798 | 15.051.985 | 0,7 | 11.093.249 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 6 | 3.542.398 | 0,1 | 1.775.071 | 1.796.434 | 0,1 | 902.089 |
| COMÉRCIO | 10 | 22.203.131 | 0,8 | 9.343.015 | 14.740.368 | 0,7 | 6.426.427 |
| CULTURA | 117 | 96.068.622 | 3,5 | 63.097.682 | 74.829.653 | 3,5 | 49.006.209 |
| DESPORTO | 79 | 157.040.160 | 5,7 | 68.525.305 | 126.047.407 | 5,9 | 55.341.693 |
| RECREIO E LAZER | 33 | 25.642.960 | 0,9 | 16.262.582 | 22.939.480 | 1,1 | 14.648.312 |
| EDUCAÇÃO | 245 | 132.870.381 | 4,8 | 95.459.276 | 112.905.890 | 5,3 | 81.517.597 |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL | 29 | 15.810.763 | 0,6 | 10.949.978 | 9.239.089 | 0,4 | 6.368.292 |
| ENERGIA | 25 | 192.676.951 | 6,9 | 76.254.872 | 165.279.719 | 7,8 | 65.474.486 |
| F. PROF. E EMPREGO | 2.150 | 392.682.226 | 14,1 | 245.945.692 | 296.065.091 | 13,9 | 182.345.540 |
| INDÚSTRIA | 48 | 78.085.262 | 2,8 | 43.049.950 | 28.909.151 | 1,4 | 15.807.836 |
| PESCAS | 32 | 14.643.754 | 0,5 | 11.000.888 | 10.276.226 | 0,5 | 7.774.212 |
| QUALI. DA AD. PÚBLICA | 4 | 18.325.291 | 0,7 | 13.080.315 | 3.361.189 | 0,2 | 2.520.891 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 479 | 247.771.799 | 8,9 | 170.324.038 | 187.515.981 | 8,8 | 129.988.308 |
| SAÚDE | 52 | 79.171.585 | 2,9 | 59.072.703 | 54.873.436 | 2,6 | 40.962.133 |
| SOC.DE INFORMAÇÃO | 47 | 13.145.509 | 0,5 | 8.849.485 | 8.995.896 | 0,4 | 6.085.261 |
| TRANSPORTES - Ferrov. | 148 | 314.528.264 | 11,3 | 166.135.570 | 253.148.766 | 11,9 | 135.261.157 |
| TRANSPORTES - Portuários | 2 | 9.334.547 | 0,3 | 4.667.273 | 9.292.436 | 0,4 | 4.646.218 |
| TRANSPORTES - rodovia | 402 | 242.158.493 | 8,7 | 166.311.148 | 219.318.251 | 10,3 | 151.524.173 |
| TRANSPORTES - outros | 7 | 2.501.885 | 0,1 | 1.599.710 | 2.424.860 | 0,1 | 1.552.046 |
| Total Transportes | 559 | 568.523.189 | 20,5 | 338.713.702 | 484.184.313 | 22,8 | 292.983.594 |
| TURISMO | 129 | 50.100.993 | 1,8 | 35.795.357 | 21.440.095 | 1,0 | 14.856.299 |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL | 51 | 25.221.996 | 0,9 | 17.548.060 | 22.397.165 | 1,1 | 15.575.029 |
| OUTROS | 191 | 12.866.108 | 0,5 | 8.881.846 | 5.024.985 | 0,2 | 3.463.022 |
| TOTAL | 15.306 | 2.776.946.042 | 100,0 | 1.725.099.889 | 2.126.990.382 | 100,0 | 1.321.341.935 |

Esta análise evidência a importância significativa que as infra-estruturas básicas (ambiente, transportes e energia) e os equipamentos educativos, desportivos e culturais ainda têm no esforço de investimento público.

PO Centro: despesa pública aprovada por sector

| SECTOR | | | |
|--------|----------------------|----|-----------------------------------|
| 1 | TRANSPORTES | 10 | SAÚDE |
| 2 | F. PROF. E EMPREGO | 11 | INDÚSTRIA |
| 3 | AMBIENTE | 12 | APOIO AO DES. REGIONAL |
| 4 | AGRICULTURA | 13 | TURISMO |
| 5 | REVITALIZAÇÃO URBANA | 14 | RECREIO E LAZER |
| 6 | ENERGIA | 15 | PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL |
| 7 | DESPORTO | 16 | COMÉRCIO |
| 8 | EDUCAÇÃO | 17 | QUALI. DA AD. PÚBLICA |
| 9 | CULTURA | 18 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA |

5. Indicadores de acompanhamento

Nos quadros do anexo IV é apresentada a situação dos principais indicadores de realização física, com a indicação da quantidade realizada no final do ano.

Na maioria das medidas as metas previstas foram atingidas em mais de 80% da meta 2006 (cerca de 70% dos indicadores de execução e de resultado).

| Eixo | Nº de Indicadores | | | |
|----------|----------------------|----------------------------------|--------------|----------------------------------|
| | De realização física | | De resultado | |
| | Total | Execução de acordo com a meta(*) | Total | Execução de acordo com a meta(*) |
| Eixo I | 28 | 26 | 4 | 4 |
| Eixo II | 44 | 27 | 2 | 2 |
| Eixo III | 86 | 54 | 12 | 11 |
| Total | 158 | 107 | 18 | 17 |

(*) Execução em mais de 80% da meta extrapolada para 2006

6. Grandes projectos

Dos projectos previstos com um investimento elegível superior a 50 milhões de Euros, um na Medida de Acessibilidades e Transportes e outro na Medida Economia, foi aprovado o desta última “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”. Trata-se de um projecto que se integra no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constituirá um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e 1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural prevista inicialmente é da ordem dos $140 \times 10^6 \text{ m}^3$

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

A despesa validada até finais de 2006, no valor de 79.613 mil euros representa 92,6% do seu custo elegível. A sua execução segue o seu cronograma financeiro.

A Trangás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., beneficiária inicial do projecto, transmitiu à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., ao seus activos, direitos e obrigações, relativos ao armazenamento subterrâneo e às instalações de superfície que integram a estação de gás, a estação de gasoduto e a estação de lixiviação.

III

Eixo Prioritário I **Apoio ao Investimento de Interesse** **Municipal e Intermunicipal**

1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução

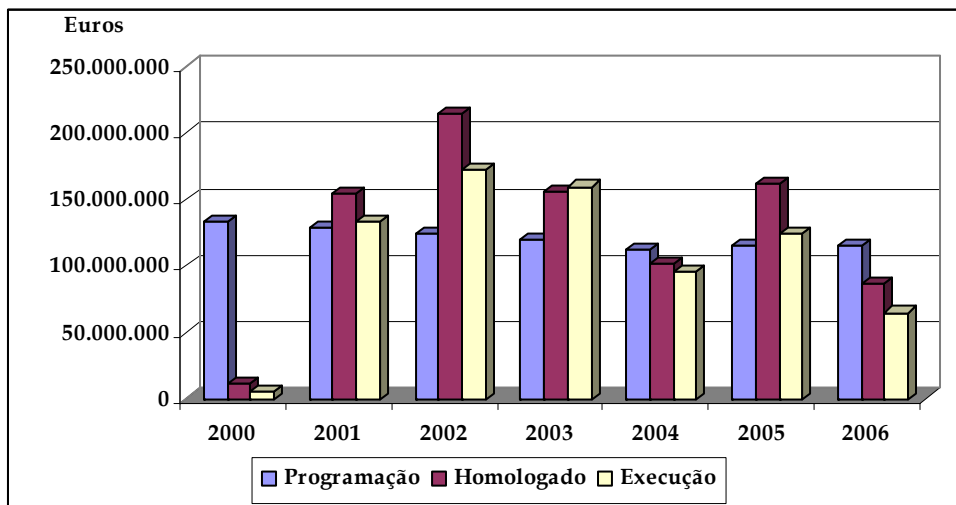
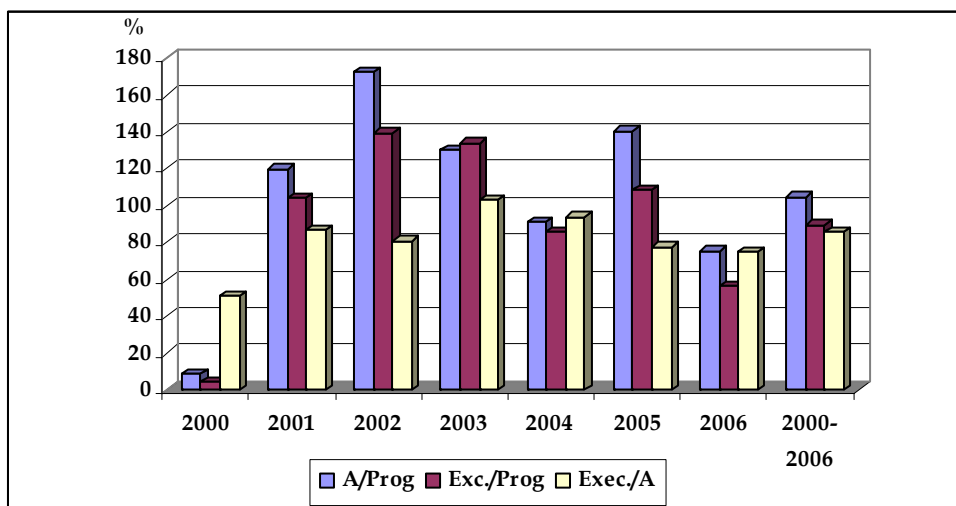
Síntese global da execução

O quadro que sintetiza a execução global do Eixo I ressalta que, até final de 2006, as candidaturas aprovadas totalizam 885.5 Milhões de Euros, predominando as apoiadas nas medidas enquadradas pelo Feder. Os montantes de despesa pública relativos à programação, aprovações e execução, alcançados em final de 2006, permitem concluir que, em termos globais, já foram executados 89,4% do programado e 85,5% do aprovado.

Eixo I – Síntese da programação, aprovações e execução

Unidade: Euros

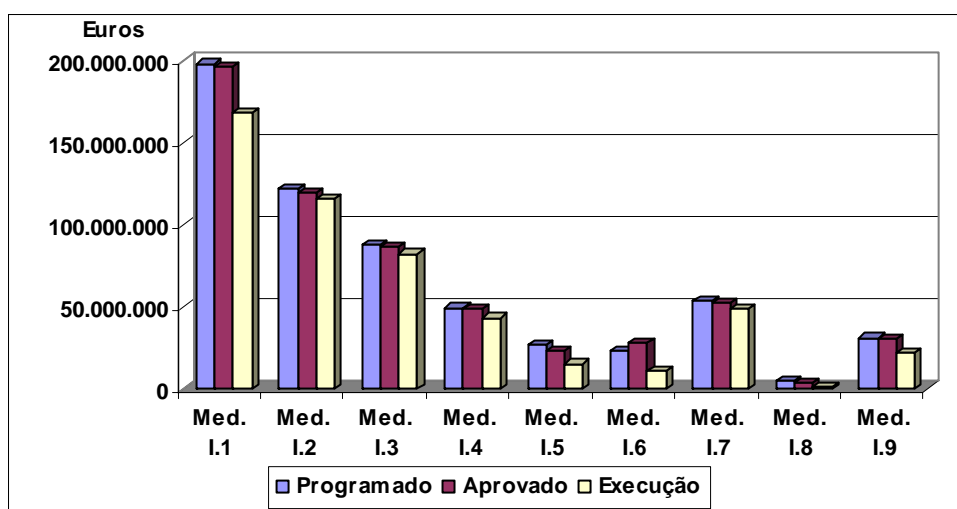
| Ano | Fundo | Programação do PO | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|-------------------|-------|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|-----------|---------|
| | | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | FEDER | 124.619.521 | 87.080.288 | 11.428.365 | 8.132.461 | 5.929.495 | 4.189.243 | 9,2 | 4,8 | 51,9 |
| | FSE | 8.625.695 | 6.469.288 | 264.064 | 198.048 | | | | | |
| | Total | 133.245.216 | 93.549.576 | 11.692.429 | 8.330.509 | 5.929.495 | 4.189.243 | 8,8 | 4,5 | 50,7 |
| 2001 | FEDER | 120.406.782 | 84.130.204 | 152.889.260 | 109.459.643 | 133.395.753 | 95.132.792 | 127,0 | 110,8 | 87,2 |
| | FSE | 8.335.927 | 6.251.961 | 1.689.735 | 1.261.961 | 432.339 | 301.778 | 20,3 | 5,2 | 25,6 |
| | Total | 128.742.709 | 90.382.165 | 154.578.995 | 110.721.604 | 133.828.092 | 95.434.570 | 120,1 | 104,0 | 86,6 |
| 2002 | FEDER | 116.124.870 | 81.141.180 | 212.452.796 | 148.633.594 | 171.637.996 | 120.924.593 | 183,0 | 147,8 | 80,8 |
| | FSE | 8.038.678 | 6.029.023 | 1.772.366 | 1.329.274 | 1.240.923 | 908.116 | 22,0 | 15,4 | 70,0 |
| | Total | 124.163.548 | 87.170.203 | 214.225.162 | 149.962.868 | 172.878.919 | 121.832.708 | 172,5 | 139,2 | 80,7 |
| 2003 | FEDER | 113.426.198 | 79.255.507 | 151.626.305 | 104.786.154 | 158.220.042 | 109.285.663 | 133,7 | 139,5 | 104,3 |
| | FSE | 5.642.531 | 4.231.912 | 3.526.933 | 2.645.200 | 1.334.650 | 1.045.495 | 62,5 | 23,7 | 37,8 |
| | Total | 119.068.729 | 83.487.419 | 155.153.238 | 107.431.354 | 159.554.691 | 110.331.158 | 130,3 | 134,0 | 102,8 |
| 2004 | FEDER | 111.661.703 | 78.756.703 | 95.872.625 | 64.056.559 | 92.982.554 | 64.201.889 | 85,9 | 83,3 | 97,0 |
| | FSE | | | 5.914.167 | 4.435.625 | 2.424.223 | 1.818.712 | | | 41,0 |
| | Total | 111.661.703 | 78.756.703 | 101.786.792 | 68.492.184 | 95.406.777 | 66.020.601 | 91,2 | 85,4 | 93,7 |
| 2005 | FEDER | 114.987.663 | 81.107.230 | 152.406.110 | 81.669.163 | 121.401.159 | 69.804.240 | 132,5 | 105,6 | 79,7 |
| | FSE | | | 9.019.645 | 6.764.734 | 3.442.782 | 2.582.087 | | | 38,2 |
| | Total | 114.987.663 | 81.107.230 | 161.425.755 | 88.433.897 | 124.843.941 | 72.386.327 | 140,4 | 108,6 | 77,3 |
| 2006 | FEDER | 115.290.605 | 81.718.555 | 71.190.798 | 44.001.009 | 58.739.939 | 33.680.907 | 61,7 | 50,9 | 82,5 |
| | FSE | | | 15.411.147 | 11.558.361 | 6.181.543 | 4.636.157 | | | 40,1 |
| | Total | 115.290.605 | 81.718.555 | 86.601.945 | 55.559.370 | 64.921.482 | 38.317.064 | 75,1 | 56,3 | 75,0 |
| Total (2000-2006) | FEDER | 816.517.342 | 573.189.667 | 847.866.259 | 560.738.583 | 742.306.937 | 497.219.326 | 103,8 | 90,9 | 87,6 |
| | FSE | 30.642.831 | 22.982.184 | 37.598.057 | 28.193.203 | 15.056.460 | 11.292.345 | 122,7 | 49,1 | 40,0 |
| | Total | 847.160.173 | 596.171.851 | 885.464.316 | 588.931.786 | 757.363.398 | 508.511.671 | 104,5 | 89,4 | 85,5 |

Eixo I - Programação, aprovações e execução: evolução global da despesa**Eixo I - Evolução das taxas de execução****Eixo I - Síntese da execução por Medida [Fundo; 2000-2006]**

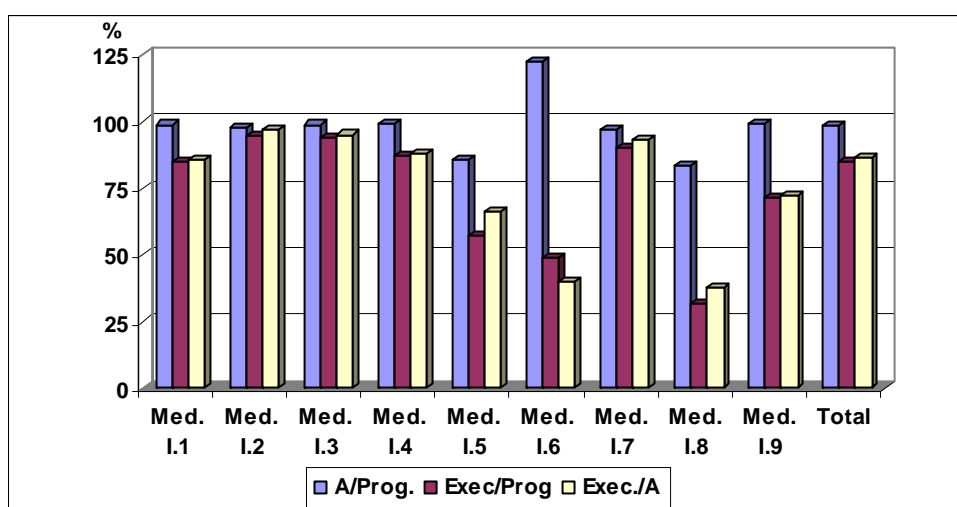
| Medida | Nº Proj | Programado | Aprovado | Execução | Taxa (%) | | |
|--------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | | | A/Prog. | Exec/Prog | Exec./A |
| Medida I.1 | 556 | 198.168.635 | 195.971.200 | 168.556.375 | 98,9 | 85,1 | 86,0 |
| Medida I.2 | 267 | 121.651.648 | 119.241.207 | 115.518.950 | 98,0 | 95,0 | 96,9 |
| Medida I.3 | 117 | 87.588.911 | 86.638.753 | 82.364.730 | 98,9 | 94,0 | 95,1 |
| Medida I.4 | 92 | 49.562.908 | 49.082.823 | 43.158.981 | 99,0 | 87,1 | 87,9 |
| Medida I.5 | 133 | 26.675.448 | 22.880.137 | 15.220.025 | 85,8 | 57,1 | 66,5 |
| Medida I.6 | 555 | 22.982.184 | 28.193.203 | 11.292.345 | 122,7 | 49,1 | 40,1 |
| Medida I.7 | 32 | 53.922.973 | 52.387.887 | 48.812.262 | 97,2 | 90,5 | 93,2 |
| Medida I.8 | 169 | 4.619.144 | 3.847.505 | 1.455.669 | 83,3 | 31,5 | 37,8 |
| Medida I.9 | 124 | 31.000.000 | 30.689.070 | 22.132.334 | 99,0 | 71,4 | 72,1 |
| Total | 2.045 | 596.171.851 | 588.931.786 | 508.511.671 | 98,8 | 85,3 | 86,3 |

O desempenho de cada uma das Medidas do Eixo I, em final de 2006, é relativamente distinta, sendo de relevar os níveis alcançados pelas Medidas, I.1, I.2, I.3, I.4 e I.7, onde foram atingidos níveis de execução, relativamente ao programado, superiores a 85%, e taxas de comprometimento superiores a 98% em seis das oito medidas Feder.

Eixo I - Síntese da programação, aprovações e execução por Medida [2000-2006]



Eixo I - Níveis de execução das diferentes Medidas [31.12.2006]



O quadro seguinte permite destacar que, neste momento, já estão encerrados 913 dos projectos aprovados, nas Medidas financiadas pelo Feder, representando os que estão nestas circunstâncias (64,5%) do investimento total.

Eixo I - Situação dos projectos aprovados nas diferentes Medidas Feder do Eixo I

Unidade: Euros

| Projectos Execução (%) | Aprovações | | | | Execução | |
|---------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Nº Proj. | Despesa | % | Fundo | Despesa | FEDER |
| 100 | 913 | 547.229.613 | 64,5 | 372.839.713 | 547.229.484 | 372.839.630 |
| 95-99 | 62 | 50.118.901 | 5,9 | 33.974.034 | 48.787.328 | 33.069.356 |
| 90-95 | 59 | 56.329.299 | 6,6 | 35.462.612 | 52.109.177 | 32.807.468 |
| 50-90 | 200 | 103.765.901 | 12,2 | 64.197.867 | 78.811.454 | 49.108.724 |
| 0-50 | 161 | 52.140.048 | 6,1 | 31.085.770 | 15.369.494 | 9.394.150 |
| 0 | 95 | 38.282.499 | 4,5 | 23.178.587 | | |
| Total | 1.490 | 847.866.260 | 100,0 | 560.738.583 | 742.306.937 | 497.219.326 |

Incidência territorial do investimento aprovado

Os 849 projectos aprovados no Litoral da Região absorvem 47,7% do investimento, destacando-se o Baixo Vouga e o Baixo Mondego como as áreas que concentraram maior volume de investimento, respectivamente 21,2% e 17,5% do montante total.

Eixo I - Incidência geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|--------------------|-------------|--------------------|--------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | | |
| Baixo Vouga | 310 | 187.755.774 | 21,2 | 124.128.165 | 486,8 | 605.664 |
| Baixo Mondego | 386 | 154.631.115 | 17,5 | 104.688.752 | 454,4 | 400.599 |
| Pinhal Litoral | 153 | 80.280.362 | 9,1 | 52.531.016 | 319,9 | 524.708 |
| Pinhal Int. Norte | 267 | 91.939.089 | 10,4 | 60.120.917 | 663,7 | 344.341 |
| Pinhal Int. Sul | 67 | 23.748.550 | 2,7 | 14.847.371 | 530,1 | 354.456 |
| Dão Lafões | 340 | 148.620.773 | 16,8 | 100.260.750 | 519,1 | 437.120 |
| Beira Int. Norte | 189 | 65.101.971 | 7,4 | 42.736.418 | 564,5 | 344.455 |
| Beira Int. Sul | 98 | 48.634.320 | 5,5 | 31.864.595 | 622,5 | 496.269 |
| Cova da Beira | 67 | 42.400.480 | 4,8 | 27.987.824 | 453,1 | 632.843 |
| Serra da Estrela | 85 | 27.854.544 | 3,1 | 18.892.974 | 558,3 | 327.701 |
| Litoral | 849 | 422.667.251 | 47,7 | 281.347.932 | 432,6 | 497.841 |
| Interior | 1113 | 448.299.728 | 50,6 | 296.710.850 | 555,8 | 402.785 |
| Não Regionalizável | 83 | 14.497.338 | 1,6 | 10.873.004 | | 174.667 |
| TOTAL | 2045 | 885.464.317 | 100,0 | 588.931.786 | 496,4 | 432.990 |

Eixo I - Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial
(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7,I.9)

Unidade: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Capitação (Euros/hab.) | Projectos Dim. média |
|-----------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|---------------------------|-------------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | | |
| Baixo Vouga | 204 | 181.553.975 | 22,5 | 119.818.539 | 470,7 | 889.970 |
| Baixo Mondego | 172 | 126.440.153 | 15,6 | 85.204.356 | 371,5 | 735.117 |
| Pinhal Litoral | 88 | 77.712.875 | 9,6 | 50.802.816 | 309,6 | 883.101 |
| Pinhal Interior Norte | 174 | 87.482.553 | 10,8 | 56.875.011 | 631,5 | 502.773 |
| Pinhal Interior Sul | 45 | 22.284.582 | 2,8 | 13.770.744 | 497,4 | 495.213 |
| Dão Lafões | 218 | 139.078.029 | 17,2 | 93.426.162 | 485,8 | 637.973 |
| Beira Interior Norte | 118 | 61.261.992 | 7,6 | 40.045.288 | 531,2 | 519.169 |
| Beira Interior Sul | 62 | 45.610.039 | 5,6 | 29.864.666 | 583,8 | 735.646 |
| Cova da Beira | 54 | 40.143.607 | 5,0 | 26.383.419 | 429,0 | 743.400 |
| Serra da Estrela | 53 | 26.423.831 | 3,3 | 17.819.939 | 529,6 | 498.563 |
| Litoral | 464 | 385.707.003 | 47,7 | 255.825.711 | 394,8 | 831.265 |
| Interior | 724 | 422.284.632 | 52,3 | 278.185.230 | 523,6 | 583.266 |
| TOTAL | 1.188 | 807.991.635 | 100,0 | 534.010.941 | 453,0 | 680.128 |

Eixo I - Promoção do desenvolvimento regional e local
(Secção b do Eixo I - Medidas I.5, I.6, I.8)

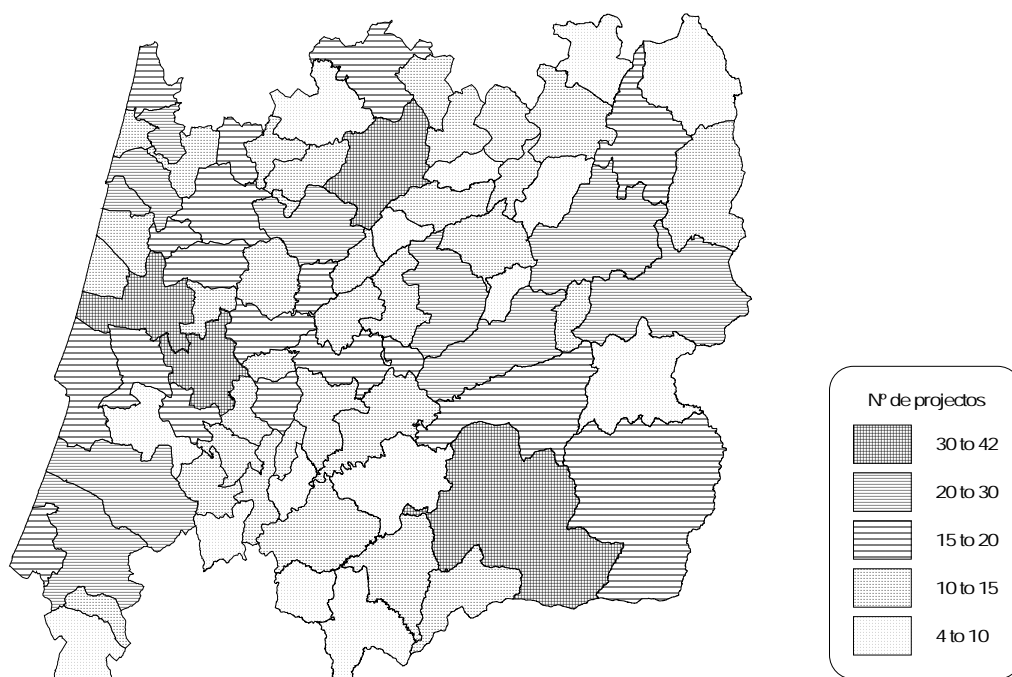
Unidade: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. média |
|--------------------|------------|-----------------|--------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | | |
| Baixo Vouga | 106 | 6201799 | 8,0 | 4309626 | 16,1 | 58.508 |
| Baixo Mondego | 214 | 28190962 | 36,4 | 19484396 | 82,8 | 131.733 |
| Pinhal Litoral | 65 | 2567487 | 3,3 | 1728200 | 10,2 | 39.500 |
| Pinhal Int. Norte | 93 | 4456537 | 5,8 | 3245906 | 32,2 | 47.920 |
| Pinhal Int. Sul | 22 | 1463968 | 1,9 | 1076627 | 32,7 | 66.544 |
| Dão Lafões | 122 | 9542745 | 12,3 | 6834588 | 33,3 | 78.219 |
| Beira Int. Norte | 71 | 3839979 | 5,0 | 2691130 | 33,3 | 54.084 |
| Beira Int. Sul | 36 | 3024281 | 3,9 | 1999929 | 38,7 | 84.008 |
| Cova da Beira | 13 | 2256873 | 2,9 | 1604405 | 24,1 | 173.606 |
| Serra da Estrela | 32 | 1430713 | 1,8 | 1073035 | 28,7 | 44.710 |
| Litoral | 385 | 36960248 | 47,7 | 25522221 | 37,8 | 96.001 |
| Interior | 389 | 26015096 | 33,6 | 18525619 | 32,3 | 66.877 |
| Não Regionalizável | 83 | 14497338 | 18,7 | 10873004 | | 174.667 |
| TOTAL | 857 | 77472682 | 100,0 | 54920845 | 43,4 | 90.400 |

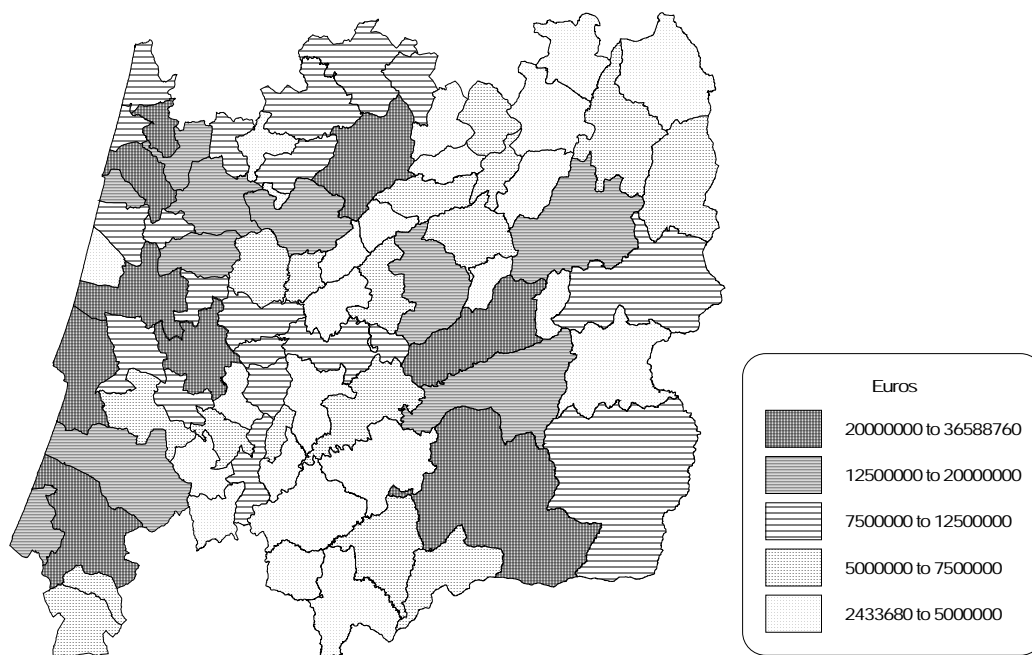
Uma análise mais detalhada da incidência do Eixo I do P. O. Centro nos concelhos da Região pode ser observada nos mapas que traduzem o número de projectos aprovados, o investimento total, o investimento por habitante e a dimensão média dos projectos. Se os dois primeiros mapas reflectem uma hierarquia que se ajusta aos concelhos que detêm os lugares de topo da rede urbana regional, os dois restantes, mas sobretudo o relativo ao investimento por habitante reflecte, como seria de esperar, uma imagem relativamente inversa.

Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial **(Secção a do Eixo I – Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7,I.9)**

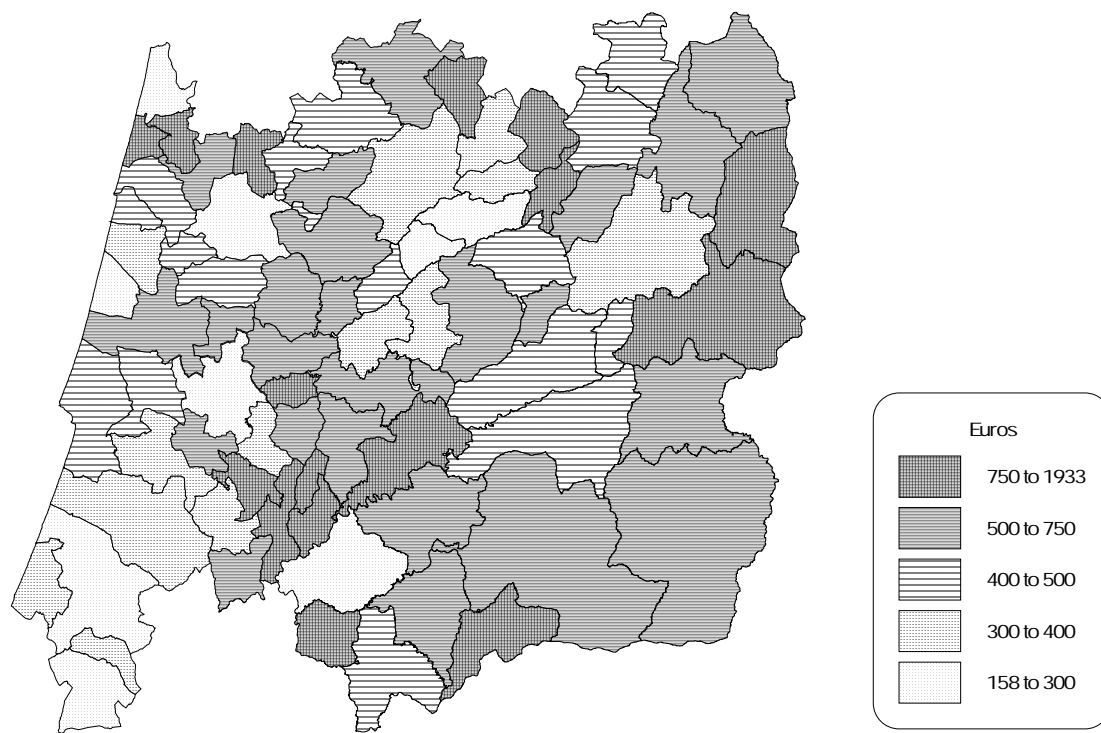
Número de Projectos aprovados por concelho até 31.12.2006



Investimento total aprovado por concelho até 31.12.2006



Investimento por habitante aprovado por concelho até 31.12.2006



Sectores de intervenção apoiados

As candidaturas aprovadas destacam o sector do ambiente, dos transportes e revitalização urbana como os que registaram maior investimento, correspondendo, respectivamente, a 28,5%, 26,8% e 13,7% do total aprovado. Os equipamentos, particularmente os culturais (7,3%), desportivos (6,0%) e de apoio ao desenvolvimento (5,9%) mobilizaram igualmente recursos significativos do Eixo I.

Investimento aprovado e execução segundo os principais sectores de intervenção

| Sector de Actividade | Unidade: Euros | | | | | |
|----------------------------------|----------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Aprovações | | | Execução | | |
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| TRANSPORTES | 355 | 227.570.861 | 26,8 | 156.591.775 | 207.893.372 | 144.024.980 |
| TRANSPORTES - rodovia | 349 | 225.375.856 | 26,6 | 155.206.881 | 205.775.392 | 142.687.750 |
| TRANSPORTES - outros | 6 | 2.195.005 | 0,3 | 1.384.894 | 2.117.980 | 1.337.230 |
| AMBIENTE | 427 | 241.855.544 | 28,5 | 161.130.171 | 213.756.376 | 145.240.056 |
| AMBIENTE - abastecimento de água | 96 | 43.353.582 | 5,1 | 30.148.323 | 40.311.570 | 28.302.102 |
| AMBIENTE - águas residuais | 316 | 189.454.148 | 22,3 | 124.264.100 | 164.611.492 | 110.359.631 |
| AMBIENTE - protecção ambiental | 4 | 614.525 | 0,1 | 425.431 | 489.377 | 344.084 |
| AMBIENTE - resíduos sólidos | 9 | 8.309.677 | 1,0 | 6.211.970 | 8.309.677 | 6.211.970 |
| AMBIENTE - outros | 2 | 123.611 | 0,0 | 80.347 | 34.260 | 22.269 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 170 | 115.880.844 | 13,7 | 77.445.282 | 99.546.325 | 67.881.115 |
| PATRIMÓNIO HIST./ CULTURAL | 6 | 5.090.639 | 0,6 | 3.215.245 | 5.090.639 | 3.215.245 |
| CULTURA | 58 | 62.281.653 | 7,3 | 39.491.274 | 55.980.812 | 35.832.716 |
| DESPORTO | 44 | 50.575.331 | 6,0 | 31.314.270 | 42.866.458 | 26.865.384 |
| RECREIO E LAZER | 17 | 19.193.654 | 2,3 | 11.792.787 | 16.918.111 | 10.478.073 |
| EDUCAÇÃO | 49 | 20.899.981 | 2,5 | 13.820.263 | 19.960.292 | 13.205.556 |
| EDUCAÇÃO - ensino secundário | 1 | 456.611 | | 296.797 | 456.611 | 296.797 |
| EDUCAÇÃO - ensino básico | 43 | 17.933.581 | | 11.839.606 | 17.072.072 | 11.279.625 |
| EDUCAÇÃO - outros | 5 | 2.509.788 | | 1.683.860 | 2.431.609 | 1.629.134 |
| SAÚDE | 1 | 239.328 | 0,0 | 155.563 | 239.328 | 155.563 |
| APOIO AO DESENV. REGIONAL | 103 | 49.921.011 | 5,9 | 32.087.093 | 39.045.350 | 25.521.629 |
| COMÉRCIO | 7 | 6.071.650 | 0,7 | 3.202.138 | 5.772.247 | 3.052.437 |
| INDÚSTRIA | 31 | 19.742.250 | 2,3 | 10.985.083 | 18.278.956 | 10.151.751 |
| TURISMO | 14 | 9.256.061 | 1,1 | 6.312.042 | 6.238.669 | 4.291.326 |
| AGRICULTURA | 6 | 978.269 | 0,0 | 621.214 | 642.685 | 403.084 |
| ENERGIA | 1 | 49.787 | 0,0 | 32.361 | 28.744 | 18.684 |
| SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO | 3 | 3.042.176 | 0,4 | 2.130.828 | 3.042.175 | 2.130.827 |
| F. PROFISSIONAL E EMPREGO | | | | | | |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL | 7 | 2.351.114 | 0,3 | 1.528.224 | 1.981.413 | 1.287.918 |
| OUTROS | 191 | 12.866.108 | 1,5 | 8.881.847 | 5.024.985 | 3.463.022 |
| TOTAL | 1.490 | 847.866.260 | 100,0 | 560.737.459 | 742.306.937 | 497.219.326 |

*Indicadores de realização física***Eixo I – Realização física: indicadores por Medida**

| Nome Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Aprovado | Executado |
|---|---------|---------------|----------|-----------|
| Medida I.1 | | | | |
| Equipamentos educativos, desportivos,culturais, sociais e de lazer | nº | 70 | 121 | 111 |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica | nº | 5 | 36 | 34 |
| Infraestruturas de Transportes | Km | 670 | 1.025 | 958 |
| Infraestruturas de Saneamento Básico (Rede àgua) | Km | 330 | 115 | 92 |
| Reabilitação Urbana | nº | 20 | 44 | 41 |
| Medida I.2 | | | | |
| Reservatórios Construídos/remodelados | nº | 67 | 76 | 73 |
| Rede de abastecimento de água construída | Km | 1.129 | 1.139 | 1.102 |
| ETAR construídas /remodeladas | nº | 32 | 33 | 28 |
| Rede de drenagem de águas residuais construída | Km | 1.434 | 1.433 | 1.402 |
| Selagem de Lixeiras | nº | 3 | 3 | 3 |
| Medida I.3 | | | | |
| Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos | Km | 33 | 22 | 22 |
| Estradas | Km | 200 | 647 | 631 |
| Medida 4 | | | | |
| Arranjos urbanísticos | nº | 25 | 73 | 58 |
| Recuperação de Edifícios e Monumentos | nº | 10 | 9 | 9 |
| Medida 5 | | | | |
| Ações inovadoras de prom e valorização dos recursos | nº | 80 | 552 | 290 |
| Reforço das Est. Organizativas Apoio Act. Económica | nº | 50 | 19 | 8 |
| Dinamização de redes e acções de cooperação interregional | nº | 70 | 86 | 58 |
| Reforço da eficácia das políticas públicas | nº | 40 | 8 | 2 |
| Medida 7 | | | | |
| Equipamentos estruturantes(culturais, lazer, apoio à act. Económica | nº | 8 | 26 | 22 |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados | nº | 10 | 2 | 2 |
| Medida 9 | | | | |
| Abastecimento de Água | Km | 150 | 238 | 151 |
| Drenagem e tratamento de Águas Residuais | Km | 460 | 692 | 476 |

2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais

Síntese global da execução

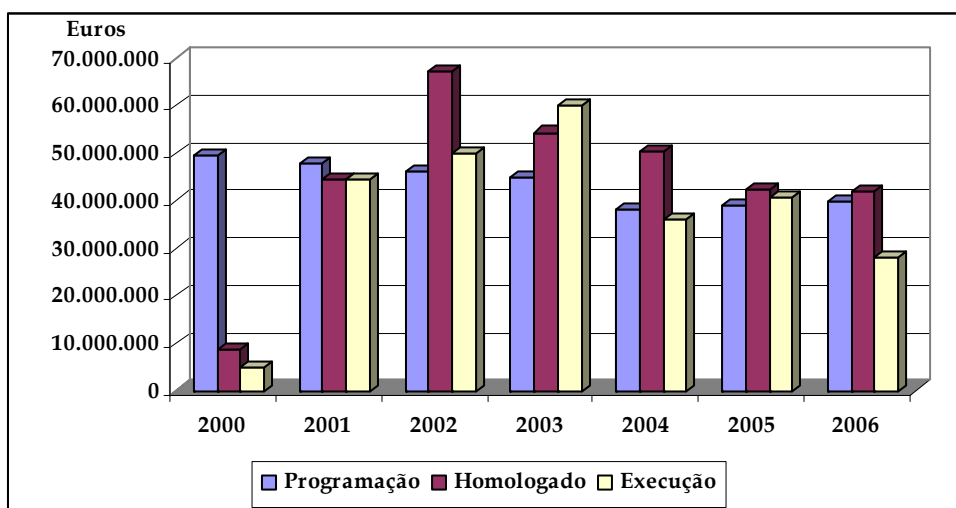
Os 556 projectos aprovados, na Medida I.1 até 31.12.2006, envolvem um investimento de 309,447 milhões de Euros. Embora a despesa pública programada até final da Intervenção Operacional tenha sido ligeiramente ultrapassada, está em curso a aprovação de alguns projectos para se atingirem os montantes programados. Tendo em consideração a despesa programada para esta Medida I.1 a execução atinge os 86,7%.

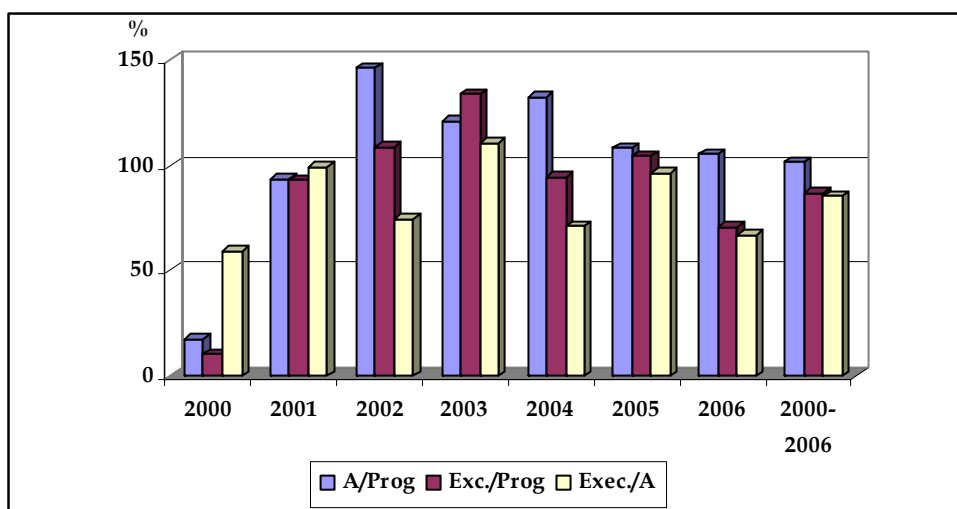
Medida I.1 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2.000 | 49.349.715 | 32.077.315 | 8.652.080 | 6.050.247 | 5.117.935 | 3.580.573 | 17,5 | 10,4 | 59,2 |
| 2.001 | 47.677.858 | 30.990.608 | 44.597.764 | 30.277.205 | 44.266.855 | 30.129.878 | 93,5 | 92,8 | 99,3 |
| 2.002 | 45.983.934 | 29.889.557 | 67.254.708 | 42.719.308 | 50.031.112 | 32.152.426 | 146,3 | 108,8 | 74,4 |
| 2.003 | 44.915.294 | 29.194.941 | 54.354.025 | 34.515.269 | 60.080.314 | 37.892.587 | 121,0 | 133,8 | 110,5 |
| 2.004 | 38.015.380 | 24.709.997 | 50.357.594 | 31.086.950 | 35.918.170 | 22.780.506 | 132,5 | 94,5 | 71,3 |
| 2.005 | 39.115.273 | 25.424.927 | 42.279.298 | 25.796.319 | 41.279.547 | 25.149.169 | 108,1 | 105,5 | 97,6 |
| 2.006 | 39.817.367 | 25.881.290 | 41.952.531 | 25.525.902 | 27.382.733 | 16.701.634 | 105,4 | 68,8 | 65,3 |
| Total (2000-2006) | 304.874.821 | 198.168.635 | 309.447.999 | 195.971.200 | 264.337.591 | 168.556.375 | 101,5 | 86,7 | 85,4 |

Medida I.1 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.1 - Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado*

Foram aprovados 364 projectos no Interior da Região, o que corresponde a um investimento de 186.4 milhões de Euros, enquanto o Litoral, com 192 projectos, regista um investimento de 123 milhões de Euros. O Dão-Lafões, com 99 projectos e 55,3 milhões de Euros aprovados, detém 17.9% do investimento total efectuado no conjunto da Região Centro.

Os 53 municípios do Interior, além do número de candidaturas (364) e do investimento aprovado (60,3% do total), detêm um investimento por habitante (231 Euros) que supera consideravelmente o do Litoral (126 Euros).

Medida I.1 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|-------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|----------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 86 | 48.062.547 | 15,5 | 29.792.857 | 39.906.686 | 24.923.307 | 24.966.442 | 124,6 | 558.867 |
| Baixo Mondego | 67 | 43.386.234 | 14,0 | 26.876.698 | 40.981.844 | 25.681.974 | 25.865.415 | 127,5 | 647.556 |
| Pinhal Litoral | 39 | 31.553.946 | 10,2 | 19.252.632 | 27.150.258 | 16.881.125 | 16.861.402 | 125,7 | 809.076 |
| Pinhal Int. Norte | 85 | 36.021.623 | 11,6 | 23.098.644 | 30.780.234 | 19.863.874 | 20.077.099 | 260,0 | 423.784 |
| Pinhal Int. Sul | 32 | 15.685.321 | 5,1 | 9.798.373 | 11.463.791 | 7.054.380 | 7.001.500 | 350,1 | 490.166 |
| Dão Lafões | 99 | 55.313.933 | 17,9 | 35.503.344 | 43.977.970 | 28.358.726 | 29.268.206 | 193,2 | 558.727 |
| Beira Int. Norte | 70 | 33.504.051 | 10,8 | 21.682.107 | 27.202.335 | 17.784.105 | 18.078.160 | 290,5 | 478.629 |
| Beira Int. Sul | 38 | 20.998.574 | 6,8 | 13.879.949 | 19.865.189 | 13.157.360 | 13.197.227 | 268,8 | 552.594 |
| Cova da Beira | 21 | 14.412.468 | 4,7 | 9.162.849 | 13.900.021 | 8.837.800 | 8.836.349 | 154,0 | 686.308 |
| Serra da Estrela | 19 | 10.509.302 | 3,4 | 6.923.749 | 9.109.262 | 6.013.723 | 6.187.024 | 210,6 | 553.121 |
| Litoral | 192 | 123.002.727 | 39,7 | 75.922.186 | 108.038.788 | 67.486.406 | 67.693.259 | 125,9 | 640.639 |
| Interior | 364 | 186.445.272 | 60,3 | 120.049.014 | 156.298.802 | 101.069.969 | 102.645.566 | 231,2 | 512.212 |
| TOTAL | 556 | 309.447.999 | 100,0 | 195.971.200 | 264.337.591 | 168.556.375 | 170.338.824 | 173,5 | 556.561 |

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Estamos perante uma Medida generalista, aberta a um amplo conjunto de sectores, embora os respectivos apoios se concentrem em três domínios fundamentais: transportes (236 projectos; 35,8% do investimento total), equipamentos desportivos (42 projectos; 16%) e revitalização urbana (92 projectos; 14,7%). Deste modo, responde-se aos objectivos específicos enunciados para esta medida, onde se referia a necessidade em “densificar e qualificar a rede de infra-estruturas básicas, nomeadamente no domínio das acessibilidades e do saneamento, bem como os equipamentos de uso colectivo”.

A educação (ensino básico) com 5,8% do investimento total, a cultura (7,7%) e a indústria (5,1%) são outros sectores apoiados no âmbito da Medida. O facto das infra-estruturas de saneamento não terem grande expressão (5,4%), relaciona-se com a existência de Medidas específicas para esta finalidade (I.2 – Ambiente e Recursos Naturais; I.9 – Saneamento Básico).

Medida I.1 - Investimento aprovado segundo os sectores de intervenção

Unide: Euros

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|----------------------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| TRANSPORTES - outros | 6 | 2.195.005 | 0,7 | 1.384.894 | 2.117.980 | 1.337.230 |
| TRANSPORTES - rodovia | 230 | 108.751.004 | 35,1 | 71.175.320 | 96.255.206 | 63.476.788 |
| AMBIENTE - abastecimento de água | 6 | 2.696.051 | 0,9 | 1.752.433 | 2.126.769 | 1.382.400 |
| AMBIENTE - águas residuais | 23 | 13.969.998 | 4,5 | 9.004.732 | 9.081.644 | 5.903.069 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 92 | 45.638.691 | 14,7 | 29.424.157 | 37.635.791 | 24.484.326 |
| PATRIMÓNIO HIST. CULTURAL | 3 | 860.708 | 0,3 | 542.512 | 860.708 | 542.512 |
| CULTURA | 30 | 23.713.072 | 7,7 | 14.141.663 | 20.127.781 | 12.093.848 |
| DESPORTO | 42 | 49.640.832 | 16,0 | 30.613.395 | 41.931.958 | 26.164.509 |
| EDUCAÇÃO - ensino básico | 43 | 17.933.581 | 5,8 | 11.839.606 | 17.072.072 | 11.279.625 |
| EDUCAÇÃO - ensino secundário | 1 | 456.611 | 0,1 | 296.797 | 456.611 | 296.797 |
| EDUCAÇÃO - outros | 4 | 1.657.033 | 0,5 | 1.086.931 | 1.657.033 | 1.086.931 |
| RECREIO E LAZER | 14 | 10.143.617 | 3,3 | 6.098.787 | 9.486.490 | 5.695.345 |
| APOIO AO DESENV. REGIONAL | 16 | 8.179.782 | 2,6 | 5.133.205 | 3.579.618 | 2.319.343 |
| COMÉRCIO | 6 | 2.973.879 | 1,0 | 1.653.253 | 2.973.879 | 1.653.253 |
| INDÚSTRIA | 27 | 15.845.008 | 5,1 | 8.969.126 | 14.558.131 | 8.230.446 |
| TURISMO | 3 | 1.696.695 | 0,5 | 921.655 | 1.696.694 | 921.655 |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL | 7 | 2.351.114 | 0,8 | 1.528.224 | 1.981.413 | 1.287.918 |
| OUTROS | 3 | 745.319 | 0,2 | 404.509 | 737.813 | 400.381 |
| Total | 556 | 309.447.999 | 100,0 | 195.971.200 | 264.337.591 | 168.556.375 |

Indicadores de realização física

Pelo que se acaba de referir, os indicadores físicos que traduzem o desempenho da Medida I.1 serão necessariamente diversificados. Os projectos apoiados, tanto em número absoluto como relativo, orientam-se para quatro áreas fundamentais: beneficiar e remodelar a rede viária municipal, estando a decorrer intervenções em 1113 dos 950 Km previstos; a construção de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, tendo sido aprovados 163 projectos e concluídos 140 dos 115 que se previam realizar até 2006; infra-estruturas de apoio à actividade económica, estando aprovadas 37 das 35 previstas; e finalmente, a reabilitação de alguns espaços urbanos, estando concluídas 43 das 40 iniciativas previstas. Deste modo e através desta Medida, o PO Centro está a contribuir para densificar e qualificar a rede de equipamentos de utilização colectiva, condição determinante para melhorar a qualidade de vida dos residente na Região Centro.

Medida I.1 - Indicadores de realização física

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|--|-----------|---------------|------------|------------|
| Equipamentos Desportivos, culturais, sociais e de lazer | nº | 115 | 163 | 140 |
| Arquivos construídos/remodelados | nº | | 2 | 1 |
| Bibliotecas construídas | nº | | 6 | 5 |
| Campos de jogos construídos | nº | | 3 | 2 |
| Campos de jogos remodelados/ampliados | nº | | 2 | 1 |
| Campos de ténis construídos | nº | | 3 | 3 |
| Centros comunitários construídos | nº | | 1 | 1 |
| Centros culturais construídos | nº | | 7 | 6 |
| Centros de artes construídos | nº | | 1 | 1 |
| Centros de dia construídos | nº | | 4 | 2 |
| Centros escolares do 1º ciclo construídos/adaptados | nº | | 2 | 2 |
| Creches construídas | nº | | 8 | 8 |
| Escolas do ensino básico construídas | nº | | 7 | 7 |
| Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas | nº | | 30 | 29 |
| Escolas profissionais remodeladas/ampliadas | nº | | 1 | 1 |
| Estâncias termais apoiadas | nº | | 1 | 1 |
| Grandes campos de jogos remodelados/ampliados | nº | | 4 | 4 |
| Museus construídos | nº | | 2 | 1 |
| Museus recuperados/valorizados/ampliados | nº | | 3 | 1 |
| Outros equipamentos desportivos construídos | nº | | 1 | 1 |
| Parques de campismo remodelados/ampliados | nº | | 1 | 1 |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos | nº | | 2 | 2 |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto remodelados/ampliados | nº | | 1 | 0 |
| Piscinas cobertas construídas | nº | | 16 | 14 |
| Piscinas cobertas remodeladas / ampliadas | nº | | 2 | 1 |
| Piscinas construídas | nº | | 10 | 10 |
| Piscinas remodeladas/ampliadas | nº | | 1 | 1 |
| Pistas de atletismo construídas | nº | | 2 | 2 |
| Polidesportivos construídos | nº | | 6 | 4 |
| Polidesportivos remodelados/ampliados | nº | | 1 | 0 |
| Pousadas da juventude criadas | nº | | 1 | 0 |
| Salas de aula do ensino básico remodeladas/ampliadas | nº | | 22 | 22 |
| Salas do ensino pré escolar construídas | nº | | 3 | 3 |
| Teatros/cinemas/cine teatros construídos | nº | | 1 | 1 |
| Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados | nº | | 1 | 1 |
| Lares de terceira idade construídos | nº | | 3 | 1 |

| | | | | |
|---|-----------|------------|-------------|------------|
| Acções de apoio ao desenvolvimento local | nº | | 1 | 0 |
| Área bruta de infraestruturas desportivas construídas | m2 | | 43842 | 0 |
| Infraestruturas, equipamentos e serviços instalados nas zonas fluviais/albufeiras | nº | | 1 | 1 |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica | nº | 35 | 37 | 33 |
| Loteamentos e zonas industriais municipais construídos | nº | | 10 | 9 |
| Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados | nº | | 19 | 19 |
| Mercados locais construídos | nº | | 1 | 1 |
| Mercados locais reestruturados | nº | | 5 | 4 |
| Centros de apoio à criação de empresas instalados | nº | | 1 | 1 |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica construídas | nº | | 1 | 0 |
| Área infraestruturada para acolhimento empresarial | m2 | | 950697 | 70697 |
| Infraestruturas de Transportes | Km | 950 | 1113 | 986 |
| Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos | km | | 1 | 1 |
| Estradas construídas/requalificadas | km | | 13 | 6 |
| Estradas reparadas | km | | 67 | 37 |
| Rede viária municipal beneficiada | km | | 843 | 771 |
| Rede viária municipal construída | km | | 52 | 43 |
| Rede viária urbana beneficiada | km | | 119 | 110 |
| Rede viária urbana construída | km | | 18 | 18 |
| Obras de arte beneficiadas | nº | | 2 | 2 |
| Obras de arte construídas | nº | | 6 | 6 |
| Obras de arte construídas - muros de suporte | nº | | 350 | 350 |
| Obras exteriores de abrigo construídas | nº | | 519 | 507 |
| Parques de estacionamento construídos | nº | | 2 | 1 |
| Acessos rodoviários | nº | | 8 | 8 |
| Arruamentos construídos | m2 | | 25811 | 5811 |
| Arruamentos remodelados/ampliados | m2 | | 54891 | 54891 |
| Infraestruturas de Saneamento Básico | Km | 115 | 160 | 100 |
| Estações elevatórias construídas | nº | | 2 | 1 |
| ETA remodeladas/ampliadas | nº | | 1 | 0 |
| ETAR construídas | Km | | 12 | 9 |
| Rede de abastecimento de água construída | Km | | 127 | 74 |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada | Km | | 33 | 26 |
| Rede de drenagem de águas pluviais construída | m | | 9752 | 9725 |
| Rede de drenagem de águas pluviais remodelada/ampliada | m | | 4018 | 4018 |
| Rede de drenagem de águas residuais construída | Km | | 220 | 132 |
| Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada | Km | | 5 | 2 |
| Reabilitação Urbana | nº | 40 | 52 | 43 |
| Zonas urbanas degradadas recuperadas/reconvertidas | nº | | 1 | 1 |
| Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados | nº | | 1 | 1 |
| Auditórios e centros de conferência/congressos construídos | nº | | 2 | 1 |
| Edifícios construídos | nº | | 2 | 2 |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados | nº | | 4 | 4 |
| Edifícios recuperados | nº | | 18 | 16 |
| Intervenções de renovação urbana | nº | | 13 | 9 |
| Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico | nº | | 1 | 1 |
| Intervenções integradas de renovação urbana | nº | | 7 | 7 |
| Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas | nº | | 2 | 0 |
| Zonas habitacionais reabilitadas | nº | | 1 | 1 |
| Área de arranjos urbanísticos | m2 | | 677765 | 545112 |
| Área envolvente a imóveis ou sítios históricos reabilitada ou requalificada | m2 | | 5000 | 5000 |
| Área urbana intervencionada | m2 | | 142248 | 136936 |
| Área verde criada | m2 | | 67125 | 64835 |

3. Medida 1.2 – Ambiente e recursos naturais

Síntese global da execução

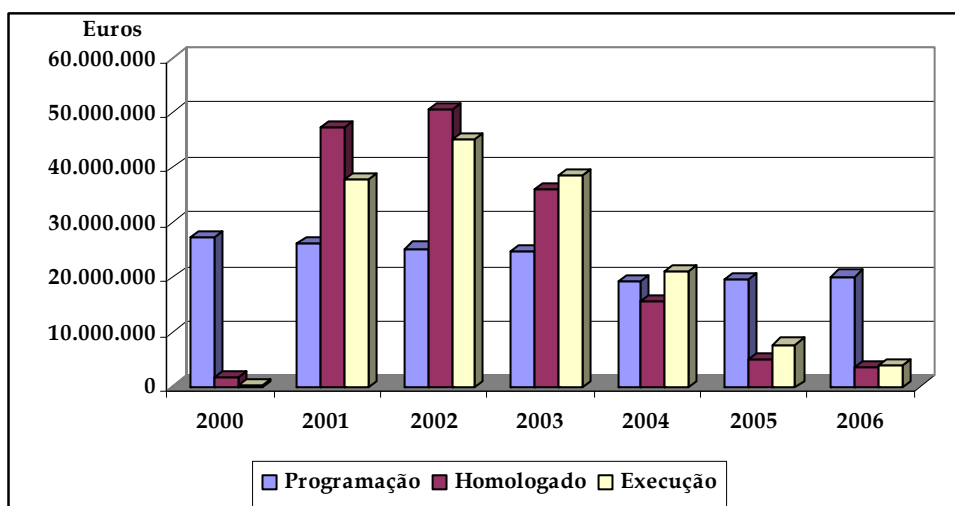
Os 267 projectos aprovados representam um investimento de 159,6 milhões de Euros, o que corresponde a 98,4% do montante programado e a execução, no final de 2006, situava-se em 95,4% do valor total programado para esta Medida.

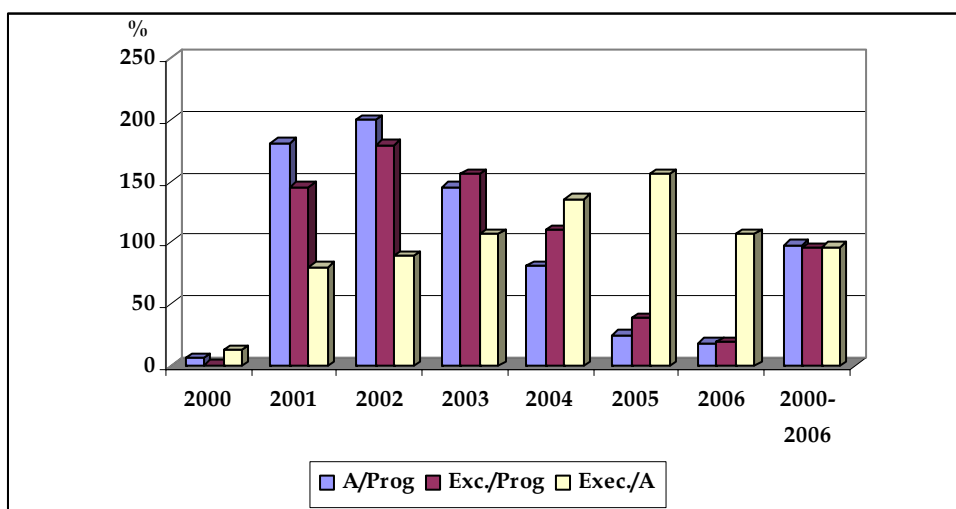
Medida I.2 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec/A |
| 2.000 | 27.115.611 | 20.336.701 | 1.669.866 | 1.252.399 | 209.617 | 157.213 | 6,2 | 0,8 | 12,6 |
| 2.001 | 26.196.995 | 19.647.739 | 47.391.100 | 35.524.457 | 37.989.809 | 28.473.489 | 180,9 | 145,0 | 80,2 |
| 2.002 | 25.266.254 | 18.949.684 | 50.534.440 | 37.557.594 | 45.264.952 | 33.791.767 | 200,0 | 179,2 | 89,6 |
| 2.003 | 24.679.081 | 18.509.304 | 35.906.421 | 26.814.788 | 38.503.519 | 28.619.219 | 145,5 | 156,0 | 107,2 |
| 2.004 | 19.128.516 | 14.346.382 | 15.504.402 | 11.623.180 | 21.038.371 | 15.737.176 | 81,1 | 110,0 | 135,7 |
| 2.005 | 19.670.272 | 14.752.699 | 4.967.954 | 3.704.987 | 7.728.302 | 5.775.248 | 25,3 | 39,3 | 155,6 |
| 2.006 | 20.145.525 | 15.109.139 | 3.691.718 | 2.763.801 | 3.927.835 | 2.934.475 | 18,3 | 19,5 | 106,4 |
| Total (2000-2006) | 162.202.254 | 121.651.648 | 159.665.901 | 119.241.207 | 154.702.890 | 115.518.950 | 98,4 | 95,4 | 96,9 |

Medida I.2 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.2 - Evolução das taxas de execução

As intervenções realizadas nesta Medida correspondem a redes de drenagem de águas residuais e de abastecimento de água, complementares dos diferentes sistemas multimunicipais que se estão a desenvolver na Região, e pequenos sistemas de saneamento básico para servirem aglomerados de pequena dimensão.

Incidência local do investimento aprovado

As intervenções realizadas predominam no Litoral da Região, onde foram apoiados 141 projectos que representam 67,5% do investimento. As Nut's do Baixo Vouga e Baixo Mondego são as que apresentam investimentos mais significativos, destacando-se no Interior a do Dão Lafões onde os 53 projectos aprovados representam 19,8% do investimento total.

Medida I.2 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. média |
|-------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|----------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 64 | 57.008.169 | 35,7 | 42.292.205 | 55.346.454 | 41.045.919 | 41.092.044 | 147,8 | 890.753 |
| Baixo Mondego | 55 | 32.186.545 | 20,2 | 24.112.362 | 31.930.449 | 23.920.291 | 23.976.393 | 94,6 | 585.210 |
| Pinhal Litoral | 22 | 18.637.558 | 11,7 | 13.962.495 | 18.199.912 | 13.634.260 | 13.634.260 | 74,3 | 847.162 |
| Pinhal Int. Norte | 28 | 6.461.241 | 4,0 | 4.845.931 | 5.987.673 | 4.490.755 | 4.490.756 | 46,6 | 230.759 |
| Pinhal Int. Sul | 3 | 563.961 | 0,4 | 422.970 | 563.960 | 422.970 | 422.970 | 12,6 | 187.987 |
| Dão Lafões | 53 | 31.548.739 | 19,8 | 23.661.554 | 30.461.719 | 22.846.290 | 22.843.286 | 110,2 | 595.259 |
| Beira Int. Norte | 11 | 4.003.157 | 2,5 | 3.002.368 | 3.876.950 | 2.907.713 | 2.922.672 | 34,7 | 363.923 |
| Beira Int. Sul | 3 | 528.247 | 0,3 | 396.186 | 528.247 | 396.186 | 396.186 | 6,8 | 176.082 |
| Cova da Beira | 8 | 3.019.705 | 1,9 | 2.264.779 | 3.019.705 | 2.264.779 | 2.264.779 | 32,3 | 377.463 |
| Serra da Estrela | 20 | 5.708.579 | 3,6 | 4.280.358 | 4.787.820 | 3.589.789 | 3.594.423 | 114,4 | 285.429 |
| Litoral | 141 | 107.832.272 | 67,5 | 80.367.062 | 105.476.815 | 78.600.470 | 78.702.698 | 110,4 | 764.768 |
| Interior | 126 | 51.833.629 | 32,5 | 38.874.146 | 49.226.074 | 36.918.481 | 36.935.071 | 64,3 | 411.378 |
| TOTAL | 267 | 159.665.901 | 100,0 | 119.241.207 | 154.702.890 | 115.518.950 | 115.637.769 | 89,5 | 598.000 |

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Os sectores apoiados nesta medida foram, predominantemente, o abastecimento de água (redes de abastecimento) e as águas residuais (redes de drenagem de águas residuais) e resíduos sólidos urbanos. A maior representação é nas águas residuais, cujo investimento representa 74,3% do investimento total aprovado, seguido do abastecimento de água, que absorve cerca de 20,4%, reflectindo os objectivos específicos da medida que visavam melhorar as necessidades de distribuição de água de qualidade e em quantidade e aumentar a taxa de cobertura da população por redes de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

Medida I.2 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|--------------------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| AMBIENTE - abastecimento água | 72 | 32.619.303 | 20,4 | 24.447.727 | 31.660.009 | 23.728.257 |
| AMBIENTE - águas residuais | 187 | 118.679.904 | 74,3 | 88.518.459 | 114.676.186 | 85.515.673 |
| AMBIENTE - protecção ambiental | 1 | 259.897 | 0,2 | 194.923 | 259.897 | 194.923 |
| AMBIENTE - resíduos sólidos | 7 | 8.106.797 | 5,1 | 6.080.098 | 8.106.797 | 6.080.098 |
| Total | 267 | 159.665.901 | 100,0 | 119.241.207 | 154.702.890 | 115.518.950 |

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que, no caso do Programa Operacional Regional, correspondem predominantemente à execução de infra-estruturas em “baixa”, fundamentalmente, redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais.

Medida I.2 - Indicadores de realização física

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|--|-----------|---------------|-------------|-------------|
| ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | |
| Reservatórios construídos/ampliados | nº | 67 | 76 | 74 |
| Reservatórios construídos | nº | | 66 | 64 |
| Reservatórios remodelados/ampliados | nº | | 10 | 10 |
| Redes de Abastecimento de água | Km | 1129 | 1262 | 1241 |
| Rede de abastecimento de água construída | Km | | 1139 | 1118 |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada | Km | | 123 | 123 |
| ETA construídas | nº | | 3 | 3 |
| ETA remodeladas/ampliadas | nº | | 2 | 2 |
| Rede de abastecimento de água: captação e tratamento | nº | | 5 | 4 |
| DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS | Km | 1434 | 1493 | 1456 |
| Rede de drenagem de águas residuais construída | Km | | 1448 | 1416 |
| Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada | Km | | 45 | 40 |
| Rede de drenagem de águas pluviais construída | m | | 82625 | 80153 |
| Emissário terrestre construído | m | | 3 | 3 |
| Estações elevatórias construídas | nº | | 155 | 147 |
| Etar's | nº | 32 | 35 | 32 |
| ETAR construídas | nº | | 33 | 30 |
| ETAR remodeladas/ampliadas | nº | | 2 | 2 |
| Selagem de lixeiras | nº | 3 | 3 | 3 |
| Lixeiras seladas | nº | | 3 | 3 |
| Contentores/recipientes (incluindo os dos ecopontos) adquiridos/instalados | nº | | 475 | 475 |
| Ecocentros criados | nº | | 4 | 4 |
| Equipamentos adquiridos para recolha de resíduos | nº | | 4 | 4 |

4. Medida I.3 – Acessibilidades

Síntese global da execução

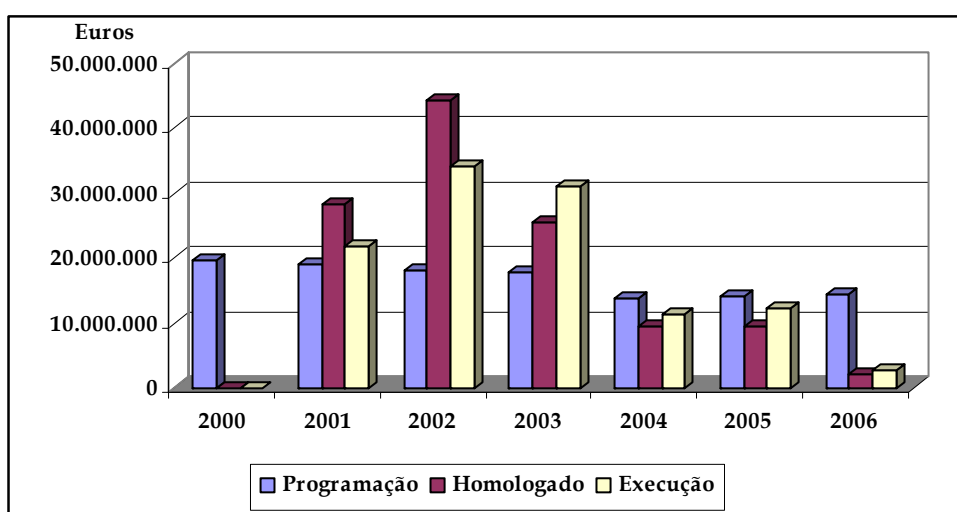
No âmbito desta Medida foram aprovados 117 projectos que envolvem um investimento total de 118,9 milhões de Euros, correspondendo a 101,9% do total programado para a Medida e a execução atinge, em termos de despesa pública, 96,7% do montante programado.

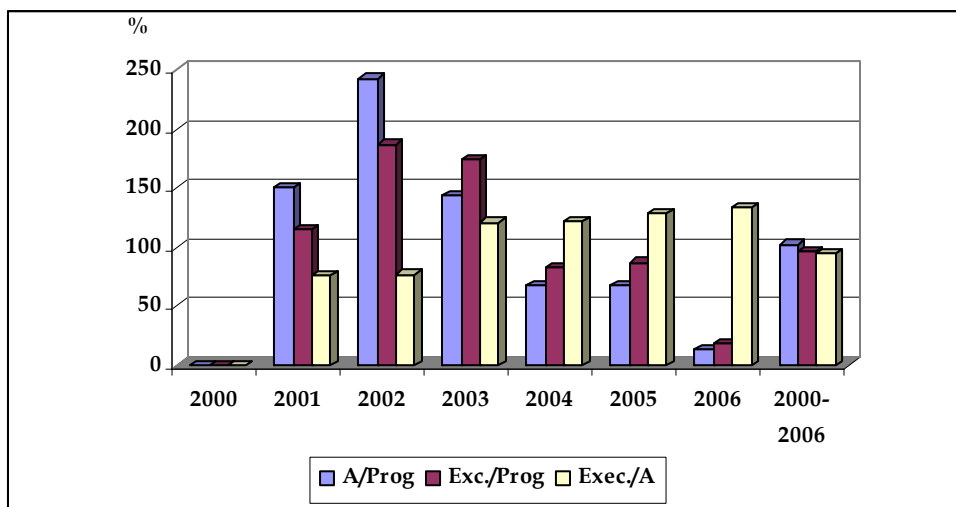
Medida I. 3 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2.000 | 19.523.171 | 14.642.378 | | | | | | | |
| 2.001 | 18.861.771 | 14.146.328 | 28.307.558 | 21.168.649 | 21.652.619 | 16.216.226 | 150,1 | 114,8 | 76,5 |
| 2.002 | 18.191.639 | 13.643.729 | 44.153.417 | 33.004.709 | 33.993.208 | 25.427.462 | 242,7 | 186,9 | 77,0 |
| 2.003 | 17.768.876 | 13.326.657 | 25.599.335 | 18.888.296 | 30.950.242 | 22.900.674 | 144,1 | 174,2 | 120,9 |
| 2.004 | 13.772.484 | 10.329.363 | 9.338.945 | 6.811.719 | 11.393.383 | 8.446.650 | 67,8 | 82,7 | 122,0 |
| 2.005 | 14.162.547 | 10.621.910 | 9.592.721 | 5.487.390 | 12.285.960 | 7.627.392 | 67,7 | 86,7 | 128,1 |
| 2.006 | 14.504.727 | 10.878.546 | 1.986.747 | 1.277.989 | 2.646.141 | 1.746.326 | 13,7 | 18,2 | 133,2 |
| Total (2000-2006) | 116.785.215 | 87.588.911 | 118.978.724 | 86.638.753 | 112.921.554 | 82.364.730 | 101,9 | 96,7 | 94,9 |

Medida I.3 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.3 – Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado***Medida I.3 - Incidência local do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. média |
|-------------------|------------|--------------------|--------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 16 | 19.301.551 | 16,2 | 14.210.474 | 18.631.922 | 13.724.312 | 13.795.527 | 50,0 | 1.206.347 |
| Baixo Mondego | 19 | 18.133.251 | 15,2 | 13.333.058 | 17.525.777 | 12.902.910 | 12.952.426 | 53,3 | 954.382 |
| Pinhal Litoral | 7 | 6.650.791 | 5,6 | 4.988.093 | 6.328.265 | 4.746.199 | 4.774.396 | 26,5 | 950.113 |
| Pinhal Int. Norte | 22 | 17.524.974 | 14,7 | 12.918.613 | 15.467.545 | 11.402.064 | 11.381.196 | 126,5 | 796.590 |
| Pinhal Int. Sul | 1 | 298.963 | 0,3 | 224.222 | 298.963 | 224.222 | 224.222 | 6,7 | 298.963 |
| Dão Lafões | 18 | 16.514.887 | 13,9 | 11.860.063 | 15.055.365 | 10.966.236 | 10.865.090 | 57,7 | 917.494 |
| Beira Int. Norte | 10 | 13.823.882 | 11,6 | 9.743.889 | 13.700.772 | 9.651.557 | 9.651.557 | 119,9 | 1.382.388 |
| Beira Int. Sul | 9 | 10.932.387 | 9,2 | 7.583.438 | 10.926.745 | 7.579.208 | 7.579.208 | 139,9 | 1.214.710 |
| Cova da Beira | 10 | 10.747.864 | 9,0 | 7.989.271 | 10.687.179 | 7.943.757 | 7.958.505 | 114,9 | 1.074.786 |
| Serra da Estrela | 5 | 5.050.175 | 4,2 | 3.787.631 | 4.299.021 | 3.224.266 | 3.396.588 | 101,2 | 1.010.035 |
| Litoral | 42 | 44.085.593 | 37,1 | 32.531.624 | 42.485.964 | 31.373.421 | 31.522.349 | 45,1 | 1.049.657 |
| Interior | 75 | 74.893.131 | 62,9 | 54.107.128 | 70.435.590 | 50.991.310 | 51.056.365 | 92,9 | 998.575 |
| TOTAL | 117 | 118.978.724 | 100,0 | 86.638.753 | 112.921.554 | 82.364.730 | 82.578.714 | 66,7 | 1.016.912 |

Os 75 projectos apoiados no Interior coloca esta sub-região com 63% do total de aprovações, embora se registem investimentos assinaláveis no Baixo Vouga e no Baixo Mondego, onde se investiu, respectivamente, 16,2% e de 15,2% do investimento total realizado em acessibilidades ao abrigo desta Medida.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

O volume mais expressivo de investimento realizou-se em projectos da rede viária municipal, decisivos para melhorar as acessibilidades internas e desencravar os territórios mais remotos da Região. Foram ainda apoiadas algumas circulares urbanas que concorrem, igualmente, para revitalização dos respectivos tecidos urbanos.

Medida I.3 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 3 | 6.634.965 | 5,6 | 4.976.224 | 6.634.965 | 4.976.224 |
| TRANSPORTES - rodovia | 114 | 112.343.759 | 94,4 | 81.662.529 | 106.286.589 | 77.388.507 |
| Total | 117 | 118.978.724 | 100,0 | 86.638.753 | 112.921.554 | 82.364.730 |

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem os objectivos preconizados para a Medida: construção de circulares aos centros urbanos, construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva.

Medida I.3 - Indicadores de realização física

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|---|-----------|---------------|------------|------------|
| Variantes Urbanas | Km | 22 | 22 | 22 |
| Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos | Km | | 22 | 22 |
| Estradas | Km | 635 | 683 | 665 |
| Estradas reparadas | Km | | 36 | 36 |
| Rede viária municipal beneficiada | Km | | 550 | 538 |
| Rede viária municipal construída | Km | | 28 | 22 |
| Rede viária urbana beneficiada | Km | | 26 | 26 |
| Rede viária urbana construída | Km | | 5 | 5 |
| Estradas construídas/requalificadas | Km | | 2 | 1 |
| Estradas reparadas | Km | | 36 | 36 |
| Arruamentos remodelados/ampliados | nº | | 1 | 0 |
| Obras de arte beneficiadas | nº | | 3 | 3 |
| Obras de arte construídas | nº | | 14 | 14 |

5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

Síntese global da execução

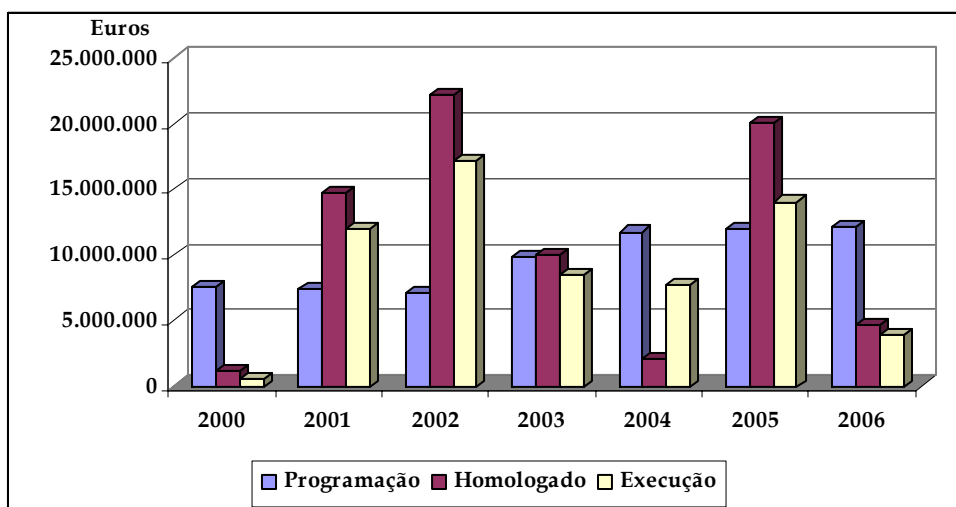
Os 92 projectos aprovados nesta Medida, que representam um volume de investimento superior a 74 milhões de Euros, colocam-na com um elevado nível de comprometimento (110% em termos de despesa; a rondar os 100% se atendermos ao respectivo fundo). A execução da Medida é elevada, atingindo as taxas de 94,1% e 85,4% relativamente à programação e às aprovações efectuadas.

Medida I.4 - Síntese da execução

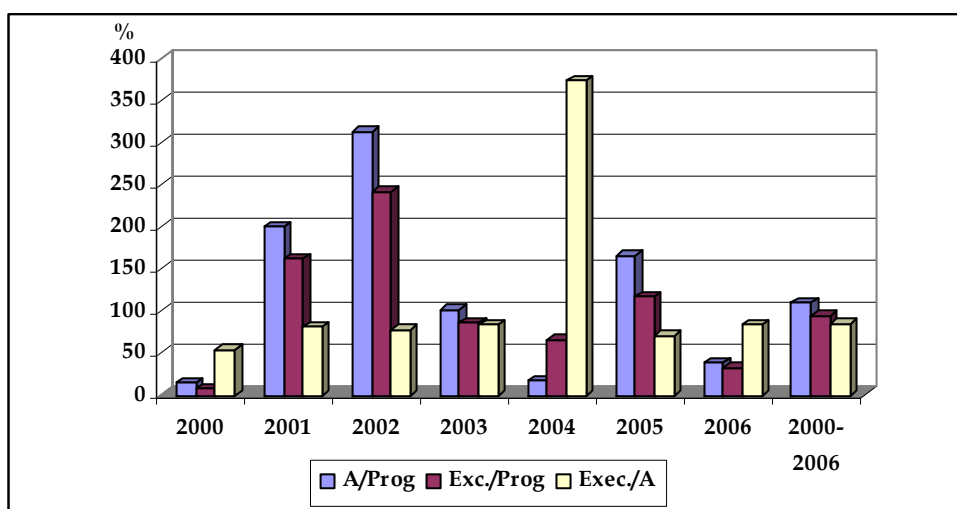
Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2.000 | 7.592.468 | 5.694.351 | 1.106.420 | 829.815 | 601.943 | 451.457 | 14,6 | 7,9 | 54,4 |
| 2.001 | 7.335.252 | 5.501.439 | 14.644.971 | 10.006.454 | 11.896.531 | 8.080.869 | 199,7 | 162,2 | 81,2 |
| 2.002 | 7.074.641 | 5.305.981 | 22.121.693 | 16.204.863 | 17.109.309 | 12.497.407 | 312,7 | 241,8 | 77,3 |
| 2.003 | 9.832.230 | 7.082.673 | 10.049.588 | 7.402.109 | 8.471.336 | 6.266.876 | 102,2 | 86,2 | 84,3 |
| 2.004 | 11.734.884 | 8.496.888 | 2.062.312 | 1.527.631 | 7.692.898 | 5.662.174 | 17,6 | 65,6 | 373,0 |
| 2.005 | 12.031.397 | 8.716.666 | 19.974.201 | 10.553.323 | 14.022.586 | 7.924.895 | 166,0 | 116,5 | 70,2 |
| 2.006 | 12.111.421 | 8.764.910 | 4.689.711 | 2.558.628 | 3.950.266 | 2.275.303 | 38,7 | 32,6 | 84,2 |
| Total (2000-2006) | 67.712.293 | 49.562.908 | 74.648.895 | 49.082.823 | 63.744.867 | 43.158.981 | 110,2 | 94,1 | 85,4 |

Medida I.4 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.4 - Evolução das taxas de execução



Incidência local do investimento aprovado

A distribuição territorial reflecte um certo equilíbrio de aprovações entre Litoral e Interior, no que respeita ao investimento aprovado.

Medida I.4 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|-------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 14 | 16.497.719 | 22,1 | 10.353.918 | 14.507.262 | 9.262.992 | 9.253.793 | 42,8 | 1.178.409 |
| Baixo Mondego | 15 | 10.679.148 | 14,3 | 7.922.211 | 10.336.598 | 7.665.298 | 7.725.397 | 31,4 | 711.943 |
| Pinhal Litoral | 9 | 5.194.224 | 7,0 | 3.439.941 | 4.476.150 | 3.050.832 | 3.050.832 | 20,7 | 577.136 |
| Pinhal Int. Norte | 19 | 15.006.001 | 20,1 | 9.896.588 | 13.552.750 | 9.061.124 | 9.038.443 | 108,3 | 789.790 |
| Pinhal Int. Sul | 3 | 2.148.877 | 2,9 | 1.074.439 | 1.301.962 | 650.981 | 650.981 | 48,0 | 716.292 |
| Dão Lafões | 14 | 12.422.385 | 16,6 | 8.828.181 | 10.399.257 | 7.714.500 | 8.003.433 | 43,4 | 887.313 |
| Beira Int. Norte | 8 | 4.885.702 | 6,5 | 2.898.615 | 3.082.092 | 1.979.677 | 2.006.455 | 42,4 | 610.713 |
| Beira Int. Sul | 3 | 1.755.556 | 2,4 | 1.051.751 | 1.755.556 | 1.051.751 | 1.051.751 | 22,5 | 585.185 |
| Cova da Beira | 4 | 3.461.315 | 4,6 | 2.067.882 | 3.461.315 | 2.067.882 | 2.067.882 | 37,0 | 865.329 |
| Serra da Estrela | 3 | 2.597.968 | 3,5 | 1.549.298 | 871.927 | 653.945 | 653.120 | 52,1 | 865.989 |
| Litoral | 38 | 32.371.091 | 43,4 | 21.716.070 | 29.320.010 | 19.979.122 | 20.030.022 | 33,1 | 851.871 |
| Interior | 54 | 42.277.805 | 56,6 | 27.366.753 | 34.424.857 | 23.179.859 | 23.472.065 | 52,4 | 782.922 |
| TOTAL | 92 | 74.648.895 | 100,0 | 49.082.823 | 63.744.867 | 43.158.981 | 43.502.087 | 41,9 | 811.401 |

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

As intervenções de revitalização urbana concentram 79,7% do investimento elegível aprovado, que visam, fundamentalmente, qualificar os espaços públicos, requalificar centros históricos e melhorar a imagem das sedes de concelho e outros aglomerados importantes da região.

Medida I.4 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|------------------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| APOIO AO DESENV. REGIONAL | 4 | 2.265.576 | 3,0 | 1.185.247 | 1.406.562 | 755.740 |
| COMÉRCIO | 1 | 3.097.771 | 4,1 | 1.548.886 | 2.798.368 | 1.399.184 |
| CULTURA | 4 | 2.547.502 | 3,4 | 1.604.346 | 2.547.502 | 1.604.346 |
| DESPORTO | 2 | 934.500 | 1,3 | 700.875 | 934.500 | 700.875 |
| INDÚSTRIA | 1 | 243.571 | 0,3 | 182.678 | 243.571 | 182.678 |
| PATRIMÓNIO HISTÓR./ CULTURAL | 1 | 536.458 | 0,7 | 402.343 | 536.458 | 402.343 |
| RECREIO E LAZER | 1 | 597.785 | 0,8 | 298.893 | | |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 72 | 59.493.551 | 79,7 | 40.302.208 | 51.393.222 | 35.803.043 |
| SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO | 1 | 651.088 | 0,9 | 488.316 | 651.088 | 488.316 |
| TRANSPORTES - rodovia | 5 | 4.281.093 | 5,7 | 2.369.032 | 3.233.597 | 1.822.455 |
| Total | 92 | 74.648.895 | 100,0 | 49.082.823 | 63.744.867 | 43.158.981 |

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que são, fundamentalmente, arranjos urbanísticos, com os quais se pretende recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico, bem como recuperar edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial.

Medida I.4 - Indicadores de realização física

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|--|-----------|---------------|------------|-----------|
| Arranjos Urbanísticos | nº | 65 | 74 | 59 |
| Área de arranjos urbanísticos | nº | | 45 | 31 |
| Intervenções de renovação urbana | nº | | 26 | 25 |
| Intervenções integradas de renovação urbana | nº | | 3 | 3 |
| Recuperação de Edifícios e Monumentos | nº | 10 | 9 | 9 |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados | nº | | 9 | 9 |
| Estâncias termais apoiadas | nº | | 1 | 1 |
| Campos de jogos construídos | nº | | 1 | 1 |
| Parques de estacionamento construídos | nº | | 1 | 1 |
| Parques/pavilhões de exposição construídos | nº | | 1 | 1 |
| Polidesportivos remodelados/ampliados | nº | | 1 | 1 |
| Rede viária urbana construída/ beneficiada | nº | | 7 | 4 |
| Rede viária urbana construída | nº | | 1 | 0 |

6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

Síntese global da execução

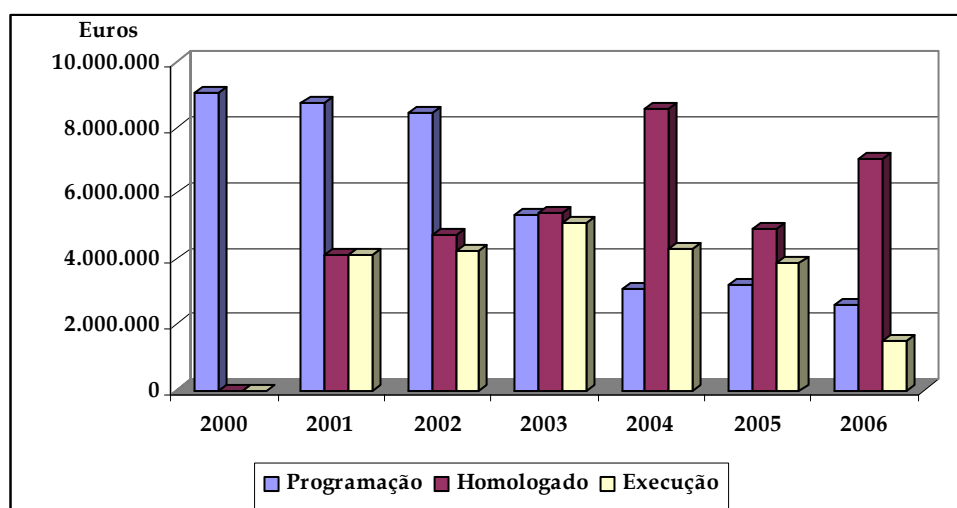
Até final de 2006 foram aprovados 133 projectos que envolvem um investimento total de 34,7 milhões de Euros, correspondendo a 86% do total programado para a Medida.

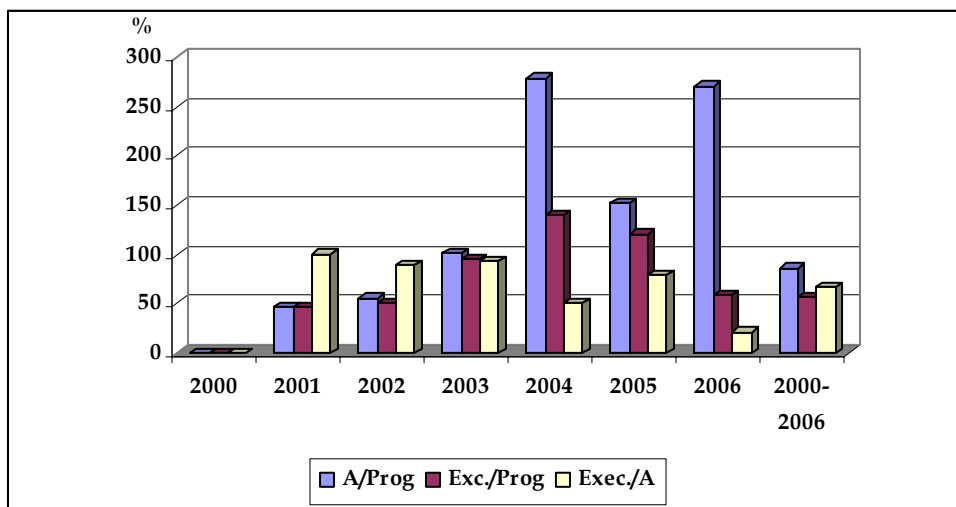
Medida I. 5 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc/Prog | Exec/A |
| 2.000 | 9.041.721 | 5.880.336 | | | | | | | |
| 2.001 | 8.744.495 | 5.681.123 | 4.116.558 | 2.806.424 | 4.116.558 | 2.806.424 | 47,1 | 47,1 | 100,0 |
| 2.002 | 8.429.784 | 5.479.281 | 4.711.697 | 2.890.182 | 4.228.339 | 2.567.276 | 55,9 | 50,2 | 89,7 |
| 2.003 | 5.311.882 | 3.451.946 | 5.411.411 | 3.339.630 | 5.065.118 | 3.135.175 | 101,9 | 95,4 | 93,6 |
| 2.004 | 3.078.199 | 2.000.969 | 8.584.793 | 6.091.485 | 4.310.856 | 3.029.300 | 278,9 | 140,0 | 50,2 |
| 2.005 | 3.214.770 | 2.089.739 | 4.893.713 | 3.192.673 | 3.878.926 | 2.687.576 | 152,2 | 120,7 | 79,3 |
| 2.006 | 2.596.406 | 2.092.054 | 7.024.783 | 4.559.744 | 1.512.346 | 994.274 | 270,6 | 58,2 | 21,5 |
| Total (2000-2006) | 40.417.257 | 26.675.448 | 34.742.956 | 22.880.137 | 23.112.143 | 15.220.025 | 86,0 | 57,2 | 66,5 |

Medida I.5 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.5 - Evolução das taxas de execução*Incidência local do investimento aprovado*

O investimento apoiado concentra-se, fundamentalmente, no litoral e no Baixo Mondego (65,8%), onde se localizam boa parte dos actores regionais que protagonizam iniciativas imateriais, susceptíveis de serem enquadradas nesta Medida.

Medida I.5 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|-------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 17 | 2.846.989 | 8,2 | 1.794.498 | 2.361.491 | 1.480.248 | 1.480.248 | 7,4 | 167.470 |
| Baixo Mondego | 58 | 22.861.308 | 65,8 | 15.487.156 | 15.503.092 | 10.531.659 | 11.284.289 | 67,2 | 394.160 |
| Pinhal Litoral | 15 | 1.646.760 | 4,7 | 1.037.655 | 764.945 | 469.836 | 469.836 | 6,6 | 109.784 |
| Pinhal Int. Norte | 4 | 951.342 | 2,7 | 619.716 | 216.312 | 141.946 | 141.946 | 6,9 | 237.836 |
| Pinhal Int. Sul | 2 | 213.491 | 0,6 | 138.769 | 136.931 | 89.005 | 89.005 | 4,8 | 106.745 |
| Dão Lafões | 10 | 2.660.864 | 7,7 | 1.673.178 | 1.418.050 | 872.209 | 872.209 | 9,3 | 266.086 |
| Beira Int. Norte | 10 | 1.279.968 | 3,7 | 774.023 | 1.022.849 | 616.310 | 616.310 | 11,1 | 127.997 |
| Beira Int. Sul | 12 | 1.645.709 | 4,7 | 966.000 | 1.323.889 | 804.750 | 804.750 | 21,1 | 137.142 |
| Cova da Beira | 5 | 636.524 | 1,8 | 389.143 | 364.584 | 214.061 | 214.061 | 6,8 | 127.305 |
| Serra da Estrela | | | | | | | | | |
| Litoral | 90 | 27.355.057 | 78,7 | 18.319.309 | 18.629.528 | 12.481.743 | 13.234.373 | 28,0 | 303.945 |
| Interior | 43 | 7.387.899 | 21,3 | 4.560.829 | 4.482.615 | 2.738.282 | 2.738.282 | 9,2 | 171.812 |
| TOTAL | 133 | 34.742.956 | 100,0 | 22.880.137 | 23.112.143 | 15.220.025 | 15.972.655 | 19,5 | 261.225 |

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

A incidência do investimento por sectores de actividade mostra uma concentração no apoio ao desenvolvimento regional (39,1%), salientando-se ainda os sectores do turismo (21,8%), da cultura (11,4%) e da sociedade da informação (6,9%).

Medida I.5 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|--------------------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| AGRICULTURA | 6 | 978.269 | 2,8 | 621.214 | 642.685 | 403.084 |
| AMBIENTE - outros | 2 | 123.611 | 0,4 | 80.347 | 34.260 | 22.269 |
| AMBIENTE - protecção ambiental | 3 | 354.628 | 1,0 | 230.508 | 229.479 | 149.162 |
| AMBIENTE - resíduos sólidos | 2 | 202.880 | 0,6 | 131.872 | 202.880 | 131.872 |
| APOIO AO DESENVOLV. REGIONAL | 74 | 13.576.488 | 39,1 | 8.622.523 | 10.893.640 | 6.832.395 |
| CULTURA | 12 | 3.973.540 | 11,4 | 2.530.644 | 3.212.087 | 2.042.428 |
| ENERGIA | 1 | 49.787 | 0,1 | 32.361 | 28.744 | 18.684 |
| INDÚSTRIA | 1 | 42.952 | 0,1 | 27.918 | | |
| OUTROS | 18 | 5.251.019 | 15,1 | 3.413.162 | 695.977 | 452.385 |
| SAÚDE | 1 | 239.328 | 0,7 | 155.563 | 239.328 | 155.563 |
| SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO | 2 | 2.391.088 | 6,9 | 1.642.512 | 2.391.087 | 1.642.511 |
| TURISMO | 11 | 7.559.366 | 21,8 | 5.390.387 | 4.541.974 | 3.369.672 |
| Total | 133 | 34.742.956 | 100,0 | 22.879.013 | 23.112.143 | 15.220.025 |

Indicadores de realização física

Na sequência do ponto anterior, não é de estranhar a maior concentração de projectos na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos” e à “dinamização de redes e acções de cooperação interregional”.

Medida I.5 - Indicadores de realização física

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|--|-----------|---------------|------------|------------|
| Acções inovadoras de promoção e valorização de recursos | nº | 300 | 555 | 305 |
| Acções de sensibilização/divulgação | nº | | 1 | 1 |
| Edição/produção/reprodução de materiais de divulgação e inform. (exemplares) | nº | | 264 | 251 |
| Edições audiovisual/multimédia: exemplares | nº | | 2 | 0 |
| Edições audiovisual/multimédia: títulos | nº | | 5 | 5 |
| Iniciativas de animação e promoção turística | nº | | 9 | 1 |
| Iniciativas de promoção/animação cultural | nº | | 234 | 9 |
| Livros/publicações editados : títulos | nº | | 25 | 23 |
| Material promocional/folhetos | nº | | 3 | 3 |
| Exposições realizadas | nº | | 12 | 12 |
| Reforço das estruturas organizativas de Apoio à Activ. Económica | nº | 18 | 19 | 15 |
| Estruturas prestadoras de serviços de qualificação e promoção regional | nº | | 19 | 15 |
| Dinamização de Redes e Acções de cooperação Interregional | nº | 70 | 102 | 63 |
| Congressos/seminários/workshops : organização | nº | | 5 | 2 |
| Congressos/seminários/workshops : participação | nº | | 2 | 0 |
| Estudos temáticos realizados | nº | | 8 | 7 |
| Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos | nº | | 27 | 11 |
| Feiras/certames/mostras : organização | nº | | 36 | 34 |
| Feiras/certames/mostras : participação | nº | | 24 | 9 |
| Reforço da Eficácia das Políticas Públicas | nº | 8 | 11 | 4 |
| Sistemas de informação | nº | | 4 | 2 |
| Projectos de conteúdo diverso | nº | | 1 | 0 |
| Projectos estruturantes implementados | nº | | 1 | 0 |
| Projectos de instalação e ampliação de infraestruturas de rede informática | nº | | 2 | 1 |
| Aplicações informáticas/bases de dados desenvolvidas | nº | | 3 | 1 |

7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Síntese global da execução

Criado em 2000 e co-financiado pela Medida 1.6 através do Fundo Social Europeu (FSE), o Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa FORAL) tem constituído ao longo dos últimos sete anos um importante apoio para a melhoria do nível de qualificação dos funcionários e agentes da Administração Local, de modo a permitir um melhor desempenho funcional por parte destes, junto dos municípios, em áreas como a educação, economia local, a solidariedade social, a cultura, o desporto e lazer e o ambiente.

Assim, tendo como destinatários formandos das mais variadas áreas funcionais e com níveis de habilitações e de competências profissionais diversas, a Medida 1.6 tem sido um meio de auxílio para, por um lado, a modernização das organizações, e, por outro, para que os formandos saibam dar uma resposta rápida e eficiente aos novos desafios da descentralização administrativa, da sociedade da informação, do desenvolvimento local e regional e da modernização da Administração Local.

Até ao final de 2006, entraram na EAT/FSE do P.O.Centro 645 candidaturas, das quais 555 foram aprovadas e homologadas. Foram indeferidas 10 em UG e houve 33 desistências (17 antes da UG e 16 após aquela). A exemplo do ano anterior, em 2006 registou-se o maior número de candidaturas aprovadas (179 nas quatro Unidades de Gestão).

Após o lançamento, em 2003, de três novas modalidades formativas no âmbito do Programa FORAL (formação-acção, formação a distância e formação avançada), tinham sido aprovados, até ao final de 2005, apenas 23 pedidos de financiamento no âmbito da formação-acção, 1 de formação a distância e 4 de formação avançada. Em 2006 houve um forte acréscimo no número de candidaturas aprovadas na modalidade de formação-acção (69).

O número de candidaturas aprovadas, em 2006, nas modalidades de formação a distância e avançada foi idêntico ao total aprovado até aqui (1 e 4, respectivamente). Quanto à formação tradicional, as 103 candidaturas aprovadas em 2006 mantêm a tendência verificada nos dois anos anteriores.

Da análise do Quadro seguinte é possível ver que para o intervalo 2000-2006 foram aprovados 37.598.057 € (Despesa Pública), dos quais 28.193.203 € são relativos ao Fundo Estrutural. Uma vez mais, o aumento do número de candidaturas aprovadas também teve importantes consequências do ponto de vista financeiro, como se pode verificar pelos valores da "Despesa Pública" e do "Fundo Comunitário" aprovados para 2006 (respectivamente 15.411.147 € e 11.558.361 €) e que representam 41% do total aprovado.

Medida I.6 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|---------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 8.625.695 | 6.469.288 | 264.064 | 198.048 | 0 | 0 | 3,1 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 8.335.927 | 6.251.961 | 1.689.735 | 1.261.961 | 432.339 | 301.778 | 20,3 | 5,2 | 25,6 |
| 2002 | 8.038.678 | 6.029.023 | 1.772.366 | 1.329.274 | 1.240.923 | 908.116 | 22,0 | 15,4 | 70,0 |
| 2003 | 5.642.531 | 4.231.912 | 3.526.933 | 2.645.200 | 1.334.650 | 1.045.495 | 62,5 | 23,7 | 37,8 |
| 2004 | | | 5.914.167 | 4.435.625 | 2.424.223 | 1.818.712 | | | 41,0 |
| 2005 | | | 9.019.645 | 6.764.734 | 3.442.782 | 2.582.087 | | | 38,2 |
| 2006 | | | 15.411.147 | 11.558.361 | 6.181.543 | 4.636.157 | | | 40,1 |
| Total (2000-2006) | 30.642.831 | 22.982.184 | 37.598.057 | 28.193.203 | 15.056.460 | 11.292.345 | 122,7 | 49,1 | 40,0 |

O elevado número de candidaturas aprovadas nos últimos anos, associado ao facto de muitas deles serem plurianuais, fez com que a execução tenha registado um forte crescimento em relação aos dois anos anteriores. Salientamos que o aumento da execução financeira e do volume de formação se deveu a uma procura direccionada para a resolução de problemas concretos, incentivando os funcionários e agentes da Administração Local a reforçar as suas competências.

Por outro lado, a utilização da modalidade de formação-acção nos projectos formativos de, por exemplo, implementação de sistemas de qualidade e de modernização administrativa materializou-se numa mudança do paradigma formativo, desincentivando-se as formações “por catálogo” e de curta duração, dando-se primazia a outras mais estruturantes e vocacionadas para a resolução de problemas específicos, e com cargas horárias mais elevadas.

Incidência local do investimento aprovado

Quanto à distribuição geográfica - por NUT III - das candidaturas, das 555 aprovadas, 130 enquadram-se no “Baixo Mondego”, 83 não são regionalizáveis e 82 em “Dão-Lafões”. A par daquelas, as NUT “Baixo Vouga”, “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Litoral” revelam, também, uma forte incidência do Programa FORAL. De realçar que qualquer das cinco NUT atrás referidas se situa ou no litoral, ou próxima deste.

Uma vez mais - pelo quarto ano consecutivo - as candidaturas não enquadráveis em qualquer das dez NUT III da Região Centro, ou seja, as “Não Regionalizáveis” representam a maior fatia ao nível das aprovações (Custo total elegível: 14.505.273 €), seguidas de Dão-Lafões (5.910.494 €) e do Baixo Mondego (4.166.004 €), que também mantêm as posições dos três anos anteriores.

O maior número de candidaturas aprovadas continua a ser pertença da NUT “Baixo Mondego”, que regista uma forte subida de ano para ano (21 no final de 2003; 46 no final de 2004, 95 no final de 2005 e 130 no final de 2006), seguida de “Dão-Lafões” (20 no final de 2003; 37 no final de 2004, 56 no final de 2005 e 82 no final de 2006) e do “Baixo Vouga” (17 no final de 2003; 29 no final de 2004, 47 no final de 2005 e 66 no final de 2006).

Medida I.6 - Incidência do investimento aprovado

Unid. Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|--------------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 66 | 2.725.490 | 2.725.490 | 2.043.137 | 7,22 | 7,07 |
| Baixo Mondego | 130 | 4.166.004 | 4.018.618 | 3.013.964 | 11,03 | 12,27 |
| Pinhal Litoral | 44 | 733.183 | 733.183 | 549.887 | 1,94 | 2,95 |
| Pinhal Interior Norte | 56 | 3.037.529 | 3.037.529 | 2.276.688 | 8,04 | 21,91 |
| Dão-Lafões | 82 | 5.910.494 | 5.910.494 | 4.432.871 | 15,65 | 20,69 |
| Pinhal Interior Sul | 18 | 1.179.362 | 1.179.362 | 884.522 | 3,12 | 26,31 |
| Serra da Estrela | 16 | 1.060.467 | 1.060.467 | 795.350 | 2,81 | 21,25 |
| Beira Interior Norte | 39 | 1.743.464 | 1.722.658 | 1.289.092 | 4,62 | 15,18 |
| Beira Interior Sul | 13 | 1.092.569 | 1.092.569 | 819.427 | 2,89 | 13,96 |
| Cova da Beira | 8 | 1.620.349 | 1.620.349 | 1.215.262 | 4,29 | 17,34 |
| Não Regionalizável | 83 | 14.505.273 | 14.497.338 | 10.873.004 | 38,40 | |
| Litoral | 240 | 7.624.677 | 7.477.291 | 5.606.988 | 20,18 | 7,83 |
| Interior | 232 | 15.644.234 | 15.623.428 | 11.713.211 | 41,42 | 19,42 |
| Total da Medida | 555 | 37.774.184 | 37.598.057 | 28.193.203 | 100,00 | 21,23 |

Indicadores de realização física

Ao contrário de anos anteriores, em termos de aprovações, o número de mulheres superou o número de homens (52.592 num total de 103.986), e, na formação realizada, os homens ultrapassaram as mulheres (29.224 num total de 58.121 formandos), como se pode ver no quadro seguinte.

Em grande parte em resultado do que foi atrás referido (maior número de candidaturas aprovadas - algumas delas plurianuais), a formação realizada em 2006 abrangeu 21.674 formandos, ou seja, 37% de um período de 6 anos.

Medida 1.6 - Execução física

| Sector | Indicador físico | | Unidade | Situação de partida | Previsto em CP | | Aprovações (quantidade) | | | Execuções (quantidade) | | |
|---------------------------------------|------------------|---------------------|----------|---------------------|----------------|------------|-------------------------|------------|------------|------------------------|-----------|------------|
| | | | | | 2003 | 2006 | 2000/05 | 2006 | TOTAL | 2000/05 | 2006 | TOTAL |
| FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO | Formandos | Homens | Unidades | 1238 | 11.085 | 25.865 | 34.529 | 16.865 | 51.394 | 17.365 | 11.859 | 29.224 |
| | | Mulheres | | 1532 | 11.085 | 25.865 | 31.872 | 20.720 | 52.592 | 19.082 | 9.815 | 28.897 |
| | | Empregados | | (1) | 22.170 | 51.730 | 66.401 | 37.585 | 103.986 | 36.447 | 21.674 | 58.121 |
| | | Desempregados | | (1) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Domínio do Ambiente | | (1) | (1) | (1) | 1.353 | 560 | 1.913 | 502 | 395 | 897 |
| | | Ações TIC | | (1) | (1) | (1) | 17.223 | 9.688 | 26.911 | 10.524 | 2.879 | 13.403 |
| | | Ações de I/O | | (1) | (1) | (1) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Total | | (1) | (1) | (1) | 5.409 | 2.665 | 8.074 | 3.512 | 1.637 | 5.149 |
| | Ações | Domínio do Ambiente | | (1) | (1) | (1) | (2) | (2) | (2) | 67 | 32 | 99 |
| | | Domínio das TIC | | (1) | (1) | (1) | (2) | (2) | (2) | 1.003 | 260 | 1.263 |
| | | Domínio da I/O | | (1) | (1) | (1) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Volume de Formação | | (1) | (1) | (1) | 2.624.314 | 1.141.075 | 3.765.389 | 1.153.004 | 582.981 | 1.735.985 |
| | Custo Total | | euros | (1) | 30.642.831 | 40.939.157 | 22.247.905 | 15.526.278 | 37.774.183 | 8.927.076 | 6.186.037 | 15.113.113 |
| | Despesa Pública | | euros | (1) | 30.642.831 | 40.939.157 | 22.186.909 | 15.411.148 | 37.598.057 | 8.874.917 | 6.181.543 | 15.056.460 |
| | FSE | | euros | (1) | 22.982.184 | 30.704.459 | 16.634.842 | 11.558.361 | 28.193.203 | 6.656.188 | 4.636.157 | 11.292.345 |

(1) Não previsto em complemento de programação

(2) Informação não disponível

Quanto às acções TIC e de Formação Ambiental, as primeiras continuam a superar largamente as segundas, em todos os indicadores, nomeadamente no número de formandos envolvidos (13.403 e 897, respectivamente).

O total de acções realizadas ascendeu a 5.149 (1.637 em 2006), enquanto que as acções TIC (1.263) continuam a superar as acções em Formação Ambiental (99).

Uma vez mais, no que respeita à formação realizada em 2006, o volume de formação (582.981) representa cerca de metade do volume de formação executado no período 2000-2005 (1.153.004), tendência já verificada nos anos anteriores e que se deve aos motivos já mencionados atrás para explicar os aumentos verificados ao nível da execução financeira.

Na Unidade de Gestão de 20 de Dezembro de 2006, e após terem sido aprovados 18 projectos de formação-acção, 3 de formação tradicional e 1 de formação avançada, os membros decidiram encerrar as candidaturas a projectos de acções formativas na Medida 1.6, pois a sua dotação orçamental encontrava-se totalmente absorvida.

8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial

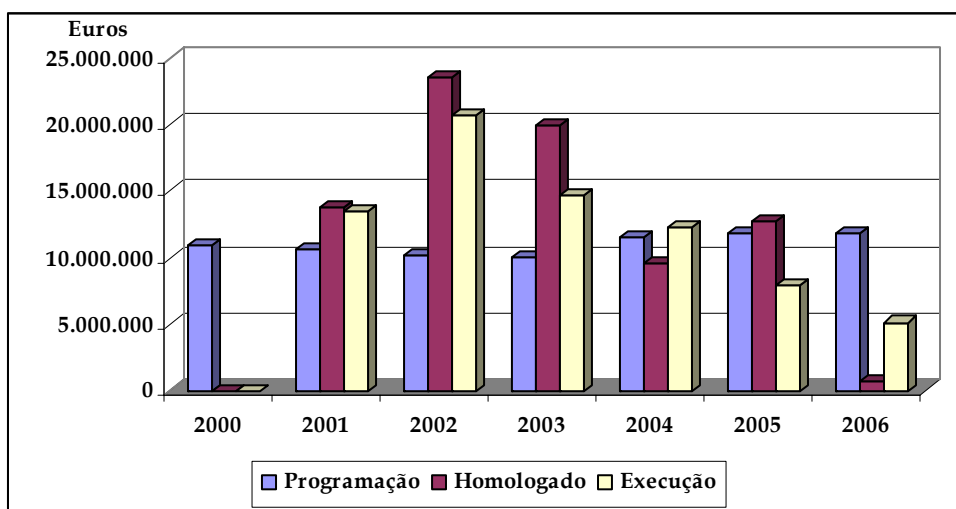
Os 32 projectos aprovados envolvem um investimento de 80,4 milhões de Euros, representando a execução 96,3% da programação total. Os projectos aprovados são, fundamentalmente, equipamentos estruturantes para a região, pelo que a respectiva dimensão média é relativamente elevada.

Medida I.7- Síntese da execução

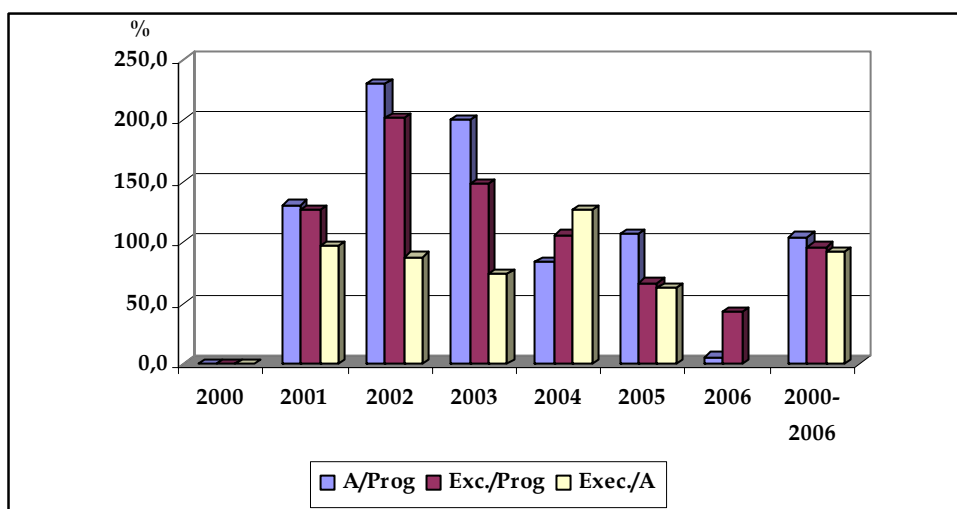
Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2.000 | 10.967.248 | 7.677.017 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2.001 | 10.595.704 | 7.416.937 | 13.826.176 | 9.672.604 | 13.468.249 | 9.422.055 | 130,5 | 127,1 | 97,4 |
| 2.002 | 10.219.253 | 7.153.424 | 23.552.182 | 16.163.442 | 20.683.975 | 14.259.126 | 230,5 | 202,4 | 87,8 |
| 2.003 | 9.981.764 | 6.987.183 | 19.989.431 | 13.589.055 | 14.734.452 | 10.169.797 | 200,3 | 147,6 | 73,7 |
| 2.004 | 11.520.702 | 8.064.451 | 9.632.581 | 6.621.790 | 12.236.880 | 8.252.278 | 83,6 | 106,2 | 127,0 |
| 2.005 | 11.874.436 | 8.312.063 | 12.748.392 | 5.912.570 | 7.918.608 | 4.135.216 | 107,4 | 66,7 | 62,1 |
| 2.006 | 11.874.202 | 8.311.898 | 658.879 | 428.426 | 5.125.488 | 2.573.791 | 5,5 | 43,2 | 777,9 |
| Total (2000-2006) | 77.033.309 | 53.922.973 | 80.407.642 | 52.387.887 | 74.167.652 | 48.812.262 | 104,4 | 96,3 | 92,2 |

Medida I.7 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.7 - Evolução das taxas de execução



Incidência local do investimento aprovado

Medida I.7 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|-------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 8 | 23.026.180 | 28,6 | 16.101.469 | 22.853.369 | 15.980.502 | 15.976.371 | 59,7 | 2.878.272 |
| Baixo Mondego | 2 | 13.860.739 | 17,2 | 8.948.477 | 13.860.739 | 8.948.477 | 8.905.380 | 40,7 | 6.930.370 |
| Pinhal Litoral | 4 | 6.607.387 | 8,2 | 4.625.171 | 4.869.137 | 3.408.396 | 3.461.825 | 26,3 | 1.651.847 |
| Pinhal Int. Norte | 4 | 4.612.322 | 5,7 | 2.245.328 | 2.936.547 | 1.453.823 | 1.709.779 | 33,3 | 1.153.081 |
| Pinhal Int. Sul | 1 | 1.738.102 | 2,2 | 1.216.671 | 1.649.409 | 1.154.586 | 1.154.586 | 38,8 | 1.738.102 |
| Dão Lafões | 6 | 13.236.773 | 16,5 | 8.684.486 | 12.112.254 | 8.122.226 | 8.082.846 | 46,2 | 2.206.129 |
| Beira Int. Norte | | | | | | | | | |
| Beira Int. Sul | 3 | 10.123.550 | 12,6 | 6.317.480 | 9.001.267 | 5.654.275 | 5.747.446 | 129,6 | 3.374.517 |
| Cova da Beira | 3 | 6.294.861 | 7,8 | 3.794.943 | 6.079.392 | 3.687.208 | 3.702.892 | 67,3 | 2.098.287 |
| Serra da Estrela | 1 | 907.727 | 1,1 | 453.864 | 805.538 | 402.769 | 402.769 | 18,2 | 907.727 |
| Litoral | 14 | 43.494.306 | 54,1 | 29.675.116 | 41.583.246 | 28.337.374 | 28.343.576 | 44,5 | 3.106.736 |
| Interior | 18 | 36.913.336 | 45,9 | 22.712.771 | 32.584.407 | 20.474.888 | 20.800.319 | 45,8 | 2.050.741 |
| TOTAL | 32 | 80.407.642 | 100,0 | 52.387.887 | 74.167.652 | 48.812.262 | 49.143.895 | 45,1 | 2.512.739 |

Observando a incidência geográfica do investimento verificamos que as NUT III do Baixo Vouga (28,6%), Baixo Mondego (17,2%) e Dão Lafões (16,5%) detêm a maior concentração de investimento. Com os projectos aprovados nesta Medida foi possível intervir nos principais aglomerados da Região, sobretudo em equipamentos estruturantes.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Os montantes mais significativos foram investidos na cultura (32 milhões de Euros; 39,9% do investimento total), no apoio ao desenvolvimento regional (25,8 milhões; 32,2%), em

equipamentos de recreio e lazer ou intervenções de reabilitação, quer do património local ou do tecido urbano.

Medida I.7 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|----------------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| APOIO AO DESENV. REGIONAL | 9 | 25.899.165 | 32,2 | 17.146.117 | 23.165.530 | 15.614.112 |
| CULTURA | 12 | 32.047.538 | 39,9 | 21.214.620 | 30.093.442 | 20.092.094 |
| EDUCAÇÃO - outros | 1 | 852.755 | 1,1 | 596.928 | 774.575 | 542.203 |
| INDÚSTRIA | 2 | 3.610.720 | 4,5 | 1.805.360 | 3.477.254 | 1.738.627 |
| PATRIMÓNIO HIST./ CULTURAL | 2 | 3.693.473 | 4,6 | 2.270.390 | 3.693.473 | 2.270.390 |
| RECREIO E LAZER | 2 | 8.452.252 | 10,5 | 5.395.107 | 7.431.621 | 4.782.728 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 3 | 4.113.637 | 5,1 | 2.742.693 | 3.882.348 | 2.617.522 |
| OUTROS | 1 | 1.738.102 | 2,2 | 1.216.671 | 1.649.409 | 1.154.586 |
| Total | 32 | 80.407.642 | 100,0 | 52.387.887 | 74.167.652 | 48.812.262 |

Indicadores de realização física

Tendo presente os sectores de intervenção e o número de intervenções aprovadas, importa destacar a diversidade de equipamentos com que a Região fica dotada, sobretudo os de índole cultural (39,9%) e as infraestruturas de apoio à actividade empresarial (32,2%).

Medida I.7 - Indicadores de realização física

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|--|---------|---------------|------------|-----------|
| Equipamentos estruturantes(culturais, de lazer, apoio à activ. Económica) | | 24 | 28 | 23 |
| Auditórios e centros de conferência/congressos construídos | | | 1 | 1 |
| Bibliotecas construídas | | | 1 | 1 |
| Centros culturais construídos | | | 3 | 2 |
| Centros de ciência viva criados | | | 1 | 1 |
| Edifícios construídos | | | 1 | 1 |
| Escolas profissionais construídas | | | 1 | 0 |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica construídas | | | 1 | 1 |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica remodeladas/ampliadas | | | 1 | 0 |
| Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados | | | 3 | 2 |
| Museus construídos | | | 2 | 2 |
| Parques de estacionamento construídos | | | 1 | 1 |
| Parques/pavilhões de exposição construídos | | | 4 | 4 |
| Parques/pavilhões de exposição remodelados/ampliados | | | 1 | 1 |
| Teatros/cinemas/cine teatros construídos | | | 3 | 2 |
| Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados | | | 3 | 3 |
| Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas | | | 1 | 1 |
| Área infraestruturada para acolhimento empresarial | m2 | | 138.514 | 89.203 |
| Área recuperada para zonas verdes e equipamento social | m2 | | 80.100 | 68.085 |
| Área urbana intervencionada | m2 | | 35.000 | 28.350 |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados | | 2 | 2 | 2 |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados | | | 2 | 2 |

9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico

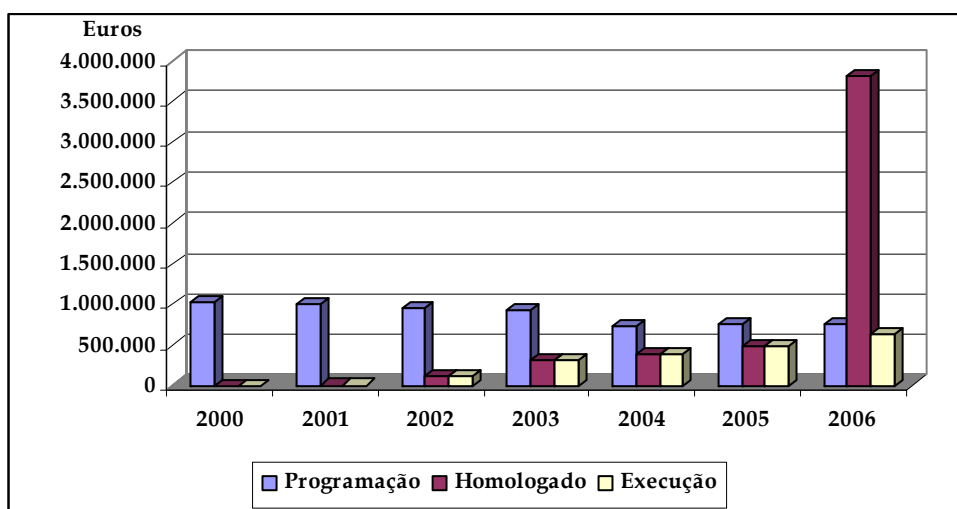
A execução dos 169 projectos aprovados até 31.12.2006 coloca esta Medida com os níveis de comprometimento e de realização que o quadro seguinte documenta.

Medida I.8 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2.000 | 1.029.587 | 772.190 | | | | | | | |
| 2.001 | 994.707 | 746.030 | 5.133 | 3.850 | 5.133 | 3.850 | 0,5 | 0,5 | 100,0 |
| 2.002 | 959.365 | 719.524 | 124.659 | 93.494 | 124.659 | 93.494 | 13,0 | 13,0 | 100,0 |
| 2.003 | 937.071 | 702.803 | 316.094 | 237.006 | 316.093 | 237.006 | 33,7 | 33,7 | 100,0 |
| 2.004 | 726.315 | 544.736 | 391.996 | 293.804 | 391.996 | 293.804 | 54,0 | 54,0 | 100,0 |
| 2.005 | 746.885 | 560.164 | 474.297 | 355.521 | 474.297 | 355.521 | 63,5 | 63,5 | 100,0 |
| 2.006 | 764.929 | 573.697 | 3.819.490 | 2.863.830 | 629.608 | 471.994 | 499,3 | 82,3 | 16,5 |
| Total (2000-2006) | 6.158.859 | 4.619.144 | 5.131.669 | 3.847.505 | 1.941.787 | 1.455.669 | 83,3 | 31,5 | 37,8 |

Medida I.8 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Incidência local do investimento aprovado

A distribuição do investimento aprovado por NUT III permite concluir que a procura foi mais intensa nos municípios do Baixo Mondego (25,5%), Dão Lafões (18,9%) e Beira Interior Norte (16,3%). O Pinhal Interior Norte continua a ser a NUT com o maior número de projectos aprovados (33), ocorrendo nas NUT do interior um maior nível de aprovações, tanto em número de projectos como em valor.

Medida I.8 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|-------------------|------------|------------------|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------|----------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 23 | 629.321 | 12,3 | 471.990 | 266.173 | 199.630 | 199.630 | 1,6 | 27.362 |
| Baixo Mondego | 26 | 1.311.036 | 25,5 | 983.277 | 548.882 | 411.662 | 411.662 | 3,9 | 50.424 |
| Pinhal Litoral | 6 | 187.543 | 3,7 | 140.658 | 69.811 | 52.359 | 52.359 | 0,7 | 31.257 |
| Pinhal Int. Norte | 33 | 467.666 | 9,1 | 349.503 | 230.303 | 172.056 | 172.056 | 3,4 | 14.172 |
| Pinhal Int. Sul | 2 | 71.115 | 1,4 | 53.336 | 30.071 | 22.553 | 22.553 | 1,6 | 35.557 |
| Dão Lafões | 30 | 971.386 | 18,9 | 728.540 | 245.271 | 183.953 | 183.953 | 3,4 | 32.380 |
| Beira Int. Norte | 22 | 837.353 | 16,3 | 628.015 | 295.724 | 221.793 | 221.793 | 7,3 | 38.062 |
| Beira Int. Sul | 11 | 286.002 | 5,6 | 214.502 | 128.280 | 96.210 | 96.210 | 3,7 | 26.000 |
| Cova da Beira | | | | | | | | | |
| Serra da Estrela | 16 | 370.247 | 7,2 | 277.685 | 127.273 | 95.455 | 95.455 | | |
| Litoral | 55 | 2.127.900 | 41,5 | 1.595.925 | 884.866 | 663.650 | 663.650 | 2,2 | 38.689 |
| Interior | 114 | 3.003.769 | 58,5 | 2.251.580 | 1.056.920 | 792.019 | 792.019 | 3,7 | 26.349 |
| TOTAL | 169 | 5.131.669 | 100,0 | 3.847.505 | 1.941.787 | 1.455.669 | 1.455.669 | 2,9 | 30.365 |

Indicadores de realização física

Tendo esta Medida um carácter imaterial, visto tratar-se da atribuição de linhas de crédito com juros bonificados, o indicador existente para o acompanhamento da sua realização física é o número de empréstimos contratados, equivalendo o grau de execução física à mesma percentagem da execução financeira (37,8%).

Medida I.8 - Indicadores de realização física

| Designação do indicador físico | Unidade | Aprovações | Grau de execução (%) |
|--|---------|------------|----------------------------|
| Empréstimo contratados ao abrigo da linha de crédito | Número | 169 | 37,8 |

10. Medida I.9 – Saneamento básico

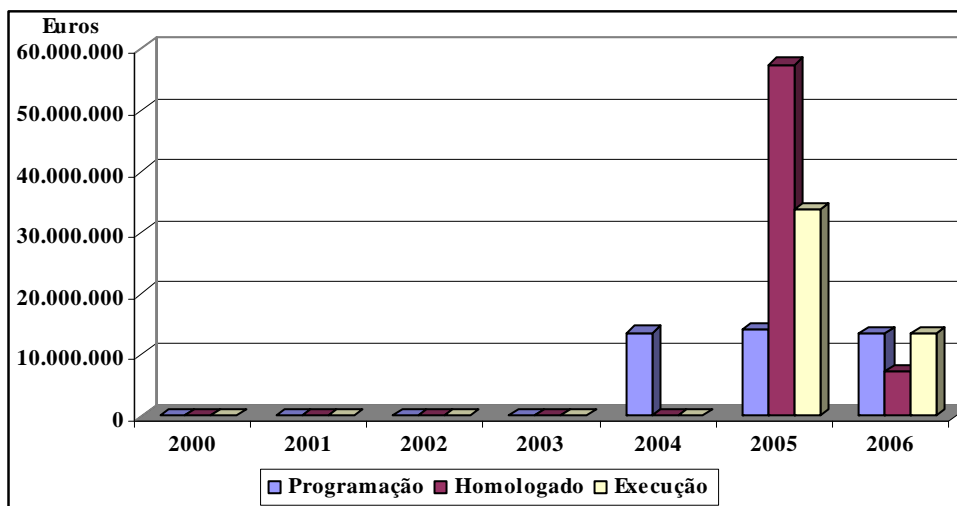
Os 124 projectos aprovados envolvem um investimento de 64,8 milhões de Euros de despesa pública e 30,6 milhões de Fundo, valor que corresponde a 99% relativamente ao programado para a Medida até 2006.

Medida I.9 - Síntese da execução

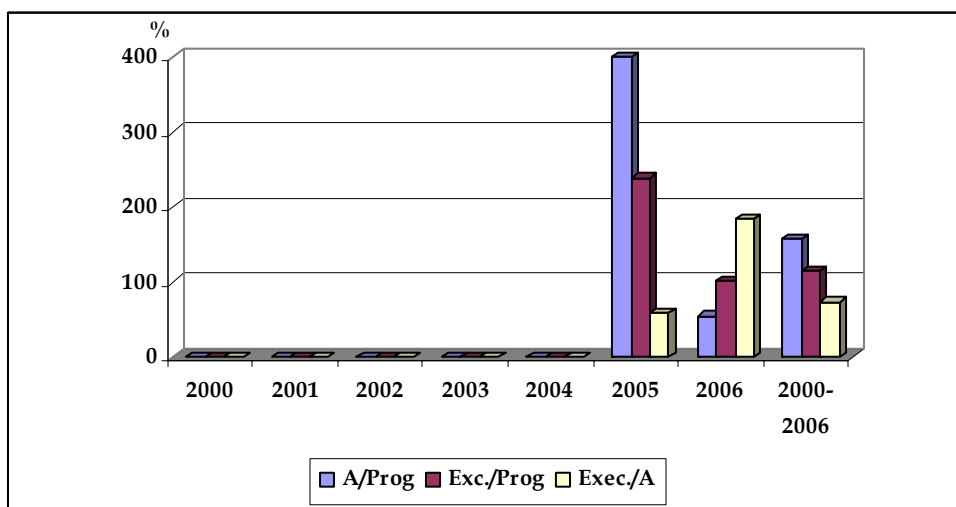
Unid: Euros

| Ano | Programação | | Homologado | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|--------------|-------------|
| | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | D. Pública | Feder | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2.000 | | | | | | | | | |
| 2.001 | | | | | | | | | |
| 2.002 | | | | | | | | | |
| 2.003 | | | | | | | | | |
| 2.004 | 13.685.223 | 10.263.917 | | | | | | | |
| 2.005 | 14.172.083 | 10.629.062 | 57.475.534 | 26.666.380 | 33.812.932 | 16.149.222 | 405,6 | 238,6 | 58,8 |
| 2.006 | 13.476.028 | 10.107.021 | 7.366.940 | 4.022.691 | 13.565.521 | 5.983.112 | 54,7 | 100,7 | 184,1 |
| Total (2000-2006) | 41.333.334 | 31.000.000 | 64.842.474 | 30.689.070 | 47.378.454 | 22.132.334 | 156,9 | 114,6 | 73,1 |

Medida I.9 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.9 - Evolução das taxas de execução

*Incidência local do investimento aprovado*

As NUT do Baixo Vouga (27,2%), Baixo Mondego (12,6%), Pinhal Litoral (14,0%) e Dão Lafões (15,5%) são as que apresentam investimentos mais significativos, representando os 37 apoiados no litoral 53,9% do investimento total.

Medida I.9 - Incidência do investimento aprovado

Unidade:: Euros

| NUT | Aprovações | | | | Execução | | Pagamentos | Capitação (Eur/hab.) | Projectos Dim. media |
|-------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Nº Proj | D. Publica | % | Feder | D. Publica | Feder | | | |
| Baixo Vouga | 16 | 17.657.809 | 27,2 | 7.067.617 | 15.320.996 | 6.267.548 | 6.182.104 | 45,8 | 1.103.613 |
| Baixo Mondego | 14 | 8.194.236 | 12,6 | 4.011.550 | 7.206.594 | 3.566.472 | 3.626.962 | 24,1 | 585.303 |
| Pinhal Litoral | 7 | 9.068.969 | 14,0 | 4.534.485 | 4.193.767 | 2.096.883 | 2.124.907 | 36,1 | 1.295.567 |
| Pinhal Int. Norte | 16 | 7.856.391 | 12,1 | 3.869.907 | 5.000.911 | 2.500.455 | 2.519.785 | 56,7 | 491.024 |
| Pinhal Int. Sul | 5 | 1.849.359 | 2,9 | 1.034.069 | 359.858 | 179.929 | 179.929 | 41,3 | 369.872 |
| Dão Lafões | 28 | 10.041.311 | 15,5 | 4.888.535 | 7.805.039 | 3.753.901 | 4.159.180 | 35,1 | 358.618 |
| Beira Int. Norte | 19 | 5.045.201 | 7,8 | 2.718.308 | 3.590.890 | 1.816.946 | 2.063.211 | 43,7 | 265.537 |
| Beira Int. Sul | 6 | 1.271.725 | 2,0 | 635.863 | 979.752 | 489.876 | 489.876 | 16,3 | 211.954 |
| Cova da Beira | 8 | 2.207.393 | 3,4 | 1.103.696 | 2.032.196 | 1.016.098 | 1.092.843 | 23,6 | 275.924 |
| Serra da Estrela | 5 | 1.650.079 | 2,5 | 825.040 | 888.452 | 444.226 | 513.466 | 33,1 | 330.016 |
| Litoral | 37 | 34.921.014 | 53,9 | 15.613.652 | 26.721.357 | 11.930.903 | 11.933.972 | 35,7 | 943.811 |
| Interior | 87 | 29.921.460 | 46,1 | 15.075.419 | 20.657.097 | 10.201.431 | 11.018.289 | 37,1 | 343.925 |
| TOTAL | 124 | 64.842.474 | 100,0 | 30.689.070 | 47.378.454 | 22.132.334 | 22.952.261 | 36,4 | 522.923 |

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Tal como previsto especificamente para a Medida, o volume mais expressivo de projectos aprovados corresponde a projectos de redes de drenagem de águas residuais que representam 87,6% do investimento total aprovado.

Medida I.9 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

| Sector de Actividade | Aprovações | | | | Execução | |
|-------------------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | Desp. Publica | % | Feder | Desp. Publica | Feder |
| AMBIENTE - abastecimento água | 18 | 8.038.227 | 12,4 | 3.948.162 | 6.524.792 | 3.191.445 |
| AMBIENTE - águas residuais | 106 | 56.804.247 | 87,6 | 26.740.908 | 40.853.662 | 18.940.889 |
| Total | 124 | 64.842.474 | 100,0 | 30.689.070 | 47.378.454 | 22.132.334 |

*Indicadores de realização física***Medida I.9 - Indicadores de realização física**

| Indicador | Unidade | Previsto 2006 | Programado | Executado |
|---|-----------|---------------|------------|------------|
| Rede de Abastecimento de Água | Km | 150 | 322 | 211 |
| Rede de abastecimento de água construída | Km | | 214 | 121 |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada | Km | | 108 | 90 |
| Rede de abastecimento de água: captação e tratamento | n.º | | 3 | 3 |
| Reservatórios construídos | n.º | | 22 | 10 |
| Drenagem e Tratamento de Águas Residuais | | 460 | 774 | 539 |
| Rede de drenagem de águas residuais construída | Km | | 762 | 536 |
| Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada | Km | | 13 | 3 |
| ETAR construídas | n.º | | 39 | 25 |
| ETAR remodeladas/ampliadas | n.º | | 3 | 3 |

Eixo Prioritário II

Acções Integradas de Base Territorial

1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução

Enquadramento

Enquadramento

O Eixo Prioritário II – Acções Integradas de Base Territorial do PO Centro tem como objectivo a concretização de intervenções de política pública em que a necessidade de concentração e integração dos investimentos em domínios estratégicos e em projectos estruturantes é promovida numa perspectiva territorial e/ou temática bem definida.

Trata-se de um Eixo Prioritário com especificidades ao nível de gestão, dado que inclui 3 fundos estruturais, com metodologias de funcionamento muito diferentes existindo uma grande diversidade de objectivos e conteúdos nas suas diferentes medidas.

Integram o Eixo Prioritário II sete medidas que encontram expressão em cinco Acções Integradas que intervêm, nomeadamente, na estruturação e competitividade do território regional, no reforço da capacidade de redinamizar as estruturas de povoamento rural, na mobilização de recursos e potencialidades de espaços sub-regionais específicos e na valorização dos recursos humanos. As sete medidas estão distribuídas pelos fundos estruturais Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e Fundo Social Europeu (FSE).

A gestão e acompanhamento dos projectos foram assegurados, tal como nos anos anteriores, pelos Coordenadores das diferentes Acções Integradas de Base Territorial (AIBT) - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (Componente Territorial); Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias; Turismo e Património no Vale do Côa; Serra da Estrela e Pinhal Interior. Estes contaram, nas tarefas de preparação de candidaturas, acompanhamento de projectos – físico e financeiro –, com o apoio das respectivas Estruturas de Apoio Técnico. Os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) também intervieram no processo, nomeadamente no acompanhamento físico dos projectos apoiados no âmbito do FEDER. Estas estruturas foram responsáveis pela análise das candidaturas apresentadas pelos promotores e pelo seu acompanhamento na fase de execução. Na vertente FEDER o esforço de análise técnica correspondeu a 123 candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão e avaliação e processamento de 324 pedidos de pagamento. De referir que a anunciada desativação dos GAT desencadeou, em termos de gestão, um conjunto de iniciativas por forma a que sejam asseguradas todas as tarefas que lhes estavam cometidas sem que haja prejuízo no acompanhamento dos projectos e na certificação da despesa.

A gestão e acompanhamento dos projectos FEOGA-O tem sido assegurada por estrutura de apoio técnico sedeadada na CCDR e por estruturas de apoio das Direcções Regionais de Agricultura e do IFADAP (Beira Litoral e Beira Interior). A Unidade Técnica de Coordenação foi responsável pela análise das candidaturas às diversas linhas de acção da medida. Durante o ano de 2006, apesar do esforço efectuado na gestão e acompanhamento desta medida relativamente ao contributo do eixo para o cumprimento da regra “n+2”, verifica-se que o grau de execução ficou aquém do desejável. Esta situação resulta, fundamentalmente, da redução de execução no segundo semestre de 2006 associada ao processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC), a atrasos na homologação de candidaturas e à especificidade dos promotores (públicos) e dos projectos (plurianuais e com início condicionado a determinadas épocas do ano).

A estrutura e gestão dos projectos no âmbito da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE), é assegurada por EAT sedeadada na CCDR, tendo analisado e submetido às Unidades de Gestão 30 candidaturas das 71 aprovadas desde o início

do QCA III. Transitaram para apreciação no ano de 2007, 33 candidaturas em fase de análise técnica.

Para o conjunto do Eixo e durante o ano de 2006, foram realizadas 19 Unidades de Gestão, repartidas pelas diferentes secções, que conduziram à aprovação de um investimento em despesa pública de 33.588.836€ (11,8% do investimento aprovado desde o início do III QCA) com uma comparticipação comunitária de 23.985.953€, relativo a 112 projectos (10,5% dos aprovados ao longo dos 7 anos de execução do III QCA).

O Eixo Prioritário II viu aprovado, até Dezembro de 2006, um investimento em despesa pública de 284.485.322€, a que correspondeu uma comparticipação comunitária de 197.426.192€, referente a 1067 projectos. Trinta e quatro outras candidaturas mereceram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão, não tendo, contudo, sido homologadas durante o ano de 2006. Se, quanto ao investimento aprovado, a maior parcela cabe ao FEDER, que representa 80,2% das aprovações, contra os 13,7% do FEOGA e 6,1% do FSE, o mesmo não se passa quanto ao número de projectos, uma vez que os valores percentuais entre o FEDER com 57,4% e o FEOGA com 36% aproximam-se, dizendo este último respeito, sobretudo, a pequenos projectos na área silvícola.

Verificou-se no decurso de 2006 uma alteração dos montantes de Programação associados à medida 2.8 (FSE) de que resultou uma redução de 2.352.393€ de despesa pública.

Em termos de aprovações e execução, para além do incremento verificado na medida 2.8 resultante, em parte das alterações de 2005 ao complemento de programação, que alargaram o seu domínio de intervenção deve-se salientar-se a aprovação, na medida 2.4, do “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa”, a consolidação do volume de aprovações da Linha de Acção “Aldeias Históricas” na medida 2.3 e a dinamização e execução dos projectos de reabilitação patrimonial e promoção associados ao “Programa das Aldeias do Xisto” (medida 2.6).

Além dos procedimentos inerentes à análise e preparação das candidaturas de cada uma das medidas que integram o Eixo II, foram desenvolvidas, durante o ano de 2006, um conjunto de actividades que permitiram assegurar o acompanhamento dos projectos aprovados e a gestão e coordenação das medidas, das quais se destacam: o apuramento mensal da execução efectuada por projecto, medida e conjunto do Eixo; actualização da informação física e financeira nos sistemas de informação; verificação dos elementos de despesa relativo aos projectos aprovados e processamento dos pagamentos aos beneficiários das diferentes medidas.

De destacar, ainda, o esforço associado à intensificação de verificação dos procedimentos de contratação pública com aplicação da metodologia comum aprovada para os PO Regionais. De destacar, nesta vertente, a aplicação exaustiva de procedimentos de verificação (“check-list” de beneficiário e de gestão) a projectos FEDER aprovados desde 01/01/2006 ou com contratos com primeira despesa após essa data.

Candidaturas apreciadas

Até 31 de Dezembro de 2006 foram e submetidas à apreciação das respectivas Unidades de Gestão um conjunto de 1171 candidaturas. Destas 1067 obtiveram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão, sendo 612 com financiamento FEDER, 384 FEOGA e 71 FSE.

O quadro seguinte dá conta da situação reportada a 31/12/2006, para cada medida.

Eixo II – Candidaturas Entradas e Apreciadas – Situação em 31/12/2006

| Medida | Nº de Candidaturas | | | | |
|--------------|----------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
| | Decididas em UG | | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) | |
| | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável | | Aprovadas | Indeferidas |
| II.1 | | 25 (*) | | 24 | |
| II.3 | | 184 | | 184 | |
| II.4 | 3 | 107 | 2 | 96 | 1 |
| II.5 | 4 | 82 | 3 | 81 | 1 |
| II.6 | | 227 | | 227 | |
| II.7 | 53 | 406 | 9 | 384 | 44 |
| II.8 | 9 (**) | 71 | | 71 | 9 |
| TOTAL | 69 | 1102 | 14 | 1067 | 55 |

(*) inclui 1 candidatura não homologada e descomprometida; (**) inclui 3 desistências

O maior número de indeferimentos regista-se na medida 2.7 (FEOGA-O) – 44 – tendo, ainda, crescido significativamente o número de projectos indeferidos na medida 2.8.

Eixo II – Candidaturas Indeferidas – Situação em 31/12/2006

| Linha de Acção | Tipo de indeferimento | Motivos de indeferimento | Nº de cand. |
|--|--------------------------|---|-------------|
| Medida II.4 LA4 | 2. Critérios de selecção | Regulamento Específico do Sistema de Auxílios | 1 |
| | Sub total | | 1 |
| Medida II.5 LA6 | 2. Critérios de selecção | Regulamento Interno UG | 1 |
| | Sub total | | 1 |
| Medida II.7 Acção 1 Acção 1 e 2 Acção 2 Acção 8 Acção 9 | 1. Condições de acesso | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica. | 25 |
| | | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica. | 1 |
| | | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica. | 3 |
| | | Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura. | 14 |
| | | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização e por inadequação técnica. | 1 |
| | Sub total | | 44 |
| Medida II.8 LA1 LA2 | | Regulamentação Específica da Medida | 4 |
| | | Regulamentação Específica da Medida | 5 |
| | Sub total | | 9 |
| Total | | | 55 |

Relativamente às aprovações, e face à necessidade de planear a fase de encerramento do Programa, verifica-se que duas das medidas FEDER - 2.3 e 2.5 - apresentam taxas de aprovação superiores a 100%, por forma a garantir condições de execução plena do programado face às quebras de execução, cujo valor se estima ronde os 5%. Este *overbooking* operacional será

concretizado a breve prazo nas restantes medidas FEDER sendo que os projectos em carteira garantem um nível de aprovações consentâneo com o cumprimento dos objectivos programados. Da mesma forma, a medida 2.8 tem um curso, no final do ano, processos de decisão e projectos em carteira que garantem o mesmo objectivo. As dificuldades verificadas na medida 2.7 (FEOGA-O) conduziram a um fraco acréscimo do nível de aprovações com reflexos no grau de compromisso da medida.

Execução

Sendo o FEDER o principal responsável pelo financiamento do Eixo II (75,6% do custo total programado 2000-2006, contra 6,7% do FSE e 17,7% do FEOGA), os três fundos, no seu conjunto, apresentam uma taxa de 95,9% da despesa pública aprovada face ao programado, tendo o ano de 2006 contribuído com um acréscimo de 12,4%. Contudo, comportamentos diferenciados são possíveis de verificar quando se analisa cada um dos fundos, sendo o FEDER o que apresenta no final de 2006 maior percentagem de aprovações (97,6%) face ao programado tendo-se verificado um acréscimo significativo de aprovações FSE que apresenta, no final do ano, um nível de aprovações de 82,4%.

A análise da execução financeira e respectivas taxas de cada um dos fundos estruturais no final de 2006 assinala, a par de um contributo FEDER face ao programado de 66,2%, um acréscimo de desempenho do FSE (45%) quer do FEOGA (44,5%), ainda que as diferenças se esbatam quando se consideram as taxas de execução face ao aprovado, apresentado o FEDER uma taxa de 67,8%, o FSE 54,6% e o FEOGA 47,9%.

Verifica-se que o volume de execução das medidas 2.4 e 2.8 cresceu fortemente face aos anos anteriores contribuindo para a recuperação do desempenho das medidas. Por outro lado, manteve-se o padrão de execução das medidas 2.3 e 2.5 que apresentam um grau de execução face ao aprovado superior a 80% (executando a medida 2.5 o valor programado para o ano). A execução da medida 2.1 ficou aquém do expectável perspectivando-se, no entanto, face ao nível de execução física actualmente existente, um acréscimo significativo do nível de execução financeira no início de 2007. A execução da medida 2.7 foi muito prejudicada pela impossibilidade de executar pagamentos entre Setembro e Novembro de 2006.

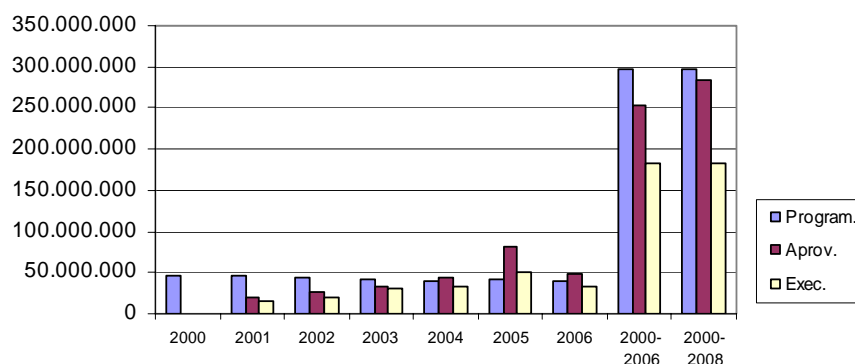
Eixo II - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovações (*) | | Execução | | Taxas(%) | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 46.210.573 | 32.040.045 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 45.142.098 | 31.259.238 | 19.626.281 | 13.587.437 | 15.881.424 | 10.869.317 | 43,5 | 35,2 | 80,9 |
| 2002 | 43.716.806 | 30.258.006 | 26.178.030 | 18.346.691 | 19.051.882 | 13.362.555 | 59,9 | 43,6 | 72,8 |
| 2003 | 42.872.370 | 29.659.924 | 33.638.067 | 23.545.296 | 29.736.875 | 20.719.888 | 78,5 | 69,4 | 88,4 |
| 2004 | 38.779.319 | 27.719.436 | 43.063.597 | 30.163.564 | 33.544.323 | 23.382.771 | 111,0 | 86,5 | 77,9 |
| 2005 | 41.086.939 | 29.466.358 | 82.100.487 | 56.946.206 | 50.536.105 | 34.994.670 | 199,8 | 123,0 | 61,6 |
| 2006 | 38.964.399 | 28.576.936 | 47.838.426 | 32.892.781 | 34.073.132 | 23.886.932 | 122,8 | 87,4 | 71,2 |
| 2000-2006 | 296.772.504 | 208.979.943 | 252.444.887 | 175.481.974 | 182.823.740 | 127.216.132 | 85,1 | 61,6 | 72,4 |
| Total (2000-2008) | 296.772.504 | 208.979.943 | 284.485.322 | 197.426.192 | 182.823.740 | 127.216.132 | 95,9 | 61,6 | 64,3 |

(*) O valor das aprovações 2000-2006 corresponde ao que estava previsto executar nesse período, nos projectos aprovados a 31-12-2006. O Valor 2000-2008 corresponde ao total previsto nos projectos aprovados a 31-12-2006.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Eixo II



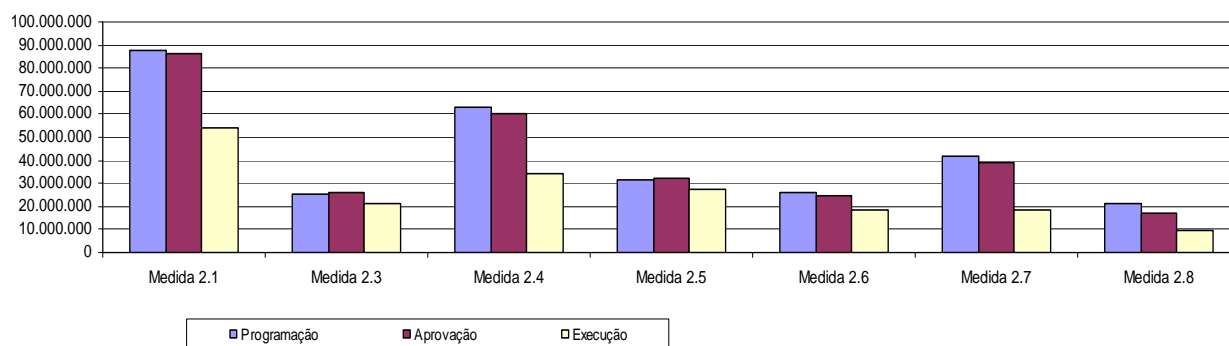
Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Medida - Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas(%) | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec/A |
| Medida 2.1 | 87.810.656 | 62.104.647 | 86.003.922 | 60.286.313 | 54.043.564 | 37.979.282 | 97,9 | 61,5 | 62,8 |
| Medida 2.3 | 25.251.751 | 17.675.724 | 25.781.510 | 18.009.678 | 20.892.315 | 14.458.580 | 102,1 | 82,7 | 81,0 |
| Medida 2.4 | 63.120.794 | 44.185.001 | 59.972.250 | 41.963.137 | 33.972.567 | 23.763.359 | 95,0 | 53,8 | 56,6 |
| Medida 2.5 | 31.560.497 | 22.092.600 | 32.091.274 | 21.909.083 | 27.164.093 | 18.531.482 | 101,7 | 86,1 | 84,6 |
| Medida 2.6 | 26.078.074 | 18.254.651 | 24.374.781 | 16.396.681 | 18.650.099 | 12.641.034 | 93,5 | 71,5 | 76,5 |
| Medida 2.7 | 41.980.900 | 28.939.937 | 38.980.431 | 25.900.435 | 18.664.998 | 12.765.316 | 92,9 | 44,5 | 47,9 |
| Medida 2.8 | 20.969.832 | 15.727.383 | 17.281.153 | 12.960.865 | 9.436.103 | 7.077.079 | 82,4 | 45,0 | 54,6 |
| Total (2000-2008) | 296.772.504 | 208.979.943 | 284.485.322 | 197.426.192 | 182.823.740 | 127.216.132 | 95,9 | 61,6 | 64,3 |

Da análise do quadro anterior constata-se que os níveis de execução são relativamente distintos quando comparadas as diferentes medidas que integram o eixo II.

Evolução da despesa pública - programação, aprovação e execução por Medida - Eixo II



O quadro seguinte apresenta a evolução desde o início do III QCA até 31 de Dezembro de 2006, da despesa pública no que se refere à programação, aprovação e execução, por ano e acumulado e considerando os diferentes fundos do Eixo II.

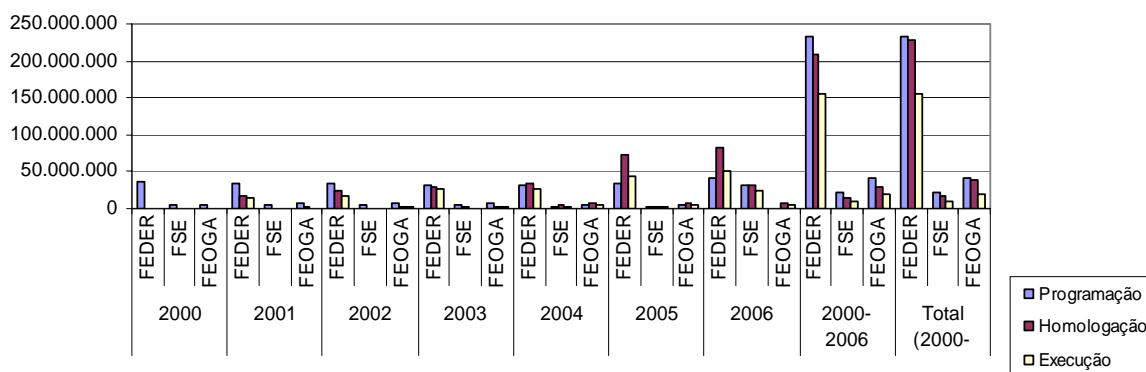
Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Fundo - Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: euros

| Ano | Fundo | Nº proj | Programação do PO | | Aprovações | | Execução | | Taxas (%) Despesa Pública | | |
|--------------------------|--------------|------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------------------|---------------|-------------|
| | | | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | Apr/ Prog | Exc./ Prog | Exe/ Apr |
| 2000 | FEDER | 0 | 35.896.603 | 25.127.699 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | FSE | | 4.316.920 | 3.237.692 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | FEOGA | | 5.997.050 | 3.674.654 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Total | 0 | 46.210.573 | 32.040.045 | | | | | | | |
| 2001 | FEDER | 92 | 34.681.313 | 24.276.993 | 17.129.178 | 11.716.485 | 15.356.228 | 10.475.420 | 49,4 | 44,3 | 89,6 |
| | FSE | 0 | 4.170.770 | 3.128.079 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | FEOGA | 46 | 6.290.015 | 3.854.166 | 2.497.103 | 1.870.951 | 525.196 | 393.897 | 39,7 | 8,3 | 21,0 |
| | Total | 151 | 45.142.098 | 31.259.238 | 19.626.281 | 13.587.437 | 15.881.424 | 10.869.317 | 43,5 | 35,2 | 80,9 |
| 2002 | FEDER | 93 | 33.448.778 | 23.414.216 | 23.487.604 | 16.328.871 | 17.383.046 | 12.112.804 | 70,2 | 52,0 | 74,0 |
| | FSE | 5 | 4.022.547 | 3.016.911 | 659.681 | 494.761 | 323.664 | 242.748 | 16,4 | 8,0 | 49,1 |
| | FEOGA | 82 | 6.245.481 | 3.826.879 | 2.030.744 | 1.523.058 | 1.345.172 | 1.007.004 | 32,5 | 21,5 | 66,2 |
| | Total | 180 | 43.716.806 | 30.258.006 | 26.178.030 | 18.346.691 | 19.051.882 | 13.362.555 | 59,9 | 43,6 | 72,8 |
| 2003 | FEDER | 69 | 32.671.448 | 22.870.083 | 28.734.715 | 19.867.781 | 26.609.364 | 18.374.255 | 88,0 | 81,4 | 92,6 |
| | FSE | 7 | 3.929.064 | 2.946.800 | 1.794.969 | 1.346.227 | 738.858 | 554.144 | 45,7 | 18,8 | 41,2 |
| | FEOGA | 47 | 6.271.858 | 3.843.041 | 3.108.383 | 2.331.287 | 2.388.652 | 1.791.489 | 49,6 | 38,1 | 76,8 |
| | Total | 124 | 42.872.370 | 29.659.924 | 33.638.067 | 23.545.296 | 29.736.875 | 20.719.888 | 78,5 | 69,4 | 88,4 |
| 2004 | FEDER | 103 | 31.923.895 | 22.346.778 | 33.224.424 | 23.185.622 | 26.977.327 | 18.797.122 | 104,1 | 84,5 | 81,2 |
| | FSE | 17 | 2.233.636 | 1.675.228 | 3.724.417 | 2.793.313 | 1.960.842 | 1.470.631 | 166,7 | 87,8 | 52,6 |
| | FEOGA | 138 | 4.621.788 | 3.697.430 | 6.114.756 | 4.184.629 | 4.606.154 | 3.115.018 | 132,3 | 99,7 | 75,3 |
| | Total | 258 | 38.779.319 | 27.719.436 | 43.063.597 | 30.163.564 | 33.544.323 | 23.382.771 | 111,0 | 86,5 | 77,9 |
| 2005 | FEDER | 175 | 32.884.043 | 23.018.884 | 73.215.091 | 50.833.573 | 42.954.541 | 29.875.784 | 222,6 | 86,5 | 77,9 |
| | FSE | 12 | 2.296.895 | 1.722.673 | 2.100.241 | 1.575.180 | 2.513.681 | 1.885.263 | 91,4 | 109,4 | 119,7 |
| | FEOGA | 69 | 5.906.001 | 4.724.801 | 6.785.156 | 4.537.453 | 5.067.883 | 3.233.623 | 114,9 | 85,8 | 74,7 |
| | Total | 256 | 41.086.939 | 29.466.358 | 82.100.487 | 56.946.206 | 50.536.105 | 34.994.670 | 199,8 | 123,0 | 61,6 |
| 2006 | FEDER | 0 | 32.315.692 | 23.257.970 | 32.252.819 | 22.434.499 | 25.442.133 | 17.738.352 | 99,8 | 123,0 | 61,6 |
| | FSE | 30 | 0 | 0 | 6.609.086 | 4.956.815 | 3.899.058 | 2.924.294 | 0,0 | 0,0 | 59,0 |
| | FEOGA | 2 | 6.648.707 | 5.318.966 | 8.976.520 | 5.501.467 | 4.731.940 | 3.224.285 | 135,0 | 71,2 | 52,7 |
| | Total | 32 | 38.964.399 | 28.576.936 | 47.838.426 | 32.892.781 | 34.073.132 | 23.886.931 | 122,8 | 87,4 | 71,2 |
| 2000- 2006 | FEDER | 532 | 233.821.772 | 164.312.623 | 208.043.831 | 144.366.832 | 154.722.638 | 107.373.736 | 89,0 | 66,2 | 74,4 |
| | FSE | 41 | 20.969.832 | 15.727.383 | 14.888.394 | 11.166.296 | 9.436.103 | 7.077.079 | 71,0 | 45,0 | 63,4 |
| | FEOGA | 382 | 41.980.900 | 28.939.937 | 29.512.662 | 19.948.845 | 18.664.998 | 12.765.316 | 70,3 | 44,5 | 63,2 |
| | Total | 955 | 296.772.504 | 208.979.943 | 252.444.887 | 175.481.974 | 182.823.740 | 127.216.132 | 85,1 | 61,6 | 72,4 |
| Total (2000- 2008) | FEDER | 532 | 233.821.772 | 164.312.623 | 228.223.738 | 158.564.892 | 154.722.638 | 107.373.736 | 97,6 | 66,2 | 67,8 |
| | FSE | 41 | 20.969.832 | 15.727.383 | 17.281.153 | 12.960.865 | 9.436.103 | 7.077.079 | 82,4 | 45,0 | 54,6 |
| | FEOGA | 382 | 41.980.900 | 28.939.937 | 38.980.431 | 25.900.435 | 18.664.998 | 12.765.316 | 92,9 | 44,5 | 47,9 |
| | Total | 955 | 296.772.504 | 208.979.943 | 284.485.322 | 197.426.192 | 182.823.740 | 127.216.132 | 95,9 | 61,6 | 64,3 |

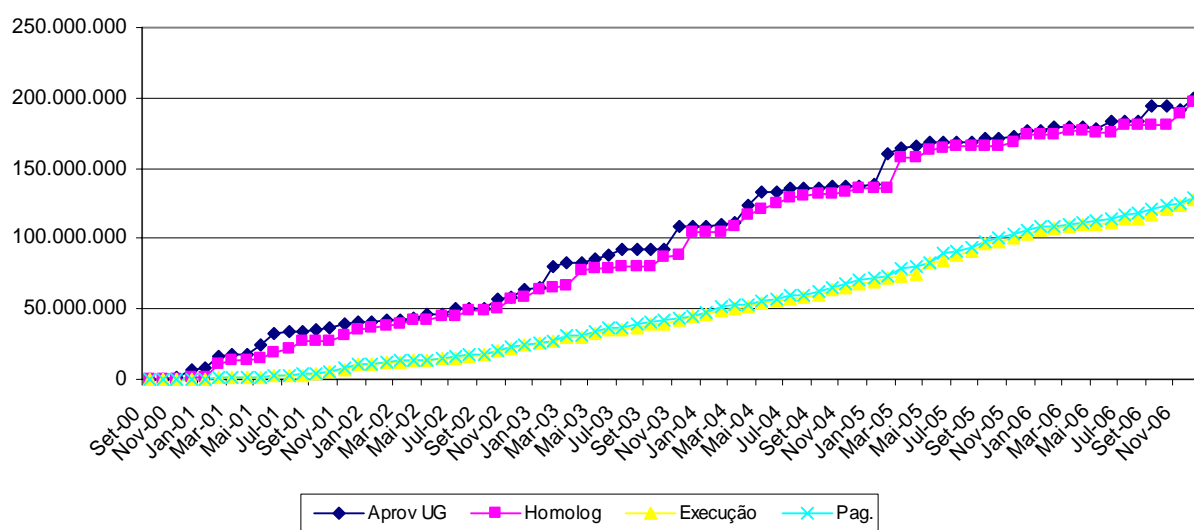
(*) - Programação anual dos projectos homologados até final de 2006

Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução



O gráfico seguinte dá conta da evolução, por mês e para o conjunto das medidas que integram o Eixo II, das aprovações em Unidade de Gestão, homologações, execução e pagamentos desde o início do QCA III até 31 de Dezembro de 2006.

Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução



Incidência territorial do investimento aprovado

As áreas territoriais de intervenção das diferentes AIBT situam-se, quase em exclusivo, no interior da Região Centro excepção feita à AIBT das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Medida 2.3) que dispõe de uma linha de acção que integra territórios incluídos nas NUT do litoral – linha de acção dedicada aos Centros Rurais –, e à Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades que incide em 3 cidades situadas nas NUT do litoral – Aveiro, Coimbra e Leiria. A AIBT Turismo e Património no Vale do Côa Turismo inclui 4 concelhos da R. Norte.

Significa, portanto, que sendo a NUT III a unidade territorial considerada para traduzir a incidência territorial do investimento aprovado, não seja esta a que melhor agrega e dá expressão aos territórios de intervenção das diferentes AIBT uma vez que nenhuma delas corresponde na íntegra a um ou mais territórios que compõem as diferentes NUT.

A distribuição dos projectos por NUT traduz isso mesmo, já que apenas 16 dos 1067 projectos aprovados e homologados se situam nas NUT que integram o litoral da Região Centro.

A distribuição geográfica dos projectos é apresentada no quadro seguinte.

Eixo II – Incidência do investimento aprovado

Unidade: Euros

| NUT III | Projectos Aprovados | | | | Incidência | |
|--------------------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|------------|----------|
| | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | | |
| | | | | | % | por hab. |
| Região Norte (*) | 35 | 30.867.813 | 30.832.921 | 21.583.045 | | |
| Baixo Vouga | 6 | 12.771.449 | 12.771.449 | 8.949.119 | 4,4 | 33 |
| Baixo Mondego | 4 | 10.718.957 | 10.718.957 | 7.504.571 | 3,7 | 32 |
| Pinhal Litoral | 6 | 8.326.911 | 8.326.911 | 5.828.472 | 2,8 | 33 |
| Pinhal Interior Norte | 270 | 43.709.274 | 41.524.173 | 27.596.927 | 14,9 | 315 |
| Dão-Lafões | 43 | 32.061.456 | 32.061.456 | 22.528.588 | 10,9 | 112 |
| Pinhal Interior Sul | 214 | 19.772.209 | 16.023.281 | 11.136.925 | 6,8 | 441 |
| Serra da Estrela | 44 | 13.022.317 | 12.541.546 | 8.737.790 | 4,4 | 261 |
| Beira Interior Norte | 152 | 57.612.307 | 56.637.274 | 39.256.604 | 19,7 | 502 |
| Beira Interior Sul | 113 | 25.361.579 | 24.865.912 | 17.465.063 | 8,7 | 324 |
| Cova da Beira | 120 | 25.554.637 | 24.938.201 | 17.123.006 | 8,7 | 273 |
| Não Regionalizável | 60 | 13.243.241 | 13.243.241 | 9.716.081 | 4,5 | |
| Litoral | 16 | 31.817.317 | 31.817.317 | 22.282.162 | 10,9 | 33 |
| Interior | 956 | 217.093.779 | 208.591.842 | 143.844.904 | 74,1 | 269 |
| Total da Medida | 1.032 | 262.154.337 | 253.652.400 | 175.843.146 | 89,5 | 147 |
| Total da Medida c/ Norte | 1.067 | 293.022.150 | 284.485.322 | 197.426.192 | 100,0 | |

(*) 4 municípios

Sectores apoiados: aprovações e execução

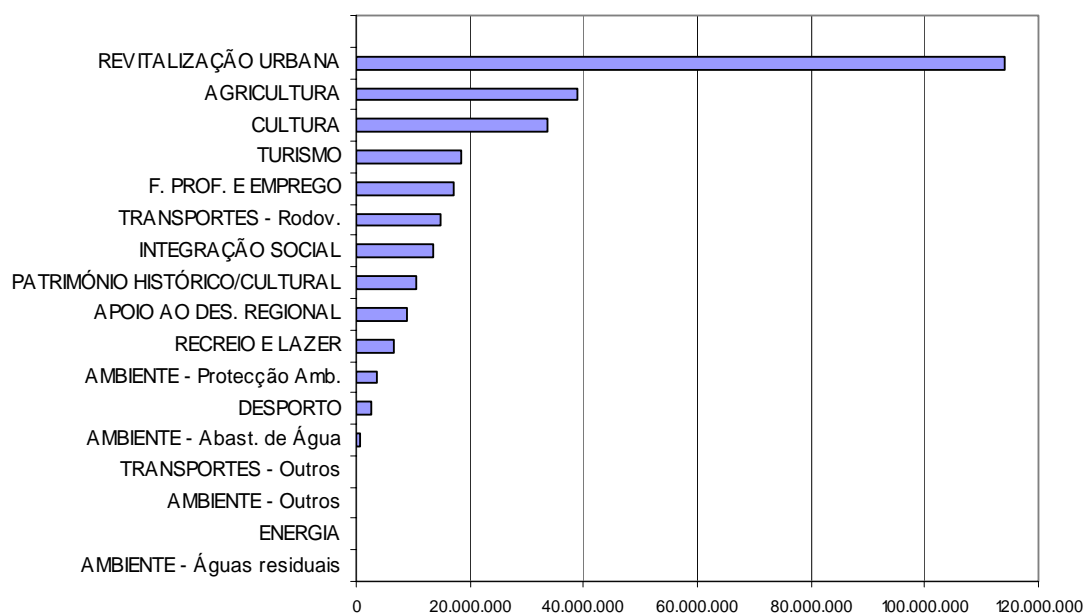
A coerência dos investimentos face aos objectivos enunciados nas medidas do eixo 2, é possível ser avaliada a partir do quadro seguinte, em que sectores como o turismo, a cultura, o património histórico-cultural, a agricultura, a formação profissional e emprego bem como a revitalização urbana, são os que têm maior expressão em termos de número de projectos e valor do investimento. Relativamente a este último – que incide na revitalização quer das cidades (medida 2.1) quer das áreas rurais (medidas 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6) – verificam-se volumes de execução significativos associados à medida 2.1.

Eixo II – Distribuição das Aprovações e Execução

Unidade: Euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|-------------------------------|-------------|--------------------|--------------------|-------------|----------------------|--------------------|
| | Nº Proj | D. Pública | Fundo | % (D. Púb.) | D. Pública | Fundo |
| AGRICULTURA | 384 | 38.980.431 | 25.900.435 | 13,7 | 18.664.998 | 12.765.316 |
| AMBIENTE - Abast. de Água | 7 | 656.264 | 440.210 | 0,2 | 571.143 | 380.625 |
| AMBIENTE - Águas residuais | 1 | 87.000 | 60.900 | 0 | 62.781 | 43.947 |
| AMBIENTE - Protecção Amb. | 5 | 3.665.982 | 2.566.188 | 1,3 | 2.486.400 | 1.740.480 |
| AMBIENTE - Outros | 2 | 160.614 | 112.430 | 0 | 67.062 | 46.943 |
| APOIO AO DES. REGIONAL | 33 | 8.878.111 | 6.197.240 | 3,1 | 6.074.221 | 4.234.517 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 1 | 19.361 | 13.552 | 0,0 | 19.361 | 13.552 |
| CULTURA | 59 | 33.786.969 | 23.606.408 | 11,9 | 18.848.841 | 13.173.494 |
| DESPORTO | 4 | 2.726.468 | 1.425.145 | 1,0 | 2.726.468 | 1.425.145 |
| RECREIO E LAZER | 16 | 6.449.306 | 4.469.795 | 2 | 6.021.369 | 4.170.239 |
| ENERGIA | 1 | 111.735 | 78.215 | 0 | 111.735 | 78.215 |
| F. PROF. E EMPREGO | 71 | 17.281.153 | 12.960.865 | 6 | 9.436.103 | 7.077.079 |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL | 22 | 13.459.649 | 9.421.754 | 5 | 7.257.676 | 5.080.374 |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL | 29 | 10.595.004 | 7.427.547 | 4 | 9.152.989 | 6.365.081 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 293 | 114.104.142 | 79.538.646 | 40 | 76.124.109 | 53.223.033 |
| TRANSPORTES - Rodov. | 52 | 14.748.115 | 10.249.768 | 5 | 11.508.337 | 7.981.924 |
| TRANSPORTES - Outros | 1 | 306.880 | 214.816 | 0 | 306.880 | 214.816 |
| TURISMO | 86 | 18.468.138 | 12.742.278 | 6 | 13.383.265 | 9.201.352 |
| Total | 1067 | 284.485.322 | 197.426.192 | 100 | 182.823.740 | 127.216.132 |

Eixo II - Distribuição sectorial do Investimento Aprovado



Domínios de intervenção

A distribuição por domínio de intervenção relaciona-se com os domínios previstos para cada AIBT, em complemento de programação.

A distribuição por domínios de intervenção é apresentada no quadro seguinte:

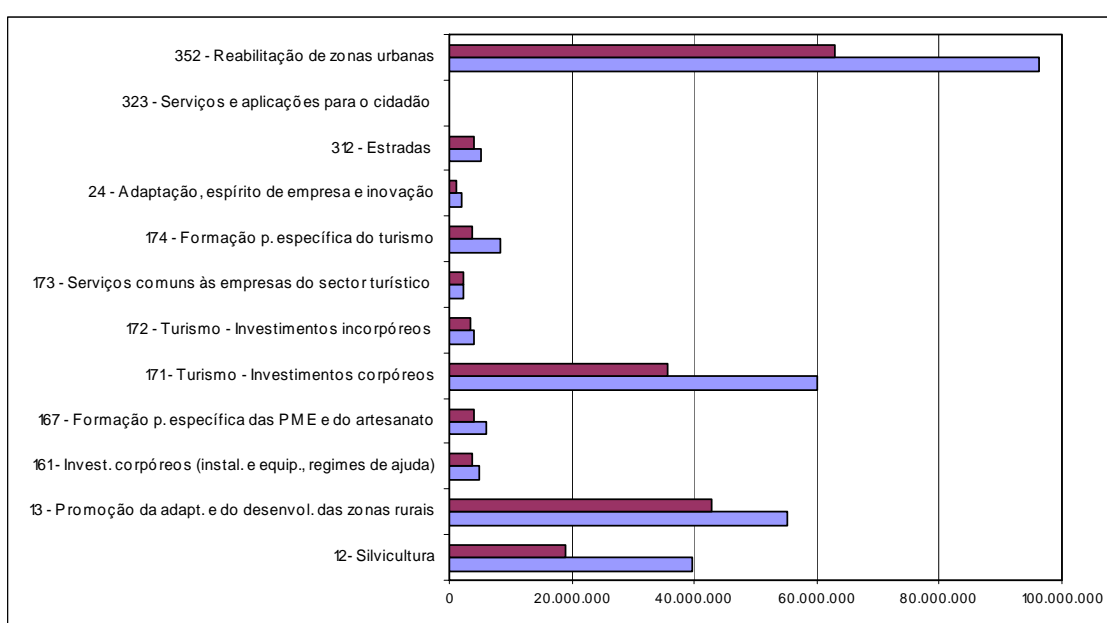
Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2006

| Med. | Domínio | nº Proj. | Aprovações Total | | Execução 2006 | | Total (Execução 2000-2006) | |
|--|---|--------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------------------|--------------------|
| | | | D. Pública | F. Estrutural | D. Pública | F. Estrutural | D. Pública | F. Estrutural |
| 12 - Silvicultura | | 386 | 39.782.097 | 26.501.684 | 4.973.496 | 3.405.452 | 19.041.470 | 13.047.670 |
| II.7 | 12-Silvicultura | 381 | 38.939.346 | 25.869.621 | 4.727.069 | 3.220.632 | 18.652.315 | 12.755.804 |
| II.8 | 128 - FP específica da silvicultura | 5 | 842.750 | 632.063 | 246.427 | 184.820 | 389.156 | 291.867 |
| 13 - Promoção da adapt. e do desenv. das zonas r | | 371 | 55.065.407 | 38.153.179 | 5.795.683 | 4.009.214 | 42.728.666 | 29.620.522 |
| II.3 | 1305 - Serviços de base para a economia rural e população | 13 | 587.658 | 411.361 | 0 | 0 | 587.658 | 411.361 |
| II.7 | 1305 - Serviços de base para a economia rural e população | 3 | 41.085 | 30.814 | 4.871 | 3.653 | 12.683 | 9.512 |
| II.3 | 1306 - Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural | 125 | 22.992.774 | 16.030.667 | 1.715.154 | 1.197.651 | 18.651.222 | 12.881.363 |
| II.4 | 1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural. | 31 | 14.921.991 | 10.445.394 | 1.164.283 | 814.998 | 12.233.811 | 8.563.668 |
| II.5 | 1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural. | 14 | 2.686.144 | 1.880.301 | 266.453 | 186.517 | 1.928.524 | 1.349.966 |
| II.6 | 1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural. | 185 | 13.835.754 | 9.354.643 | 2.644.922 | 1.806.394 | 9.314.768 | 6.404.652 |
| 161 - Invest. corpóreos (instal. e equip., regimes de | | 25 | 4.774.006 | 3.341.804 | 205.373 | 143.761 | 3.805.634 | 2.663.944 |
| II.3 | 161 - Investimentos corpóreos | 9 | 498.760 | 349.132 | 75.273 | 52.691 | 324.210 | 226.947 |
| II.4 | 161 - Investimentos corpóreos | 9 | 3.863.293 | 2.704.305 | 50.534 | 35.374 | 3.355.928 | 2.349.150 |
| II.6 | 161 - Investimentos corpóreos | 7 | 411.953 | 288.367 | 79.567 | 55.697 | 125.497 | 87.848 |
| 167 - Formação p. específica das PME e do artesanato | | 19 | 6.099.073 | 4.574.305 | 1.069.474 | 802.105 | 4.099.522 | 3.074.644 |
| II.8 | 167 - FP específica das PME e do artesanato | 19 | 6.099.073 | 4.574.305 | 1.069.474 | 802.105 | 4.099.522 | 3.074.644 |
| 171 - Turismo - Investimentos corpóreos (centros de acolhimento, alojamento, equipamentos, restauração) | | 85 | 59.958.824 | 41.095.989 | 7.742.794 | 5.396.824 | 35.737.339 | 24.245.783 |
| II.4 | 171 - Investimentos corpóreos | 26 | 31.405.640 | 21.983.948 | 4.279.446 | 2.995.612 | 10.923.483 | 7.646.438 |
| II.5 | 171 - Investimentos corpóreos | 32 | 19.883.648 | 13.363.744 | 3.182.980 | 2.228.086 | 16.926.274 | 11.365.009 |
| II.6 | 171 - Investimentos corpóreos | 27 | 8.669.537 | 5.748.297 | 280.369 | 173.126 | 7.887.582 | 5.234.335 |
| 172 - Turismo - investimentos incorpóreos (concepção e organização de serviços turísticos, património, actividades desportivas, culturais e de lazer) | | 55 | 4.162.364 | 2.916.111 | 84.091 | 62.085 | 3.468.518 | 2.426.086 |
| II.3 | 172 - Invest. Incorpóreos | 26 | 972.357,87 | 688.206,10 | 64.429,42 | 48.322,07 | 885.675,87 | 623.194,60 |
| II.4 | 172 - Invest. Incorpóreos | 13 | 2.116.051,50 | 1.476.137,16 | 18.290,06 | 12.803,04 | 1.936.342,55 | 1.350.340,90 |
| II.5 | 172 - Invest. Incorpóreos | 16 | 1.073.954,40 | 751.768,09 | 1.371,96 | 960,37 | 646.500,07 | 452.550,05 |
| II.6 | 172 - Invest. Incorpóreos | 0 | | | | | | |
| 173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico (incluindo acções de promoção...) | | 24 | 2.383.873 | 1.641.470 | 475.663 | 321.586 | 2.169.561 | 1.494.975 |
| II.3 | 173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico | 9 | 343.151 | 240.205 | 0 | 0 | 338.943 | 237.260 |
| II.4 | 173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico | 8 | 1.019.119 | 701.044 | 0 | 0 | 1.019.119 | 701.044 |
| II.5 | 173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico | 4 | 386.608 | 270.626 | 0 | 0 | 311.788 | 218.252 |
| II.6 | 173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico | 3 | 634.995 | 429.594 | 475.663 | 321.586 | 499.710 | 338.419 |
| 174 - Formação p. específica do turismo | | 38 | 8.401.848 | 6.301.386 | 1.825.855 | 1.369.391 | 3.779.094 | 2.834.321 |
| II.8 | 174 - Formação profissional específica do turismo | 38 | 8.401.848 | 6.301.386 | 1.825.855 | 1.369.391 | 3.779.094 | 2.834.321 |
| 24 - Adaptação, espírito de empresa e inovação | | 9 | 1.937.482 | 1.453.111 | 757.303 | 567.978 | 1.168.331 | 876.248 |
| II.8 | 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação | 9 | 1.937.482 | 1.453.111 | 757.303 | 567.978 | 1.168.331 | 876.248 |
| 312 - Estradas | | 15 | 5.175.758 | 3.623.031 | 189.500 | 132.650 | 3.901.022 | 2.730.715 |
| II.4 | 3122 - Estradas regionais/locais | 3 | 2.155.634 | 1.508.944 | 108.682 | 76.077 | 880.898 | 616.628 |
| II.5 | 3121- Estradas Nacionais | 1 | 260.753 | 182.527 | 0 | 0 | 260.753 | 182.527 |
| II.5 | 3122- Estradas regionais/locais | 6 | 1.936.829 | 1.355.780 | 80.818 | 56.572 | 1.936.829 | 1.355.780 |
| II.6 | 3122 - Estradas regionais / locais | 5 | 822.543 | 575.780 | 0 | 0 | 822.542 | 575.780 |
| 323 - Serviços e aplicações para o cidadão | | 2 | 386.809 | 290.107 | 104.607 | 78.455 | 104.607 | 78.455 |
| II.3 | 323 - Serviços e aplicações para o cidadão (saúde, administração, educação) | 2 | 386.809 | 290.107 | 104.607 | 78.455 | 104.607 | 78.455 |
| 352 - Reabilitação de zonas urbanas | | 38 | 96.357.782 | 67.534.015 | 10.849.293 | 7.597.431 | 62.819.975 | 44.122.769 |
| II.1 | 352 - Reabilitação de zonas urbanas | 24 | 86.003.922 | 60.286.313 | 8.181.019 | 5.729.639 | 54.043.564 | 37.979.282 |
| II.4 | 352 - Reabilitação de zonas urbanas | 6 | 4.490.521 | 3.143.365 | 2.197.986 | 1.538.590 | 3.622.986 | 2.536.090 |
| II.5 | 352 - Reabilitação de zonas urbanas | 8 | 5.863.339 | 4.104.337 | 470.288 | 329.201 | 5.153.425 | 3.607.398 |
| | | 1.067 | 284.485.322 | 197.426.192 | 34.073.132 | 23.886.932 | 182.823.740 | 127.216.132 |

De uma análise sumária do quadro apresentado é possível destacar:

- Em número de projectos aprovados, existe uma clara predominância, no domínio “Silvicultura”, projectos da AIBT do Pinhal Interior, seguido de projectos enquadrados no domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” com destaque, dentro deste domínio, para o sub-domínio “Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural” onde todas as AIBT financiadas pelo FEDER (excepção feita à medida 2.1) apresentam número considerável de projectos aprovados.
- Em termos de montante aprovado destacam-se os domínios associados ao “Turismo” que apresentam, quer na vertente corpórea quer na vertente incorpórea, um montante financeiro apreciável, o que reforça esta especificidade temática das AIBT e torna o turismo num domínio preferencial de intervenção.
- Se considerarmos os montantes executados no ano de 2006, é o do domínio “Reabilitação de zonas urbanas” aquele que apresenta maior grau de execução, dentro deste, a Medida 2.1. O domínio “Turismo – investimentos corpóreos é o segundo a apresentar, em 2006, melhor execução, seguido pelo domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”.
- Considerando o período de execução do QCA III o primeiro lugar em termos de execução vai para o domínio “Reabilitação de zonas urbanas” em resultado do incremento verificado nos dois últimos anos, seguido do domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”.

Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2006



2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER)

Enquadramento

A Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial (FEDER) do PO Centro acolhe projectos desenvolvidos no âmbito do Programa Polis.

Os projectos aprovados fazem parte de grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, que ao apoiar acções de requalificação permitem melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos estruturantes tais como frentes de rio, aumentar zonas verdes, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos.

A este nível o Programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, sustentado ao nível do PO Centro pela medidas 2.1, está indissociavelmente relacionado com a revitalização urbana exigida para a Região Centro, e que claramente se encontra patente nas intervenções sustentadas pelos projectos apresentados para as NUT em apreciação neste relatório. Na realidade qualquer das intervenções preconizadas para a Região Centro, no âmbito da Medida 2.1, se preocupa com intervenções exemplares, de escala significativa e que marcadamente têm um efeito demonstrativo no país. As intervenções em causa patenteiam alguma preocupação em “ancorar” os projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental determinante e específico de cada cidade, que pode ser valorizado e reapropriado por essa cidade. As linhas de água, a revitalização de centros históricos e das suas múltiplas valências de forma a evitar a desertificação e declínio desses centros, a requalificação de zonas industriais deprimidas, a requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade, ou finalmente a valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional, são exemplos de intervenções efectuadas ao nível da Região Centro que procuram objectivamente a revitalização dos respectivos centros urbanos.

Candidaturas apreciadas

Até 31.12.2006, das 25 candidaturas apresentadas pelas Sociedades Polis à Medida 2.1 e que foram objecto de apreciação e parecer em sede de Unidade de Gestão, 24 obtiveram aprovação. Não foi aprovada uma candidatura face à não emissão de prévio parecer positivo do Gabinete Coordenador do Programa Polis.

Durante o ano de 2006, foi realizada uma Unidade de Gestão com o objectivo de se proceder análise e apreciação de uma nova candidatura e à reprogramação física, temporal e financeira em alta de 6 projectos oportunamente apresentados pelas Sociedades Polis. Relativamente à nova candidatura apresentada, a mesma foi objecto de homologação por parte da tutela ainda em 2006, sendo que no que concerne às reprogramações referidas, as mesmas foram homologadas já no início do ano de 2007.

Não foi possível manter a tendência do ano anterior relativa à apresentação e aprovação de candidaturas pelo que o ano de 2006 termina sem se atingir o compromisso pleno face ao programado. No entanto, o grau de aprovações das candidaturas atingiu 97,9% do total Programado para a Medida pelo que é expectável que, face ao volume de projectos em carteira se atinja, no primeiro semestre de 2007 um nível de aprovações que garanta o cumprimento dos objectivos da medida. Apesar das aprovações no ano de 2006 ultrapassem em 4,9% o

programado para o ano os resultados do desempenho dos anos de 2002/03/04 não permitiram atingir um resultado global mais positivo.

Execução

Se compararmos o montante Executado com o montante Programado, e aquele montante com o montante Aprovado, então as taxas correspondentes para estes dois rácios, cifrar-se-ão respectivamente em 61,5% e 62,8%, valores que, não obstante o esforço realizado durante o ano de 2005, se explicam e se podem efectivamente correlacionar com a indefinição verificada em 2004 dos montantes a disponibilizar e a afectar concretamente às várias intervenções Polis, o que inevitavelmente consubstancia a falta de aprovação de candidaturas e a consequente baixa das execuções, por arrastamento, inicialmente previstas encetar com alguma regularidade conforme os objectivos e metas delineados pelo Programa Polis.

Se em contrapartida quisermos analisar os mesmos rácios no que à componente FEDER diz respeito então poderá afirmar-se que os mesmos, ainda que situados a um nível superior, se aproximam muito daqueles que foram considerados para a Despesa Pública.

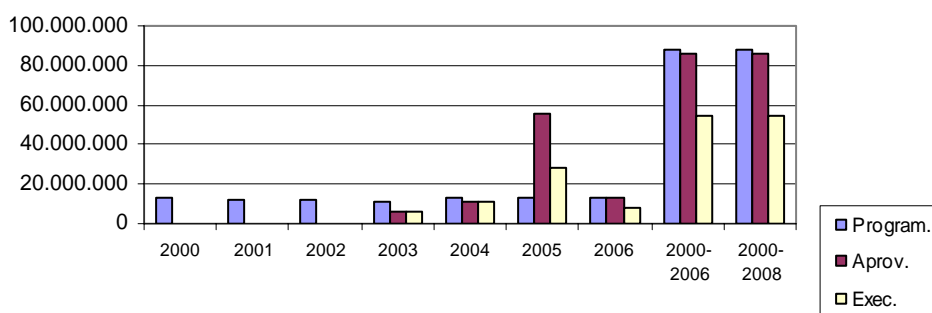
Numa análise puramente comparativa, e atendendo ao horizonte temporal para o qual foi concebido e perspectivado o Programa Polis, não sera despropositado realçar o facto de as Aprovações e as Execuções das candidaturas apresentadas pelas várias Sociedades Polis apenas se terem praticamente iniciado em 2003, o que, dadas as características e complexidade das intervenções operadas, poderá explicar as taxas de execução o atingidas relativamente aos itens em apreço. Neste contexto poderemos considerar que as taxas de execução no final de 2006 apresentadas pelas várias intervenções afectas à Medida 2.1 atingiram níveis suficientemente consistentes e ajustados às condicionantes já referenciadas anteriormente, o que aliás está bem espelhado no Gráfico relativo à Evolução da Despesa Pública Programada, Aprovada e Executada para o período em análise.

Medida II.1 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas(%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | A/Prog | Exc/Prog | Exec/A |
| 2000 | 12 682 056 | 8 877 482 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 12 252 700 | 8 576 932 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2002 | 11 817 253 | 8 272 117 | 419 906 | 314 930 | 419 906 | 314 930 | 3,6 | 3,6 | 100,0 |
| 2003 | 11 542 627 | 8 079 878 | 5 793 422 | 4 154 177 | 5 793 422 | 4 154 177 | 50,2 | 50,2 | 100,0 |
| 2004 | 13 182 194 | 9 227 566 | 11 239 705 | 7 882 044 | 11 239 705 | 7 882 044 | 85,3 | 85,3 | 100,0 |
| 2005 | 13 594 388 | 9 516 103 | 55 191 165 | 38 612 409 | 28 409 513 | 19 898 493 | 406,0 | 209,0 | 51,5 |
| 2006 | 12 739 438 | 9 554 569 | 13 359 724 | 9 322 754 | 8 181 019 | 5 729 639 | 104,9 | 64,2 | 61,2 |
| 2000-2006 | 87 810 656 | 62 104 647 | 86 003 922 | 60 286 313 | 54 043 564 | 37 979 282 | 97,9 | 61,5 | 62,8 |
| Total (2000-2008) | 87 810 656 | 62 104 647 | 86 003 922 | 60 286 313 | 54 043 564 | 37 979 282 | 97,9 | 61,5 | 62,8 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.1



DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS APROVAÇÕES

Unidade: euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|----------------------|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % DP | D. Pública | Fundo |
| Revitalização Urbana | 24 | 86 003 922 | 60 286 313 | 100,0 | 54 043 564 | 37 979 282 |
| Total | 24 | 86 003 922 | 60 286 313 | 100,0 | 54 043 564 | 37 979 282 |

Incidência territorial do investimento aprovado

No que diz respeito à incidência geográfica dos projectos aprovados (homologados) por NUT, e num momento temporal (31.12.2006) em que já se encontra aprovado 97,9% do total a disponibilizar para a Medida 2.1, poderá referir-se o seguinte:

1º- Dão Lafões foi a NUT que apresentou até 31/12/2006 o maior volume de investimento (29,7%), seguida da Beira Interior Sul com 18,8%, do Baixo Vouga com 14,6% e do Baixo Mondego com 12,4%.

Assim a incidência do investimento nas NUT do interior (63,7%) é muito superior relativamente às NUT do litoral (36,3%) valores que se aproximam do cenário programado que prevê, até final do QCA, um nível e aprovações de 64,83% para as NUT do Interior e em 35,17% para as NUT do Litoral.

2º- Relativamente ao custo total por habitante a incidência ao nível das várias NUT revela-se de modo diverso, sendo óbvio que esse custo aumenta quando a Despesa Pública por projecto se direcciona para as regiões do Interior, o que é explicável dada a dimensão populacional, bastante mais reduzida nestas regiões, aliada aos montantes dos investimentos a elas associados, e que nos casos em apreço, se assemelham ou mesmo ultrapassam em larga margem os valores aprovados para o Litoral.

Distribuição Geográfica das Aprovações

Unidade: euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | % CT | CT/hab |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-----------|
| Baixo Vouga | 5 | 12 589 358 | 12 589 358 | 8 812 551 | 14,6 | 33 |
| Baixo Mondego | 2 | 10 625 266 | 10 625 266 | 7 437 614 | 12,4 | 31 |
| Pinhal Litoral | 2 | 7 989 258 | 7 989 258 | 5 592 115 | 9,3 | 32 |
| Dão-Lafões | 2 | 25 542 644 | 25 542 644 | 17 908 962 | 29,7 | 89 |
| Beira Interior Norte | 3 | 8 173 962 | 8 173 962 | 5 721 773 | 9,5 | 71 |
| Beira Interior Sul | 2 | 16 167 269 | 16 167 269 | 11 371 981 | 18,8 | 207 |
| Cova da Beira | 8 | 4 916 167 | 4 916 167 | 3 441 317 | 5,7 | 53 |
| Litoral | 9 | 31 203 882 | 31 203 882 | 21 842 280 | 36,3 | 32 |
| Interior | 15 | 54 800 041 | 54 800 041 | 38 444 033 | 63,7 | 68 |
| Total da Medida | 24 | 86 003 922 | 86 003 922 | 60 286 313 | 100,0 | 48 |

Indicadores de acompanhamento

Relativamente aos indicadores de acompanhamento previstos no Complemento de Programação para a Medida 2.1, verifica-se que as candidaturas aprovadas/homologadas até 31/12/2006, nalgumas situações não apresentam ainda execução total para os indicadores referenciados, designadamente para o Indicador Físico “extensão de ciclovias a criar/reabilitar”.

Constata-se, todavia, que este indicador apresenta valores previstos executar (5,555Km) nos projectos já aprovados que fica aquém valor previsto para 2006 (7,000 Km), ou seja vai situar-se nos 79,4%. O valor já executado para este indicador atinge os 37,2% da meta inicialmente prevista atingir atingir.

Relativamente à “criação de lugares de estacionamento” – outro dos indicadores físicos contemplados -, dos 2.968 lugares previstos, apenas 2.084 foram efectivamente executados. Contudo, estes valores ultrapassam significativamente o valor previsto atingir em 2006 (1.500 lugares de estacionamento). No que se refere ao Indicador de Resultado “população abrangida por intervenções de requalificação urbana”, apenas se pode referir que a quantificação prevista em Complemento de Programação (80.000 habitantes) se encontra totalmente desfasada da realidade dado os valores aprovados e executados em candidaturas apresentadas para o referido indicador, ultrapassarem já em larga margem o valor estipulado e previsto para a Medida 2.1 do POR Centro. Esse valor está estimado em 552.929 habitantes (dados disponíveis para a população residente em 2003).

Indicadores de Acompanhamento – Situação a 31/12/2006

| Indicador Físico | Unidade | 1. Quantificação | | | |
|--|---------|------------------|------|-------------------------|----------|
| | | Previsto em CP | | Resultados (31-12-2006) | |
| | | 2003 | 2006 | Proj. aprov. | Execução |
| Extensão de ciclovias a criar/reabilitação | km | | 7 | 5,555 | 2,605 |
| Criação de lugares de estacionamento | n.º | | 1500 | 2.968 | 2.084 |

Indicadores de resultado – Situação a 31/12/2006

| Indicador Resultado | Unidade | Quantificação | | | |
|---|---------|----------------|--------|-------------------------|----------|
| | | Previsto em CP | | Resultados (31-12-2006) | |
| | | 2003 | 2006 | Proj. aprov. | Execução |
| População abrangida por intervenções de requalificação urbana | hab | | 80.000 | 552.929 | 552.929 |

3. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias*Enquadramento*

A viabilização das estruturas tradicionais de ocupação do território, a preservação e recuperação das diferentes cambiantes de património rural e histórico-cultural, o estimular de actividades inovadoras e o envolvimento articulado de diversos agentes e promotores de desenvolvimento, constituem os objectivos estratégicos da AIBT “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”. A sua natureza temática implicou uma atitude de selectividade territorial que permitisse sinalizar, no Interior da Região Centro, aglomerados emblemáticos e manchas espaciais contíguas, onde o estimular de dinâmicas inovadoras de desenvolvimento permitisse efeitos demonstrativos e multiplicadores em territórios mais amplos. Neste contexto, a articulação daqueles objectivos com a metodologia de actuação, implementada, reflecte-se na incidência territorialmente difusa desta Acção Integrada, cuja coerência, espacial e funcional, poderá ser analisada através das Linhas de Acção operacionalizadas – Aldeias Históricas, Centros Rurais e Contratos de Aldeia.

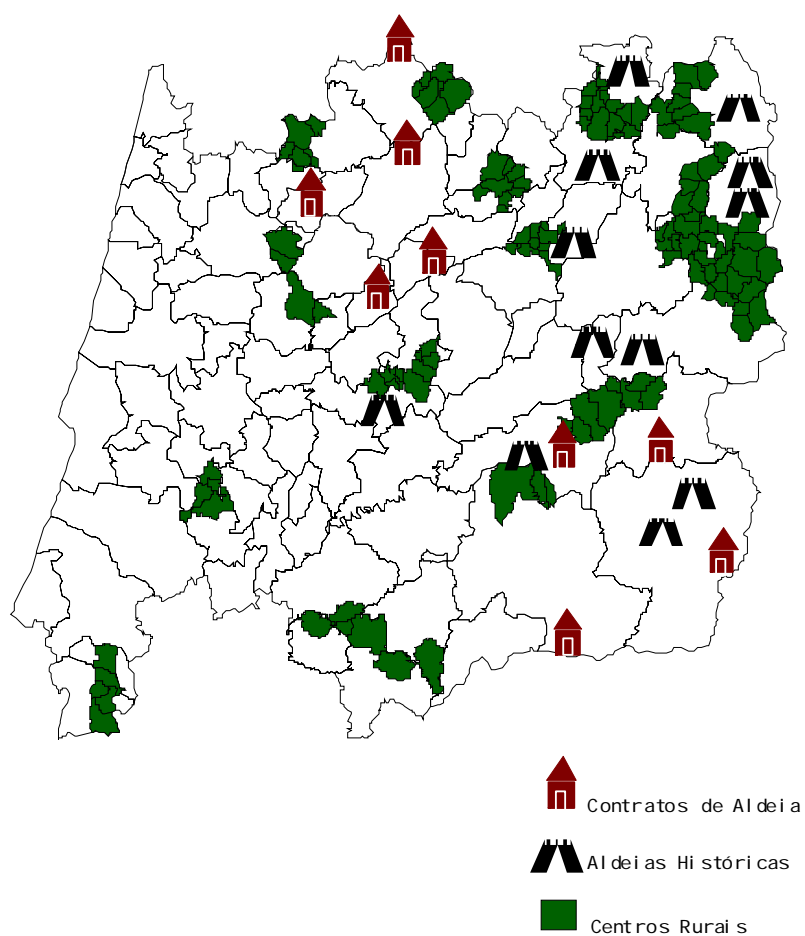
A rede de Aldeias Históricas constitui a intervenção estruturante, a partir da qual se configuraram subsistemas complementares (Centros Rurais e Contratos de Aldeia) que, enquanto redes mobilizadoras de especificidades diversas, em escalas territoriais distintas, permitem uma cobertura equilibrada dos territórios de baixa densidade. Assim, as Acções Inovadoras concorreram para a valorização e divulgação de recursos genuínos dispersos pela Região, organizando-os pela sua especificidade, fortalecendo a sua genuinidade e promovendo a sua valia económica. No cumprimento do estabelecido no Programa Operacional Regional do Centro e respectivo Complemento de Programação, a configuração territorial desta AIBT abrange: doze Aldeias Históricas, ancoradas no território da Beira Interior, que definem uma Rede de inegável qualidade histórico-cultural e de elevado potencial de atracção turística; quinze Centros Rurais que envolvem 125 freguesias, onde se destacam produtos, actividades e património natural com capacidade de promover a ruralidade da Região; nove Contratos de Aldeia incidindo em aglomerados que mantêm vivas as suas características mais tradicionais, tanto no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura e ao património cultural das comunidades, aliadas à existência de dinâmicas locais nos planos cultural, social, económico e associativo.

O modelo de intervenção assentou na definição prévia, por Linha de Acção, das prioridades de actuação, da complementaridade das acções e do envolvimento dos promotores, de forma a assegurar uma compatibilização consequente entre as iniciativas, a financiar, e os objectivos a

atingir. Aquela lógica de integração foi também reforçada por intervenções em redes, de aldeias ou de espaços rurais, que organizam territórios com capacidade de interagir, proporcionando dinâmicas de mobilização mais sustentáveis que as geradas por intervenções pontuais e sem conexão funcional e ou espacial.

A complementaridade de objectivos definidos, naquelas três Linhas de Acção e a possibilidade da sua articulação, permite cobrir as situações mais relevantes da Região, no que respeita a factores de genuinidade e diferenciação como identidade, património histórico e cultural, arquitectura, património rural, paisagem e actividades tradicionais. Estes elementos estruturantes, da nossa memória colectiva, podem constituir factores de competitividade, das parcelas de menor dinâmica demográfica e económica da Região Centro, já que integram valores e referências, únicos e essenciais, para a sua afirmação, divulgação e desenvolvimento.

Linhas de Acção



Candidaturas apreciadas e critérios de selecção

A Medida das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias homologou vinte e três projectos, no ano de 2006, ascendendo a 184 o número total de candidaturas apreciadas e aprovadas, no período de 2000-2006. A metodologia utilizada na implementação da Medida, de acordo com o estabelecido no Documento Complementar de Programação, implicou a elaboração de Planos de Intervenção que, para além de identificarem os objectivos a atingir em cada Linha de Acção, enunciam as iniciativas prioritárias e estruturantes a desenvolver, num quadro financeiro predefinido, respeitando a tipologia de projectos e os critérios de selecção, constantes no DCP. A elaboração daqueles documentos decorreu em anos transactos em estreita colaboração, técnica, entre os promotores e a estrutura de Coordenação da Medida, tendo em conta uma uniformização global dos documentos com respeito pelas características mais emblemáticas e relevantes das Aldeias e dos espaços rurais seleccionados.

Execução financeira

Os 184 projectos homologados representam 102,1% do total programado na Medida, e 89,5% da programação prevista para o período 2000-2006. A absorção total da atribuição financeira programada ocorreu na última Unidade de Gestão de 2006, embora a previsão da respectiva execução aponte para os anos de 2007 e 2008. O total de despesa pública executada, até ao final de 2006, representa 82,7% da programação total da Medida, encontrando-se integralmente realizado o investimento previsto para o período 2000-2004 (n+2) e ainda 60% do programado para 2005.

Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2006

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas(%) | | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 4.221.324 | 2.954.843 | | | | | | | |
| 2001 | 4.078.410 | 2.854.806 | 5.543.771 | 3.880.640 | 5.543.771 | 3.880.640 | 135,9 | 135,9 | 100,0 |
| 2002 | 3.933.467 | 2.753.350 | 3.246.949 | 2.238.641 | 3.246.949 | 2.238.641 | 82,5 | 82,5 | 100,0 |
| 2003 | 3.842.056 | 2.689.363 | 3.949.351 | 2.687.751 | 3.949.351 | 2.687.751 | 102,8 | 102,8 | 100,0 |
| 2004 | 2.977.943 | 2.084.499 | 3.824.180 | 2.637.225 | 3.824.180 | 2.637.224 | 128,4 | 128,4 | 100,0 |
| 2005 | 3.062.282 | 2.143.536 | 2.368.602 | 1.637.205 | 2.368.601 | 1.637.205 | 77,3 | 77,3 | 100,0 |
| 2006 | 3.136.269 | 2.195.327 | 3.671.649 | 2.560.761 | 1.959.463 | 1.377.119 | 117,1 | 62,5 | 53,4 |
| 2000-2006 | 25.251.751 | 17.675.724 | 22.604.503 | 15.642.222 | 20.892.315 | 14.458.580 | 89,5 | 82,7 | 92,4 |
| Total (2000- 2008) | 25.251.751 | 17.675.724 | 25.781.510 | 18.009.678 | 20.892.315 | 14.458.580 | 102,1 | 82,7 | 81,0 |

O elevado ritmo de execução (92,4%) face aos valores aprovados, para o período 2000-2006, implicou a aprovação, em Unidade de Gestão, de uma proposta que permitisse elevar o grau de aprovações e acautelar uma eventual situação de ruptura no desenvolvimento financeiro da Medida.

Aprovações e Execução Financeira



Naquele contexto e face às dinâmicas de execução/encerramento de projectos e de libertação de meios financeiros foi assumida, como medida cautelar de gestão, a aprovação de uma ligeira margem de *overbooking* (2,1%), relativamente à programação total da Medida.

Linha de Acção/Sector

Os 90 projectos da Linha de Acção “Aldeias Históricas” representam 65,2%, do total do investimento aprovado e 62,5% da execução global, evidenciando um equilíbrio confortável entre os níveis de comprometimento e a capacidade de execução; por outro lado a elevada taxa de execução (77,8%) face à despesa pública, afecta às Aldeias Históricas, confirma o seu papel estruturante, no âmbito da AIBT.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2006

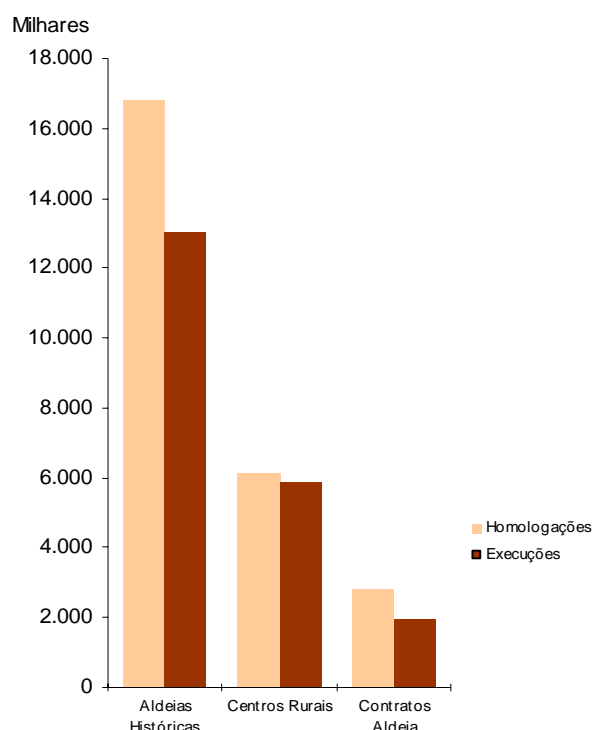
| Linha de Acção | Unidade: Euros | | | | | |
|--------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
| | Aprovações/Homologações (Total) | | | | Execução (2000-2006) | |
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| Aldeias Históricas | 90 | 16.797.022 | 11.909.127 | 65,2 | 13.062.220 | 9.152.006 |
| Centros Rurais | 69 | 6.165.821 | 4.130.685 | 23,9 | 5.883.755 | 3.938.949 |
| Contratos Aldeia | 25 | 2.818.667 | 1.969.866 | 10,9 | 1.946.340 | 1.367.625 |
| Total | 184 | 25.781.510 | 18.009.678 | 100,0 | 20.892.315 | 14.458.580 |

Os Centros Rurais representam 23,9% da despesa pública aprovada e 28,1% do investimento já executado, encontrando-se realizado 95,4% dos valores aprovados. Encontram-se, física e

financeiramente concluídos os projectos lançados em onze, das quinze unidades territoriais, onde incide esta Linha de Acção, situando-se as taxas de execução dos restantes quatro Centros Rurais entre os 74% e 95%.

Na Linha de Acção “Contratos de Aldeia” foram aprovados vinte e cinco projectos que correspondem às propostas apresentadas em nove Planos de Acção, sendo o seu peso relativo de 10,9%, no que se refere à despesa aprovada, e de 9,3% no que respeita à execução global da Medida. As iniciativas em curso na rede de Contratos de Aldeia registam uma execução média de 69% , valor que sendo claramente abaixo da média da Medida (81%), será facilmente superado face à tipologia e dimensão financeira dos projectos, em causa. Tendo em conta aquelas vertentes, refira-se o padrão diferenciado das iniciativas apoiadas: nas Aldeias Históricas a recuperação do património histórico e cultural, assume significado relevante, quer, em termos simbólicos quer em termos financeiros, reforçando o papel âncora que desempenham, no contexto territorial da Acção Integrada; as iniciativas dominantes nos Centros Rurais prendem-se à valorização e dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados, ao reforço da sua articulação territorial e ao acréscimo da qualidade de vida local, envolvendo valores de investimento significativamente mais baixos. Por último, nos Contratos de Aldeia ao pretender-se intensificar o carácter demonstrativo da AIBT, apostou-se em projectos que marcassem uma atitude diferenciadora na valorização dos aglomerados tradicionais e do seu património, mais representativo, por forma a promover e projectar a respectiva identidade, enquanto factores determinantes da sua sobrevivência.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção



O padrão diferenciado na tipologia e dimensão média dos projectos em curso, nas Linhas de Acção, relaciona-se com os objectivos específicos de cada uma das Redes formalizadas e do respectivo papel na mobilização dos territórios que organizam. O papel estruturante que as

Aldeias Históricas assumem, na AIBT, reflecte-se tanto na especificidade da tipologia dos projectos, como na respectiva dimensão média.

A abordagem sectorial revela que a revitalização urbana, o património histórico e a cultura constituem os três pilares fundamentais para a valorização de aglomerados emblemáticos do Interior da Região representando, no seu conjunto, 82,1% do total do investimento homologado. As intervenções de revitalização urbana (37,3%), embora transversais, às três Linhas de Acção, apresentam incidência mais forte nos Contratos de Aldeia e nos Centros Rurais. Os projectos apoiados têm-se revelado de importância significativa para a viabilização das estruturas tradicionais de ocupação do território e para a divulgação das actividades, que se lhes encontram associadas, enquanto suporte das comunidades locais.

As intervenções em património, que representam 33,6% do investimento aprovado, envolvem 21 projectos que permitiram, entre outras tipologias, a valorização de monumentos (12), Igrejas (4) e edifícios (7) de reconhecido valor arquitectónico, privilegiando três dimensões essenciais: a refuncionalização, a recuperação orientada para a projecção da função inicial, ou apenas a consolidação de ruínas; esta opção foi considerada como a melhor forma de evidenciar o valor simbólico de alguns monumentos. Este sector assume expressão relevante nas Aldeias Históricas uma vez que concentram 94,4% do total do investimento do sector na AIBT, e 48,6% do investimento afecto a esta Linha de Acção.

Distribuição Sectorial das aprovações/homologações

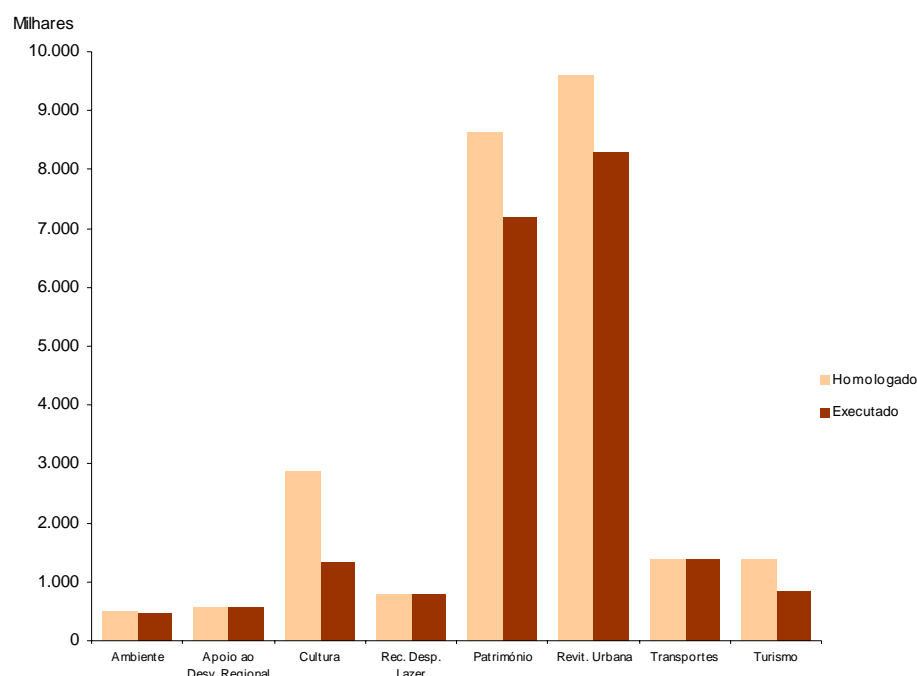
| Sector | Aprovações | | | Execução (2000 -2006) | | |
|-----------------------------------|------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | | | % (D. Públic a) | | |
| | | D. Pública | Fundo | | D. Pública | Fundo |
| Ambiente - Abastecimento de Água | 4 | 501.868 | 332.133 | 1,9 | 463.583 | 305.333 |
| Apoio ao desenvolvimento regional | 13 | 587.658 | 411.361 | 2,3 | 587.658 | 411.361 |
| Cultura | 30 | 2.882.747 | 2.107.197 | 11,2 | 1.330.216 | 946.685 |
| Recreio Desporto e Lazer | 9 | 785.723 | 523.148 | 3,0 | 785.723 | 523.148 |
| Revitalização Urbana | 72 | 9.605.778 | 6.643.509 | 37,3 | 8.297.058 | 5.743.982 |
| Transportes - Rodovias | 14 | 1.384.021 | 894.903 | 5,4 | 1.384.021 | 894.903 |
| Turismo | 21 | 1.383.172 | 993.753 | 5,4 | 835.530 | 591.959 |
| Património Histórico/Cultural | 21 | 8.650.541 | 6.103.676 | 33,6 | 7.208.526 | 5.041.210 |
| Total | 184 | 25.781.510 | 18.009.678 | 100,0 | 20.892.315 | 14.458.580 |

Os projectos ligados à cultura e turismo, directamente correlacionados com o património e a revitalização urbana, registam já algum significado, tanto no número de projectos, como no valor de investimento (16,6% do total). Aquela correlação é particularmente forte nas Aldeias Históricas, que concentram 70,8% do investimento da AIBT direccionado a projectos na área da cultura e 94,3% do total aprovado no sector do turismo. Neste domínio é de fazer referência específica às micro-iniciativas de natureza empresarial que complementam e reflectem o impacto positivo do investimento público realizado e, têm vindo a disponibilizar serviços nas áreas do alojamento, da divulgação/animação turística e da promoção de produtos locais, com significado relevante ao nível da criação de postos de trabalho.

A melhoria da qualidade de vida das populações residentes inclui domínios como as acessibilidades, que muito têm contribuído para a articulação e estruturação territorial dos espaços de intervenção, o ambiente, os equipamentos de recreio, desporto e lazer e o apoio ao desenvolvimento regional/local, cujas iniciativas representam 12,6% do investimento total aprovado, áreas cuja representação é mais visível no âmbito dos Centros Rurais.

No seu conjunto, os domínios referidos têm privilegiado o envolvimento alargado e concertado de entidades públicas, associativas e privadas no processo de dinamização económica e promoção social e cultural tanto dos residentes como dos territórios. A disponibilização de competências técnicas a nível local, a valorização de património histórico, a reabilitação urbanística dos aglomerados, a animação e promoção dos espaços e dos lugares têm permitido divulgar metodologias inovadoras na abordagem das problemáticas dos territórios de baixa densidade, e afirmar a importância de novos factores de competitividade, a nível local e regional.

Distribuição Sectorial do Investimento Homologado e Executado



Distribuição territorial do investimento aprovado (Homologado)

A territorialização do investimento aprovado, nesta Acção Integrada de Base Territorial, resulta dos objectivos e do carácter selectivo, que presidiu à implementação das suas Linhas de Acção, em estreita correlação com os efeitos que se pretendem alcançar com a valorização dos espaços menos competitivos da Região Centro. Assim, para além do projecto mobilizador, que tem sido a Rede das Aldeias Históricas, foram formalizadas outras redes de micro intervenções capazes de protagonizar o envolvimento de recursos e actores e de produzir efeitos demonstrativos, particularmente, no Interior da Região onde se concentra 98,1% da despesa pública homologada.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

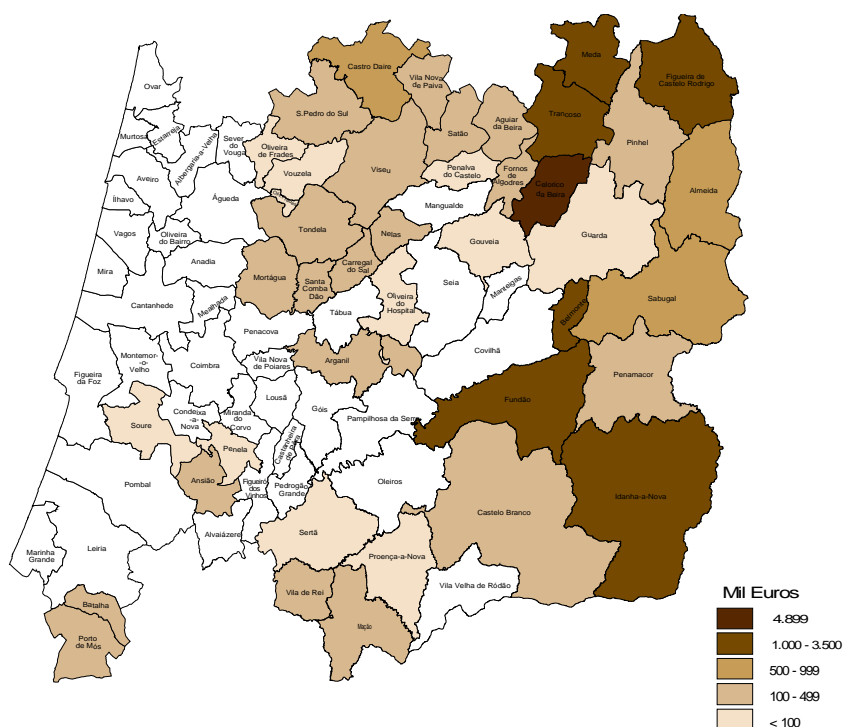
Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência (Custo total) | |
|-----------------------|----------|-------------|------------|------------|-----------------------------|---------------|
| | | | | | % | por habitante |
| Baixo Mondego | 1 | 66.229 | 66.229 | 46.361 | 0,3 | 0,2 |
| Pinhal Litoral | 4 | 337.653 | 337.653 | 236.357 | 1,3 | 1 |
| Pinhal Interior Norte | 13 | 921.390 | 921.390 | 603.236 | 3,6 | 7 |
| Dão Lafões | 34 | 3.905.599 | 3.905.599 | 2.709.646 | 15,1 | 14 |
| Pinhal Interior Sul | 4 | 435.910 | 435.910 | 290.478 | 1,7 | 10 |
| Serra da Estrela | 5 | 289.786 | 289.786 | 190.741 | 1,1 | 6 |
| Beira Interior Norte | 66 | 11.114.167 | 10.759.513 | 7.530.557 | 43,0 | 97 |
| Beira Interior Sul | 23 | 3.848.017 | 3.848.017 | 2.708.052 | 14,9 | 49 |
| Cova da Beira | 34 | 5.361.517 | 5.217.412 | 3.694.251 | 20,7 | 57 |
| Litoral | 5 | 403.882 | 403.882 | 282.718 | 1,9 | 0,4 |
| Interior | 179 | 25.876.387 | 25.377.628 | 17.726.960 | 98,1 | 32 |
| Total da Medida | 184 | 26.280.269 | 25.781.510 | 18.009.678 | 100,0 | 15 |

A Beira Interior Norte detém o maior número de projectos, a parcela mais significativa de investimento e a capitação mais elevada, o que se relaciona directamente com as sete Aldeias Históricas e os cinco Centros Rurais ali localizados. O significativo acréscimo registado nas aprovações, de 2005 para 2006 prende-se, fundamentalmente, ao lançamento de projectos ligados à valorização de monumentos classificados, seja na sua componente corpórea (consolidação e adaptação), seja na vertente imaterial (conteúdos e divulgação) com recurso a novas tecnologias de informação e comunicação.

De referir, também, a mobilização empresarial registada naquela NUT, onde se implantam seis iniciativas de dinamização económica que, estão na base dos valores diferenciados entre custo total e despesa pública dos projectos aprovados. Castelo Rodrigo (3), Linhares da Beira (1) e Marialva (2) são as Aldeias Históricas que demonstraram maior capacidade empreendedora, correspondendo positivamente ao esforço público, realizado, e ao desafio da diversificação das economias locais e da criação de emprego.

Distribuição Geográfica do Investimento Aprovado



A Beira Interior Sul e a Cova da Beira destacam-se por serem duas unidades territoriais onde coexistem intervenções das três Linhas de Acção, propiciando a sua interacção e uma leitura integrada do respectivo funcionamento. De destacar na Cova da Beira o reforço do investimento aprovado (2,1 M€), decorrente da apresentação das iniciativas previstas na Aldeia Histórica de Belmonte e do reforço da iniciativa empresarial na Aldeia Histórica de Castelo Novo (3).

A intensidade de investimento que se verifica na Cova da Beira e Beira Interior Sul prende-se, fundamentalmente, às quatro Aldeias Históricas ali localizadas (Belmonte, Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto), já que os níveis de investimento nos Centros Rurais e Contratos de Aldeia têm expressão financeira menos significativa. Em contrapartida o Dão Lafões, que representa 15,1% da despesa pública aprovada, tem respondido de uma forma muito participativa ao sinal de discriminação positiva proporcionado pela intensificação da rede de Centros Rurais e pelo estabelecimento de cinco Contratos de Aldeia. As diferentes iniciativas, lançadas em contextos territoriais diversos, têm como objectivo sinalizar espaços e aglomerados que, face às dinâmicas que encerram, poderão funcionar em rede e desempenhar um papel mobilizador dos recursos de maior capacidade diferenciadora.

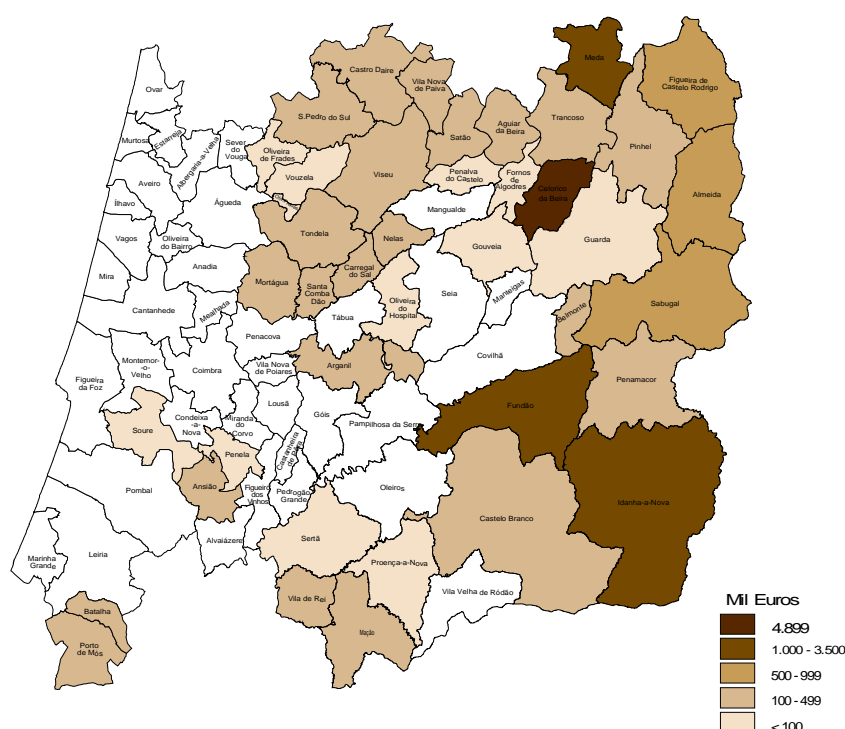
Refira-se que aquelas três NUT(s), Beira Interior Sul, Cova da Beira e Dão-Lafões, não tendo sido alvo de nenhuma intervenção específica de valorização territorial, têm vindo a beneficiar da natureza temática desta Acção Integrada, que tem contribuído para projectar territórios cuja capacidade competitiva assenta fundamentalmente na preservação da sua identidade histórica e cultural.

Situação diversa ocorre no Pinhal Interior Norte e Sul e na Serra da Estrela cuja representatividade dos valores aprovados (6,4%), não sendo relevante tem constituído um

complemento importante a investimentos realizados no âmbito das AIBT específicas daqueles território. Os domínios em que o efeito cumulativo apresenta maior expressão são a revitalização urbana, a valorização de praias fluviais e a melhoria das acessibilidades, iniciativas implementadas no âmbito dos Centros Rurais.

No que respeita ao ritmo de execução são os concelhos da Beira Interior Norte e Sul e Cova da Beira que mais têm contribuído para a despesa total apresentada, em estreita correlação com os valores aprovados. É, no entanto, diferenciada a expressão concelhia das execuções apuradas, até ao final de 2006, verificando-se que os maiores desajustamentos entre aprovações/execuções ocorrem em Belmonte e Trancoso. Estes foram os aglomerados que, mais tardiamente integraram a Rede das Aldeias Históricas (2004).

Distribuição Geográfica do Investimento Executado



A distribuição territorial e o grau de intensidade das aprovações e execuções encontram-se directamente relacionados com os objectivos específicos da Acção Integrada. As iniciativas integradas de valorização em áreas que, sendo economicamente menos competitivas, detêm elevada densidade de património histórico e cultural, têm induzido dinâmicas de desenvolvimento favoráveis ao reforço da coesão e ao “esbatimento” da tradicional dicotomia rural - urbano.

Indicadores de acompanhamento

Os sete indicadores de acompanhamento definidos, no Complemento de Programação, cobrem as situações que se previam como mais específicas da Medida II.3. A dinâmica de progressão das

três Linhas de Acção tem vindo a confirmar a adequação dos indicadores, quer, aos objectivos enunciados, quer às necessidades de valorização dos aglomerados seleccionados.

Registam-se aprovações e execuções em todos os indicadores inicialmente considerados, tendo sido a sua quantificação ajustada, às dinâmicas reais verificadas, em sede da reprogramação aprovada no PO-Centro em 2004.

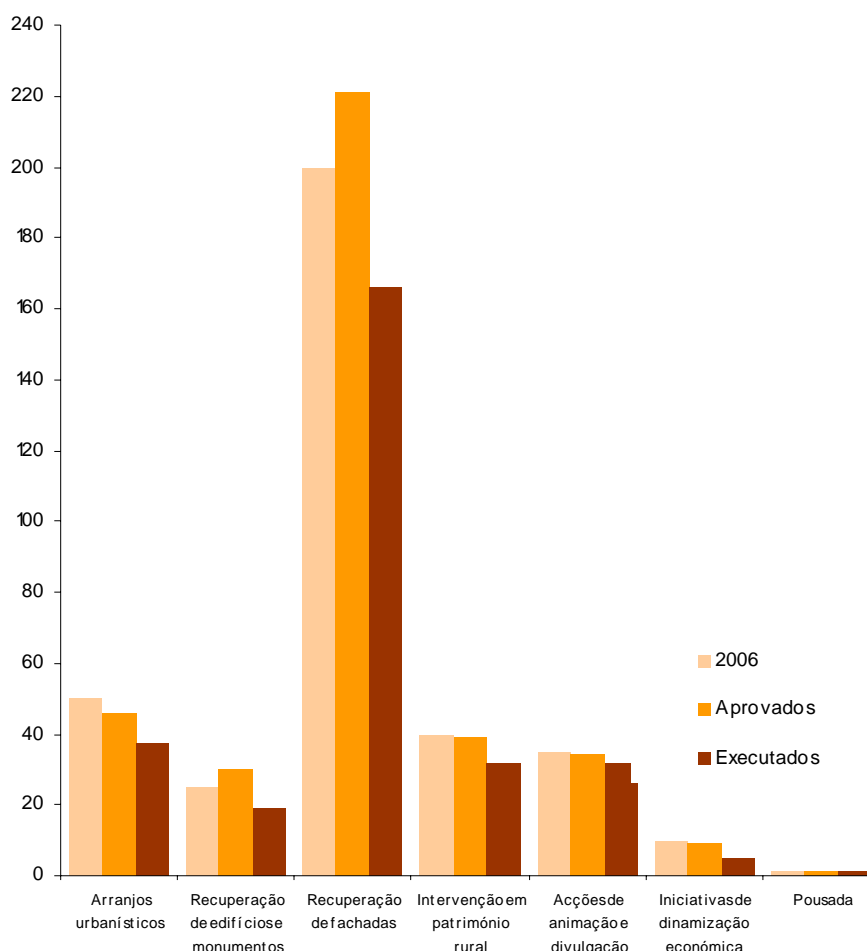
Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2006

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|------------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto 2006 | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| - Arranjos urbanísticos | nº | 50 | 46 | 37 |
| - Recuperação de edifícios e monumentos | nº | 25 | 30 | 19 |
| - Recuperação de fachadas | nº | 200 | 221 | 166 |
| - Intervenções em património rural | nº | 40 | 39 | 32 |
| - Acções de animação e divulgação | nº | 35 | 34 | 32 |
| - Iniciativas de dinamização económica | nº | 10 | 9 | 5 |
| - Pousada | nº | 1 | 1 | 1 |
| - Acções de apoio ao desenvolvimento local | nº | | 13 | 13 |
| - Redes de abastecimento de água remodeladas | ml | | 8,27 | 7,02 |
| - Rede viária municipal beneficiada | Km | | 24,9 | 24,9 |
| - Equipamentos de Lazer Desp. e Recreio | Nº | | 6 | 6 |

Para além daqueles, foram também executados projectos que, sendo enquadráveis nas tipologias enunciadas nas Linhas de Acção, não foram considerados como específicos desta Medida. Trata-se de iniciativas de qualificação do quadro de vida das populações, acessibilidade local, redes de abastecimento de água e equipamentos de lazer e recreio que, embora residuais do ponto de vista financeiro, permitiram garantir a complementaridade e sustentabilidade a projectos de natureza mais estruturante. As treze acções de apoio ao desenvolvimento local permitiram a disponibilização de competências técnicas de suporte à operacionalização dos Planos de Acção e garantiram uma melhor articulação com outras iniciativas em curso, no mesmo território. Esta interacção foi particularmente importante no que respeita a projectos, complementares, apoiados pelo Feoga, no âmbito da Medida III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural do PO-Centro, e pela Iniciativa Comunitária Leader +.

Em Dezembro de 2006 encontravam-se física e financeiramente concluídos 148 dos 184 projectos aprovados, registando-se mais 6 situações em que a conclusão física já ocorreu sem que se tenha verificado o respectivo encerramento financeiro.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO - SITUAÇÃO A 31/12/2006



De destacar o número significativo de recuperações de edifícios e monumentos, onde se incluem duas iniciativas de valorização através da instalação de conteúdos de interpretação histórica e cultural e de animação didáctica e pedagógica. A utilização de ferramentas tecnológicas que permitem consultas e visitas virtuais, utilizando TIC, é uma das vertentes inovadoras daqueles projectos, cujo efeito demonstrativo poderá estimular uma atitude de crescente interacção com o monumento ou conjuntos monumentais. Também as intervenções em património rural pretendem manter vivas no quotidiano dos residentes e na memória dos visitantes, elementos que foram determinantes na actividade económica, entretanto desvalorizada. A reutilização de moinhos, a conservação de eiras e espigueiros, ainda que com novas funcionalidades, poderão ser exemplos de boas práticas de valorização daquele património de carácter colectivo.

A dimensão económica desta AIBT tem sido materializada através da criação de unidades de Turismo em Espaço Rural (6), de promoção do artesanato e produtos locais de excelência (2) e de uma empresa de animação e divulgação turística. Cinco daquelas iniciativas encontram-se concluídas e em funcionamento, disponibilizando alojamento e serviços de qualidade, a segmentos turísticos de elevado grau de exigência, e criando localmente novas actividades geradoras de emprego. À importância económica daquelas iniciativas, acresce ainda o complemento que constituem relativamente ao investimento público realizado na recuperação física dos aglomerados.

A monitorização da capacidade de afirmação da Rede de Aldeias Históricas de Portugal tem vindo a ser feita, desde 2003, através dos registos de visitas nos respectivos Postos de Turismo.

Da análise efectuada nos quatro anos de recolha é possível verificar três linhas de força essenciais: procura crescente e sempre superior a 200 mil visitantes, no conjunto da Rede, que em 2006 recebeu 261 mil turistas; reforço da representação da procura de estrangeiros que, naquele ano, foi de 23% do total; possibilidade de conhecer, no caso dos estrangeiros, os principais mercados emissores e respectivas motivações. Tratando-se de um destino e produto turístico, que se encontra em afirmação e cujo perfil é, ainda, eminentemente nacional, os valores referidos indiciam uma abertura de oportunidade a explorar, face ao impacto na revitalização social e económica das Aldeias e do seu contributo para a divulgação do território em que estão ancoradas.

Indicadores de resultado

Foi seleccionado como indicador de resultado na Medida II.3 a população rural (%), abrangida por intervenções que contribuíssem para a dinamização económica e social das Aldeias e dos Centros Rurais, cuja previsão quantitativa apontava para 12,8%, do total estimado para Região, no final do período de programação (2006).

Indicadores de resultado - Situação 31/12/2006

| Indicador Resultado | Unidade | Quantificação | | | |
|---|---------|----------------|-------|-------------------------|----------|
| | | Previsto em CP | | Resultados (31-12-2006) | |
| | | 2003 | 2006 | Proj. aprov. | Execução |
| %Pop.rural abrangida por interv. Dinam. Econ. e social das aldeias e centros rurais | % | 4,0% | 12,8% | 13,3% | 12,3% |

Tendo em conta os projectos aprovados e a respectiva localização, verifica-se que em 2006 se encontra beneficiada 13,3% da população rural, sendo de 12,3% a que está abrangida por projectos, fisicamente, concluídos em 31 de Dezembro de 2006.

4. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”

Enquadramento

A Medida 2.4 - Acção Integrada de Base Territorial “Turismo e Património do Vale do Côa” tem como área de intervenção dez concelhos situados em território raiano do centro e norte de Portugal: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-à-Cinta, Mêda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa. Seis destes concelhos integram a NUT II Centro (Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso) e os restantes 4 integram a NUT II Norte. Este aspecto constitui um dos elementos diferenciadores desta intervenção face às restantes 11 AIBT que integram os diferentes PO Regionais.

Na concepção original, enquadrada por uma nova procura de políticas de desenvolvimento, esteve presente a necessidade de romper com as habituais perspectivas predominantemente

sectoriais, que se traduzem em olhar para cada sector e preocupação isoladamente. Assim, as AIBT vão no sentido de concretizar intervenções territorializadas, assentes na leitura de um dado território como um todo, equacionando o seu desenvolvimento de forma global e integrada e perspectivando a criação de sinergias entre sectores e a articulação entre as dimensões social, cultural, económica e ambiental. Por esta razão a categoria de beneficiários da Medida, prevista em Complemento de Programação, abarca um conjunto de agentes que vão muito para além dos Municípios ou Associações de Municípios.

O território de intervenção é caracterizado por ser profundamente ruralizado e com défices infraestruturais significativos e estrangulamentos diversos ao nível económico onde a capacidade de investimento endógeno é extremamente limitada. Apresenta, contudo, potencialidades e recursos, nomeadamente os relacionados com o seu património histórico/cultural e com a sua paisagem, que constituem uma mais valia que importa preservar e valorizar. A revelação do notável património arqueológico do vale do Côa, do qual as gravuras rupestres são o seu expoente máximo, está e estará sempre na base de qualquer esforço de valorização e dinamização das potencialidades de desenvolvimento económico e social deste território.

Se o que caracteriza esta Acção Integrada é o facto de ser uma intervenção territorializada, o reconhecimento mundial da valia dos recursos histórico-patrimoniais, que a área do Vale do Côa encerra, constitui um elemento diferenciador da estratégia de desenvolvimento que vem a ser seguida ao longo dos últimos anos. Nesse sentido a Acção Integrada contemplou objectivos específicos relacionados com preservação e valorização do património cultural e natural, a qualificação e equipamento dos aglomerados urbanos e rurais, por forma a integrarem um produto turístico diversificado e complementar às actividades tradicionais que são desenvolvidas no território. Ou seja, tendo a definição estratégica sido alicerçada naqueles recursos, tal sugere a criação de uma malha de investimentos que permita desenvolver a actividade turística como um novo pilar de sustentabilidade social e económica, alternativo à agricultura.

Também a qualificação dos recursos humanos constitui um pilar fundamental da estratégia definida. E o que se tem vindo a observar de uma forma crescente, progressivamente consistente e alinhada com a estratégia da AIBT, são os investimentos na formação dos recursos humanos que a Medida II.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social tem apoiado.

Candidaturas apreciadas

No ano 2006 foram apresentadas 47 candidaturas, tendo sido apreciadas em Unidade de Gestão 39 projectos, 2 dos quais com parecer desfavorável e 37 com parecer favorável. Destes últimos, apenas 26 foram aprovados pela tutela, tendo ficado os restantes 11 a aguardar a conclusão da verificação dos procedimentos da contratação pública, para posterior envio para aprovação. As duas candidaturas com parecer desfavorável, candidatas ao sistema de incentivos *minimis*, não cumpriam as condições de acesso previstas no Regulamento Interno da Unidade de Gestão do Eixo Prioritário II. Como foram apreciadas na Unidade de Gestão de 21 de Dezembro, entretanto deu-se início ao processo de alegações contrárias, processo que ficou concluído já no decurso de 2007.

Em 31.12.2006 encontravam-se 6 candidaturas em processo de análise uma vez que foram apresentadas em data posterior à última reunião da Unidade de Gestão, realizada em 21.12.2006. Foram ainda propostas 2 candidaturas que não reuniam os requisitos necessários para serem

apreciadas em Unidades de Gestão, por não cumprirem as condições de acesso da Medida, tendo sido arquivadas após notificação aos promotores.

Verificou-se ainda a desistência de 2 projectos homologados no âmbito do sistema de incentivos *minimis*: o “Restaurante Lagar de Camicães” e a “Casa Nossa Senhora do Amparo - Casa de Campo (TER)”.

Em termos acumulados, a Medida 2.4 registou 119 candidaturas entradas, com 107 projectos aprovados em Unidade de Gestão e 96 homologados, como se observa no quadro seguinte.

Medida 2.4 - Candidaturas entradas e apreciadas

| Medida II.4 Linha de Acção | Entrad. | Decididas em UG | | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) | |
|--|----------------|------------------|----------------------|---|----------------------------|-------------|
| | | Parecer Desf. | Parecer Favorável | | Aprovadas | Indeferidas |
| LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa | 6 | | 6 | | 6 | |
| LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico | 35 | | 29 | | 28 | |
| LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património | 46 | | 44 | | 34 | |
| LA4 - Dinamização Económica e Social | 32 | 3 | 28 | 2 | 28 | 1 |
| Total da Medida | 119 (*) | 3 | 107 | 2 | 96 | |

(*) Dois projectos foram arquivados por não reunirem os requisitos para serem apreciados na Unidade de Gestão. Seis projectos encontravam-se em análise a 31/12/2006. Dois outros projectos que haviam sido aprovados e homologados (no âmbito do sistema de incentivos *Minimis*) foram objecto de desistência.

Na distribuição dos projectos aprovados pelas quatro linhas de acção previstas em Complemento de Programação, constata-se que 94% dos projectos se concentram nas linhas de acção 2, 3 e 4, com predominância para a linha de acção 3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património que acolhe o maior número de projectos.

A escassa adesão à linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, em termos do número de projectos, deve-se, fundamentalmente, ao facto dos beneficiários finais desta linha de acção serem em número reduzido. De facto, o IPA - Instituto Português de Arqueologia, o PAVC - Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART - Centro Nacional de Arte Rupestre, 3 dos beneficiários previstos em Complemento de Programação, constituem, na prática, apenas um beneficiário, uma vez que os últimos dois são entidades dependentes da primeira e não dispõem de autonomia financeira não podendo, por esse facto, apresentar candidaturas de forma autónoma. No entanto, destaca-se nesta linha de acção o projecto “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa - Construção das Instalações e Infraestruturas”, um dos projectos “âncora” desta Medida, que representa 19% do total aprovado. Este investimento tem como objectivo a preservação e a valorização do património arqueológico do Vale do Côa, proporcionando um conjunto de informação adequada sobre o maior complexo de arte rupestre paleolítica ao ar livre. Após um longo processo que se arrastou ao longo de todo o período de programação 2000-2006, apenas na Unidade de Gestão de 29 de Setembro de 2006, o projecto de construção do Museu viria a ser apreciado, tendo o início das obras apenas ocorrido nos primeiros dias de 2007. Este projecto veio dar corpo a um compromisso assumido pelo Estado Português em 1998, perante a UNESCO, em que a Arte Rupestre do Vale do Côa foi classificada como Património da Humanidade, tendo em vista a sua preservação e divulgação.

De referir que o Museu, enquanto pólo de interesse regional, pretende ser também uma estrutura dinamizadora do desenvolvimento, inserindo o Vale do Côa nos circuitos do turismo organizado e promovendo o desenvolvimento económico e social da região. Além do mais a sua construção

visa concretizar os compromissos assumidos com a UNESCO, de centrar o conhecimento do maior e mais importante conjunto mundial de Sítios com Arte gravada do Paleolítico em espaço aberto conhecido até hoje e de proporcionar a um público alargado a informação adequada para uma melhor compreensão deste Património Cultural, que decerto contribuirá para a sensibilização da sociedade civil e para o conhecimento e divulgação do Património Cultural Arqueológico da região e da Arte Rupestre do Vale do Côa.

Tendo em consideração a relevância deste projecto em termos nacionais e internacionais e o elevado volume de investimento que o mesmo exige, o seu financiamento no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII) exigiu que o investimento relativo a este empreendimento fosse repartido entre o Programa Operacional da Região Centro (Eixo II – Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa) e o Programa Operacional para a Cultura (POC), Medida 1.2. – Modernização e dinamização dos museus nacionais, actuando os dois Programas em complementaridade e em consistência com os objectivos gerais da intervenção global, permitindo a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, dos acessos ao mesmo e de trabalhos de arranjos exteriores correspondentes, assim como a instalação dos equipamentos museológicos indispensáveis à sua abertura ao público até ao final de 2008. Nesta conformidade, as acções incluídas em cada uma das candidaturas apresentadas aos dois Programas Operacionais não devem ser consideradas exclusivamente na perspectiva da consistência e da valia individual de cada uma das intervenções, mas sim à luz do princípio da complementaridade das acções integradas em cada uma das candidaturas e da sua coerência face aos objectivos gerais da intervenção global que consiste na construção, instalação e equipamento do Museu.

Na linha de acção “Promoção do desenvolvimento turístico”, salienta-se a aprovação dos projectos associados aos pólos termais de Fonte Santa, no Município de Almeida, e do Cró, no Município de Sabugal, considerados projectos “âncora” desta AIBT. Apenas em 2006 estiveram reunidas as condições para aprovar os dois grandes projectos relacionados com os pólos termais que estavam em falta, pois o Pólo Termal de Longroiva, do Município de Meda, tinha sido já aprovado em 2005. Estes projectos do termalismo são importantes para que sejam alcançados os objectivos definidos para esta AIBT, particularmente os associados à promoção do desenvolvimento turístico através do aproveitamento dos recursos termais e respectiva infraestruturação com vista à sua divulgação e promoção.

Aspecto que merece também destaque, em termos de candidaturas apreciadas, prende-se com o tipo de promotores que viram os seus projectos aprovados no âmbito da Acção Integrada. Tanto em número como nos montantes envolvidos, as Câmaras Municipais destacam-se como as principais entidades promotoras dos projectos, com 65% e 71.8% respectivamente, do total da medida, seguindo-se, quanto ao financiamento, os Institutos Públicos e outras entidades sob a Tutela da Administração Central. No seu conjunto, a iniciativa pública de âmbito central ou local contabiliza 74 projectos, com um investimento de aproximadamente 46 milhões de euros, o que representa 73% da dotação atribuída à AIBT.

Execução

Dos 96 projectos que, a 31 de Dezembro de 2006, se encontravam homologados, 54 já encontravam concluídos, não constando deste número nenhum dos projectos aprovados em 2006. No pólo oposto encontram-se 20 projectos que não apresentam qualquer execução, todos eles aprovados em 2006, sendo que 13 destes foram-no em 29 de Dezembro.

Medida 2.4 – Projectos concluídos e em execução a 31 de Dezembro de 2006

| Taxa execução | N.º projectos |
|---------------|---------------|
| 100% | 54 |
| [75, 100[| 10 |
| [50, 75[| 3 |
| [25, 50[| 4 |
|]0,25[| 5 |
| 0 | 20 |
| TOTAL | 96 |

Tal como já havia acontecido no ano de 2005, a actividade desenvolvida pela Coordenação da AIBT centrou-se, fundamentalmente, em assegurar níveis de execução dos projectos aprovados que permitissem melhorar o desempenho global da medida. Recorde-se que este desempenho tem sido fortemente condicionado pelo facto de importantes projectos “âncora” previstos serem financiados pela AIBT (envolvendo importantes montantes financeiros), apenas no ano de 2006 terem sido apresentados à estrutura de gestão para análise. É disso exemplo, como já foi anteriormente referido, o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, tendo o ano de 2006 sido um ano em que avanços significativos foram dados.

Pela importância financeira que este projecto assume na programação financeira da medida, os atrasos verificados no seu arranque tiveram implicações severas quer nos montantes aprovados, quer, consequentemente, nos montantes executados. Uma vez que o mesmo foi aprovado, isso permitirá durante o ano de 2007 uma alavancagem na taxa de execução da Medida, para além de se concretizar um dos principais objectivos da AIBT, que contribuirá, inevitavelmente, para o desenvolvimento sustentado deste território através do Turismo/ Cultural.

Em termos de valores aprovados, registou-se, em 2006, um grande avanço em relação à situação de 2005, não só pelo número de projectos aprovados, mas também pelos montantes envolvidos. Contribuiu para este facto a aprovação do projecto do Museu do Côa, que representa cerca de metade do aprovado em 2006, e dos projectos dos pólos termais de Fonte Santa e do Cró, tendo estes três projectos em peso significativo (84%) no total aprovado neste ano.

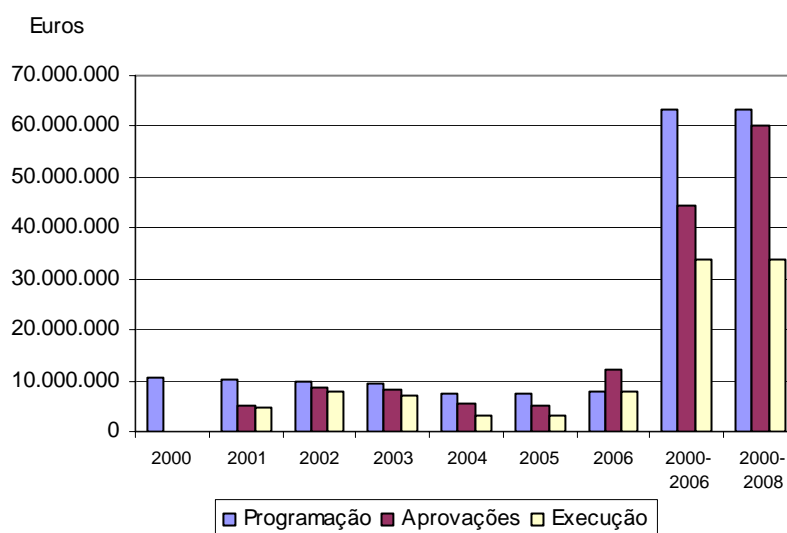
No total, os valores homologados representam 95% da dotação da Medida, enquanto que as aprovações em Unidade de Gestão absorvem 99%. Apesar da Medida se encontrar com a dotação comprometida, prevê-se que possa acolher mais projectos, uma vez que alguns dos encerramentos são efectuados abaixo dos valores aprovados, libertando verbas que poderão ser canalizadas para outros investimentos.

No quadro e gráfico seguintes são apresentados os valores aprovados e executados, no período 2000-2008.

Medida II.4 - Aprovações e execução financeira

Unid: euros

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas(%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 10.551.876 | 7.386.388 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 10.194.640 | 7.136.320 | 4.957.020 | 3.469.914 | 4.720.643 | 3.304.450 | 48,6 | 46,3 | 95,2 |
| 2002 | 9.832.333 | 6.882.703 | 8.510.961 | 5.945.757 | 7.941.015 | 5.552.081 | 86,6 | 80,8 | 93,3 |
| 2003 | 9.603.836 | 6.722.753 | 8.075.042 | 5.647.007 | 7.191.676 | 5.023.364 | 84,1 | 74,9 | 89,1 |
| 2004 | 7.443.838 | 5.210.739 | 5.423.162 | 3.796.214 | 3.317.653 | 2.322.357 | 72,9 | 44,6 | 61,2 |
| 2005 | 7.654.661 | 5.358.317 | 5.225.112 | 3.657.578 | 2.982.359 | 2.087.652 | 68,3 | 39,0 | 57,1 |
| 2006 | 7.839.610 | 5.487.781 | 12.227.818 | 8.559.473 | 7.819.221 | 5.473.455 | 156,0 | 99,7 | 63,9 |
| 2000-2006 | 63.120.794 | 44.185.001 | 44.419.115 | 31.075.943 | 33.972.567 | 23.763.359 | 70,4 | 53,8 | 76,5 |
| Total (2000-2008) | 63.120.794 | 44.185.001 | 59.972.250 | 41.963.137 | 33.972.567 | 23.763.359 | 95,0 | 53,8 | 56,6 |

Medida II.4 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução

Os projectos aprovados em 2006 incluem programação para os anos 2007 e 2008, implicando um esforço acrescido no sentido de executar os investimentos nos próximos 2 anos, não só destes projectos, mas também de outros que ainda se encontram em execução. Constatase que no período 2000-2006, foi executado apenas 57% do montante total aprovado na Medida, sendo que o que falta executar terá que ocorrer nos dois últimos anos de vigência do Programa, colocando uma enorme pressão sobre a Gestão e os promotores. Para esta situação contribui em grande parte os avultados investimentos que foram aprovados em 2006 e que ainda não tiveram qualquer execução. Todavia, e se nada de excepcionalmente imprevisto vier a acorrer, as programações financeiras desses projectos estão conformadas com as regras de encerramento do Programa Operacional.

É possível observar pelas taxas de execução face ao aprovado próximas dos 100%, nos anos 2001, 2002 e 2003, que a grande maioria dos projectos (56%) se encontra concluído, como já foi referido anteriormente.

O empenho que a Gestão tem demonstrado no sentido dos promotores executarem as obras e concluírem os projectos terá de ser mais forte nos próximos 2 anos, tendo de existir um controlo muito mais exigente e intenso da execução da despesa.

No que respeita ao sistema de incentivos, foram aprovados 5 projectos. São sobretudo projectos relacionados com a promoção do alojamento na região, especialmente o vocacionado para o turismo em espaço rural, o que permite colmatar manifestas carências que existem, a este nível, na região.

Linhas de Acção e Sectores apoiados – Aprovações e execução

A distribuição dos projectos aprovados por linha de acção, apresentada no quadro seguinte, permite concluir que apesar da linha de acção 3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património ter maior número de projectos aprovados, é na linha de acção 2 - Promoção do Desenvolvimento Turístico que se concentra cerca de metade do montante aprovado.

Medida 2.4 - Aprovações e execução financeira por linha de acção

Unid: Euros

| Linha de Acção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|--|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | FEDER | % | D. Pública | FEDER |
| LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa | 6 | 12.065.210 | 8.445.647 | 20,1 | 910.085 | 637.059 |
| LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico | 28 | 30.214.680 | 21.150.276 | 50,4 | 18.404.704 | 12.883.293 |
| LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património | 34 | 12.608.510 | 8.825.957 | 21,0 | 9.961.743 | 6.973.220 |
| LA4 - Dinamização Económica e Social | 28 | 5.083.850 | 3.541.257 | 8,5 | 4.696.035 | 3.269.787 |
| Total | 96 | 59.972.250 | 41.963.137 | 100,0 | 33.972.567 | 23.763.359 |

Na linha de acção 1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa regista-se um aumento substancial dos valores aprovados, relativamente ao ano anterior, devido à aprovação do projecto do Museu do Côa, tendo os seus 6 projectos um peso semelhante aos 34 aprovados na linha de acção 3.

Salienta-se, também, o reduzido peso em termos de aprovações da linha de acção 4 - Dinamização Económica e Social, apesar do elevado número de projectos aprovados. De referir que nesta linha de acção foram financiadas, até 2003, um conjunto de feiras das tradições e das actividades económicas que ocorrem anualmente neste território. O efeito de alavancagem proporcionado pela AIBT, faz com que todas elas se continuem a realizar apesar dos promotores terem deixado de aceder a qualquer tipo de co-financiamento. As “amendoeiras em flor” é disso um bom exemplo, uma vez que esta realização sendo um forte marco em termos de promoção turística do território, a entidade promotora - Associação de Municípios do Douro Superior -, não conta, actualmente, com qualquer contrapartida financeira da AIBT para a sua realização.

Na linha de acção 3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património merecem destaque as intervenções nas Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa, destinadas à valorização da imagem dos aglomerados e do seu património. Os 13 núcleos abrangidos, distribuídos por sete concelhos, já foram todos objecto de pelo menos uma intervenção, dos quais

se destaca os que investimentos realizados em arranjos urbanísticos e na recuperação de imóveis e de equipamentos tradicionais. Do montante inicial previsto para estas acções foi comprometido 83%, estando prevista a aprovação de apenas mais um projecto em Cógula, no concelho de Trancoso.

O ano de 2006 confirma, aquilo que os investimentos realizados no período de 2000/2005 já evidenciavam, que têm sido fundamentalmente projectos de requalificação urbana, os que mais relevância apresentam em números de intervenções propostas. A melhoria e valorização da imagem dos aglomerados urbanos procurando criar efeitos multiplicadores no domínio das actividades do turismo, tem sido o grande impulsionador deste tipo de intervenções. A isso não será estranho as efectuadas nas designadas “Aldeias do Côa”, conforme atrás referido.

Relativamente à repartição do investimento aprovado por sectores, distingue-se a revitalização urbana com o maior número de projectos aprovados, apesar de ser o sector da cultura que tem o maior peso em termos de montantes aprovados, como se pode observar no quadro seguinte.

Medida 2.4 - Distribuição sectorial das aprovações

Unid: Euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|-------------------------------|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | FEDER | % | D. Pública | FEDER |
| AMBIENTE - Protecção Amb. | 1 | 20.926 | 14.648 | 0,0 | 20.926 | 14.648 |
| APOIO AO DES. REGIONAL | 16 | 8.036.003 | 5.607.764 | 13,4 | 5.272.536 | 3.673.337 |
| CULTURA | 13 | 20.123.252 | 14.086.276 | 33,6 | 7.877.185 | 5.514.030 |
| RECREIO E LAZER | 4 | 3.038.586 | 2.127.010 | 5,1 | 2.610.649 | 1.827.454 |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL | 1 | 203.102 | 142.172 | 0,3 | 203.102 | 142.172 |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL | 7 | 2.255.415 | 1.578.790 | 3,8 | 2.255.415 | 1.578.790 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 27 | 10.572.905 | 7.401.033 | 17,6 | 7.487.401 | 5.241.181 |
| TRANSPORTES - Rodov. | 5 | 2.262.413 | 1.583.689 | 3,8 | 987.677 | 691.374 |
| TURISMO | 22 | 13.459.649 | 9.421.754 | 22,4 | 7.257.676 | 5.080.374 |
| Total | 96 | 59.972.250 | 41.963.137 | 100,0 | 33.972.567 | 23.763.359 |

Verifica-se que quase todos os projectos incluídos no sector da revitalização urbana pertencem à linha de acção 3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património, que é a mais representativa em termos do número de projectos aprovados. O grande peso das aprovações no sector da cultura deve-se, mais uma vez, ao projecto do Museu do Côa.

No que respeita aos indicadores físicos, o quadro seguinte mostra que os projectos aprovados até 2006 conseguiram, na sua maioria, alcançar ou superar em larga escala as metas previstas no Complemento de Programação. Exceptuam-se as acções de animação, divulgação e promoção e a organização e participação em feiras e amostras que se situam em 60% do previsto e os encontros científico-culturais que representam 17% do objectivo pretendido.

Medida 2.4 - Indicadores de acompanhamento

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|---|---------|----------------|------------|----------|
| | | Previsto em CP | Resultados | |
| | | 2006 | Aprovações | Execução |
| Museu arqueológico | nº | 1 | 1 | 0 |
| Equipamentos culturais, turismo e lazer | nº | 6 | 19 | 9 |
| Infraestruturas básicas e arranjos urbanísticos | nº | 20 | 29 | 11 |
| Recuperação de edifícios e monumentos | nº | 6 | 10 | 9 |
| Iniciativas de dinamização económica | nº | 10 | 9 | 2 |
| Acções de animação, divulgação e promoção | nº | 10 | 6 | 5 |
| Encontros científico-culturais | nº | 6 | 1 | 1 |
| Organização e participação em feiras e amostras | nº | 20 | 12 | 12 |
| Estradas regionais/locais (*) | km | 0 | 18,81 | 16,30 |
| Estudos/projectos (*) | nº | 0 | 5 | 3 |

(*) Não previsto em CP

Relativamente aos indicadores físicos executados, os 54 projectos concluídos distribuem-se por todos os indicadores, destacando-se apenas os encontros científico-culturais e a organização e participação em feiras e amostras com taxas de execução de 100% face ao aprovado e a recuperação de edifícios e monumentos com 90% de execução.

Chama-se a atenção para o facto da execução do indicador “Iniciativas de dinamização económica” diminuir de 3 para 2, em relação ao ano 2005, em virtude de se ter efectuado uma rectificação no indicador do projecto “Amendoeiras em Flor no Douro Superior”, que foi reclassificado como “Acções de animação, divulgação e promoção”.

Incidência territorial do investimento aprovado

A distribuição geográfica do investimento aprovado apresentada no quadro seguinte mostra que cerca de metade (57%) dos projectos aprovados se concentra nos seis concelhos da região Centro, pertencentes à Beira Interior Norte, enquanto que 36% se distribui pelos quatro concelhos da região Norte, incluídos nas NUT III do Douro e Alto Trás-os-Montes.

Medida 2.4 - Distribuição geográfica do investimento aprovado

| NUT III | Aprovações | | | | Incidência (Custo total) | |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|---------------|
| | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | FEDER | % | por habitante |
| Beira Interior Norte | 55 | 28.707.109 | 28.248.573 | 19.761.662 | 47,5 | 250 |
| Douro * | 30 | 25.663.623 | 25.628.732 | 17.940.112 | 42,4 | |
| Alto Trás-os-Montes * | 5 | 5.204.190 | 5.204.190 | 3.642.933 | 8,6 | |
| Não Regionalizável | 6 | 890.756 | 890.756 | 618.430 | 1,5 | |
| Litoral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0 |
| Interior | 90 | 59.574.922 | 59.081.494 | 41.344.707 | 100,0 | 48 |
| Total da Medida | 96 | 60.465.678 | 59.972.250 | 41.963.137 | 100,0 | 27 |

(*) Região Norte

Em termos de valores aprovados, a Beira Interior Norte e o Douro têm um peso idêntico, concentrando-se nestas duas NUT 90% dos investimentos desta AIBT.

A territorialidade dos investimentos da Medida 2.4 tem vindo a ser definida pela concretização da estratégia de fundo da AIBT e pela focalização dos recursos territoriais a serem valorizados, e não pela distribuição equitativa da dotação financeira das autarquias. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, é manifestamente positiva e reflecte um avanço na mobilização dos actores locais para a necessidade e bondade de uma lógica de intervenção supra-municipal.

5. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”

Enquadramento

Confirmou-se a expectativa que se formulou em correspondente documento de 2005 de que se poderia assistir em 2006 à inflexão da situação de recessão económica que então se vivia. De facto, registou-se em 2006 um ligeiro crescimento económico, ainda que insuficiente para a convergência com a União Europeia. Na área de intervenção da Medida apenas não teve maior relevância, por não ter ainda sido acompanhado por um aumento do consumo interno. Com efeito sendo a procura turística da região da Serra da Estrela caracterizada por ter uma percentagem esmagadora de turistas nacionais (90%), qualquer aumento de consumo interno por pequeno que seja, tem tradução assegurada no crescimento do número de visitantes. Não tanto de excursionistas, cuja variação depende mais das condições meteorológicas, mas antes de turistas com permanência pelo menos de uma noite.

Sendo a área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, integrada pelos concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia, o maciço montanhoso da Serra da Estrela é o território dominante da sua intervenção. Sendo determinante para o sucesso da Medida, a dinamização de uma estratégia de desenvolvimento turístico que concilie tal desenvolvimento não apenas com a preservação, mas também com a valorização do património natural, é neste vector da estratégia, o ambiental, que a aposta tem de ser ganha para que a captação de mais turistas não nacionais, seja uma realidade no futuro.

Valorizaram-se por isso as recomendações do PETUR – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela, nesse sentido e que apontam para que seja privilegiado um tipo de turismo alternativo ao turismo de massas, dado que para este a Serra da Estrela não tem nem capacidade de carga, nem vocação. Recomenda uma forte aposta na qualidade e diversidade de produtos turísticos, com vista a ajustar a oferta às tendências da procura e assim atenuar a sazonalidade, bem como evitar o abrandamento do crescimento turístico, perante as dificuldades que possam surgir, como por exemplo a da diminuição do consumo interno. Apresentado no 1º trimestre de 2006 e embora algo polémico por não se ter limitado a afirmar generalidades, terá tido o mérito de também ele ter contribuído para congregar os municípios que integram o território do Parque Natural da Serra da Estrela, apontando para a sua associação no que poderá vir a suceder à actual AIBT Serra da Estrela no próximo QREN.

A publicação já no final do ano de 2004, do Despacho nº27 015/2004 de 28/12, que veio regulamentar o Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, permitiu o lançamento em 2005 da 1ª Fase do apoio da Medida, à dinamização e animação do tecido económico que apreciou projectos a desenvolver pela iniciativa privada no âmbito de unidades de alojamento e de empresas de animação turística. Em 2006 e após a aprovação das candidaturas apreciadas em 2005, lançou-se uma 2ª Fase que recolheu candidaturas apenas no âmbito de unidades de alojamento, uma das quais de desenvolvimento de unidade já existente. A qualidade desta, bem como a previsível das outras, a avaliar pela qualidade dos projectos apreciados, permite acreditar que o tardio e escasso apoio a privados no âmbito deste sistema de incentivos que resultará de um investimento que atingirá cerca de um milhão de euros de custo total, será compensado pela qualidade dos equipamentos apoiados.

A qualificação do tecido produtivo da região através da inovação, do desenvolvimento tecnológico e da atracção de capital estrangeiro, só poderá ser alcançada, com um grande esforço de qualificação dos recursos humanos. O desemprego na Beira Interior terá sido ligeiramente atenuado no triénio de 2004 a 2006 de acordo com publicação recente do Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da UBI – Universidade da Beira Interior. Nos 25 concelhos dos distritos da Guarda e Castelo Branco, objecto do estudo apenas oito registaram um aumento de desempregados, sendo cinco no distrito da Guarda e três no de Castelo Branco. A interpretação possível, é de que terá sido estancada a perda de emprego não qualificado verificada nos sectores de mão de obra intensiva e de que se terá criado emprego na área do comércio e serviços, pelo menos em localidades mais críticas, como era e ainda é o caso da Covilhã. Aqui a trajectória descendente da taxa de desemprego passou de 10,2% em 2004 para 8,8% em 2006 o que traduz uma diminuição de -1,4% do número de desempregados no total da população activa do concelho. Manteve-se em 2006 o bom acolhimento já verificado no ano de 2005, às acções de qualificação de recursos humanos tendo surgido um número significativo de candidaturas à Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, de formação e qualificação profissional com enquadramento nos domínios prioritários da AIBT Serra da Estrela que por isso obtiveram parecer favorável.

Candidaturas apreciadas

Face à taxa de comprometimento da Medida, só com a libertação de verbas com projectos que encerraram ao longo do ano abaixo do aprovado, foi possível no último trimestre do ano apreciar em Unidade de Gestão 15 novas candidaturas e obter aprovação para 14 dessas candidaturas. Com as 7 homologadas ao longo do ano das quais seis apreciadas em Unidade de Gestão ainda nos finais de 2005 e a restante já em meados de 2006, foram aprovadas em 2006, 21 candidaturas. Com as 61 aprovadas até final de 2005, atingiu-se um total de 82 candidaturas apreciadas favoravelmente em U.G. das quais 81 homologadas.

No âmbito do Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, foram analisadas em 2006 oito candidaturas apresentadas, das quais três mereceram apreciação favorável da Unidade de Gestão e foram homologadas, três foram apreciadas desfavoravelmente e encontram-se em fase de audiência prévia e duas não responderam às exigências documentais solicitadas para poderem ser aceites e foram arquivadas.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2006

| Linha de Ação | Nº de Candidaturas | | | | | |
|-----------------|--------------------|----------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
| | Entradas | Decididas em UG | | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) | |
| | | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável | | Aprovadas | Indeferidas |
| LA 1 | 8 | | 8 | | 8 | |
| LA 2 | 13 | | 13 | | 13 | |
| LA 3 | 9(*) | | 7 | | 7 | |
| LA 4 | 32 | 3 | 26 | 3 | 26 | |
| LA 5 | 5(*) | | 4 | | 4 | |
| LA 6 | 25 | 1 | 24 | | 23 | 1 |
| S/ Linha Ação | 13(*) | | | | | |
| Total da Medida | 103 | 4 | 82 | | 81 | 1 |

(*) 1 retirada pelos promotores/arquivadas

Execução

No que respeita à execução, a taxa do executado sobre o programado para o período de 2000-2006, subiu dois pontos percentuais face a 2000-2005, tendo atingido os 86,1 %. Tal ficou a dever-se à sensível melhoria no executado sobre o programado no ano de 2006 que passou de 83,3% em 2005, para 102,1% em 2006.

Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2006

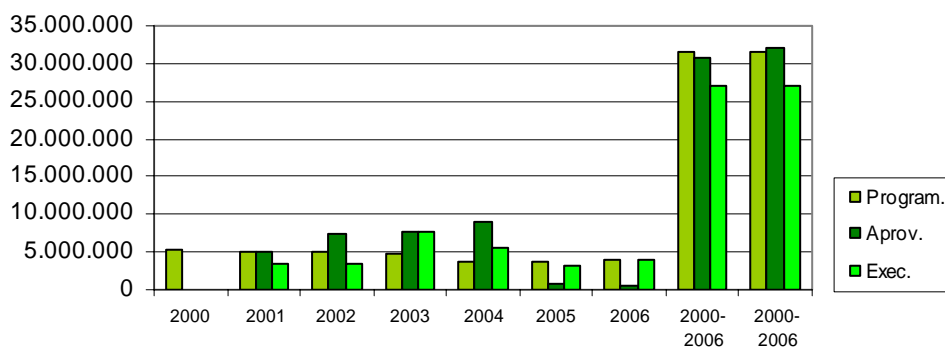
| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas(%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | D. Pública | FEDER | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 5.275.955 | 3.693.211 | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 5.097.336 | 3.568.176 | 4.939.658 | 3.183.821 | 3.403.085 | 2.108.219 | 96,9 | 66,8 | 68,9 |
| 2002 | 4.916.183 | 3.441.367 | 7.499.879 | 5.249.915 | 3.385.556 | 2.369.889 | 152,6 | 68,9 | 45,1 |
| 2003 | 4.801.933 | 3.361.392 | 7.695.728 | 5.177.566 | 7.697.643 | 5.178.907 | 160,3 | 160,3 | 100,0 |
| 2004 | 3.721.930 | 2.605.381 | 9.051.172 | 6.335.821 | 5.485.837 | 3.840.086 | 243,2 | 147,4 | 60,6 |
| 2005 | 3.827.344 | 2.679.171 | 860.037 | 602.026 | 3.190.061 | 2.233.043 | 22,5 | 83,3 | 370,9 |
| 2006 | 3.919.816 | 2.743.902 | 634.645 | 444.251 | 4.001.910 | 2.801.337 | 16,2 | 102,1 | 630,6 |
| 2000-2006 | 31.560.497 | 22.092.600 | 30.681.119 | 20.993.401 | 27.164.093 | 18.531.482 | 97,2 | 86,1 | 88,5 |
| Total (2000-2008) | 31.560.497 | 22.092.600 | 32.091.274 | 21.909.083 | 27.164.093 | 18.531.482 | 101,7 | 86,1 | 84,6 |

A taxa do executado sobre o aprovado em 2000-2006, recuperou de 75,3% para 87,3%, deixando de ser pela primeira vez o indicador menos favorável da execução. Foi possível executar o total programado para o período 2000-2004 ultrapassando largamente o exigido pela regra n+2, com cujo excedente foi possível executar 87,5% do programado para 2005. No primeiro trimestre de 2007, já se encontram executados os 12,5% em falta de 2005 e cerca de 13,0% de 2006, pelo que restará para os outros trimestres de 2007 e 2008 apenas 87% do restante programado.

Encontram-se executados 86,1% do total programado para o período de 2000-2006, o que corresponde a uma boa recuperação sobre a situação no final de 2005 (73,4%).

Durante 2006 foram encerradas 15 candidaturas, que adicionadas às 38 encerradas anteriormente perfaz um total de 53 candidaturas encerradas, o que representa 65%, das candidaturas aprovadas.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.5



Linhas de Acção: aprovações e execução

A Linha de Acção LA4 “Reforço do Potencial Turístico e Ambiental”, reforçou a liderança do número de projectos aprovados, acolhendo 27 candidaturas que correspondem a mais de 32% do total de projectos, sendo também a mais significativa em valores financeiros, pois representa 66,5 % da despesa pública aprovada. As oito candidaturas aprovadas em 2006 para a criação e reforço de alojamento turístico no âmbito do Sistema de Incentivos Específicos da Serra da Estrela e destinadas ao apoio à iniciativa privada, integraram esta Linha de Acção. Foi por isso sensivelmente incrementada a percentagem de projectos desta Linha de Acção, sem no entanto se ter alterado a percentagem de despesa pública a ela afecta que se manteve, dado que o Investimento Elegível máximo no Sistema de Incentivos, limitava-se tal como nos auxílios de “minimis” a 149.639,00 €.

O montante aprovado na Linha de Acção LA1 “Qualificação e Valorização Ambiental e Paisagística”, representa 12% do aprovado na LA4, o que se considera razoável para suporte do objectivo da Medida de conciliar a preservação dos valores ambientais com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentável. Sendo o objectivo global fixado para esta Medida, a “promoção do potencial de desenvolvimento turístico, que se pretende alavanca de um desenvolvimento integrado”, faz todo o sentido que seja a Linha de Acção “Reforço do Potencial Turístico e Ambiental” a registar o mais significativo volume de investimento. Em termos de execução esta Linha de Acção, está praticamente ao mesmo nível da taxa de execução global para a Medida (84,4%).

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2006

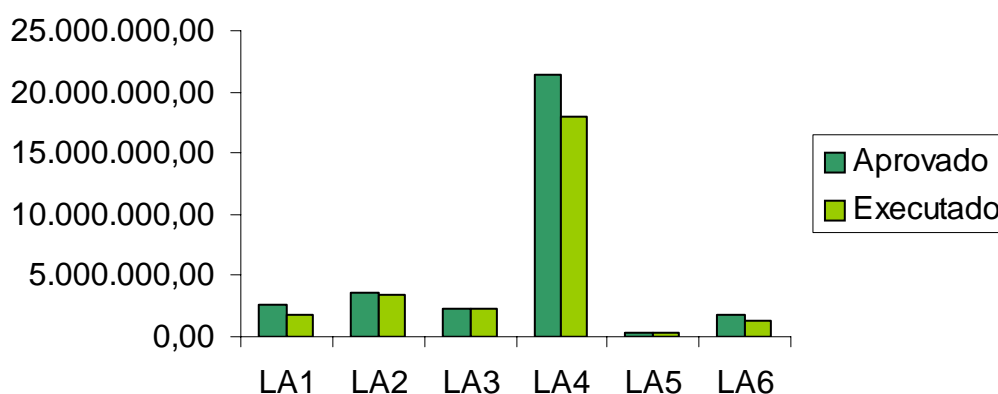
Unidade: Euro

| Linha de Acção | Aprovações | | | Execução (2000-2006) | | |
|-------------------|------------|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| LA 1 | 8 | 2.567.613 | 1.797.329 | 8 | 1.801.682 | 1.261.178 |
| LA 2 | 13 | 3.660.483 | 2.562.338 | 11 | 3.505.504 | 2.453.853 |
| LA 3 | 7 | 2.335.387 | 1.634.771 | 7 | 2.335.387 | 1.634.771 |
| LA 4 | 27 | 21.357.343 | 14.395.330 | 67 | 18.014.815 | 12.126.988 |
| LA 5 | 3 | 341.874 | 239.312 | 1 | 252.236 | 176.565 |
| LA 6 | 23 | 1.828.575 | 1.280.003 | 6 | 1.254.468 | 878.128 |
| Total | 81 | 32.091.274 | 21.909.083 | 100 | 27.164.093 | 18.531.482 |

Com um peso significativamente menor, surge a Linha de Acção LA2 “Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais”, que representa apenas 11,41 % e que se encontra praticamente executada (95,8%).

As restantes Linhas de Acção, com pesos específicos bem menores, apresentam taxas de execução diferenciadas, faltando na LA5 “Acções de Ordenamento e Planeamento” (73,78%) apenas o encerramento financeiro de uma candidatura. A LA6 “Valorização e Animação Turística e Ambiental” tem maior incidência de projectos imateriais que foram aprovados no final de 2006 e por isso a taxa de execução mais baixa (68,6%). A LA3 “Acessibilidades e Circuitos Turísticos” encontra-se inteiramente executada.

Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção



Sectores apoiados: aprovações e execução

A distribuição sectorial das aprovações/homologações é consistente com os objectivos específicos enunciados para a Medida.

O sector do Turismo, assume uma preponderância notória nos sectores apoiados pois atinge 40% o número de projectos deste sector. Tem alguma relevância para esta percentagem, o facto de os

projectos no âmbito do Sistema de Incentivos terem sido integrados neste sector. Em termos de investimento aprovado, o Sector Turismo representa apenas 26,2%, embora se não tivesse havido o rigor de classificar em Desporto (8,5%) e Recreio e Lazer (5,0%), equipamentos cuja vocação essencial é o turismo, a relevância deste sector atingiria 39,5%.

O número de projectos afectos à Cultura (10), tem uma expressão significativa de 12%. Sendo sete destes dez projectos Museus (que representam 78,9% dos valores aprovados neste sector), entende-se a expressão financeira de 23,8% que este sector tem na Medida, pelo facto de este tipo de infra-estrutura cultural se revelar um complemento da oferta turística. São uma alternativa à fruição de espaços naturais, particularmente útil em dias de condições meteorológicas adversas.

As intervenções de revitalização urbana (14,9%), tiveram como principais objectivos a renovação de espaços públicos e de lazer, por vezes com a eliminação de certas nódoas e erros urbanísticos, em oito diferentes aglomerados populacionais e ainda a valorização dos centros históricos e seus acessos, respectivamente nas cidades da Covilhã e da Guarda.

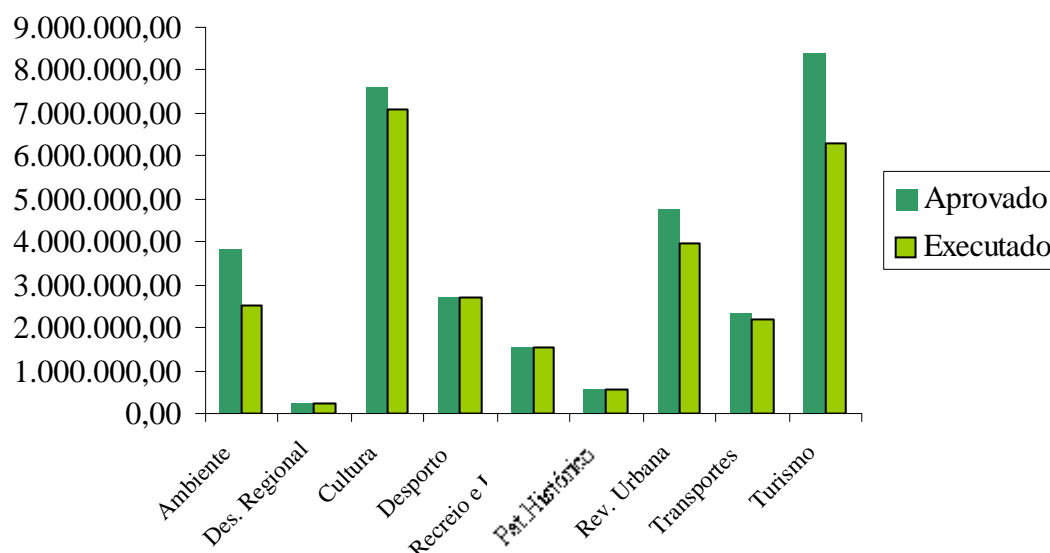
De assinalar ainda o significativo incremento em 2006 da execução no sector Ambiente e Protecção Ambiental que tem uma representação importante em termos do investimento aprovado (11,9%) e que passou de 20% para 68% com a conclusão da construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, cujos conteúdos se completaram já no primeiro trimestre de 2007. O conhecimento que se foi tendo destes conteúdos e em especial da forma inovadora da sua apresentação, permite confirmar as expectativas deste equipamento na consolidação do turismo cultural e de educação ambiental na região, com o consequente reforço da sensibilização para a preservação do património natural.

Distribuição Sectorial das aprovações/homologações

Unidade: Euro

| Sector | Aprovações | | | Execução (2000-2006) | |
|---|------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % DP | D. Pública Fundo |
| 1.0 - Agricultura | | | | | |
| 2.1 - Ambiente - Abastecimento de Água | | | | | |
| 2.2 - Ambiente - Águas residuais | | | | | |
| 2.3 - Ambiente - Protecção ambiental | 6 | 3 805 671 | 3 805 671 | 11,9 | 2 532 536 1 772 775 |
| 3.0 - Apoio ao desenvolvimento regional | 4 | 254 450 | 254 450 | 0,8 | 214 027 149 819 |
| 5.0 - Ciência e Tecnologia | 1 | 19 361 | 19 361 | 0,1 | 19 361 13 552 |
| 7.0 - Cultura | 10 | 7 622 111 | 7 622 111 | 23,8 | 7 100 814 4 970 570 |
| 8.0 - Desporto | 4 | 2 726 468 | 2 726 468 | 8,5 | 2 726 468 1 425 145 |
| 9.0 - Recreio e Lazer | 1 | 1 547 405 | 1 547 405 | 4,8 | 1 547 405 1 083 184 |
| 15.0 - Património Histórico/Cultural | 2 | 576 066 | 576 066 | 1,8 | 576 066 403 246 |
| 18.0 - Revitalização Urbana | 12 | 4 773 302 | 4 773 302 | 14,9 | 3 953 530 2 767 471 |
| 22.2 - Transportes - Rodovias | 7 | 2 351 856 | 2 351 856 | 7,3 | 2 197 582 1 538 307 |
| 23.0 - Turismo | 33 | 8 414 585 | 8 414 585 | 26,2 | 6 296 303 4 407 412 |
| Total | 81 | 32 091 274 | 32 091 274 | 100,0 | 27 164 093 18 531 482 |

Distribuição Sectorial do Investimento Aprovado e Executado



Indicadores de Acompanhamento

Os indicadores de acompanhamento, inicialmente considerados, viram os valores fixados ser atingidos e mesmo ultrapassados, com excepção do indicador “Beneficiação de Estradas” que apenas foi cumprido em pouco mais do que 50% e o de Parques de Estacionamento que não teve qualquer concretização. A questão dos Parques de Estacionamento que estavam previstos na zona da Torre, face à analogia do precedente que poderiam criar, com os das praias ao longo da costa, só terá solução quando for definitivamente decidido a quem compete a execução de tais infra-estruturas. Se à Estradas de Portugal – EP, se às Câmaras Municipais, ou se ao próprio concessionário da estância de esqui.

Os equipamentos museológicos, encontram-se praticamente concluídos. Dos sete apoiados, apenas o Museu da Electricidade, cuja aprovação se verificou já no final de 2006 se encontra ainda em fase de construção. Foi concluída em 2006 a construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, cujos conteúdos serão concluídos no final do primeiro trimestre de 2007.

Em 2006 concluiu-se a construção do troço da ER 338 Portela do Arão / Lagoa Comprida, ligação essa que irá permitir atenuar os congestionamentos de tráfego, que se verificam no Sabugueiro, pois permitirá a divergência do tráfego com destino ao Litoral Centro, do restante tráfego para Norte que em simultâneo parte da Torre, no final da tarde dos fins de semana, pontes e feriados. Mantém-se no entanto a preocupação, quanto à agravada degradação do troço já intervencionado, da estrada municipal de ligação do Covão do Ferro a Unhais da Serra. Não foi ainda em 2006 que se concluíram os 2,0 Kms que não foram reabilitados nessa intervenção e se reparou o troço já intervencionado. Esta ligação que constituiria também do lado Sul do Maciço Superior da Serra da Estrela, uma alternativa de divergência ao referido tráfego com destino a Sul que provoca idênticos congestionamentos no centro da Covilhã que chegam a atingir as Penhas da Saúde, é também determinante para a viabilidade do projecto PITER, que inclui a construção de Balneário Termal e Hotel em Unhais da Serra e visa transformar esta Vila numa estância termal moderna. Admite-se a conclusão deste equipamento, para o final de 2007 e até ao momento não se vislumbra solução para desencadear o processo de conclusão e reabilitação de

tal EM. No próximo QREN, terá necessariamente de ser encontrada uma solução para que um dos principais obstáculos à criação de uma imagem qualificada do turismo na Serra da Estrela que são os ainda frequentes congestionamentos de tráfego, seja ultrapassado.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2006

| Medida | Indicador Físico | Unidade | Valor Previsto 2006 | Valores previstos nos Projectos Aprobados | Executado até 31/12/2006 |
|--------|--|---------|---------------------|---|--------------------------|
| II.5 | Parque temático/Museus construídos | n.º | 3 | 7 | 5 |
| | Valorização de zonas de recreio/ Zonas degradadas (ambiente) recuperadas | n.º | 2 | 7 | 4 |
| | Parques de estacionamento | n.º | 2 | | |
| | Beneficiação de estradas/ Rede viária municipal beneficiada | km | 30 | 16 | 16 |
| | Arranjos urbanísticos/intervenções de reabilitação urbana | n.º | 20 | 25 | 23 |
| | Recuperação de edifícios | n.º | 2 | 8 | 6 |
| | Acções de animação e divulgação e promoção | n.º | 12 | 24 | 20 |
| | Campanhas de sensibilização ambiental | n.º | - | 4 | 3 |
| | Planos de pormenor | n.º | - | 3 | 3 |
| | Centros culturais construídos | n.º | - | 3 | 3 |
| | Outros equipamentos desportivos construídos | n.º | - | 1 | 1 |
| | Estâncias termais apoiadas | n.º | - | 2 | 2 |
| | Iniciativas de dinamização económica | n.º | - | 9 | 1 |

Incidência territorial do investimento aprovado

A área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, abrange território de cinco NUT de nível III.

As NUT do Pinhal Interior Norte e Dão Lafões, apenas contribuem com um concelho cada, Oliveira do Hospital e Aguiar da Beira respectivamente. A NUT Beira Interior Norte contribui com três concelhos, Guarda, Celorico da Beira e Manteigas. A NUT Cova da Beira contribui com dois concelhos, Covilhã e Belmonte e só a NUT Serra da Estrela tem o seu território totalmente integrado na AIBT, com os concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres.

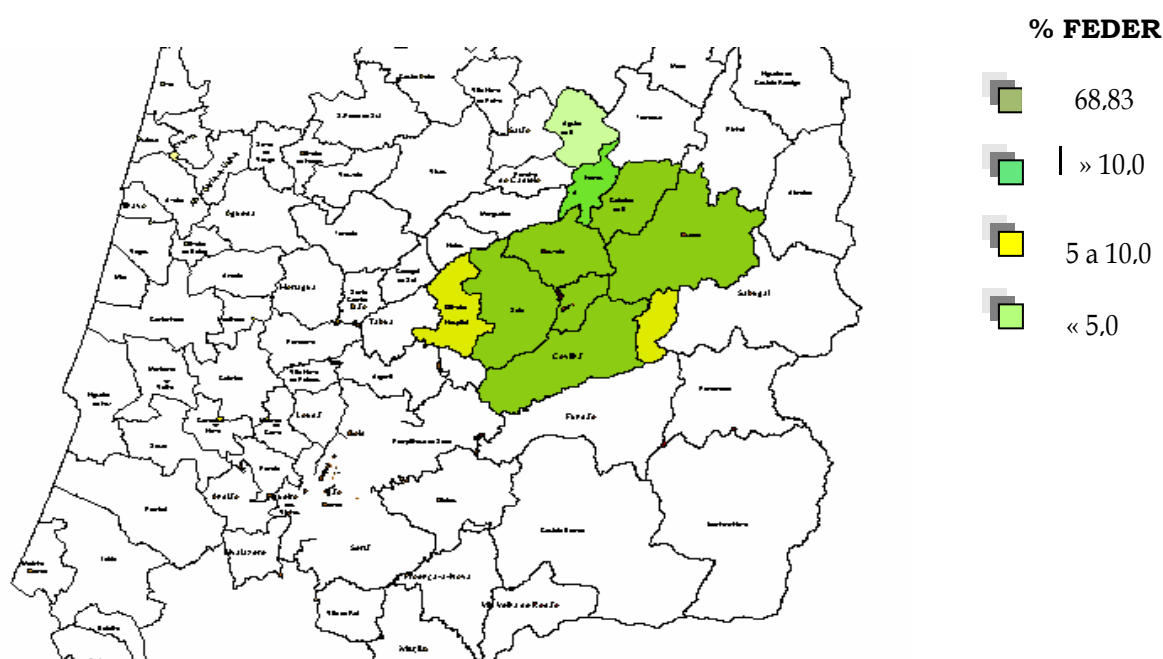
Distribuição geográfica do investimento aprovado

| NUT III | N.º Proj. | Custo total CT | D. Pública | Fundo | % CT | CT/Hab. |
|--------------------|-----------|----------------|------------|------------|-------|---------|
| P. Interior Norte | 5 | 2.494.866 | 2.494.866 | 1.746.406 | 7,6 | 18 |
| Dão Lafões | 1 | 998.591 | 998.591 | 699.014 | 3,1 | 3 |
| Serrada Estrela | 33 | 11.887.652 | 11.406.880 | 7.913.389 | 36,3 | 238 |
| B. Interior Norte | 21 | 7.470.346 | 7.308.504 | 4.632.570 | 22,8 | 65 |
| Cova da Beira | 17 | 9.526.545 | 9.526.545 | 6.668.582 | 29,1 | 102 |
| Não Regionalizável | 4 | 355.888 | 355.888 | 249.122 | 1,1 | |
| Total da Medida | 81 | 32.733.888 | 32.091.274 | 21.909.083 | 100,0 | 18 |

A média mais elevada de investimento por projecto, é constatada na Cova da Beira, devido à incidência nesta NUT dos projectos supramunicipais, promovidos pela UBI – Universidade da Beira Interior, como o Polo Tecnológico do Museu dos Lanifícios e do edifício anexo para o respectivo Centro de Documentação, que têm uma volumetria financeira, bem superior à média. Nas restantes NUT o investimento é praticamente proporcional ao número de projectos aprovados em cada uma delas, com excepção de Dão Lafões, onde o valor do único projecto apresentado e aprovado, excede em muito a média de custo total por projecto.

A NUT Serra da Estrela, sendo a única em que todos os seus concelhos integram a área de intervenção da Medida, apresenta o maior número de projectos aprovados e uma incidência por habitante francamente superior às restantes. A incidência do Custo Total, é também superior na Serra da Estrela, embora se aceite como equilibrada a distribuição relativamente à Cova da Beira na medida em que esta NUT contribui apenas com dois concelhos. Já o mesmo equilíbrio se não verifica na Beira Interior Norte que também com três concelhos a integrar a área de intervenção da Medida fica a cerca de 10 p.p. da média das duas.

Todos os seis concelhos que têm território na área do Parque Natural da Serra da Estrela, Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, integram a área de intervenção da Medida e representam 60% dos concelhos da Medida. O Custo Total do investimento nesses concelhos do Parque representa 69,4% do Total da Medida, o que se considera aceitável na medida em que o maciço montanhoso da Serra da Estrela se situa inteiramente em tais concelhos. O apoio FEDER no conjunto desses concelhos é ainda menor 68,8%. O dos restantes quatro que não integram área de Parque Natural, tem tradução no seguinte mapa, onde se constata que um deles ainda ultrapassa os 10,00%:



6. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER

Enquadramento

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizavam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

As iniciativas desta Acção Integrada orientaram-se para a afirmação da identidade deste território, promovendo os seus valores patrimoniais.

Em 2006 manteve-se a estratégia de apoiar um conjunto de iniciativas coerentes e articuladas, que contribuíssem para a afirmação de “marcas” territoriais:

- » Rede das Aldeias do Xisto
- » Rede de praias fluviais
- » Rede de percursos

Candidaturas entradas e apreciadas

O ano de 2006 teve uma evolução em termos do número de processos entrados/apreciados/aprovados correspondente a 8 novas candidaturas aprovadas, das quais 6 se incluem no âmbito do “Programa das Aldeias do Xisto”. A evolução não foi mais significativa em termos de apreciação/aprovação dado que não foi realizada qualquer Unidade de Gestão no segundo semestre de 2006. Desta forma as candidaturas em carteira no final de 2007 (27) viriam a ser apreciadas somente no ano de 2007.

De referir que o ano de 2006 correspondeu a um enorme esforço no que diz respeito à comprovação por parte dos promotores e da EAT do PO Centro do cumprimento estrito das regras dos mercados públicos no tocante aos procedimentos adoptados nos novos projectos (aprovações após 1/1/2006) e em projectos anteriormente aprovados mas sem despesa realizada antes de 1/1/2006.

Até ao final de 2006, todas as 227 candidaturas entradas/apreciadas/aprovadas obtiveram a respectiva homologação. Entre os projectos aprovados em 2006 de destacar a execução de um projecto que envolveu 11 Municípios ao nível da animação das Praias Fluviais.

Do total das 227 candidaturas apresentadas, 186 enquadram-se no “Programa das Aldeias do Xisto”, 35 correspondem a outras iniciativas municipais e 6 são de iniciativa privada.

Por linha de acção as 227 candidaturas homologadas na Medida II.6 encontram-se distribuídas da seguinte forma:

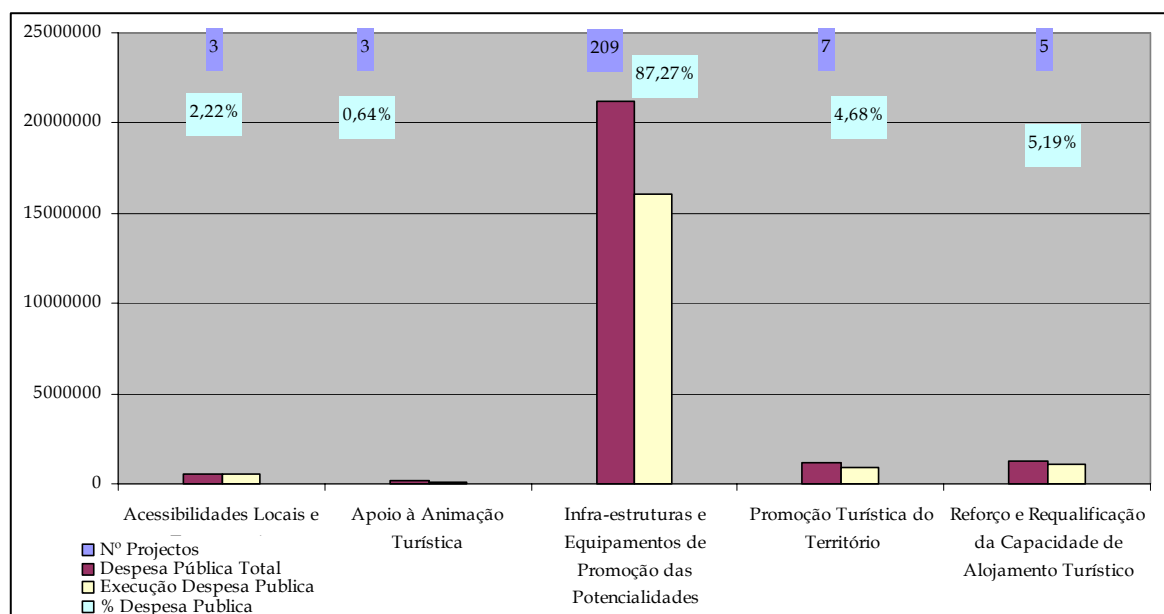
- 5 enquadram-se “Acção 1 - Reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico” (1 projecto de iniciativa municipal, 3 no âmbito do PAX e 1 no SIPEPI);
- 3 enquadram-se “Acção 2 Apoio à Animação Turística” (3 no âmbito do SIPEPI);
- 7 enquadram-se “Acção 3 - Promoção turística do território” (5 projectos de iniciativa municipal, 2 no âmbito do PAX);
- 209 enquadram-se “Acção 4 - Infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades” (28 projecto de iniciativa municipal, 179 no âmbito do PAX e 2 no SIPEPI);

- 3 enquadram-se na “Acção 5 - Pequenas acessibilidades locais” (1 projecto de iniciativa municipal, 2 no âmbito do PAX) .

Medida II.6 - Candidaturas entradas e apreciadas até 31 de Dezembro de 2006

| Linha de Acção | Decididas em UG | | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) | |
|---|-----------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
| | Parecer Desf. | Parecer Favorável | | Aprovadas | Indeferidas |
| LA1 – Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico | 0 | 5 | 0 | 5 | 0 |
| LA2 – Apoio à Animação Turística | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| LA3 – Promoção Turística Território | 0 | 7 | 0 | 7 | 0 |
| LA4 – Infraest. Equip. Promo. Potencialidades | 0 | 209 | 0 | 209 | 0 |
| LA5 – Acessib. Locais e Transversais | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| Total da Medida | 0 | 227 | 0 | 227 | 0 |

Medida II.6 - Número e valor de projectos aprovados e Execução Financeira por linha de acção



Execução

Quanto à execução em 2006 para a Medida II.6 importa referir o seguinte:

- verificou-se um decréscimo muito significativo na taxa “aprovação relativamente ao programado”;
- a taxa “execução em relação ao programado” atingiu um valor baixo, atendendo à taxa de aprovação obtida em 2005;
- o valor da taxa “execução relativamente ao aprovado” tirou partido da baixa taxa de aprovação em 2006.

Medida II.6 - Aprovações e execução financeira a 31 de Dezembro de 2006

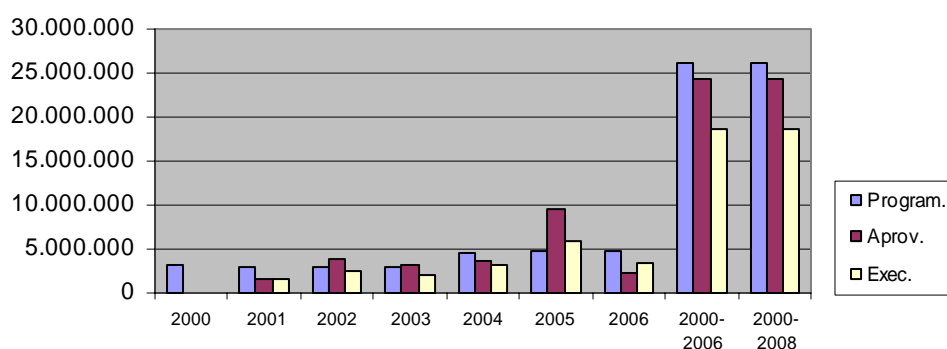
Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 3.165.392 | 2.215.775 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 3.058.227 | 2.140.759 | 1.688.729 | 1.182.111 | 1.688.729 | 1.182.110 | 55,2 | 55,2 | 100,0 |
| 2002 | 2.949.542 | 2.064.679 | 3.809.909 | 2.579.629 | 2.389.619 | 1.637.263 | 129,2 | 81,0 | 62,7 |
| 2003 | 2.880.996 | 2.016.697 | 3.221.172 | 2.201.281 | 1.977.273 | 1.330.056 | 111,8 | 68,6 | 61,4 |
| 2004 | 4.597.990 | 3.218.593 | 3.686.204 | 2.534.319 | 3.109.951 | 2.115.410 | 80,2 | 67,6 | 84,4 |
| 2005 | 4.745.368 | 3.321.757 | 9.570.175 | 6.324.355 | 6.004.006 | 4.019.392 | 201,7 | 126,5 | 62,7 |
| 2006 | 4.680.559 | 3.276.391 | 2.358.982 | 1.547.260 | 3.480.521 | 2.356.803 | | | |
| 2000-2006 | 26.078.074 | 18.254.651 | 24.335.171 | 16.368.954 | 18.650.099 | 12.641.034 | 93,3 | 71,5 | 76,6 |
| Total (2000-2008) | 26.078.074 | 18.254.651 | 24.374.781 | 16.396.681 | 18.650.099 | 12.641.034 | 93,5 | 71,5 | 76,5 |

Quanto à execução da Medida II.6 no período 2000-2006 importa referir:

- a taxa “aprovação relativamente ao programado” evoluiu menos de 3 pontos percentuais, sendo que seria desejável que se tivesse aproximado dos 100% (a concretizar no início de 2007);
- a taxa “execução relativamente ao programado” passou de 58,2% em 2005 para 71,5%;
- a taxa “execução relativamente ao aprovado” evoluiu de 65,3% em 2005 para 76,6%.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.6



O ritmo de execução da despesa pública em 2006 apresentou um decréscimo relativamente ao sentido dos anos anteriores. Esta situação prende-se, nomeadamente:

» com a redução da capacidade de execução dos promotores e incapacidade de acelerar a execução física e financeira dos projectos aprovados, mesmo quando estes apresentam baixas taxas de execução e/ou atrasos muito significativos relativamente às condições que presidiram à respectiva aprovação;

» à necessidade de intensificação da verificação efectuado a partir de Junho de 2006, por parte da estrutura de gestão, relativamente às regras de contratação pública com base nos elementos solicitados/fornecidos pelos promotores, o que atrasou a validação de despesa apresentada;

Linhas de acção e Sectores apoiados: aprovações e execução

Medida II.6 - Aprovações e execução financeira por linha de acção a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: Euros

| Acção | Nº Proj. | Aprovações | | | Execução (2000-2006) | | |
|---|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|--------------|
| | | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo | % (Execução) |
| LA1 - Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico | 5 | 1.263.493 | 807.576 | 5% | 1.101.132 | 700.871 | 87% |
| LA2 - Apoio à Animação Turística | 3 | 154.698 | 108.288 | 1% | 69.445 | 48.611 | 45% |
| LA3 - Promoção Turística Território | 7 | 1.178.012 | 698.972 | 5% | 872.660 | 495.220 | 74% |
| LA4 - Infraest. Equip. Promo. Potencialidades | 209 | 21.237.962 | 14.403.413 | 87% | 16.066.246 | 11.017.901 | 76% |
| LA5 - Acessib. Locais e Transversais | 3 | 540.616 | 378.431 | 2% | 540.616 | 378.431 | 100% |
| Total | 227 | 24.374.781 | 16.396.681 | 100% | 18.650.099 | 12.641.034 | 77% |

Relativamente ao peso financeiro das 227 candidaturas em cada uma das linhas de acção e respectiva execução, importa referir o seguinte:

- A linha de acção 1 “Ref. e qualificação da capacidade de alojamento turístico”, com 5 candidaturas, com uma taxa de execução de 87%;
- A linha de acção 2 “Apoio à Animação Turística”, com 3 candidaturas do SIEPI, possui os mais baixos valores de aprovação e de execução financeira, neste caso justificada pela inexistência de execução num dos projectos;
- A linha de acção 3 “Promoção Turística Território”, com 7 candidaturas, o que evidencia a aposta na promoção turística do território como forma de consolidar a estratégia definida, representando 5% do valor aprovado;
- A linha de acção 4 “Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades” representa 87% do valor das aprovações com 209 candidaturas e valores muito significativos em termos de execução financeira, 76% do valor aprovado;
- A linha de acção 5 encontra-se totalmente executada.

*Linhas de acção e tipologia apoiados: conclusão***Medida II.6 – Conclusão financeira por linha de acção e tipologia de projectos a 31 de Dezembro de 2006**

| Tipologias de Projectos | Linha de Acção | Conclusão Financeira (S/N) | | |
|-------------------------|---|----------------------------|-----------|-------------|
| | | N | S | Total Geral |
| Mínimis | | 5 | 1 | 6 |
| | Apoio à Animação Turística | 2 | 1 | 3 |
| | Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades | 2 | | 2 |
| | Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico | 1 | | 1 |
| Municipais | | 13 | 22 | 35 |
| | Acessibilidades Locais e Transversais | | 1 | 1 |
| | Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades | 10 | 18 | 28 |
| | Promoção Turística do Território | 2 | 3 | 5 |
| | Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico | | | 1 |
| PAX | | 111 | 75 | 186 |
| | Acessibilidades Locais e Transversais | | 2 | 2 |
| | Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades | 109 | 70 | 179 |
| | Promoção Turística do Território | 2 | | 2 |
| | Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico | | 3 | 3 |
| Total Geral | | 129 | 98 | 227 |

Ao nível da conclusão financeira verifica-se que os 98 projectos encerrados financeiramente correspondem a 47% do valor total aprovado

*Número e valor de projectos aprovados e Execução Financeira por linha de acção***Medida II.6 - Distribuição sectorial das aprovações a 31 de Dezembro de 2006**

| Unidade: Euros | | | | | | |
|--------------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------|----------------------|-------------------|
| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % DP | D. Pública | Fundo |
| Ambiente- Abast. de Água | 3 | 154.395 | 108.077 | 1% | 107.560 | 75.292 |
| Ambiente-Águas Residuais | 1 | 87.000 | 60.900 | 0,36% | 62.781 | 43.947 |
| Cultura | 6 | 3.158.859 | 2.148.884 | 13% | 2.540.626 | 1.742.209 |
| Energia | 1 | 111.735 | 78.215 | 0,46% | 111.735 | 78.215 |
| Património/histórico /cultural | 5 | 1.165.295 | 778.453 | 5% | 1.165.295 | 778.453 |
| Recreio e Lazer | 2 | 1.077.592 | 736.454 | 4% | 1.077.592 | 736.454 |
| Revitalização urbana | 178 | 11.465.724 | 7.688.723 | 47% | 7.574.542 | 5.153.508 |
| Trasnportes-Rodovia | 4 | 746.214 | 522.350 | 3% | 746.214 | 522.350 |
| Turismo | 27 | 6.407.967 | 4.274.626 | 26% | 5.263.755 | 3.510.608 |
| Total | 227 | 24.374.781 | 16.396.681 | 100% | 18.650.099 | 12.641.034 |

No tocante à distribuição sectorial dos investimentos verifica-se que estes incidiram sobretudo na “Revitalização urbana” fruto dos projectos apresentados ao PAX, no “Turismo” e o “Recreio e

lazer”, comprovando a estratégia adoptada pela coordenação da AIBT do Pinhal Interior na criação e melhoria das infra-estruturas para dinamização do sector do turismo neste território.

A este objectivo também estão subjacentes os investimentos aprovados nos sectores da “Cultura” e do “Património histórico-cultural”.

Indicadores de acompanhamento

Em termos de evolução relativamente ao ano anterior verificação que foram aprovados os primeiros projectos relativos a “Redes de percursos”. Assim e numa perspetiva global verifica-se que os indicadores:

- Infraestruturação de estradas panorâmicas
- Acessos construídos ou beneficiados
- Redes de percursos

têm candidaturas aprovadas, mas sem cumprir as metas estabelecidas.

Em contraponto estão superados os indicadores do Complemento de Programação:

- Unidades de alojamento
- Estabelecimento/requalificação de praias fluviais
- Iniciativas museológicas
- Iniciativas de animação e promoção turística
- Requalificação de aldeias serranas
- Restauro de imóveis classificados

Medida II.6 - Indicadores de acompanhamento a 31 de Dezembro de 2006

| Medida | Indicador Físico | Unidade | Valor estabelecido em CP como meta final em 2006 | Valores previstos nos projectos aprovados | Executado até 31/12/2006 |
|-------------|--|---------|--|---|--------------------------|
| II.6 | Unidades de alojamento apoiadas | nº | 5 | 7 | 1 |
| | Iniciativas de animação e promoção turística | nº | 16 | 21 | 2 |
| | Rede de percursos | nº | 3 | 2 | 0 |
| | Infraestruturação de estradas panorâmicas | nº | 6 | 2 | 2 |
| | Estabelecer/requalificar praias fluviais | nº | 9 | 13 | 10 |
| | Requalificação de aldeias de xisto | nº | 6 | 186 | 23 |
| | Iniciativas museológicas | nº | 5 | 6 | 2 |
| | Restauro de imóveis classificados | nº | 3 | 5 | 2 |
| | Acessos construídos ou beneficiados | Km | 20 | 7 | 6 |

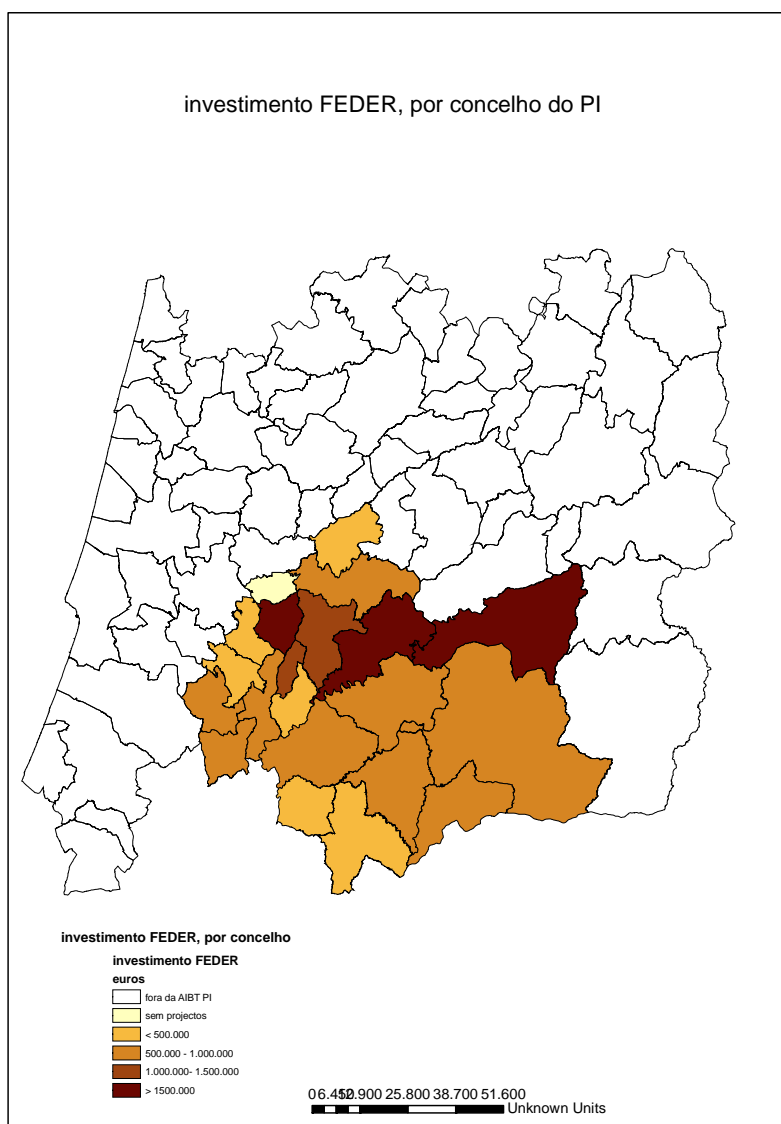
Notas:

O “executado” diz respeito a projectos concluídos física e financeiramente.

O número de projectos aprovados em “Requalificação de aldeias serranas” corresponde ao número de projectos aprovados (186) e não ao de aldeias abrangidas (23), número que também ultrapassa o valor do respectivo indicador (6).

Incidência territorial do investimento aprovado

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUT de nível III. Pese embora o facto de o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul corresponderem à grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios de outras NUT (Cova de Beira e Beira Interior Sul).



Verifica-se que:

» os concelhos que beneficiaram de maiores investimentos correspondem, em grande medida, aos concelhos com mais acentuadas características de montanha e/ou com maiores deficiências em termos de acessibilidades.

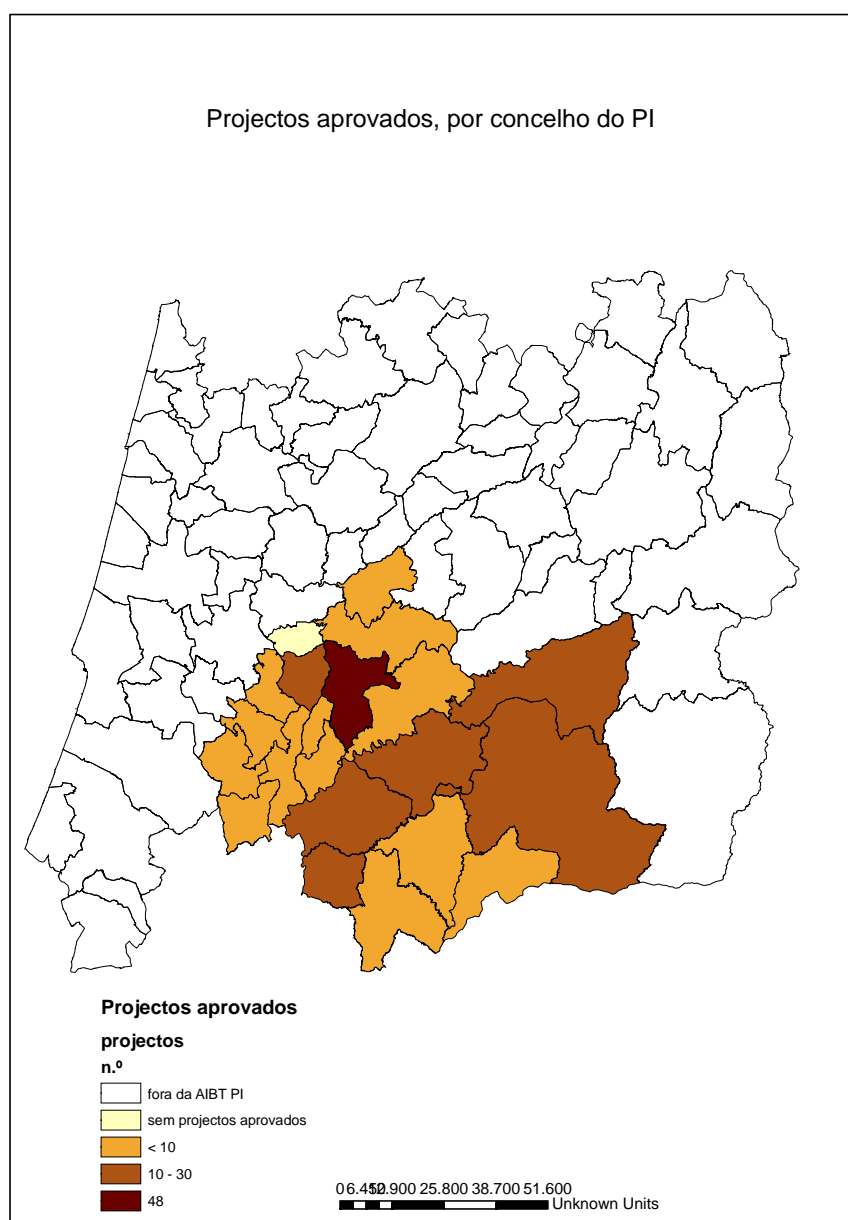
O nível de investimento por NUT está directamente relacionado com o número de processos de candidatura.

Medida II.6 - Distribuição geográfica do investimento aprovado a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência CT | |
|-----------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Pinhal Interior Norte | 120 | 15.644.442 | 15.409.953 | 10.551.618 | 64,0 | 71 |
| Pinhal Interior Sul | 50 | 3.500.590 | 3.425.770 | 2.381.743 | 14,3 | 46 |
| Beira Interior Sul | 27 | 2.087.449 | 2.087.449 | 1.428.260 | 8,5 | 13 |
| Cova da Beira | 28 | 3.217.304 | 3.114.660 | 1.799.195 | 13,2 | 12 |
| Não Regionalizável | 2 | 336.950 | 336.950 | 235.865 | 1,4 | 13 |
| Total | 227 | 24.786.734 | 24.374.781 | 16.396.681 | 101,4 | 8 |

O Município de Góis tem um grande número de projectos aprovados na Medida II.6, fruto de um maior número de projectos de recuperação de imóveis particulares no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto.



7. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

Enquadramento

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizavam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

O sector primário e neste a actividade florestal, assume-se, genericamente, como uma importante área de actividade económica.

No final de 2004 a Medida II.7 teve um reforço financeiro de 4.000.000 euros de fundo estrutural FEOGA -O, oriundos da “Reserva de Programação” que foram direccionados para a Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”.

As alterações propostas no âmbito desta acção decorreram da revogação do Regulamento (CEE) nº 2158/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à “Protecção das Florestas na Comunidade Contra os Incêndios Florestais”, que havia terminado em 2002. O novo Regulamento “Acompanhamento das Florestas e das Interações Ambientais na Comunidade” designado por “Forest Focus”, não assegurava a continuidade das acções de investimento relativas aos sistemas de prevenção e vigilância das florestas. Assim, a Comissão apresentou uma proposta de declaração referindo que os investimentos relativos à prevenção de incêndios florestais abrangidos por este Regulamento, seriam elegíveis no âmbito do Regulamento (CEE) nº 1257/99 do Conselho de 17 de Maio de 1999.

Com estas modificações e de acordo com os regulamentos, foi necessário alterar o Complemento de Programação no final do ano de 2004. As ajudas públicas programadas para esta Medida definidas em Complemento de Programação, sofreram uma aferição de forma a deslocar verbas entre algumas das Acções para apoiar aquelas que possuem uma actuação mais estruturante. É o caso da Acção 6 que consideramos uma acção estruturante, no âmbito regional pela forma como foi sendo trabalhada com os potenciais promotores. Os indicadores de acompanhamento físico e financeiro foram igualmente aferidos, com a criação de novos indicadores físicos tendo em vista um melhor acompanhamento desta Acção.

Durante o ano de 2006 o Complemento de Programação sofreu alterações no que respeita a algumas metas a atingir.

De referir, ainda, que em termos de desenvolvimento da medida ocorreram atrasos significativos na implementação de algumas linhas de acção, decorrentes dos atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer da calamidade dos incêndios florestais de 2003 e 2005, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal.

Candidaturas apreciadas

A Medida II.7, durante o ano de 2006, apresentou um valor pouco significativo quer em termos do número de processos entrados/aprovados, quer em termos da dimensão financeira global dos mesmos.

Foram analisadas 30 novas candidaturas, sendo que 28 tiveram apreciação favorável em Unidade de Gestão, das quais 6 tiveram aprovação/homologação (22 candidaturas apreciadas em Junho de 2006 viriam a ser homologadas apenas em 2007).

Nas restantes candidaturas, ocorreram 5 desistências/cancelamentos e 9 ainda estão em fase de audiência prévia de acordo com os procedimentos administrativos do CPA.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2006

| Medida II.7 | Nº de Candidaturas | | | | | |
|------------------------|--------------------|----------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
| | Entradas | Decididas em UG | | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) | |
| | | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável | | Aprovadas | Indeferidas |
| 1 | 316 | 27 | 271 | 4 | 250 | 26 |
| 2 | 46 | 3 | 38 | 2 | 38 | 3 |
| 3 | 16 | 0 | 16 | 0 | 16 | 0 |
| 4 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 5 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| 6 | 45 | 0 | 45 | 0 | 45 | 0 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8 | 45 | 14 | 26 | 3 | 26 | 14 |
| 9 | 9 | 2 | 7 | 0 | 6 | 1 |
| Total da Medida | 480 | 46 | 406 | 9 | 384 | 44 |

Candidaturas indeferidas

Tal como consta do quadro seguinte, ocorreram 44 indeferimentos que resultam do não cumprimento das condições de acesso (dos processos de candidatura), definidas pela regulamentação das respectivas linhas de acção às quais foram apresentadas, de que salientamos: a ausência de enquadramento legal, a incompleta e incorrecta formalização, a inadequação técnica e a falta de documentação para a análise da candidatura.

Candidaturas Indeferidas - Situação em 31/12/2006

| Acção | Tipo de indeferimento | Motivos de indeferimento | Nº de Cand. |
|--------------|------------------------|---|-------------|
| 1 | 1. Condições de Acesso | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica. | 25 |
| 1 e 2 | | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica. | 1 |
| 2 | | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização, por falta de elementos de análise e por inadequação técnica. | 3 |
| 8 | | Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura. | 14 |
| 9 | | Ausência de enquadramento legal, por incorrecta formalização e por inadequação técnica. | 1 |
| Total | | | 44 |

Aprovação e Execução

Quanto à Medida II.7 importa referir o seguinte:

As 6 candidaturas aprovadas (homologadas) em 2006 representam em termos de despesa pública 1,8% do total programado. Verifica-se, no entanto, que outras 22 candidaturas apreciadas em Junho de 2006 somente foram homologadas em 2007.

Em termos de desempenho da medida verifica-se que entre 2001 e 2003, foram aprovadas (homologadas) 174 candidaturas que em termos de despesa pública representam 26,1% do total programado; estes reduzidos valores deveram-se ao facto de naquela data a região da AIBT do Pinhal Interior não estar ainda devidamente estruturada em termos de capacidades técnicas e organizativas para a elaboração de candidaturas. Em 2004 foram aprovadas (homologadas) 138 candidaturas que em termos de despesa pública representam 55,1% do total programado, tendo as alterações regulamentares à Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”, a consolidação dos apoios nas outras acções da Medida e o trabalho de estruturação da região com capacidades técnicas e organizativas, a responsabilidade de permitir a aprovação de um elevado número de candidaturas na Medida com um elevado montante financeiro. Em 2005, foram aprovadas (homologadas) 66 candidaturas que em termos de despesa pública representam 9,8% do total programado.

Relativamente ao programado para a Medida verifica-se no final de 2006 uma taxa de aprovação da despesa pública de 94%;

O nível de execução financeira do ano 2006 representa 12,1% do total aprovado, traduzindo um baixo nível de execução, sendo no entanto o segundo ano com a execução mais elevada. A grande maioria dos projectos são plurianuais (períodos de 3 a 5 anos), como o caso da Acção 6 (representa 54,9% da despesa pública total da Medida), o que tem motivado o não cumprimento anual por parte dos promotores, que sistematicamente diferem a execução anual;

O nível de execução financeira da Acção 1, “Apoio à Silvicultura” e Acção 2, “Apoio ao restabelecimento do potencial de Produção Silvícola”, com 55,8% da despesa pública aprovada para o período 2000/2006, é baixo. A Coordenação da Medida efectuou alguma pressão junto dos promotores para apresentação de despesa dos trabalhos já realizados, no que não foi bem sucedida;

O nível de execução financeira da Acção 3, “Apoio à instalação de Organizações de Produtores Florestais”, está dentro da programação aprovada. A taxa é de 71,3% da despesa pública aprovada para o período 2000/2006, tendo estes projectos um período de vida de 5 anos pelo que ainda não estão concluídos;

O nível de execução financeira da Acção 4, “Apoio à constituição de prestadores de serviços florestais”, é de 0% da despesa pública aprovada para o período 2000/2006 e tem um projecto aprovado em 2006 ainda sem execução;

O nível de execução financeira da Acção 5, “Apoio à prestação de serviços florestais”, é de 39,4% da despesa pública aprovada para o período 2000/2006. Com somente 2 projectos aprovados, a Coordenação da Medida tem acompanhado os projectos e feito os possíveis para que os promotores apresentem despesa dos trabalhos já realizados;

O nível de execução financeira da Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”, é muito baixa, 39,4% da despesa pública aprovada para o período 2000/2006. Com 45 projectos aprovados que representam 54,8% do valor da despesa pública

aprovada na Medida e sendo esta uma acção estruturante, a Coordenação da Medida faz o seu acompanhamento regular, tendo já realizado visitas de acompanhamento a 80% dos projectos aprovados nesta acção. Nesta acção os promotores são entidades públicas que sistematicamente diferem a execução anual, não contribuindo comparativamente com seu peso relativo na Medida, para um boa taxa de execução em 2006;

O nível de execução financeira da Acção 8, “Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro”, está dentro da programação aprovada. Com uma taxa de 90,6% da despesa publica aprovada para o período 2000/2006. Grande parte dos projectos está concluída física e financeiramente.

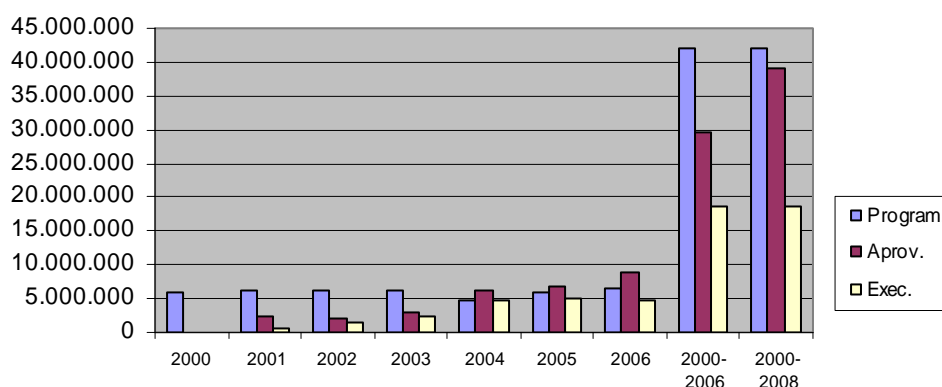
O nível de execução financeira da Acção 9, “Apoio à promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais”, é de 44,5% da despesa publica aprovada para o período 2000/2006; a Coordenação da Medida tem acompanhado os projectos e feito os possíveis para que os promotores apresentem despesa dos trabalhos já realizados.

Medida II.7 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec/A |
| 2000 | 5.997.050 | 3.674.654 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 6.290.015 | 3.854.166 | 2.497.103 | 1.870.951 | 525.196 | 393.897 | 39,7 | 8,3 | 21,0 |
| 2002 | 6.245.481 | 3.826.879 | 2.030.744 | 1.523.058 | 1.345.172 | 1.007.004 | 32,5 | 21,5 | 66,2 |
| 2003 | 6.271.858 | 3.843.041 | 3.108.383 | 2.331.287 | 2.388.652 | 1.791.489 | 49,6 | 38,1 | 76,8 |
| 2004 | 4.621.788 | 3.697.430 | 6.114.756 | 4.184.629 | 4.606.154 | 3.115.018 | 132,3 | 99,7 | 75,3 |
| 2005 | 5.906.001 | 4.724.801 | 6.785.156 | 4.537.453 | 5.067.883 | 3.233.623 | 114,9 | 85,8 | 74,7 |
| 2006 | 6.648.707 | 5.318.966 | 8.976.520 | 5.501.467 | 4.731.940 | 3.224.285 | 135,0 | 71,2 | 52,7 |
| 2000-2006 | 41.980.900 | 28.939.937 | 29.512.662 | 19.948.845 | 18.664.998 | 12.765.316 | 70,3 | 44,5 | 63,2 |
| Total (2000-2008) | 41.980.900 | 28.939.937 | 38.980.431 | 25.900.435 | 18.664.998 | 12.765.316 | 92,9 | 44,5 | 47,9 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.7



Entre 31/12/2005 e 31/12/2006 verificou-se uma redução efectiva do montante FEOGA aprovado (-524.405€) resultante, em grande medida, das reprogramações em baixa verificadas na Acção 6 (Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos). Os cancelamentos e desistências verificados nas acções 1 e 2 foram compensados com os valores entretanto aprovados.

No que respeita ao cumprimento da “Regra n+2” no final do ano de 2006, esta mereceu da parte das entidades que intervêm na gestão desta Medida uma atenção especial, mas mesmo apesar do esforço das entidades envolvidas neste processo não foi atingido o valor de execução estabelecido (par ao Programa).

Esta situação resulta, no caso da medida 2.7, de atrasos na execução por parte dos promotores motivado por problemas de financiamento (entidades públicas) ou outros, pela tipologia de projectos e pelos inexistência em tempo útil, no segundo semestre de 2006, de verbas PIDDAC que garantam a Contrapartida Nacional do Programa.

Linhas de acção e sectores apoiados: aprovações e execução

Das 384 candidaturas aprovadas na Medida II.7 importa referir o seguinte:

250 dizem respeito à Acção 1, “Apoio à Silvicultura”, são ajudas para intervenções nos espaços florestais, tais como, arborizações, aproveitamento da regeneração natural, beneficiação de espaços florestais, instalações de parques de merendas, por promotores públicos e privados;

38 dizem respeito à Acção 2, “Apoio ao restabelecimento do potencial de produção silvícola”, são ajudas para intervenções nos espaços florestais ardidados, tais como, rearborizações de espaços florestais e aproveitamento da regeneração natural, por promotores públicos e privados;

16 dizem respeito à “Acção 3, “Apoio à instalação de Organizações de Produtores Florestais”. Esta acção é das mais estruturantes em termos do universo de agentes da fileira do território. Tal como diz a acção apoia a instalação de Organizações de Produtores Florestais que dotaram a região de capacidades técnicas e organizativas e criou a prestação de serviços técnicos especializados de proximidade para os proprietários florestais públicos e privados. O apoio a 16 organizações de produtores florestais (OPF), levou à criação de 40 postos de trabalho directamente associados às ajudas desta acção e a um total 169 postos de trabalho dependentes das Organizações de Produtores Florestais apoiadas;

1 é da Acção 4, “Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais”, apoia a constituição de uma micorempresa de serviços florestais, financiando despesas de constituição, equipamento de escritório e equipamento informático;

2 dizem respeito à Acção 5, “Apoio à prestação de serviços florestais”. Esta acção é também estruturante pois permite o apoio aos prestadores de serviços florestais em vários vertentes;

45 dizem respeito à Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”. Esta acção é muito estruturante para os espaços florestais. Apoia a prevenção contra os riscos dos incêndios florestais, permitiu dotar a região de grandes infra-estruturas a nível concelhio (englobam todos os 21 Concelhos abrangidos pela AIBT PI), faixas de protecção, caminhos, aceiros, pontos de água, equipamentos de prevenção e 1ª intervenção, para prevenção de incêndios florestais e a primeira intervenção no combate aos incêndios florestais. Esta Acção tem um papel fundamental no sucesso do cumprimento da programação financeira da Medida bem como na estratégia sub-regional da defesa da floresta contra incêndios;

26 dizem respeito à Acção 8, “Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro”, que apoia a aquisição de equipamento específico por empresas de exploração florestal;

6 dizem respeito à Acção 9, “Apoio à promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais”. Estas candidaturas dizem respeito a ferramentas informáticas para o estabelecimento de sistemas de gestão florestal sustentável, sensibilização dos produtores e do público em geral para a necessidade e requisitos de uma gestão florestal sustentável;

Sem candidaturas apresentadas a Acção 7 “Apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público”, que pela sua aplicação legal encontra dificuldades quanto à elegibilidade das tipologias de intervenção nos espaços florestais existentes neste território.

Aprovações e Execução Financeira por Acção - Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: Euros

| Acção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|--------------|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| 1 | 250 | 8 161 766 | 7 351 895 | 20,9 | 4 301 611 | 3 226 207 |
| 2 | 38 | 3 156 230 | 2 367 173 | 8,1 | 1 562 135 | 1 171 601 |
| 3 | 16 | 3 732 612 | 2 799 459 | 9,6 | 2 661 013 | 1 995 760 |
| 4 | 1 | 8 899 | 6 674 | 0,0 | 0 | 0 |
| 5 | 2 | 32 186 | 24 140 | 0,1 | 12 683 | 9 512 |
| 6 | 45 | 21 390 245 | 12 709 671 | 54,9 | 7 355 045 | 4 284 727 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0 | 0 |
| 8 | 26 | 2 818 936 | 2 112 326 | 7,2 | 2 554 653 | 1 914 115 |
| 9 | 6 | 489 429 | 367 072 | 1,3 | 217 858 | 163 394 |
| Total | 384 | 38 980 431 | 25 900 435 | 100,0 | 18 664 998 | 12 765 316 |

Na Medida II.7, decorrente da natureza do próprio fundo, todas as ajudas incidiram sobre iniciativas a desenvolver no sector “Agricultura”, tal como consta do quadro seguinte.

Distribuição Sectorial das aprovações/homologações

Unidade: Euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|--------------|------------|-------------------|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % DP | D. Pública | Fundo |
| Agricultura | 384 | 38.980.431 | 25.900.435 | 100 | 18.664.998 | 12.765.316 |
| Total | 384 | 38.980.431 | 25.900.435 | 100 | 18.664.998 | 12.765.316 |

Refira-se que no conjunto das 9 linhas de acção, os indicadores físicos de acompanhamento respeitantes às linhas de acção 1 e 2 são comuns.

Note-se que os indicadores apresentados dizem respeito ao aprovado e não ao executado, elementos que apenas poderão estar disponíveis após o encerramento dos respectivos projectos.

Saliente-se que não existem indicadores de realização anual, apenas existindo os indicadores para a Reserva de Eficiência e as Metas finais estabelecidas em Complemento de Programação.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2006

| Acção | Indicador Físico | Unidade | Valor previsto 2006 | Valores previstos nos projectos aprovados |
|--------------------|---|----------------|----------------------------|--|
| Acção 1 e 2 | projectos | nº | 400 | 309 |
| | área a beneficiar | ha | 5.000 | 4.318 |
| | arborização e rearborização | ha | 9.000 | 4.799 |
| | reconversão de povoamentos mal instalados | ha | 1.000 | 0 |
| | rede viária e divisional | km | 400 | 354 |
| | pontos de água | nº | 20 | 21 |
| | ajudas públicas | 1000 euros | 11.480 | 10.795 |
| Acção 3 | organizações de produtores florestais a constituir | nº | 16 | 16 |
| | ajudas públicas | 1000 euros | 3.750 | 3.733 |
| Acção 4 | projectos | nº | 5 | 1 |
| | ajudas públicas | 1000 euros | 250 | 9 |
| Acção 5 | projectos | nº | 15 | 2 |
| | ajudas públicas | 1000 euros | 500 | 32 |
| Acção 6 | Área florestal coberta P.P. riscos bióticos | ha | 500 | 0 |
| | Área florestal coberta P.P. riscos abióticos | ha | 200.000 | 191.750 |
| | Área de silvicultura preventiva | ha | 10.000 | 12.446 |
| | Rede viária e divisional construção | km | 700 | 565 |
| | Rede viária e divisional beneficiação | km | 4.000 | 4.021 |
| | Pontos de água | nº | 130 | 174 |
| | Ajudas públicas | 1000 euros | 20.000 | 21.390 |
| Acção 7 | Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação | ha | 1.500 | 0 |
| | Ajudas públicas | 1000 euros | 500 | 0 |
| Acção 8 | projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro | nº | 40 | 26 |
| | ajudas públicas | 1000 euros | 4.000 | 2.819 |
| Acção 9 | projectos | nº | 20 | 7 |
| | ajudas públicas | 1000 euros | 1.500 | 556 |

Incidência territorial do investimento aprovado

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUT's de nível III. Pese embora o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios de outras NUT III.

O nível de investimento por NUT está directamente relacionada com o número de processos de candidatura.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Unidade: Euros | |
|-----------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|-----------|
| | | | | | Incidência CT | |
| | | | | | % | por hab. |
| Pinhal Interior Norte | 128 | 23.370.878 | 21.420.266 | 13.737.393 | 52,20 | 169 |
| Pinhal Interior Sul | 160 | 15.835.709 | 12.161.601 | 8.464.704 | 35,37 | 353 |
| Beira Interior Sul | 61 | 3.258.845 | 2.763.178 | 1.956.771 | 7,28 | 42 |
| Cova da Beira | 32 | 2.304.596 | 1.934.911 | 1.348.282 | 5,15 | 25 |
| Não Regionalizável | 3 | 700.476 | 700.476 | 393.285 | 1,56 | |
| Total | 384 | 45.470.505 | 38.980.431 | 25.900.435 | 101,56 | 26 |

8. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

Enquadramento

A Medida 8 do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro (POCentro), designada por “Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social”, destina-se a apoiar, através do Fundo Social Europeu (FSE), projectos de formação profissional relacionados com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pelas Acções Integradas de Base Territorial (AIBT). Trata-se, pois, de projectos de formação directamente associados a intervenções com o financiamento dos outros Fundos Estruturais, coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no Programa Operacional Regional e nos Complementos de Programação.

Assim, a Medida II.8 apoia projectos formativos que se enquadrem nas seguintes linhas de acção: A - Empregabilidade, B - Integração Social e, desde Dezembro de 2005, C - POLIS. As duas primeiras linhas de acção concorrem para a valorização dos recursos humanos e de promoção da coesão social que, globalmente, se articulem e convirjam para a prossecução dos objectivos das medidas 3 a 7 do Eixo II, medidas essas que, por sua vez, correspondem às diferentes AIBT que integram este Eixo: Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (medida 3), Turismo e Património no Vale do Côa (medida 4), Serra da Estrela (medida 5) e Pinhal Interior (medida 6 - FEDER e medida 7 - FEOGA-O). No final de 2005, na sequência da reprogramação do PO Centro, a Medida II.8 passou a integrar outra linha de acção que corresponde à formação para o fomento da empregabilidade na requalificação das cidades, em resultado da fusão da medida II.2 e II.8. Passou, desta forma, a apoiar projectos que concorram para os objectivos específicos da Medida II.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - componente territorial (FEDER). Assim, a Medida II.8 viu alargado o seu domínio de intervenção às 7 cidades POLIS da Região Centro, passando, também, a apoiar projectos formativos que promovam as competências profissionais relacionadas com o desenvolvimento do espaço urbano.

O âmbito geográfico da Medida II.8 é vasto, uma vez que inclui um conjunto alargado de territórios previamente definidos e que constituem as diferentes AIBT. Estas correspondem a espaços rurais onde são visíveis as marcas de ruralidade. Inseridos nas AIBT encontramos, também, um conjunto restrito de territórios urbanos, com destaque para as sedes de concelho do

interior da Região, cujo dinamismo económico, social e cultural tem vindo a impulsionar dinâmicas positivas de desenvolvimento local e têm sido o suporte estratégico para o desenvolvimento das sub-regiões onde se inserem.

Candidaturas apreciadas

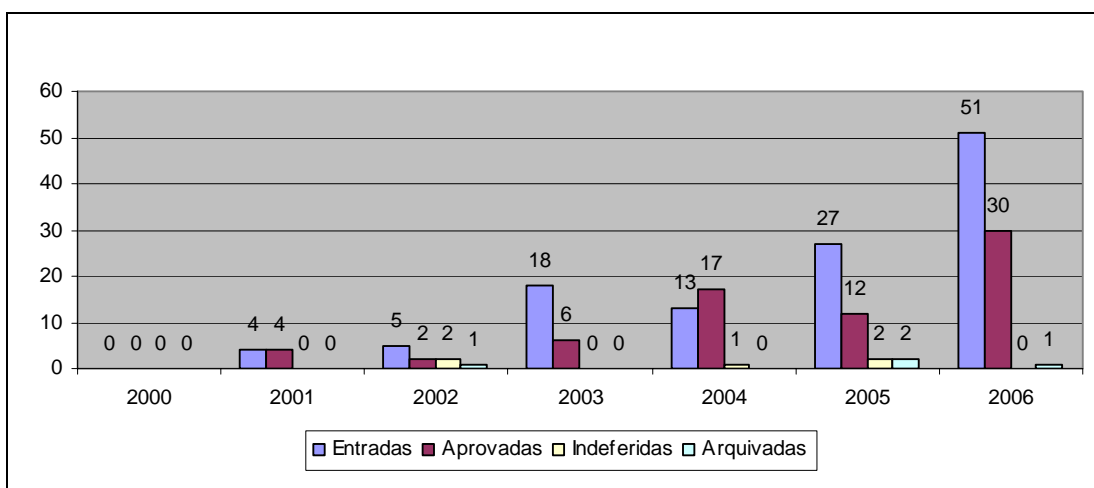
Dos 118 pedidos de financiamento apresentados até 31 de Dezembro de 2006, 71 foram aprovados em Unidade de Gestão, 5 foram, a pedido das entidades promotoras, considerados desistentes, outros 5 foram indeferidos por não se enquadrarem nos objectivos estratégicos das AIBT nas quais as formações propostas iriam incidir e 4 foram arquivados em virtude do desinteresse demonstrado pelas entidades promotoras. As restantes 33 candidaturas encontravam-se em análise, tendo transitado para 2007, em grande parte, devido às exigências formais e substantivas (sobretudo estas) colocadas pela EAT/FSE relativamente a esses projectos. Em 2006 verificou-se o maior número de entradas (51) e aprovações (39), facto explicável por uma maior divulgação e maturação da Medida e pelo trabalho dos coordenadores das AIBT.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2006

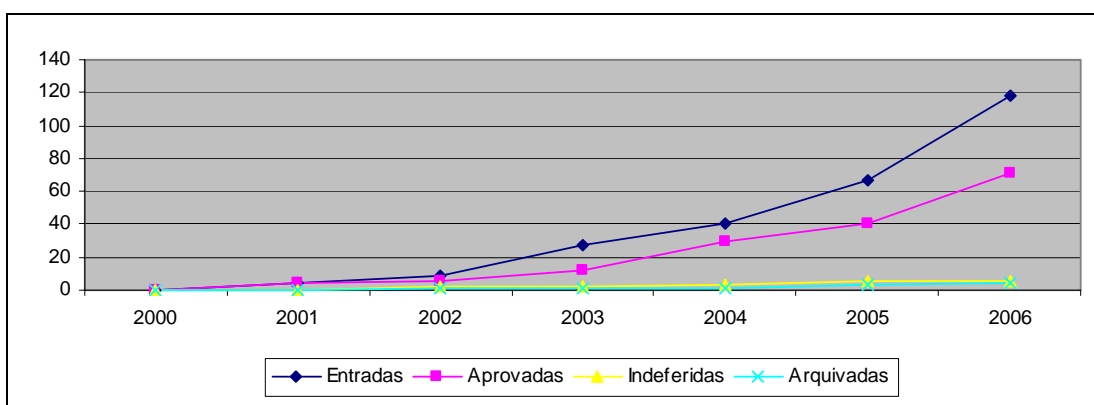
| Medida 2.8 Linha de Acção | Entradas | Decididas em UG | | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) | |
|---------------------------------|------------|-------------------------|----------------------|---|-------------------------|-------------|
| | | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável | | Aprovadas | Indeferidas |
| A - Empregabilidade | 81 | 4 | 48 | 0 | 48 | 4 |
| B – Integração Social | 27 | 5 | 15 | 0 | 15 | 5 |
| C – Requalificação Cidades | 10 | 0 | 8 | 0 | 8 | 0 |
| Total da Medida | 118 | 9 | 71 | 0 | 71 | 9 |

Da análise do quadro anterior, no qual faltam as 5 candidaturas desistentes e as 33 que se encontravam em análise no final de 2006, verifica-se que a linha de acção “A - Promoção da empregabilidade em sectores de actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção” (81 candidaturas entradas) continuou a merecer, por parte dos promotores, a maior adesão, o que reforça o interesse em qualificar os recursos humanos de sectores de actividade tradicionais. De salientar que a fraca adesão à linha de acção “C - Requalificação das Cidades” (9 candidaturas apresentadas em 2006 e apenas 1 em 2005) se explica em virtude da data de alteração ao Regulamento Específico da Medida - Dezembro de 2005 -, o que veio limitar o prazo de apresentação de candidaturas por parte de potenciais entidades.

Número de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas e arquivadas por anos

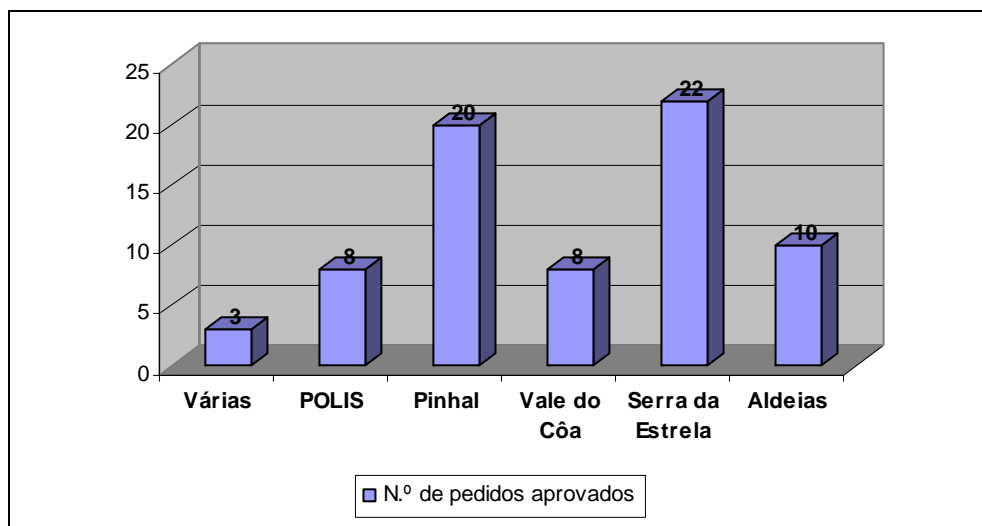


Número acumulado de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas e arquivadas por anos



Em 2006 foram aprovados 30 pedidos de financiamento que englobavam a realização de 137 cursos desdobrados por 220 acções, envolvendo 2910 formandos. O volume de formação aprovado foi de 713.558 horas.

Número de Pedidos de Financiamento aprovados por AIBT até 31 de Dezembro de 2006



Da análise do Gráfico anterior verifica-se que a AIBT “Serra da Estrela” sofreu um grande impulso em relação aos anos anteriores (9 candidaturas aprovadas até ao final de 2005 e 22 até ao final de 2006), logo seguida da AIBT “Pinhal Interior”, que, em relação a 2005, só teve mais duas candidaturas aprovadas. A AIBT “POLIS” viu as suas primeiras candidaturas aprovadas em 2006 – facto explicável pela razão atrás apresentada –, enquanto que as AIBT “Aldeias” e “Vale do Côa” tiveram fracos crescimentos (3 e 2 candidaturas aprovadas, respectivamente). Finalmente, 3 foi o número de candidaturas aprovadas não enquadráveis numa só AIBT.

Quanto à vertente financeira, o total da despesa pública dos pedidos de financiamento aprovados e homologados até ao final de 2006 foi 17.281.153 € (10.896.974 € até ao final de 2005), sendo aquele montante co-financiado pelo FSE em 12.960.865 € (8.172.730€ até ao final de 2005) e o restante financiado em quase todos os pedidos de financiamento pelo Orçamento da Segurança Social (OSS) – apenas o Município de Gouveia financiou os 25% relativos à Participação Pública Nacional através do Orçamento Municipal.

Da análise dos valores respeitantes às aprovações constata-se que de um total de 17.281.153€, relativos à Despesa Pública, 9.001.845 € (2006 e 2007) foram aprovados em 2006. Em relação ao FSE, 6.751.384 € (2006 e 2007) tiveram aprovação durante 2006, ou seja, mais de metade dos 12.960.865 € aprovados em cinco anos. Tal facto revela um forte impulso nas aprovações, que, como se verá adiante, foi acompanhado por uma maior execução da Medida.

Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2006

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovações | | Execução | | Taxas(%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec./A |
| 2000 | 4.316.920 | 3.237.692 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2001 | 4.170.770 | 3.128.079 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2002 | 4.022.547 | 3.016.911 | 659.681 | 494.761 | 323.664 | 242.748 | 16,4 | 8,0 | 49,1 |
| 2003 | 3.929.064 | 2.946.800 | 1.794.969 | 1.346.227 | 738.858 | 554.144 | 45,7 | 18,8 | 41,2 |
| 2004 | 2.233.636 | 1.675.228 | 3.724.417 | 2.793.313 | 1.960.842 | 1.470.631 | 166,7 | 87,8 | 52,6 |
| 2005 | 2.296.895 | 1.722.673 | 2.100.241 | 1.575.180 | 2.513.681 | 1.885.263 | 91,4 | 109,4 | 119,7 |
| 2006 | 0 | 0 | 6.609.086 | 4.956.815 | 3.899.058 | 2.924.294 | 0 | 0 | 59,0 |
| 2000-2006 | 20.969.832 | 15.727.383 | 14.888.394 | 11.166.296 | 9.436.103 | 7.077.079 | 71,0 | 45,0 | 63,4 |
| Total (2000-2007) | 20.969.832 | 15.727.383 | 17.281.153 | 12.960.865 | 9.436.103 | 7.077.079 | 82,4 | 45,0 | 54,6 |

Execução financeira

No final de 2006, reforçou-se a tendência verificada já em 2005, isto é, uma forte aproximação entre os valores de programação, aprovação e execução. O último ano contribuiu fortemente para o aumento da execução, uma vez que os 2.924.294 € relativos ao Fundo Estrutural representam 41,3 % do total (7.077.079 €).

Execução física

O quadro seguinte dá conta dos valores atingidos, em termos de indicadores físicos, com os projectos aprovados e valores executados até ao final de 2006. Embora quantitativamente reduzidos, os valores alcançados traduzem uma pequena contribuição para a prossecução dos princípios previstos na Estratégia Europeia do Emprego, nomeadamente, no que se refere à igualdade de oportunidades e formação ao longo da vida e, ainda, para a prossecução das prioridades horizontais associadas à sociedade de informação e ao ambiente.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2006

| Medida | Indicador Físico | Unidade | Valor Previsto 2006 | Valores previstos nos Proj. Aprovados até 31/12/2005 | Executado até 31/12/2005 | Valores previstos nos Proj. Aprovados até 31/12/2006 | Executado até 31/12/2006 |
|-------------|----------------------|---------|---------------------|--|--------------------------|--|--------------------------|
| II.8 | Formandos: | nº | 3.500 | 4.649 | 2.148 | 7.297 | 3.875 |
| | Homens | nº | 1.600 | 2.475 | 983 | 4.103 | 1.592 |
| | Mulheres | nº | 1.900 | 2.174 | 1.165 | 3.194 | 2.283 |
| | Empregados | nº | (1) | 3.591 | 1.260 | 5.224 | 2.148 |
| | Desempregados | nº | (1) | 1.058 | 888 | 2.073 | 1.727 |
| | Acções Ambientais | nº | (1) | 1.599 | 1.319 | 2.475 | 1.668 |
| | Acções TIC | nº | (1) | 1.534 | 1.013 | 2.885 | 1.687 |
| | Total Acções: | nº | (1) | 332 | 160 | 532 | 306 |
| | Domínio do Ambiente | nº | (1) | 111 | 89 | 152 | 127 |
| | Domínio das TIC | nº | (1) | 117 | 78 | 179 | 128 |
| | Volume de Formação | horas | (1) | 1.202.503 | 723.961 | 1.664.316 | 1.146.186 |
| | Custo Total | euros | | 10.896.974 | 5.537.045 | 17.281.153 | 9.436.103 |

(1) Não previsto em Complemento de Programação

Merece também realce a importância das acções de formação profissional que envolveram activos, o que denota por parte das entidades promotoras, uma preocupação acrescida com a formação ao longo da vida.

A distribuição dos formandos por género revela uma maior motivação das mulheres para participarem em acções de formação.

Linhas de acção: aprovações e execução

Como foi referido no início, a Medida II.8 congrega três linhas de acção: A) Empregabilidade; B) Integração Social e C) Requalificação das Cidades. Dos 71 projectos aprovados, 48 inserem-se na tipologia A), 15 na B) e os restantes 8 na C), o que, com a excepção desta última, demonstra que, a exemplo dos anos anteriores, continua a ser dada preferência, por parte dos promotores, e de uma forma inequívoca, à promoção da empregabilidade. Contudo, alguns dos pedidos de financiamento abrangidos por esta tipologia são destinados a públicos alvo perfeitamente enquadrados numa perspectiva de integração social. Ou seja, embora nestes casos o objectivo central seja a promoção da empregabilidade em sectores relacionados com os recursos específicos do território, a formação para a integração social – um objectivo estratégico da Medida II.8 – está presente na forma como a formação está prevista ser realizada e nos públicos alvo a que se destina.

O potencial de integração social dos pedidos de financiamento é aferido pela adequação da resposta dos projectos formativos às necessidades específicas de determinados grupos sociais no acesso ao mercado de trabalho por via da formação, e se essa resposta é dada através de uma abordagem múltipla e integrada. Procura-se, deste modo, garantir se os projectos de formação estimulam e promovem a empregabilidade de grupos específicos, nomeadamente os que apresentam problemas particulares no acesso ao mercado de trabalho.

Quanto aos domínios de intervenção previstos em Complemento de Programação, no final de 2006 verificou-se que os projectos relativos ao Turismo (domínio 174) representavam a maior fatia nas aprovações, tanto em termos do número de projectos (38 em 71), como também em termos de verbas: 6.301.386 € (FSE) num total de 12.960.865 €. Tal facto demonstra que o Turismo

se assume, cada vez mais, como uma actividade estratégica para os territórios objecto das intervenções das diferentes AIBT.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção e domínio de intervenção

Unidade: Euros

| Linha de Acção e domínio de intervenção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|---|------------|-------------------|-------------------|------------|----------------------|------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % | D. Pública | Fundo |
| A – Promoção da empregabilidade | 48 | 12.893.435 | 9.670.076 | 75 | 7.187.797 | 5.390.850 |
| B – Formação para a integração social | 15 | 3.338.638 | 2.503.978 | 19 | 2.019.773 | 1.514.830 |
| C – Requalificação das Cidades | 8 | 1.049.080 | 786.810 | 6 | 228.533 | 171.400 |
| Total | 71 | 17.281.153 | 12.960.865 | 100 | 9.436.103 | 7.077.079 |
| 24 - Adaptabilidade, espírito empresa e inovação | 9 | 1.937.482 | 1.453.111 | 11 | 1.168.331 | 876.248 |
| 174 - Formação Profissional específica do Turismo | 38 | 8.401.848 | 6.301.386 | 49 | 3.779.094 | 2.834.321 |
| 167 - Formação Profissional específica PME e Artesanato | 19 | 6.099.073 | 4.574.305 | 35 | 4.099.522 | 3.074.644 |
| 128 - Formação Profissional específica da silvicultura | 5 | 842.750 | 632.063 | 5 | 389.156 | 291.867 |
| Total | 71 | 17.281.153 | 12.960.865 | 100 | 9.436.103 | 7.077.079 |

A formação profissional específica das PME e do artesanato (domínio 167), passou, pela primeira vez, para segundo lugar, tanto em termos do número de projectos aprovados (apenas 3 em 2006), como das correspondentes verbas. Contudo, no que diz respeito à execução, ainda leva a primazia sobre o Turismo.

Em termos de distribuição sectorial, dada a tipologia de projectos elegíveis nesta medida, apenas se considera a “formação profissional e emprego”.

Aprovações e Execução Financeira por Sector

Unidade: Euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|--------------------------------------|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % | D. Pública | Fundo |
| 14 – Formação profissional e emprego | 71 | 17.281.153 | 12.960.865 | 100,0 | 9.436.103 | 7.077.079 |
| Total | 71 | 17.281.153 | 12.960.865 | 100,0 | 9.436.103 | 7.077.079 |

Incidência territorial do investimento aprovado

Quanto à distribuição geográfica do investimento aprovado, mantém-se a tendência verificada até aqui, ou seja, uma distribuição homogénea: das 71 candidaturas, 42 são “Não Regionalizáveis” e das restantes 29 há uma distribuição equilibrada (um máximo de 7 candidaturas na NUT Beira Interior Norte e 1 candidatura em cada uma das NUT’s Baixo Vouga e Baixo Mondego).

Em termos financeiros, as “não Regionalizáveis” levam a maior fatia, seguida da Beira Interior Norte, sendo as NUT’s Baixo Vouga, Baixo Mondego e Cova da Beira pouco expressivas.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência CT | |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 1 | 182.091 | 182.091 | 136.568 | 2,98 | 0 |
| Baixo Mondego | 1 | 27.462 | 27.462 | 20.596 | 0,45 | 0 |
| Pinhal Interior Norte | 5 | 1.277.698 | 1.277.698 | 958.273 | 20,90 | 9 |
| Dão-Lafões | 6 | 1.614.622 | 1.614.622 | 1.210.966 | 26,42 | 6 |
| Serra da Estrela | 6 | 844.880 | 844.880 | 633.660 | 13,82 | 17 |
| Beira Interior Norte | 7 | 2.146.722 | 2.146.722 | 1.610.042 | 35,12 | 19 |
| Cova da Beira | 3 | 228.507 | 228.507 | 171.380 | 3,74 | 2 |
| Não Regionalizável | 42 | 10.959.172 | 10.959.172 | 8.219.379 | | |
| Total da Medida | 71 | 17.281.153 | 17.281.153 | 12.960.865 | 282,72 | 10 |

V

Eixo Prioritário III
Intervenções da Administração Central
Regionalmente Desconcentradas

1. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução

O Eixo Prioritário III do Programa Operacional , envolvendo 19 Medidas e 4 Fundos, tem a sua gestão assegurada através dos Coordenadores das Medidas.

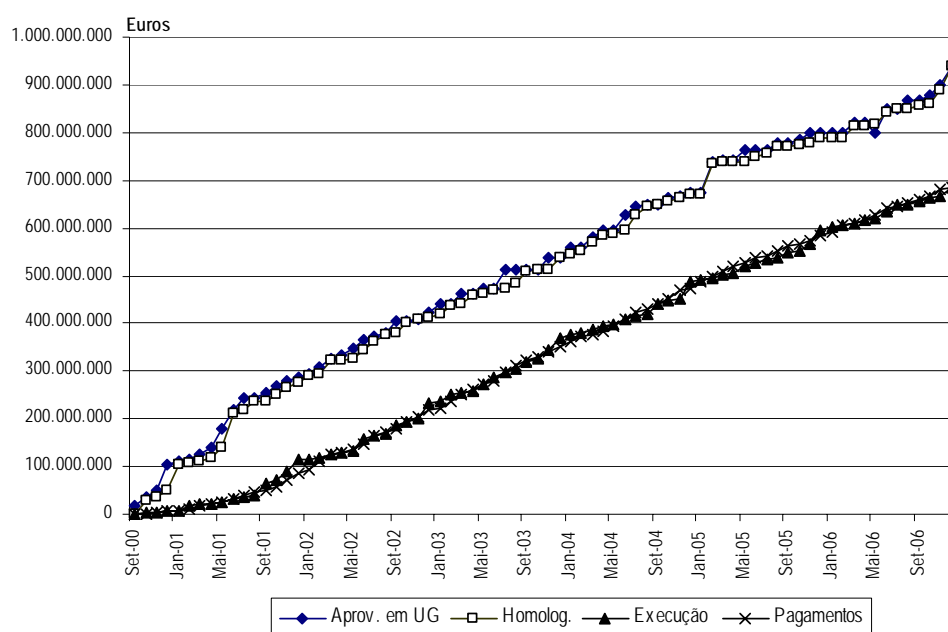
Até finais de 2006 foram realizadas 97 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo III e suas secções, tendo sido apreciadas 16.255 candidaturas, das quais 12.678 tiveram parecer favorável.

As candidaturas indeferidas dizem respeito às medidas 3.1- Educação, 3.3- Promoção do emprego e da empregabilidade a nível local, 3.11-Economia, 3.14- Agricultura e 3.16 - Pescas.

O grande volume de candidaturas apreciadas na Medida da Agricultura é devido, essencialmente, aos projectos de apoio à pequena agricultura, com uma dimensão de investimento muito baixa.

O ritmo das aprovações, execução e pagamentos tem tido um comportamento regular mantendo-se um incremento proporcional ao das aprovações.

Evolução das aprovações, execução e pagamentos

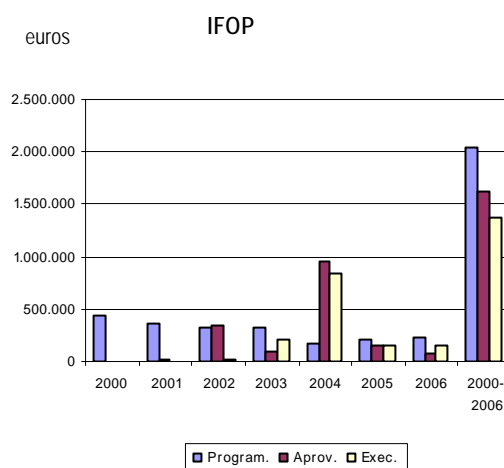
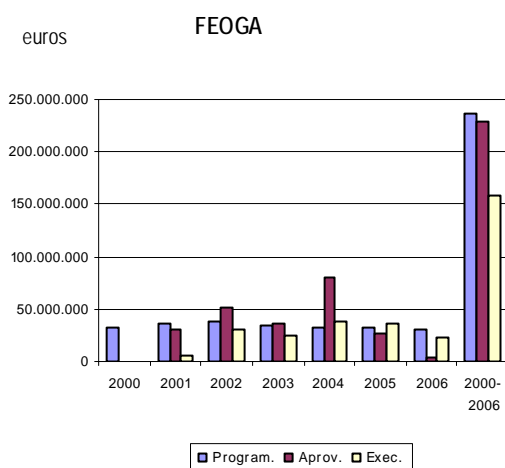
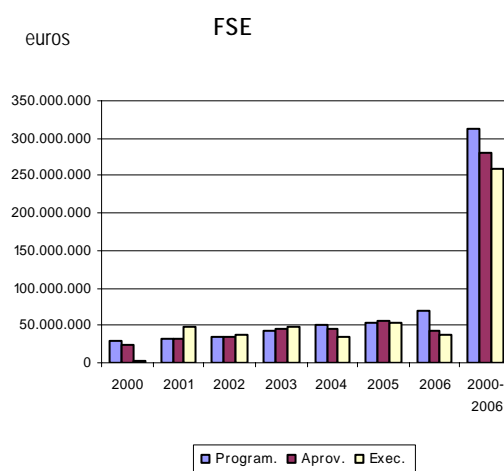
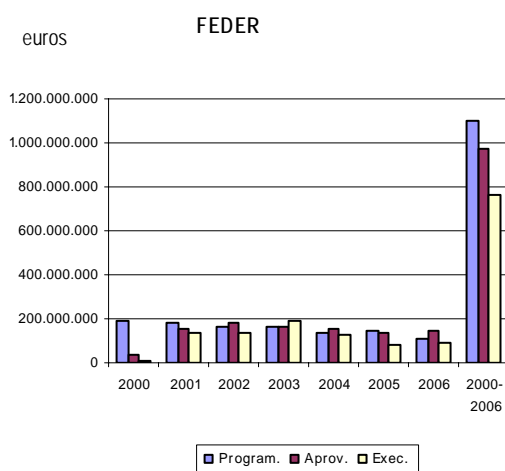


De assinalar, ainda, o facto da homologação pelos membros do governo, dos projectos com parecer favorável da Unidade de Gestão, ter ocorrido dentro de prazos aceitáveis. Das candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão foram aprovados, até ao final do ano, 12.194 projectos (excluindo as desistências de projectos aprovados). De referir, contudo, que na medida 3.14 o prazo de homologação da decisão das candidaturas foi dilatado face à orientação do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de suspender temporariamente a aprovação de novos projectos.

O total das aprovações, atinge valor de 1.607 milhões de Euros de despesa pública, 97% do total programado para o Eixo III. A execução, ficou bastante abaixo do aprovado, 71,8%.

Unidade: Euros

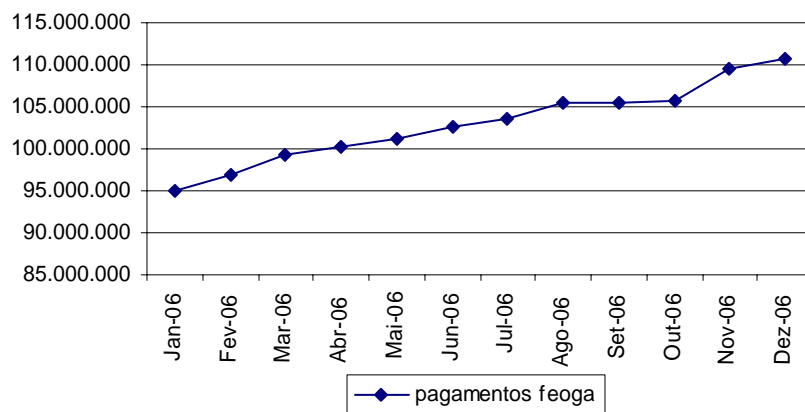
| Ano | Fundo | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas(%) | | |
|-----------------|-------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|----------|-------|-------|
| | | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P | E./P | E/A |
| 2000 | FEDER | 193.401.614 | 107.945.188 | 35.435.421 | 17.826.166 | 6.933.099 | 5.199.824 | 18,3 | 3,6 | 19,6 |
| | FSE | 28.187.190 | 17.449.033 | 25.132.270 | 15.525.614 | 3.021.908 | 1.737.597 | 89,2 | 10,7 | 12,0 |
| | FEOGA | 33.040.927 | 24.308.185 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| | IFOP | 432.978 | 314.978 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| | Total | 255.062.709 | 150.017.384 | 60.567.691 | 33.351.779 | 9.955.007 | 6.937.421 | 23,7 | 3,9 | 16,4 |
| 2001 | FEDER | 184.616.822 | 101.902.379 | 154.123.346 | 84.492.217 | 133.450.420 | 73.770.778 | 83,5 | 72,3 | 86,6 |
| | FSE | 32.956.255 | 20.124.990 | 32.514.742 | 19.769.255 | 48.595.687 | 29.886.160 | 98,7 | 147,5 | 149,5 |
| | FEOGA | 36.925.782 | 27.166.270 | 29.999.826 | 21.279.774 | 6.118.148 | 4.393.736 | 81,2 | 16,6 | 20,4 |
| | IFOP | 357.977 | 261.977 | 16.180 | 12.135 | 4.194 | 3.145 | 4,5 | 1,2 | 25,9 |
| | Total | 254.856.836 | 149.455.616 | 216.654.093 | 125.553.380 | 188.168.448 | 108.053.819 | 85,0 | 73,8 | 86,9 |
| 2002 | FEDER | 165.127.965 | 92.605.269 | 182.117.033 | 91.127.425 | 132.051.798 | 74.613.737 | 110,3 | 80,0 | 72,5 |
| | FSE | 34.494.771 | 20.854.817 | 34.599.208 | 20.881.914 | 36.432.532 | 22.064.499 | 100,3 | 105,6 | 105,3 |
| | FEOGA | 37.419.227 | 27.529.297 | 51.579.639 | 37.646.514 | 31.171.197 | 22.662.921 | 137,8 | 83,3 | 60,4 |
| | IFOP | 319.977 | 234.977 | 336.123 | 252.093 | 11.827 | 8.870 | 105,0 | 3,7 | 3,5 |
| | Total | 237.361.940 | 141.224.360 | 268.632.004 | 149.907.946 | 199.667.355 | 119.350.027 | 113,2 | 84,1 | 74,3 |
| 2003 | FEDER | 165.872.902 | 93.442.972 | 167.313.742 | 85.678.004 | 186.937.356 | 90.258.926 | 100,9 | 112,7 | 111,7 |
| | FSE | 43.090.592 | 25.750.582 | 44.937.349 | 27.158.294 | 47.106.096 | 28.461.513 | 104,3 | 109,3 | 104,8 |
| | FEOGA | 34.200.489 | 25.162.446 | 35.548.242 | 25.314.611 | 24.686.782 | 17.529.073 | 103,9 | 72,2 | 69,4 |
| | IFOP | 319.977 | 234.977 | 90.223 | 78.571 | 219.079 | 175.212 | 28,2 | 68,5 | 242,8 |
| | Total | 243.483.960 | 144.590.977 | 247.889.557 | 138.229.480 | 258.949.311 | 136.424.724 | 101,8 | 106,4 | 104,5 |
| 2004 | FEDER | 135.801.115 | 76.304.044 | 155.269.258 | 86.594.618 | 129.815.985 | 68.055.234 | 114,3 | 95,6 | 83,6 |
| | FSE | 49.693.732 | 30.030.276 | 46.740.787 | 28.174.434 | 34.136.191 | 20.328.536 | 94,1 | 68,7 | 73,0 |
| | FEOGA | 32.591.317 | 23.977.521 | 80.351.648 | 54.941.349 | 38.130.048 | 26.720.493 | 246,5 | 117,0 | 47,5 |
| | IFOP | 177.637 | 139.977 | 961.341 | 785.695 | 835.044 | 659.498 | 541,2 | 470,1 | 86,9 |
| | Total | 218.263.801 | 130.451.818 | 283.323.033 | 170.496.097 | 202.917.269 | 115.763.762 | 129,8 | 93,0 | 71,6 |
| 2005 | FEDER | 143.809.495 | 82.951.308 | 136.190.526 | 81.012.079 | 84.355.370 | 48.695.943 | 94,7 | 58,7 | 61,9 |
| | FSE | 52.487.154 | 31.681.099 | 55.307.850 | 33.450.375 | 54.745.718 | 33.158.054 | 105,4 | 104,3 | 99,0 |
| | FEOGA | 32.493.388 | 23.905.475 | 27.398.494 | 19.195.403 | 35.648.931 | 25.011.176 | 84,3 | 109,7 | 130,1 |
| | IFOP | 205.997 | 162.977 | 148.740 | 118.759 | 148.740 | 113.727 | 72,2 | 72,2 | 100,0 |
| | Total | 228.996.034 | 138.700.859 | 219.045.610 | 133.776.616 | 174.898.758 | 106.978.899 | 95,7 | 76,4 | 79,8 |
| 2006 | FEDER | 113.234.499 | 69.601.917 | 143.500.905 | 79.901.415 | 92.787.425 | 54.226.292 | 126,7 | 81,9 | 64,7 |
| | FSE | 70.599.993 | 43.311.341 | 42.322.522 | 25.530.038 | 36.206.169 | 21.676.776 | 59,9 | 51,3 | 85,5 |
| | FEOGA | 30.812.296 | 22.691.869 | 3.263.018 | 2.387.712 | 23.107.756 | 16.072.347 | 10,6 | 75,0 | 708,2 |
| | IFOP | 234.777 | 187.137 | 70.350 | 57.981 | 145.748 | 130.063 | 30,0 | 62,1 | 207,2 |
| | Total | 214.881.565 | 135.792.264 | 189.156.795 | 107.877.145 | 152.247.097 | 92.105.479 | 88,0 | 70,9 | 80,5 |
| 2000-2006 | FEDER | 1.101.864.412 | 624.753.077 | 973.950.231 | 526.631.924 | 766.331.452 | 414.820.734 | 88,4 | 69,5 | 78,7 |
| | FSE | 311.509.687 | 189.202.138 | 281.554.729 | 170.489.922 | 260.244.300 | 157.313.135 | 90,4 | 83,5 | 92,4 |
| | FEOGA | 237.483.426 | 174.741.063 | 228.140.867 | 160.765.364 | 158.862.861 | 112.389.746 | 96,1 | 66,9 | 69,6 |
| | IFOP | 2.049.320 | 1.537.000 | 1.622.956 | 1.305.233 | 1.364.631 | 1.090.516 | 79,2 | 66,6 | 84,1 |
| | Total | 1.652.906.845 | 990.233.278 | 1.485.268.783 | 859.192.443 | 1.186.803.244 | 685.614.132 | 89,9 | 71,8 | 79,9 |
| Total 2000-2008 | FEDER | 1.101.864.412 | 624.753.077 | 1.054.236.033 | 580.517.608 | 766.331.452 | 414.820.734 | 95,7 | 69,5 | 72,7 |
| | FSE | 311.509.687 | 189.202.138 | 322.276.516 | 195.683.625 | 260.244.300 | 157.313.135 | 103,5 | 83,5 | 80,8 |
| | FEOGA | 237.483.426 | 174.741.063 | 228.140.867 | 160.765.364 | 158.862.861 | 112.389.746 | 96,1 | 66,9 | 69,6 |
| | IFOP | 2.049.320 | 1.537.000 | 2.342.989 | 1.775.314 | 1.364.631 | 1.090.516 | 114,3 | 66,6 | 58,2 |
| | Total | 1.652.906.845 | 990.233.278 | 1.606.996.404 | 938.741.911 | 1.186.803.244 | 685.614.132 | 97,2 | 71,8 | 73,9 |



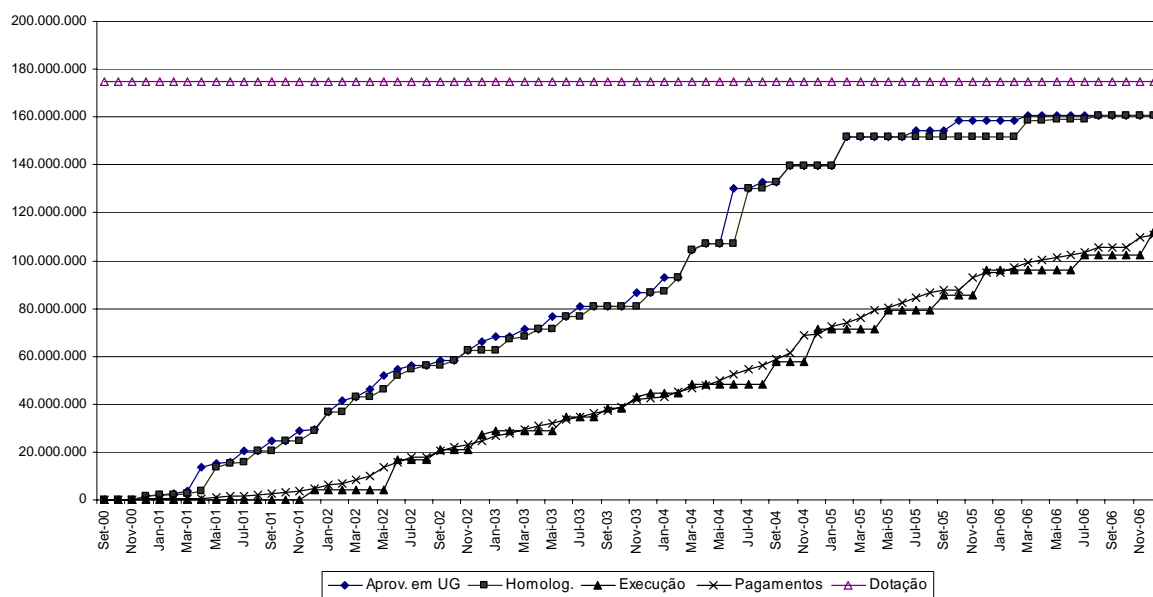
O comportamento dos quatro fundos é diverso. No seu conjunto, são as medidas com intervenção do FSE as que apresentam maiores taxas de execução, seguidas das com intervenção do FEDER. De facto a taxa de execução do FSE no Eixo III é da ordem dos 83,5%, enquanto no FEDER é de 69,5% e ainda mais baixas a do FEOGA e do IFOP, com 66,9% e 66,6%, respectivamente.

No caso do FEOGA é de realçar a quebra ocorrida no ano de 2006, quer em termos de aprovações quer em termos de execução, o que levou, aliás, ao não cumprimento da regra n+2 neste ano. A suspensão temporária das aprovações por despacho do Ministro da Agricultura, a tipologia de projectos em execução com maior peso na medida, plurianuais, a dificuldade ocorrida nos pagamentos entre Agosto e Novembro de 2006, por dificuldades na disponibilidade de contrapartida nacional, contribuíram para este facto.

Evolução dos Pagamentos da Componente FEOGA do Eixo III no ano de 2006

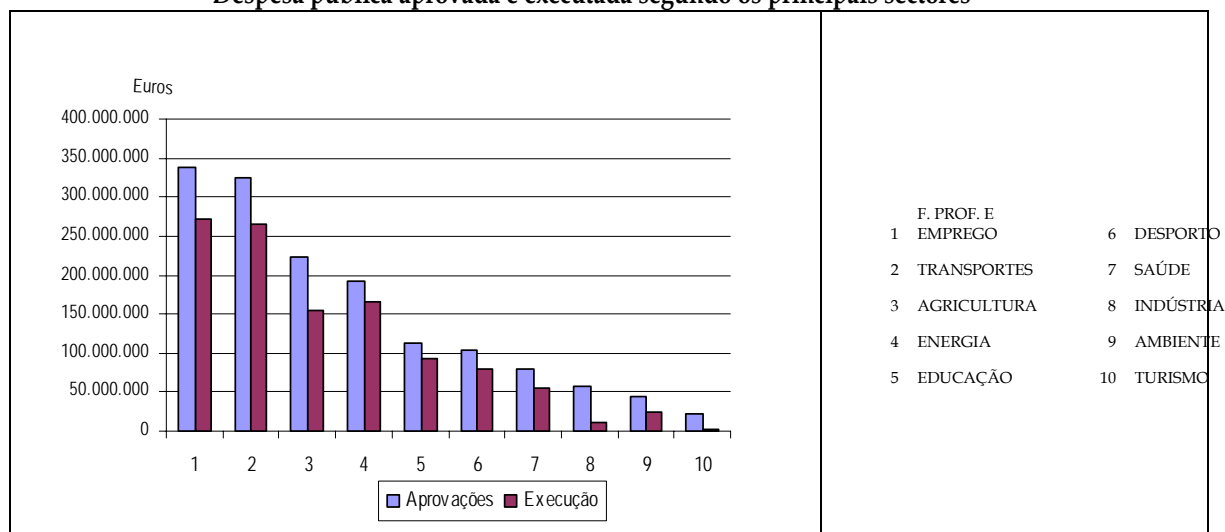


Evolução de Aprovações, Execução e Pagamentos da Componente FEOGA do Eixo III



No Anexo VII consta a lista de projectos aprovados, montantes envolvidos e execução. O maior volume de aprovação diz respeito aos sectores da formação profissional e emprego, dos transportes, agricultura, energia, educação e desporto (80,4% do total), sectores correspondentes às medidas com maior volume financeiro programado.

Despesa pública aprovada e executada segundo os principais sectores



Unidade: Euros

| Sector | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|-----------------------------|---------------|----------------------|--------------------|----------------|----------------------|--------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| AGRICULTURA | 9.807 | 223.810.545 | 157.517.623 | 14 | 155.001.016 | 109.493.362 |
| AMBIENTE | 180 | 43.682.493 | 31.327.644 | 3 | 24.744.798 | 18.331.534 |
| AMBIENTE - Protecção Amb. | 175 | 38.493.677 | 27.436.031 | 2 | 24.247.349 | 17.958.447 |
| AMBIENTE - Resíduos Sólidos | 1 | 497.449 | 373.087 | 0 | 497.449 | 373.087 |
| AMBIENTE - outros | 4 | 4.691.368 | 3.518.526 | 0 | 0 | 0 |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 65 | 17.876.699 | 13.207.798 | 1 | 15.051.985 | 11.093.249 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 5 | 3.523.037 | 1.761.519 | 0 | 1.777.073 | 888.537 |
| COMÉRCIO | 3 | 16.131.481 | 6.140.878 | 1 | 8.968.121 | 3.373.990 |
| EDUCAÇÃO | 196 | 111.970.401 | 81.639.014 | 7 | 92.945.598 | 68.312.041 |
| ENERGIA | 23 | 192.515.429 | 76.144.296 | 12 | 165.139.240 | 65.377.587 |
| F. PROF. E EMPREGO | 1.524 | 337.803.016 | 204.791.625 | 21 | 271.572.527 | 163.976.115 |
| INDÚSTRIA | 17 | 58.343.012 | 32.064.867 | 4 | 10.630.195 | 5.656.085 |
| PAT. HIST./CULTURAL | 16 | 9.536.353 | 6.905.268 | 1 | 8.153.537 | 5.994.703 |
| PESCAS | 32 | 14.643.754 | 11.000.888 | 1 | 10.276.226 | 7.774.212 |
| QUAL. DA AD. PÚBLICA | 4 | 18.325.291 | 13.080.315 | 1 | 3.361.189 | 2.520.891 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA | 16 | 17.786.813 | 13.340.110 | 1 | 11.845.547 | 8.884.161 |
| SAÚDE | 51 | 78.932.257 | 58.917.140 | 5 | 54.634.108 | 40.806.570 |
| SOC.DE INFORMAÇÃO | 44 | 10.103.333 | 6.718.657 | 1 | 5.953.721 | 3.954.434 |
| TRANSPORTES | 151 | 325.897.332 | 171.657.343 | 20 | 264.475.723 | 140.761.874 |
| TRANSPORTES - Rodov. | 148 | 314.528.264 | 166.135.570 | 20 | 253.148.766 | 135.261.157 |
| TRANSPORTES - Portuários | 2 | 9.334.547 | 4.667.273 | 1 | 9.292.436 | 4.646.218 |
| TRANSPORTES - Ferrov. | 1 | 2.034.522 | 854.499 | 0 | 2.034.522 | 854.499 |
| TURISMO | 29 | 22.376.794 | 16.741.038 | 1 | 1.818.161 | 1.363.621 |
| Total | 12.194 | 1.606.996.404 | 938.741.911 | 100 | 1.186.803.244 | 685.614.132 |

As intervenções do Eixo III têm uma incidência maioritária, quer em termos absolutos quer em termos relativos no interior da Região, contribuindo para o atenuar das desigualdades entre estas duas sub-regiões.

As áreas das Beiras Interior Norte e Sul, da Cova da Beira e da Serra da Estrela são as que, em termos relativos, absorvem maior volume de investimento aprovado. O peso do Pinhal Litoral deve-se, fundamentalmente, ao grande projecto de armazenagem de gás natural com uma área de influência mais ampla.

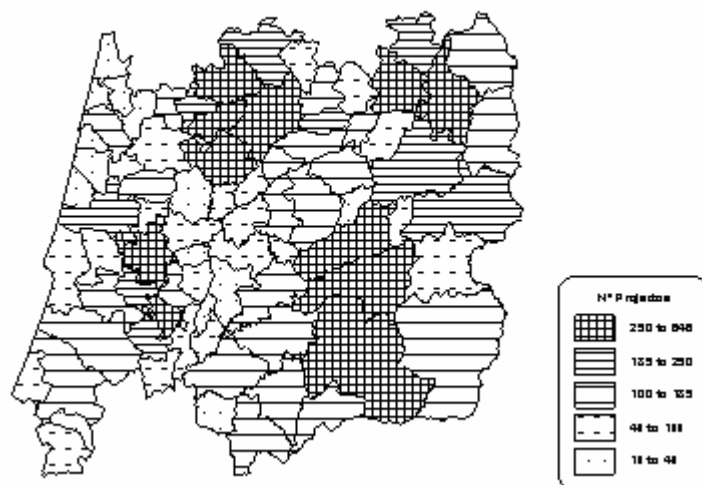
Distribuição geográfica das aprovações

Unidade: Euros

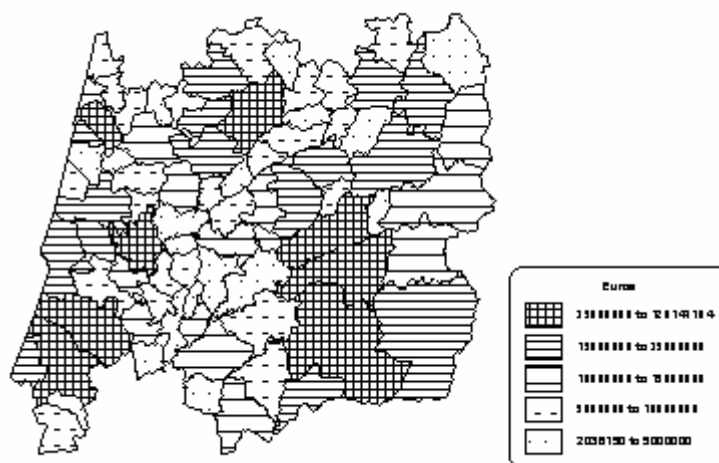
| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|---------------|----------------------|----------------------|--------------------|---------------|------------|
| | | | | | % | por hab |
| Baixo Vouga | 654 | 179.945.756 | 173.933.361 | 97.993.214 | 10,46 | 467 |
| Baixo Mondego | 1.073 | 236.709.897 | 230.001.214 | 131.967.087 | 13,76 | 697 |
| Pinhal Litoral | 475 | 189.690.490 | 185.769.680 | 88.968.007 | 11,02 | 762 |
| Pinhal Interior Norte | 1.484 | 135.845.310 | 128.470.009 | 80.805.192 | 7,89 | 980 |
| Dão-Lafões | 3.249 | 201.499.015 | 178.542.115 | 113.492.446 | 11,71 | 705 |
| Pinhal Interior Sul | 662 | 42.150.017 | 37.572.161 | 24.190.302 | 2,45 | 940 |
| Serra da Estrela | 490 | 61.139.397 | 55.305.617 | 35.773.067 | 3,55 | 1.225 |
| Beira Interior Norte | 1.936 | 124.064.129 | 109.318.508 | 70.494.368 | 7,21 | 1.080 |
| Beira Interior Sul | 869 | 119.260.818 | 109.006.558 | 70.729.618 | 6,93 | 1.524 |
| Cova da Beira | 1.024 | 110.067.001 | 80.821.156 | 48.504.381 | 6,40 | 1.178 |
| Não Reg. | 213 | 320.399.634 | 300.379.326 | 162.616.431 | 18,62 | |
| Litoral | 2.202 | 606.346.143 | 589.704.255 | 318.928.309 | 35,24 | 623 |
| Interior | 9.714 | 794.025.687 | 699.036.124 | 443.989.374 | 46,14 | 986 |
| Total da Medida | 12.129 | 1.720.771.465 | 1.589.119.704 | 925.534.113 | 100,00 | 967 |

(*) Não inclui Projectos de Assistência Técnica

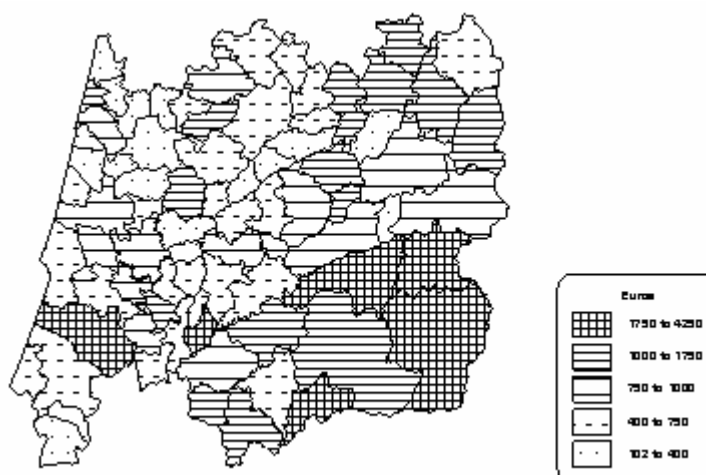
Eixo III - Número de projectos aprovados por concelho até 31-12-2006



Eixo III - Investimento aprovado por concelho até 31-12-2006



Eixo III -Investimento aprovado por habitante até 31-12-2006



No quadro seguinte é apresentado, por medida, uma síntese dos indicadores físicos previstos nos projectos aprovados e da execução no final do ano.

Na análise de cada uma das medidas esses indicadores estão mais desenvolvidos. De referir que mais de 50% das metas previstas nos indicadores de acompanhamento das Medidas se encontram alcançadas, estando só contabilizados na execução os projectos concluídos.

| Medida/ /Linha de Acção | Indicador Físico | Unid. | Quantificação | | |
|---|--|---------|------------------|--------------|--------------|
| | | | Previsto 2006 | Resultados | |
| | | | | Proj. aprov. | Exec. (2006) |
| Educação- Infr. | Salas de educação pré-escolar construídas/ampliadas/remodeladas | nº | 200 | 230 | 107 |
| | Escolas do ensino básico construídas | nº | 18 | 18 | 13 |
| | Laboratórios criados em escolas do ensinos básico e secundário | nº | 160 | 194 | 157 |
| | Infra-estruturas desportivas criadas em escolas dos ensinos básico e secundário | nº | 60 | 69 | 60 |
| | Salas do ensino secundário e profissional criadas, remodel. e apetrech. | nº | 140 | 142 | 137 |
| E.Profissional | Nº formandos | nº | 23400 | 25.249 | 23.759 |
| Prom. do Emp. e da Emp. Nível Local | Participações em medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) de desempregados não DLD por ano | nº | 5 500 | 5 774 | 5 460 |
| | Pessoas abrangidas no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego por ano (média anual) | nº | 1160 | | 885 |
| Apoio ao Investimento no Desenv. local | Nº de projectos apoiados/ ano | nº | 150 | | 125 |
| Ciência, T. e Inovação | Centros de ciência viva criados/beneficiados | nº | 6 | 5 | 2 |
| Soc. Informação | Redes Locais instaladas | n.º | 280 | 280 | 109 |
| Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS) | Intervenções em construção, remodel e ampliação de centros de saúde e respectivas extensões | nº | 34 | 33 | 19 |
| | Intervenções em construção, remodel e ampliação de em hospitalares, incluindo hospitais-de-dia | nº | 15 | 13 | 9 |
| Cultura | Castelos recuperados/valorizados | nº | 5 | 5 | 4 |
| | Edifícios de interesse patrimonial intervencionados | nº | 10 | 9 | 7 |
| Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos | Construção e modernização de área útil de equipamento desportivo | m2 | 50 000 | 357.160 | 340.757 |
| | Intervenções em equipamentos desportivos | nº | 28 | 31 | 26 |
| Economia | Mercados Locais de interesse relevante reestruturados | nº | 2 | 2 | 1 |
| | Mercados abastecedores regionais - a criar | nº | 1 | 1 | |
| | Pousadas da juventude remodeladas | nº | 3 | 4 | 3 |
| | Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária) | km | 470 | 678 | 745 |
| | Capacidade de armazenagem de gás natural | 10 6 m3 | 140 | 140 | 140 |
| Acessibilidades e Transportes | Rede de estradas construídas ou requalificadas | km | 220 | 200.4 | 139.7 |
| | Acessos ferroviários aos portos | km | 1,2 | 3,2 | 3,2 |
| | Rede de estradas beneficiada | km | | 1.303 | 888 |
| Ambiente | Extensão de costa intervencionada | km | 12 | 12,89 | 12,29 |
| | Estruturas de monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído) | nº | 12 | 14 | 12 |
| | Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano | nº | 4 | 7 | 6 |

| Medida/ /Linha de Acção | Indicador Físico | Unid. | | | |
|----------------------------|--|-------|------------------|--------------|--------------|
| | | | Previsto 2006 | Resultados | |
| | | | | Proj. aprov. | Exec. (2006) |
| Agricultura R1 | Projectos aprovados | nº | 8565 | 7.776 | 7.151 |
| Agricultura R2 | Projectos para criação e modernização de unidades produtivas | nº | 75 | 81 | 66 |
| | Projectos de incentivos a produtos de qualidade | nº | 8 | 9 | 2 |
| Agricultura R3 | Organizações de produtores florestais constituídas | nº | 57 | 38 | 1 |
| | Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas | nº | 16 | 4 | 4 |
| | Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos | nº | 109 | 102 | 3 |
| Agricultura R4 | Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura | nº | 40 | 57 | 42 |
| Agricultura R5 | Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais | nº | 142 | 139 | 44 |
| | Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais | nº | 8700 | 12.312 | 3.078 |
| | Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais | ha | 4800 | 8.592 | 1.095 |
| | Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais | km | 410 | 378 | 73 |
| | Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega | nº | 22 | 14 | 1 |
| | Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega | nº | 5360 | 14765 | 21 |
| | Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega | ha | 14000 | 44216 | 2.332 |
| | Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega | km | 30 | 33 | 0 |
| Agricultura R6 | Projectos de caminhos agrícolas e rurais | nº | 178 | 246 | 125 |
| | Rede viária nova ou beneficiada | km | 810 | 556 | 228 |
| | Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais | nº | 8600 | 13200 | 6.074 |
| | Projectos de electrificação | nº | 599 | 625 | 488 |
| | Linhas de média tensão instaladas | km | 700 | 305 | 239 |
| | Linhas de baixa tensão instaladas | km | 600 | 401 | 334 |
| Agricultura R7 | Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais | nº | 339 | 465 | 213 |
| | Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais | nº | 269 | 200 | 190 |
| Pescas e aquicultura | Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca | nº | 5 | 6 | 5 |
| | projectos colectivos de apoio à aquicultura | n.º | 2 | 3 | 2 |
| | projectos de equipamentos de portos de pesca | n.º | 5 | 9 | 5 |
| | Projecto para a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca | nº | 2 | 10 | 8 |

2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários

Durante o ano de 2006 foram apreciados em Unidade de Gestão 54 candidaturas, 38 das quais com parecer favorável. No final do ano estavam apreciadas em Unidade de Gestão um total de 279 candidaturas, tendo obtido parecer favorável deste órgão 210 projectos relativos ao ensino Básico, Secundário, Profissional e Pré-escolar.

Dos 54 projectos apreciados durante o ano de 2006, 48 dizem respeito ensino pré-escolar e 6 ao ensino Básico e Secundário

Na sequência do reforço financeiro da Medida, foi aberta uma segunda fase de candidatura para financiamento de infra-estruturas e equipamentos para a educação pré-escolar, candidaturas a apresentar pelos municípios da região, até 30 de Junho de 2005. A decisão destes projectos ocorreu durante o ano de 2006, tendo sido aprovados 32, indeferidos 15 e arquivados 1, por desistência.

Dos 210 projectos apreciados em Unidade de Gestão com parecer favorável 3 foram arquivados por desistência e 11 tiveram revogação de decisão por incumprimento do contrato ou por terem sido detectadas irregularidades em matéria de mercados públicos, pelo que, no final do ano, encontram-se aprovados 196 projectos.

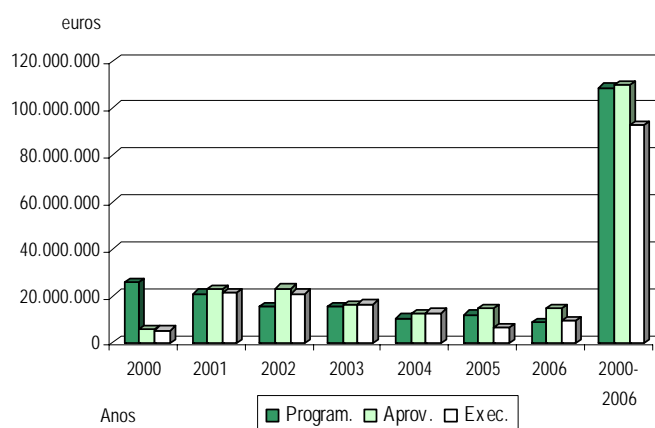
As candidaturas aprovadas até final do ano representam em termos de compromisso 103% do total programado de Despesa Pública e 100,1% de Fundo.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./Prog | Exec/A |
| 2000 | 25.594.648 | 19.773.998 | 5.920.517 | 4.440.387 | 5.331.855 | 3.998.891 | 23,1 | 20,8 | 90,1 |
| 2001 | 20.948.599 | 16.374.999 | 22.836.886 | 17.085.161 | 21.200.501 | 15.900.375 | 109,0 | 101,2 | 92,8 |
| 2002 | 15.662.522 | 11.966.000 | 23.176.357 | 16.531.145 | 20.935.219 | 15.445.162 | 148,0 | 133,7 | 90,3 |
| 2003 | 15.399.451 | 11.577.911 | 16.325.534 | 11.815.748 | 16.576.912 | 11.934.128 | 106,0 | 107,6 | 101,5 |
| 2004 | 10.629.088 | 6.611.741 | 12.343.470 | 9.051.128 | 12.771.215 | 9.180.399 | 116,1 | 120,2 | 103,5 |
| 2005 | 12.052.039 | 9.039.229 | 14.523.693 | 10.726.652 | 6.438.175 | 4.672.132 | 120,5 | 53,4 | 44,3 |
| 2006 | 8.471.295 | 6.224.119 | 14.479.936 | 10.215.786 | 9.691.720 | 7.180.953 | 170,9 | 114,4 | 66,9 |
| 2000-2006 | 108.757.642 | 81.567.997 | 109.606.393 | 79.866.008 | 92.945.598 | 68.312.041 | 100,8 | 85,5 | 84,8 |
| Total (2000-2008) | 108.757.642 | 81.567.997 | 111.970.401 | 81.639.014 | 92.945.598 | 68.312.041 | 103,0 | 85,5 | 83,0 |

A execução financeira do ano 2006 ultrapassa o valor programado para esse ano, atingindo-se no final de 2006 uma taxa de execução/programação para o período 2000-2006 de 86%.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 61 dizem respeito ao Ensino Básico e Secundário, o que representa cerca de 83% do total do investimento aprovado.

Unidade: Euros

| Tipologia | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|-------------------|------------|--------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| Básico/Secundário | 61 | 93.184.558 | 69.067.994 | 83,2 | 82.872.797 | 61.341.231 |
| Pré-escolar | 117 | 14.716.539 | 10.185.715 | 13,1 | 6.931.409 | 5.079.967 |
| Profissional | 18 | 4.069.304 | 2.385.305 | 3,6 | 3.141.392 | 1.890.843 |
| Total | 196 | 111.970.401 | 81.639.014 | 100,0 | 92.945.598 | 68.312.041 |

As intervenções no sector da Educação (Infra-estruturas) têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos (representam 70% acima do investimento por habitante quando comparado com o Litoral). As regiões do Pinhal Interior, da Serra da Estrela e do Baixo Mondego são as que mais beneficiam com estas intervenções.

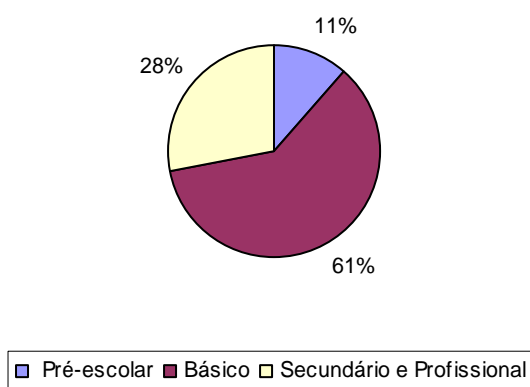
Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 38 | 20.996.307 | 20.996.307 | 15.481.848 | 18,75 | 54 |
| Baixo Mondego | 41 | 21.536.094 | 21.536.094 | 15.267.979 | 19,23 | 63 |
| Pinhal Litoral | 21 | 2.959.595 | 2.959.595 | 2.161.106 | 2,64 | 12 |
| Pinhal Interior Norte | 32 | 23.361.271 | 23.361.271 | 17.120.167 | 20,86 | 168 |
| Dão-Lafões | 25 | 15.186.083 | 15.186.083 | 11.081.401 | 13,56 | 53 |
| Pinhal Interior Sul | 5 | 7.372.712 | 7.372.712 | 5.503.594 | 6,58 | 164 |
| Serra da Estrela | 9 | 4.538.930 | 4.538.930 | 3.229.718 | 4,05 | 91 |
| Beira Interior Norte | 12 | 6.616.172 | 6.616.172 | 4.927.822 | 5,91 | 58 |
| Beira Interior Sul | 4 | 4.326.216 | 4.326.216 | 3.244.662 | 3,86 | 55 |
| Cova da Beira | 7 | 3.783.625 | 3.783.625 | 2.650.670 | 3,38 | 40 |
| Não Reg. | 2 | 1.293.396 | 1.293.396 | 970.047 | 1,16 | |
| Litoral | 100 | 45.491.996 | 45.491.996 | 32.910.933 | 40,63 | 47 |
| Interior | 94 | 65.185.009 | 65.185.009 | 47.758.033 | 58,22 | 81 |
| Total da Medida | 196 | 111.970.401 | 111.970.401 | 81.639.014 | 100,00 | 63 |

Na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que irão contribuir para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar estão aprovados projectos que abrangem 230 salas para este nível de ensino. As intervenções no ensino profissional abrangem construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos em 12 estabelecimentos de ensino.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| - Salas novas/ampliadas de educação pré-escolar. | nº | 200 | 230 | 107 |
| - Novas escolas de ensino básico. | nº | 18 | 18 | 13 |
| - Escolas de ensino básico remodeladas/ampliadas | nº | | 15 | 14 |
| - Laboratórios em escolas de ensino básico ou secundário. | nº | 160 | 194 | 157 |
| - Infra-estruturas desportivas no ensino básico e secundário. | nº | 60 | 69 | 60 |
| - Salas de ensino secundário e profissional remodeladas e/ou apetrechadas. | nº | 140 | 142 | 137 |
| Salas de ensino básico | | | 334 | 260 |

Nº de alunos abrangidos por intervenções aprovadas



A população escolar abrangida pelas várias intervenções reparte-se, de acordo com o nível de ensino, por: 28.850 alunos do ensino básico, 13.380 do ensino secundário e profissional e 5.354 do ensino pré-escolar.

A maior incidência, em termos absolutos e relativos, corresponde ao ensino básico -2º e 3º ciclo, seguida do ensino secundário e profissional e, por último, do pré-escolar (26%, 19% e 12% da população em cada nível de ensino, respectivamente).

3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional

A Medida visa consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período de 2000-2006.

As Escolas Profissionais, tendo resultado de parcerias estabelecidas ao nível local e regional têm revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local.

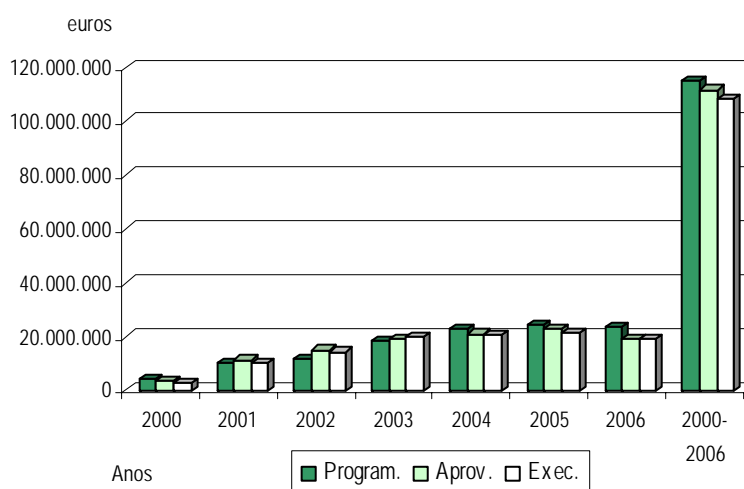
Tal como previsto o financiamento dos Cursos Profissionais no âmbito deste Programa Operacional visa a consolidação dos Cursos já existentes ao nível da Região e cujo contributo para o respectivo desenvolvimento seja objecto de reconhecimento por parte dos outros parceiros e sectores. É neste contexto que no ano 2006 foram apreciadas 13 candidaturas de Escolas Profissionais, que acumuladas às apreciadas nos anos anteriores perfazem um total de 141, todas com parecer favorável da Unidade de Gestão.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A. |
| 2000 | 4.347.000 | 2.497.000 | 3.641.093 | 2.093.628 | 3.021.908 | 1.737.597 | 83,8 | 69,5 | 83,0 |
| 2001 | 9.979.999 | 5.733.000 | 11.237.489 | 6.461.556 | 9.917.961 | 5.702.828 | 112,6 | 99,4 | 88,3 |
| 2002 | 11.905.810 | 6.839.360 | 15.074.672 | 8.667.937 | 14.339.515 | 8.245.221 | 126,6 | 120,4 | 95,1 |
| 2003 | 18.396.278 | 10.577.860 | 18.933.711 | 10.886.884 | 19.971.868 | 11.483.824 | 102,9 | 108,6 | 105,5 |
| 2004 | 22.553.740 | 12.973.000 | 21.007.130 | 12.079.100 | 20.314.920 | 11.681.079 | 93,1 | 90,1 | 96,7 |
| 2005 | 24.476.518 | 14.079.000 | 22.690.236 | 13.046.885 | 21.417.409 | 12.315.010 | 92,7 | 87,5 | 94,4 |
| 2006 | 23.344.221 | 13.427.843 | 19.147.433 | 11.009.774 | 19.380.580 | 11.143.834 | 82,0 | 83,0 | 101,2 |
| 2000-2006 | 115.003.566 | 66.127.063 | 111.731.764 | 64.245.764 | 108.364.162 | 62.309.393 | 97,2 | 94,2 | 97,0 |
| Total (2000-2008) | 115.003.566 | 66.127.063 | 117.302.791 | 67.449.105 | 108.364.162 | 62.309.393 | 102,0 | 94,2 | 92,4 |

Os projectos aprovados e homologados correspondem a 117.303 mil Euros, em termos de despesa pública, acima em 2% ao total programado. A execução atingida até final de 2006 é da ordem dos 94% do valor programado.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções no Ensino Profissional têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos, contribuindo para uma melhor distribuição de recursos humanos com nível de qualificação média.

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 14 | 7.320.399 | 7.166.266 | 4.120.603 | 6,07 | 19 |
| Baixo Mondego | 29 | 21.543.688 | 20.504.792 | 11.790.255 | 17,85 | 63 |
| Pinhal Litoral | 9 | 10.328.567 | 9.950.158 | 5.721.341 | 8,56 | 41 |
| Pinhal Interior Norte | 25 | 27.207.548 | 26.791.055 | 15.404.856 | 22,54 | 196 |
| Dão-Lafões | 18 | 14.752.091 | 14.266.697 | 8.203.351 | 12,22 | 52 |
| Pinhal Interior Sul | 5 | 2.673.285 | 2.661.118 | 1.530.143 | 2,21 | 60 |
| Serra da Estrela | 6 | 3.704.235 | 3.553.574 | 2.043.305 | 3,07 | 74 |
| Beira Interior Norte | 11 | 9.368.889 | 9.229.813 | 5.307.143 | 7,76 | 82 |
| Beira Interior Sul | 6 | 2.815.614 | 2.693.070 | 1.548.515 | 2,33 | 36 |
| Cova da Beira | 12 | 13.672.769 | 13.329.574 | 7.664.505 | 11,33 | 146 |
| Não Regionalizável | 6 | 7.305.522 | 7.156.675 | 4.115.088 | 6,05 | |
| Litoral | 52 | 39.192.655 | 37.621.215 | 21.632.199 | 32,47 | 40 |
| Interior | 83 | 74.194.431 | 72.524.901 | 41.701.818 | 61,47 | 92 |
| Total da Medida | 141 | 120.692.608 | 117.302.791 | 67.449.105 | 100,00 | 68 |

O número de formandos abrangidos, nos sete anos lectivos, foi na ordem dos 25.249 alunos, acima do previsto (23 400 até final de 2006). Destes cerca de 55% são homens

| Indicador | Un. | Quantificação | | | | | | | |
|------------------------------|-----|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | | | | | | |
| | | 2006 | Ano lectivo 2000/2001 | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 | Ano lectivo 2006/2007 |
| Formandos abrangidos (H) | nº | | 1.300 | 1.726 | 2.296,00 | 2.600 | 2.656 | 2.605 | 826 |
| Formandos abrangidos (M) | nº | | 929 | 1.383 | 1.933,00 | 2.119 | 2.123 | 2.089 | 664 |
| Formandos abrangidos (Total) | nº | 23.400 | 2.229 | 3.109 | 4.229,00 | 4.719 | 4.779 | 4.694 | 1.490 |

Dos finalistas dos anos lectivos 2000/2001 a 2005/2006, 4.985 atingiram o nível de qualificação III (48,7% homens e 51,3% mulheres). Este valor indica que se irão cumprir os resultados previstos (5 070 até final do programa).

| Indicador | Un. | Quantificação | | | | | | |
|---|------|---------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Previsto 2006 | Resultados (31-12-2006) | | | | | |
| | | | Ano lectivo 2000/2001 | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 |
| Nº de beneficiários que concluíram o E P com qualificação nível III | nº | 5.070 | 548 | 671 | 961 | 956 | 772 | 1.077 |
| | H nº | | 285 | 333 | 464 | 475 | 351 | 521 |
| | M nº | | 263 | 338 | 497 | 481 | 421 | 556 |

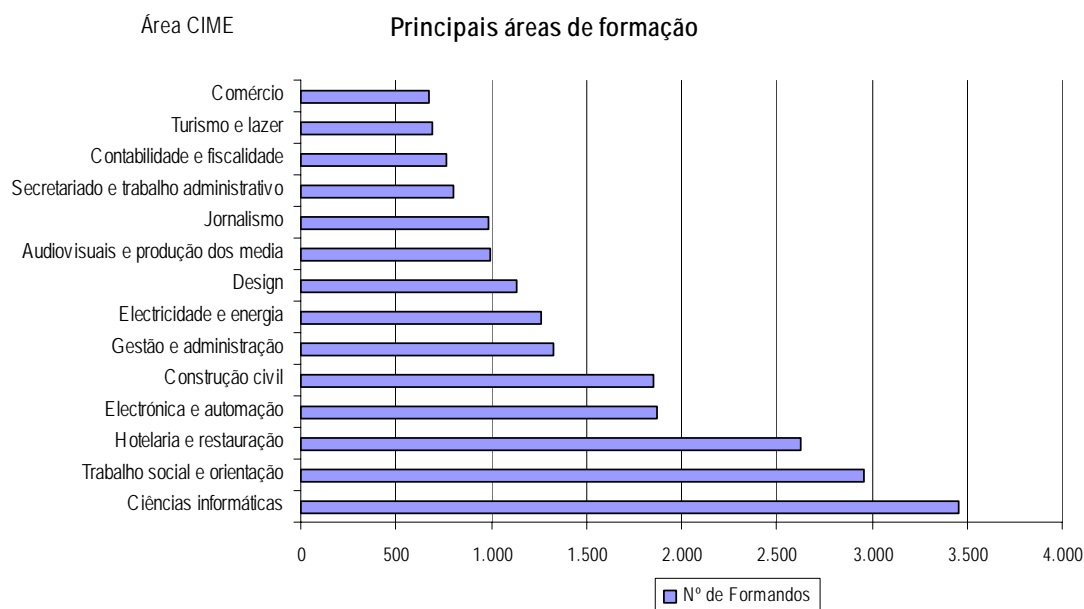
Das as características destas acções de formação a maioria das pessoas abrangidas encontram-se no escalão etário dos 15 aos 19 anos de idade, e ingressam nos cursos com o ensino básico.

| Nº de Formandos abrangidos por idade (%) | Ano lectivo 2000/2001 | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 | Ano lectivo 2006/2007 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <15 | 0,81 | 0,5 | 5,4 | 2,7 | 2,6 | 2,5 | 2,6 |
| 15-19 | 77,30 | 75,9 | 84,1 | 85,4 | 85,6 | 84,1 | 83,7 |
| 20-24 | 20,86 | 22,7 | 9,9 | 11,2 | 11,1 | 12,8 | 13,6 |
| 25-34 | 1,03 | 0,9 | 0,5 | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,1 |
| 35-44 | 0,00 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,00 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| Nº de Formandos abrangidos por Habilitações (%) | Ano lectivo 2000/2001 | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 | Ano lectivo 2006/2007 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ensino Básico | | | | | | | |
| 2º ciclo - (6º ano) | | 2,1 | 1,5 | 1,5 | 1,1 | 0,0 | 0,0 |
| 3º ciclo - (9º ano) | | 97,6 | 98,5 | 98,4 | 98,7 | 99,8 | 99,7 |
| Ensino Secundário | | 0,3 | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 |
| Total | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

O gráfico seguinte indica quais as principais áreas de formação dos alunos, as quais representam cerca de 85% do total.

A estrutura da oferta formativa desta região, com base nos formandos abrangidos, assenta nas Famílias Profissionais da “Informática”, “Serviços Sociais”, “Hotelaria e Turismo”, “Construção Civil”, “Electricidade e Electrónica” e “Administração”.



É, ainda, de referir que as áreas das tecnologias de informação e comunicação e do ambiente representam cerca de 9% do total do volume de formação.

| Volume de formação (horas*formandos) | | |
|--------------------------------------|-------------------|------------|
| | Total | % |
| TIC | 2.465.484 | 9 |
| Ambiente | 199.939 | 1 |
| Total | 26.610.205 | 100 |

No que refere ao percurso dos diplomados, verifica-se que, após a conclusão do curso, mais de 2/3 dos diplomados tomam como opção de vida a inserção no mercado de trabalho. O prosseguimento de estudos define-se como a situação actual para cerca de 1/4 do total dos diplomados.

Em suma: globalmente, o impacto da Medida afigura-se satisfatória, considerando que cerca de 60% dos formandos concluíram a sua formação e, destes, 2/3 ingressaram no mundo do trabalho.

Importa, assim, continuar a ajustar a oferta formativa às medidas a implementar a nível local e regional para melhorar o emprego através da adequada preparação de jovens para a vida activa, satisfazendo assim as necessidades de recursos humanos qualificados.

4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local

A distribuição do desemprego na região Centro têm vindo a influenciar as prioridades da Medida. Assim no último período de candidaturas procurou-se dar prioridade aos concelhos com elevadas taxas de desemprego e também aos que, se previa, que no início do ano de 2007, com o encerramento de grandes unidades industriais, viessem a ver agravada esta variável.

Considerando os dados da Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional no final de 2006, encontravam-se inscritos 64.067 desempregados, representando uma redução de 0,9% relativamente a Dezembro do ano anterior.

Nos quadros seguintes caracterizam-se os desempregados inscritos distribuídos por NUTS III, no que se refere às habilitações escolares, categoria, sexo, níveis etários e tempo de inscrição.

| NUTS | Total de desemp. | Habilitações Literárias | | | | Por Categorias | |
|-----------------------|------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|--------------|----------------|---------------|
| | | < 6 Anos Esco. | [6-9] Anos Escol. | [11-12] Anos Escl. | Médio/ Sup. | 1º Emp. | Novo Emprego |
| Baixo Vouga | 15.281 | 5.515 | 5.812 | 2.001 | 1.953 | 1.261 | 14.020 |
| Baixo Mondego | 12.407 | 3.684 | 4.133 | 2.238 | 2.352 | 1.662 | 10.745 |
| Pinhal Litoral | 6.587 | 2.443 | 2.187 | 1.101 | 856 | 541 | 6.046 |
| Pinhal Interior Norte | 3.900 | 1.483 | 1.442 | 652 | 323 | 454 | 3.446 |
| Pinhal Interior Sul | 891 | 358 | 296 | 164 | 73 | 109 | 782 |
| Dão-Lafões | 11.907 | 4.172 | 4.380 | 1.787 | 1.568 | 1.502 | 10.405 |
| Serra Estrela | 2.522 | 1.180 | 815 | 356 | 171 | 302 | 2.220 |
| Beira Interior Norte | 3.184 | 1.157 | 1.183 | 458 | 386 | 287 | 2.897 |
| Beira Interior Sul | 2.791 | 1.113 | 989 | 441 | 248 | 270 | 2.521 |
| Cova da Beira | 4.597 | 1.900 | 1.607 | 596 | 494 | 501 | 4.096 |
| Total | 64.067 | 23.005 | 22.844 | 9.794 | 8.424 | 6.889 | 57.178 |

| NUTS | Género | | Grupos Etários | | Tempo de Inscrição | |
|-----------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------------|---------------|
| | H | M | Jovens | Adultos | 1 Ano | >= 1 Ano |
| Baixo Vouga | 5.769 | 9.512 | 2.027 | 13.254 | 9.325 | 5.956 |
| Baixo Mondego | 5.370 | 7.037 | 1.829 | 10.578 | 8.353 | 4.054 |
| Pinhal Litoral | 2.470 | 4.117 | 944 | 5.643 | 4.730 | 1.857 |
| Pinhal Interior Norte | 1.481 | 2.419 | 778 | 3.122 | 2.665 | 1.235 |
| Pinhal Interior Sul | 348 | 543 | 161 | 730 | 643 | 248 |
| Dão-Lafões | 4.831 | 7.076 | 2.091 | 9.816 | 7.922 | 3.985 |
| Serra Estrela | 957 | 1.565 | 383 | 2.139 | 1.596 | 926 |
| Beira Interior Norte | 1.082 | 2.102 | 467 | 2.717 | 2.306 | 878 |
| Beira Interior Sul | 1.149 | 1.642 | 390 | 2.401 | 1.889 | 902 |
| Cova da Beira | 1.891 | 2.706 | 643 | 3.954 | 2.923 | 1.674 |
| Totais | 25.348 | 38.719 | 9.713 | 54.354 | 42.352 | 21.715 |

Numa análise às variáveis caracterizadas destacam-se as sub-regiões do Baixo Vouga, Baixo Mondego e Dão-Lafões com maior número de desempregados inscritos. Por outro lado, constatamos que nos desempregados inscritos predominam:

- Mulheres (60,4%)
- Adultos (84,8%)
- Inscritos há menos de um ano (66,1%)
- Novo emprego (89,2%)
- Baixas qualificações escolares (< de 6 anos de escolaridade) 35,9%

Procuram novo emprego (público alvo predominante da Medida) 89,2% dos inscritos verificando--se um decréscimo de 1,7% relativamente ao ano anterior, enquanto que os candidatos ao 1º emprego registaram uma variação positiva (1,66%).

Nas sub-regiões com maior número de desempregados inscritos destacam-se os concelhos:

Baixo Vouga

- Águeda
- Aveiro
- Ovar
- Albergaria
- Estarreja
- Ílhavo

Baixo Mondego

- Coimbra
- Figueira da Foz

Dão Lafões

- Mangualde
- Viseu
- S. Pedro do Sul

Nos concelhos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Figueira da Foz e Águeda localizam-se 70,9% dos desempregados.

Por outro lado, registou-se o maior aumento do número de desempregados nos concelhos de Pinhel (200,9%), Figueiró dos Vinhos (29,3%), Vila de Rei (24,3%) e Manteigas (17,1%).

É neste contexto, que no 6º período de candidaturas, exclusivamente dirigido a acções da tipologia 3.3.1.1, foram apresentados 287 pedidos de financiamento, número superior ao ano anterior (237), abrangendo 14.630 formandos para um montante total solicitado de 171.533 mil euros (84.792 mil euros no ano anterior).

Em sede de Comissão de Acompanhamento do Programa foi aprovada uma proposta de reforço da Medida 3.3 no montante de 12,5m€ de FSE e por outro lado, após o encerramento do ano 2005 constatou-se a existência de disponibilidade financeira para fazer face às necessidades formativas que viessem a ser justificadas num novo período de candidaturas.

Assim em Junho de 2006 foi aberto o 6º período de candidaturas para acções de formação que conferem a dupla certificação de públicos adultos.

Considerando que a Iniciativa Novas Oportunidades se torna uma prioridade nacional e pretende apostar na qualificação dos adultos pouco escolarizados, cabe às Intervenções Desconcentradas de Emprego e Formação através da acção tipo 3311 – Qualificação Profissional com Progressão Escolar, contribuir para a elevação dos níveis de qualificação dos adultos desempregados. Assim e considerando que se impunha um forte incremento na oferta de cursos de educação e formação de adultos como instrumento adequado à superação de lacunas de formação em adultos pouco escolarizados, permitindo-lhes elevar o nível de habilitações escolares, este 6º período de candidaturas foi aberto apenas para projectos formativos no âmbito desta acção tipo.

Apesar de o número de candidaturas e montantes propostos pelas entidades ter vindo a crescer ao longo do QCA era previsível um interesse acrescido por parte dos promotores, neste final de quadro. Contudo a realidade ultrapassou largamente as nossas expectativas. Assim foi necessário usar de apertados critérios de racionalidade económica e técnica na administração da verba disponível e de privilegiarmos as candidaturas que ofereciam melhores condições técnico-pedagógicas, que continham maiores índices de empregabilidade e ainda termos efectuado aprovações parciais. Contudo, mesmo assim a percentagem de indeferimentos foi elevada (41%).

No que se refere aos Estágios Profissionais com a adenda ao contrato Programa 2004-2006, assinada em Novembro de 2005, passou ser obrigatório de aprovação dos pedidos de financiamento em Unidade de Gestão. É neste contexto que foram aprovados alguns dos Pedidos de Financiamento dos Estágios Profissionais relativos ao ano 2005 e os relativos ao 1º semestre do ano 2006. Também em 2006 foram aprovados Pedidos de Financiamento do ano 2005 do Contrato Programa Apoios ao Emprego em Iniciativas Locais e os relativos ao 1º semestre do ano 2006.

O total das candidaturas aprovadas até final do ano, excluindo as desistências, acrescidas do valor dos contratos programa para o período 2000-2003 e 2004-2006 representam cerca de 106% do total programado.

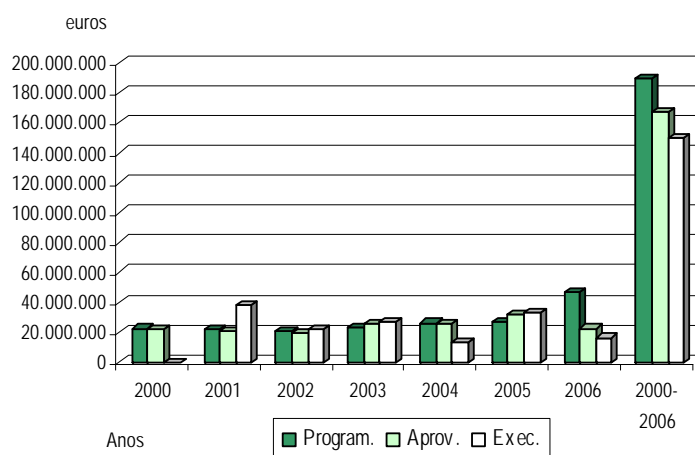
A Medida 3.3 registou até final de 2006 um desempenho financeiro de 79%. Para este resultado contribuíram de forma diversa as diferentes tipologias que a Medida integra: formação, estágios profissionais e apoios ao emprego. Aquela percentagem de execução elevar-se-á quando for certificada a despesa relativa ao 2.º semestre de 2006 dos Estágios Profissionais e dos Apoios ao Emprego em iniciativas Locais.

A baixa execução do ano de 2006, quando comparada com anos anteriores, ficou-se a dever à suspensão do período anual das candidaturas durante o ano de 2005. Nas acções de formação apenas estiveram em curso os projectos plurianuais, que transitaram do ano anterior e os projectos do ano 2006 dos centros de gestão directa e participada do IEFP cujas candidaturas são anualizadas. Como a despesa destes últimos não foi contabilizada uma vez que as aprovações foram condicionadas à existência de disponibilidade orçamental (aprovações em *overboking*) a taxa de execução deste ano ficou pelos 35% do valor programado para 2006.

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 22.707.983 | 14.190.035 | 21.491.177 | 13.431.985 | 0 | 0 | 94,6 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 21.771.966 | 13.561.383 | 20.841.676 | 13.025.707 | 38.242.148 | 23.901.341 | 95,7 | 175,6 | 183,5 |
| 2002 | 21.084.089 | 13.053.048 | 19.185.319 | 11.990.821 | 22.003.853 | 13.752.405 | 91,0 | 104,4 | 114,7 |
| 2003 | 23.044.858 | 14.272.535 | 25.605.742 | 16.003.587 | 26.731.074 | 16.706.580 | 111,1 | 116,0 | 104,4 |
| 2004 | 26.172.186 | 16.340.853 | 25.382.982 | 15.864.364 | 13.246.888 | 8.279.305 | 97,0 | 50,6 | 52,2 |
| 2005 | 27.288.524 | 17.060.515 | 32.225.026 | 20.140.641 | 32.972.740 | 20.607.960 | 118,1 | 120,8 | 102,3 |
| 2006 | 46.989.105 | 29.683.498 | 22.565.652 | 14.103.533 | 16.485.466 | 10.303.413 | 48,0 | 35,1 | 73,1 |
| 2000-2006 | 189.058.711 | 118.161.867 | 167.297.574 | 104.560.638 | 149.682.169 | 93.551.005 | 88,5 | 79,2 | 89,5 |
| Total (2000-2008) | 189.058.711 | 118.161.867 | 201.709.248 | 126.067.934 | 149.682.169 | 93.551.005 | 106,7 | 79,2 | 74,2 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As acções de formação incidiram em grande maioria em acções dirigidas à qualificação e reconversão profissional dos desempregados (acção tipo 3312) e à qualificação profissional com progressão escolar (acção tipo 3311).

Unidade: euros

| Tipologia de Acção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|--|------------|--------------------|--------------------|------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. P.) | D. Pública | Fundo |
| 3.3.1.1 Qualificação Profissional com Progressão Escolar | 182 | 54.706.113 | 34.191.321 | 27,1 | 12.452.647 | 7.782.904 |
| 3.3.1.2 Qualificação e Reconversão Profissional | 168 | 47.533.143 | 29.708.214 | 23,6 | 46.886.626 | 29.304.141 |
| 3.3.1.3 Aperfeiçoamento Profissional | 62 | 4.086.670 | 2.554.169 | 2,0 | 4.086.670 | 2.554.169 |
| 3.3.1.4 Especialização Profissional de Q.Superiores | 85 | 8.820.582 | 5.512.864 | 4,4 | 8.628.627 | 5.392.892 |
| 3.3.1.5 Formação Emprego | 4 | 5.717.151 | 3.573.219 | 2,8 | 5.717.151 | 3.573.219 |
| 3.3.1.6 Estágios Profissionais (*) | 2 | 46.944.279 | 29.339.831 | 23,3 | 41.356.666 | 25.847.568 |
| 3.3.2 Apoio à criação de Emprego (*) | 2 | 33.901.309 | 21.188.316 | 16,8 | 30.553.782 | 19.096.111 |
| Total | 505 | 201.709.248 | 126.067.934 | 100 | 149.682.169 | 93.551.005 |

(*) Execução dos contratos-programa no período 2000-2005 e 1º semestre do ano 2006.

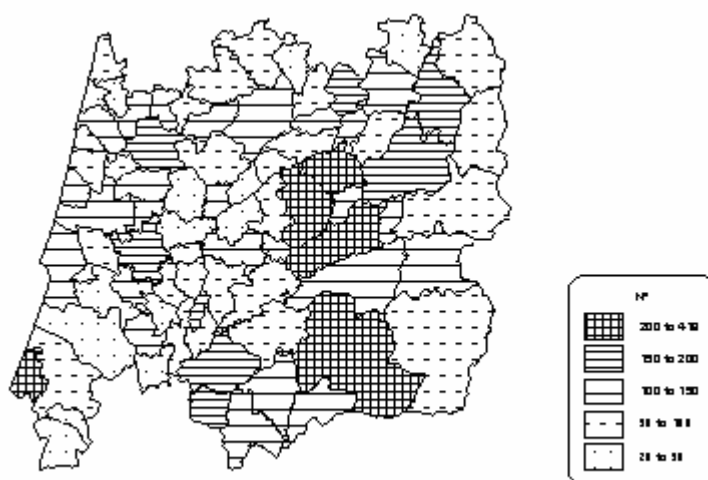
Duas outras tipologias de acções – Estágios Profissionais e Apoios ao Emprego – completaram o quadro da medida 3.3, com 40% do total aprovado.

A execução e as aprovações das diferentes tipologias distribuem-se de forma semelhante.

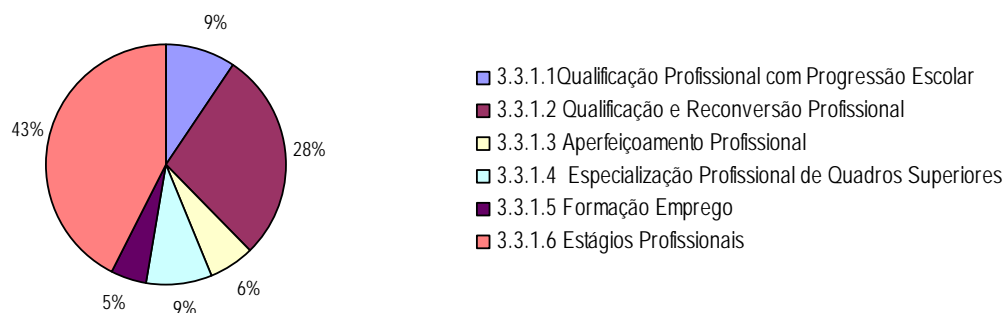
Mais do que a incidência territorial do investimento aprovado importa analisar a distribuição dos formandos pela Região. Os dados disponíveis dizem respeito às acções de formação (Acção tipo 3.3.1.1 a 3.3.1.5), constatando-se que as regiões com maior número de abrangidos foram, para o período 2000-2006, o Baixo Vouga e o Baixo Mondego, destacando-se, com menor número de desempregados envolvidos, o Pinhal Interior (Norte e Sul). No entanto, em termos relativos, população e número de desempregados, a maioria dos formandos concentra-se no interior, com realce para algumas das sub-regiões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Sul.

| NUT III | Nº Formandos | Incidência | | |
|-----------------------|---------------|---------------|-------------|-----------------|
| | | % formandos | % População | % Desempregados |
| Baixo Vouga | 3631 | 16,54 | 21,66 | 24,33 |
| Baixo Mondego | 4606 | 20,98 | 19,09 | 19,39 |
| Pinhal Litoral | 2347 | 10,69 | 13,99 | 10,01 |
| Pinhal Interior Norte | 1172 | 5,34 | 7,79 | 6,05 |
| Dão-Lafões | 2694 | 12,27 | 16,05 | 18,86 |
| Pinhal Interior Sul | 634 | 2,89 | 2,52 | 1,35 |
| Serra da Estrela | 1795 | 8,17 | 2,8 | 3,68 |
| Beira Interior Norte | 1467 | 6,68 | 6,45 | 4,18 |
| Beira Interior Sul | 1425 | 6,49 | 4,4 | 4,27 |
| Cova da Beira | 2187 | 9,96 | 5,25 | 7,89 |
| Litoral | 10.584 | 48,20 | 54,73 | 53,73 |
| Interior | 11.374 | 51,80 | 45,27 | 46,27 |
| Total | 21.958 | 100,00 | 100 | 100 |

Formandos por habitante



Nº Formandos abrangidos por tipologia de acção



O nível de execução física atingida em 2000 a 2006, relativo aos desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios), é cerca de 5460 formandos/ano, sendo o objectivo da medida atingir cerca de 5 500. A maioria das intervenções foram dirigidas às mulheres (cerca de 68% do total), grupo mais representativo no desemprego regional.

A estrutura dos abrangidos (2000-2006) acompanha a estrutura dos desempregados da região, realçando-se a importância de qualificação e da inserção profissional (Estágios).

| Nº de Form. | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | 2005 | | 2006 | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M |
| 3.3.1.1 | 18 | 61 | 31 | 175 | 55 | 262 | 66 | 397 | 47 | 350 | 126 | 653 | 351 | 1.031 |
| 3.3.1.2 | 691 | 1.367 | 391 | 758 | 544 | 856 | 715 | 1.182 | 752 | 1.108 | 901 | 1.265 | 123 | 194 |
| 3.3.1.3 | 35 | 61 | 36 | 128 | 97 | 152 | 98 | 230 | 219 | 422 | 340 | 515 | 0 | 0 |
| 3.3.1.4 | 0 | 0 | 112 | 175 | 136 | 358 | 191 | 420 | 219 | 491 | 349 | 766 | 56 | 92 |
| 3.3.1.5 | 155 | 977 | 81 | 543 | 7 | 42 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.3.1.6 | 1.179 | 2.110 | 853 | 1.841 | 598 | 1.284 | 787 | 1.667 | 875 | 1.819 | 805 | 1.621 | 263 | 547 |
| Total | 2.078 | 4.576 | 1.504 | 3.620 | 1.437 | 2.954 | 1.857 | 3.896 | 2.112 | 4.190 | 2.521 | 4.820 | 793 | 1.864 |

Nas Medidas de apoio ao emprego foram abrangidas 6.198 pessoas com uma expressão idêntica para as mulheres e homens, concorrendo para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no que respeita à presença no mundo empresarial (micro-empresas). Ter-se-á atingido na ordem dos 76% o objectivo da Medida.

| Nº de Formandos abrangidos por tipologia | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | 2005 | | 2006 | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M |
| Criação do Próprio emp, por benef das prest. desemp./E. A. E. | 283 | 145 | 281 | 155 | 177 | 106 | 158 | 111 | 75 | 50 | n.d | n.d | 48 | 23 |
| Apoios à criação do próprio emprego | 29 | 60 | 12 | 14 | | 1 | 0 | 2 | | | n.d | n.d | 0 | 0 |
| Inici. Locais de Emprego/Estímulo | | | | | | | | | | | | | | |
| Apoio Emprego | 136 | 152 | 117 | 134 | 202 | 195 | 274 | 282 | 216 | 221 | n.d | n.d | 139 | 152 |
| Apoios à contratação e conv. de cont. a termo p/ sem termo/E. Ap. | | | | | | | | | | | | | | |
| Emprego | 141 | 303 | 149 | 185 | 57 | 204 | 62 | 120 | 67 | 112 | n.d | n.d | 20 | 49 |
| Total | 589 | 660 | 559 | 488 | 436 | 506 | 494 | 515 | 358 | 383 | 369 | 410 | 207 | 224 |

As pessoas abrangidas pelas diversas tipologias de acções, formação, estágios e criação de emprego, concentram-se nos desempregados de com menos de um ano e à procura do primeiro emprego. Esta distribuição resulta do peso das acções 3.3.1.6- estágios profissionais, dirigida ao primeiro emprego (com 84% de pessoas à procura do primeiro emprego) e da acção 3.3.1.2 e 3.3.1.3 (com 87% de desempregados há menos de um ano no total das pessoas abrangidas nestas tipologias).

| Anos/Pessoas abrangidas | À proc 1º Emp. | À proc. novo Emprego | | | Total |
|-------------------------|----------------|----------------------|-----------|-----------|------------|
| | | Não DLD | DLD | total | |
| 2000 | 40 | 50 | 10 | 60 | 100 |
| 2001 | 51 | 40 | 9 | 49 | 100 |
| 2002 | 39 | 48 | 13 | 61 | 100 |
| 2003 | 39 | 47 | 14 | 61 | 100 |
| 2004 | 40 | 47 | 13 | 60 | 100 |
| 2005 | 33 | 54 | 13 | 67 | 100 |
| 2006 | 26 | 54 | 19 | 74 | 100 |
| Total | 39 | 49 | 12 | 61 | 100 |

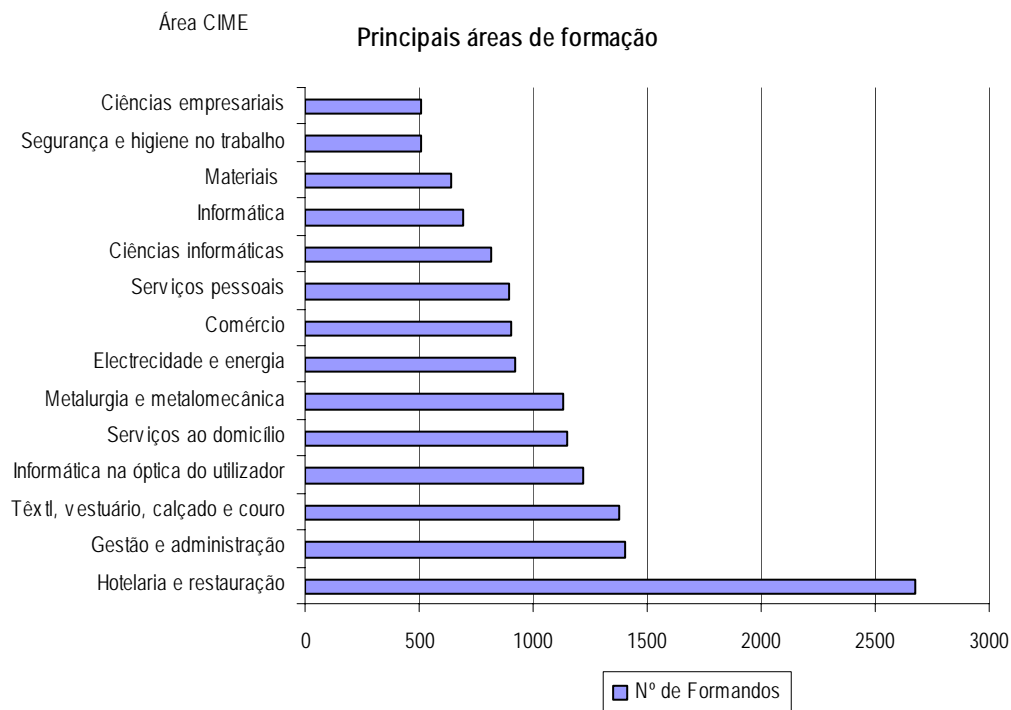
As acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5) concentraram-se no grupo dos 20 aos 44 anos de idade. Atendendo a que os estágios profissionais são dirigidos a jovens com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos de idade o grupo mais jovem é reforçado.

| Nº de Formandos abrangidos por idade | 2000-2006 | | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | H | M | Total |
| 15-19 | 2,6 | 1,9 | 2,1 |
| 20-24 | 24,4 | 18,4 | 20,3 |
| 25-34 | 43,1 | 42,7 | 42,8 |
| 35-44 | 18,9 | 25,4 | 23,3 |
| 45-49 | 5,9 | 7,2 | 6,8 |
| 50-54 | 3,6 | 2,9 | 3,1 |
| 55-64 | 1,5 | 1,5 | 1,5 |
| >64 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Em 2006 as pessoas abrangidas (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5), segundo o nível de habilitações literárias consta do quadro seguinte.

| Ano: 2006 | | | | | | | |
|---|--------------------|--------------|--------------|----------------|---------------|--------------|------|
| Nº de Formandos abrangidos por Habilitações | Acções de formação | | | Estágios Prof. | | | |
| | H | M | Total | H | M | Total | |
| < 4 anos escolaridade | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Ensino Básico | 9,1 | 9,8 | 9,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | 61,3 | 70,8 | 68,1 | 0,4 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |
| | 13,0 | 7,1 | 8,8 | 3,4 | 1,8 | 2,3 | 2,3 |
| Ensino secundário | | 6,0 | 5,2 | 5,5 | 25,1 | 21,0 | 22,3 |
| | 10,6 | 7,0 | 8,0 | 69,6 | 76,8 | 74,4 | 74,4 |
| Ensino Superior | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,5 | 0,2 | 0,6 | 0,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100 | 100,00 | 100,0 | |

No gráfico seguinte estão indicadas as principais áreas das acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5). Destaca-se a nível de áreas de formação, Hotelaria e Restauração como a área preferencial ao longo de todo o período (2000/2006).



As áreas das tecnologias de informação e de comunicação envolveram cerca de 17% do volume total de formação.

| | Volume de formação (horas*formandos) | % |
|--------------|---|------------|
| TIC | 2.048.259 | 17 |
| Ambiente | 214.864 | 2 |
| Total | 11.768.094 | 100 |

5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local

Em Fevereiro de 2005 foi assinado novo Contrato Programa com o IEFP para a gestão da Medida 3.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local. Compete ao IEFP, ao abrigo deste Contrato Programa estabelecer as condições e critérios de preferência, baseando-se para isso nas condições estabelecidas na Portaria n.º196-A/2001, de 10 de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 255/2002 de 12 de Março, definindo procedimentos no Manual que veio a produzir.

Numa adenda ao referido Contrato Programa, homologado em Novembro de 2005, fica estabelecida a obrigatoriedade de aprovação dos Pedidos de Financiamento em Unidade de Gestão.

A despesa validada não inclui a realizada no ano de 2006, pelo que a execução até final de 2006, representa 72.2% do programado. Se contabilizarmos a despesa efectuada no 1º semestre de 2006, entretanto apresentada para validação, aquela taxa sobe para 83.4% do valor programado no período 2000-2006.

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Execução | | Taxas (%) |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | Exc./Prog |
| 2000 | 4.569.246 | 2.741.050 | 0 | 0 | 0,0 |
| 2001 | 4.370.957 | 2.622.097 | 0 | 0 | 0,0 |
| 2002 | 4.206.654 | 2.523.534 | 0 | 0 | 0,0 |
| 2003 | 4.565.742 | 2.738.947 | 3.247.130 | 1.948.278 | 71,1 |
| 2004 | 1.009.399 | 607.597 | 3.473.848 | 2.084.309 | 344,2 |
| 2005 | 0 | 0 | 3.717.305 | 2.230.383 | |
| 2006 | 0 | 0 | 3.087.913 | 1.852.748 | |
| 2000-2006 | 18.721.998 | 11.233.225 | 13.526.196 | 8.115.718 | 72,2 |
| Total (2000-2008) | 18.721.998 | 11.233.225 | 13.526.196 | 8.115.718 | 72,2 |

Os projectos incidem maioritariamente no interior da região (63% dos investimentos apoiados e 70% do emprego associado a esse investimento), em particular nas sub-regiões da Serra da Estrela e da Cova da Beira. Esta última sub-região absorveu 17% do investimento apoiado e do emprego criado nas iniciativas Locais de Emprego.

Unidade: euros

| NUT III | Nº Proj. | Nº Postos de trabalho | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | | % CT | por hab. |
| Baixo Vouga | 80 | 209 | 3.791.867 | 1.471.126 | 882.676 | 9,38 | 10 |
| Baixo Mondego | 61 | 127 | 2.394.666 | 812.618 | 487.571 | 5,92 | 7 |
| Pinhal Litoral | 103 | 212 | 3.511.436 | 1.476.370 | 885.822 | 8,68 | 14 |
| Pinhal Interior Norte | 95 | 161 | 2.698.409 | 1.011.215 | 606.729 | 6,67 | 19 |
| Dão-Lafões | 93 | 213 | 4.717.232 | 1.793.891 | 1.076.334 | 11,67 | 17 |
| Pinhal Interior Sul | 68 | 114 | 2.136.358 | 822.863 | 493.718 | 5,28 | 48 |
| Serra da Estrela | 101 | 202 | 3.416.969 | 1.516.440 | 909.864 | 8,45 | 68 |
| Beira Interior Norte | 94 | 176 | 3.626.121 | 1.424.361 | 854.617 | 8,97 | 32 |
| Beira Interior Sul | 46 | 95 | 2.173.473 | 630.818 | 378.491 | 5,38 | 28 |
| Cova da Beira | 137 | 315 | 6.704.672 | 2.566.494 | 1.539.896 | 16,58 | 72 |
| Não Reg. | 0 | 0 | 5.264.781 | 5.264.781 | 3.158.869 | 13,02 | |
| Litoral | 244 | 548 | 9.697.969 | 3.760.114 | 2.256.068 | 23,98 | 10 |
| Interior | 634 | 1.276 | 25.473.234 | 9.766.082 | 5.859.649 | 63,00 | 32 |
| Total da Medida | 878 | 1.824 | 40.435.984 | 18.790.978 | 11.274.586 | 100,00 | 23 |

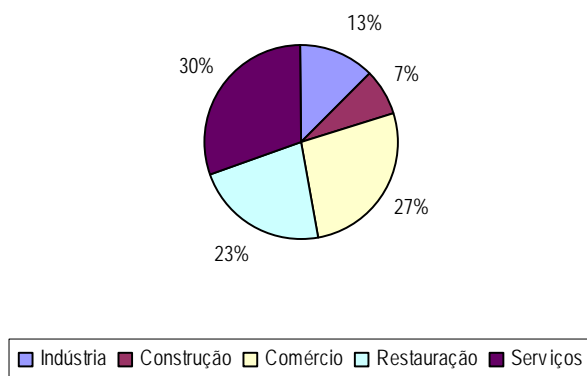
A restauração, o comércio e os serviços foram as actividades onde se concentram 82% dos apoios concedidos. A indústria transformadora e a construção civil no seu conjunto tiveram uma expressão mais modesta, mas ainda assim digna de nota.

Unidade: euros

| Actividades | Nº Proj. | Execução (2000-2006) | | | Postos de trabalho |
|--------------|------------|----------------------|------------------|----------------|--------------------|
| | | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | |
| Indústria | 79 | 1.631.480 | 978.888 | 12,1 | 235 |
| Construção | 70 | 809.058 | 485.435 | 6,0 | 134 |
| Comércio | 302 | 3.838.341 | 2.303.005 | 28,4 | 486 |
| Restauração | 162 | 3.342.364 | 2.005.419 | 24,7 | 411 |
| Serviços | 265 | 3.904.953 | 2.342.972 | 28,9 | 558 |
| Total | 878 | 13.526.196 | 8.115.718 | 100,0 | 1824 |

Os 1.824 postos de trabalho associados aos apoios concedidos nesta medida, seguem uma distribuição idêntica, 30% nos serviços, 27% no comércio e 23% na restauração. A indústria envolve 13% dos postos de trabalho criados.

Postos de trabalho



6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

No âmbito da reprogramação do Programa ocorrida em 2006 esta medida passou a contemplar para além, da criação dos Centros de Ciência Viva e das iniciativas a estes associadas de promoção e divulgação da cultura científica e tecnológica, intervenções de expansão e qualificação de instalações do ensino superior e de expansão da rede de equipamentos de apoio social aos estudantes, tendo em vista a melhoria da qualidade e desempenho do ensino superior.

O reforço financeiro desta Medida (5,7 milhões de euros FEDER) destina-se a esta nova tipologia de projectos, sendo adicional à dotação existente para a promoção da cultura científica e tecnológica.

Com a alteração do conteúdo da Medida só ocorreu no final de 2006, a aprovação de projectos daquela tipologia só veio a ocorrer em 2007.

Até final do ano de 2006 foram apreciados seis projectos, com parecer favorável em Unidade de Gestão:

3 de melhoramento do Centro de Ciência de Coimbra;

Centro de Ciência Viva de Aveiro;

Centro de Ciência Viva de Proença-a-Nova;

Centro de Ciência Viva de Viseu.

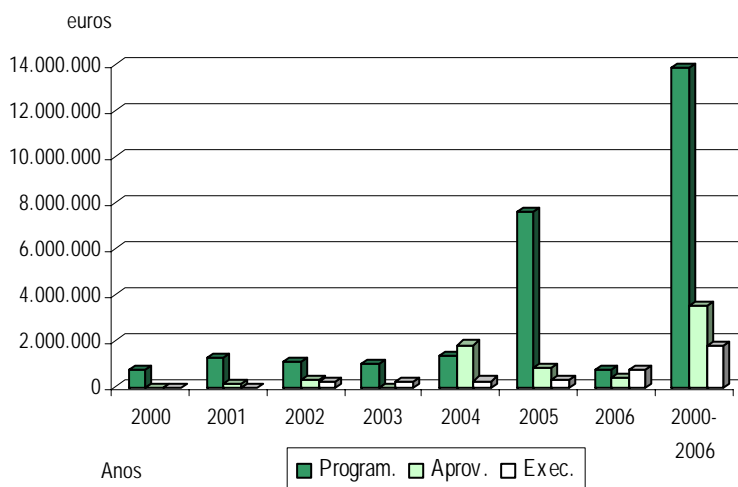
Destes 5 foram aprovados até ao final do ano, os quais correspondem a 25% do total da despesa pública programada. O projecto do Centro de Ciência Viva de Viseu só veio a ser aprovado em 2007, dado que a sua aprovação ficou condicionada à apresentação do contrato de adjudicação do edifício.

A execução continua muito baixa (13% da despesa pública programada e 22% da Programada antes do reforço da Medida.

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A. |
| 2000 | 750.000 | 525.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 1.248.000 | 873.000 | 136.172 | 68.086 | 0 | 0 | 10,9 | 0,0 | 0,0 |
| 2002 | 1.082.900 | 748.000 | 304.766 | 152.383 | 210.671 | 105.335 | 28,1 | 19,5 | 69,1 |
| 2003 | 1.016.252 | 698.000 | 0 | 0 | 230.266 | 115.133 | 0,0 | 22,7 | |
| 2004 | 1.392.693 | 969.271 | 1.837.963 | 918.981 | 269.474 | 134.737 | 132,0 | 19,3 | 14,7 |
| 2005 | 7.601.345 | 5.312.791 | 829.038 | 414.519 | 335.043 | 167.521 | 10,9 | 4,4 | 40,4 |
| 2006 | 755.432 | 566.574 | 415.100 | 207.550 | 731.619 | 365.809 | 54,9 | 96,8 | 176,3 |
| 2000-2006 | 13.846.622 | 9.692.636 | 3.523.037 | 1.761.519 | 1.777.073 | 888.537 | 25,4 | 12,8 | 50,4 |
| Total (2000-2008) | 13.846.622 | 9.692.636 | 3.523.037 | 1.761.519 | 1.777.073 | 888.537 | 25,4 | 12,8 | 50,4 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A baixa execução desta Medida decorre de vários factores, designadamente:

- baixa experiência dos diversos actores na concepção e produção de espaço interactivos de Ciência e Tecnologia, o que implica, por vezes, o recurso a alguns dos melhores centros de ciência internacionais;
- falta de disponibilidade de instalações adequadas, sejam edifícios já existentes e que têm que receber obras de adaptação, sejam edifícios a edificar para os quais é necessário a elaboração de projecto de arquitectura e financiamento para a sua construção;
- dificuldade ao nível dos recursos humanos já que é necessário uma forte interacção de equipas competentes multidisciplinares, durante o processo de criação e de exploração de um centro.

Estes factores têm condicionado a implementação da medida.

Tendo em atenção a alteração da tipologia de projectos prevista na medida é de esperar recuperação no próximo ano.

Com o nº de projectos aprovados até final do ano e com os projectos já aprovados em 2007 é possível prever que as metas físicas previstas serão atingidas

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Projectos de Centros de ciência viva a criar/beneficiar | nº | 6 | 5 | 2 |
| Área Bruta construída e/ou equipada | m2 | 5.000 | 0 | 0 |

7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital

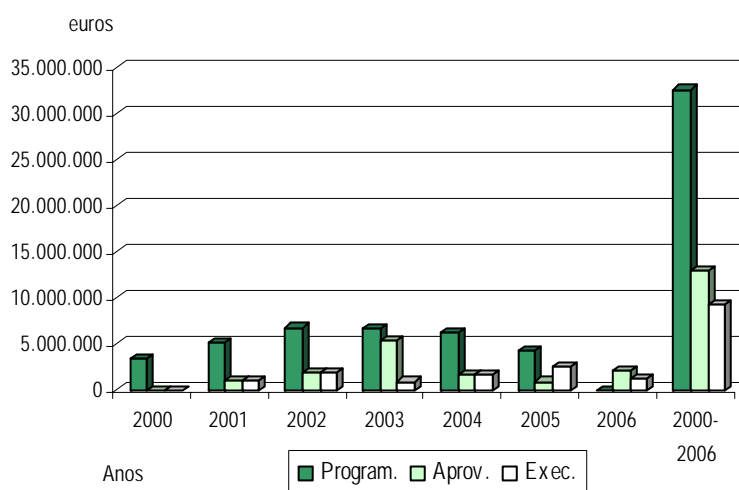
Até ao final do período em análise foram apreciadas em Unidade de Gestão 35 candidaturas, das quais 32 foram aprovadas e homologadas.

Os projectos aprovados, correspondem a um investimento elegível no valor de 27.576 mil euros. O nível de aprovação aumentou significativamente em 2006, passando a 85% da despesa pública programada, mas a execução continua a ser bastante baixa 29% do total da despesa pública programada.

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 3.431.000 | 2.568.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 5.217.000 | 3.392.000 | 961.119 | 720.839 | 1.103.794 | 827.845 | 18,4 | 21,2 | 114,8 |
| 2002 | 6.786.000 | 4.280.000 | 1.876.118 | 1.407.088 | 1.876.118 | 1.407.088 | 27,6 | 27,6 | 100,0 |
| 2003 | 6.607.167 | 4.664.000 | 5.370.717 | 3.596.408 | 911.749 | 683.812 | 81,3 | 13,8 | 17,0 |
| 2004 | 6.197.500 | 4.648.000 | 1.707.398 | 1.128.594 | 1.634.733 | 1.079.706 | 27,5 | 26,4 | 95,7 |
| 2005 | 4.308.333 | 3.231.000 | 888.978 | 579.896 | 2.568.984 | 1.670.429 | 20,6 | 59,6 | 289,0 |
| 2006 | 0 | 0 | 2.066.086 | 1.401.040 | 1.219.532 | 806.445 | | | 59,0 |
| 2000-2006 | 32.547.000 | 22.783.000 | 12.870.416 | 8.833.866 | 9.314.909 | 6.475.325 | 39,5 | 28,6 | 72,4 |
| Total (2000-2008) | 32.547.000 | 22.783.000 | 27.577.541 | 19.242.704 | 9.314.909 | 6.475.325 | 84,7 | 28,6 | 33,8 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Os sete projectos aprovados, da linha de acção “Estado Aberto” dizem respeito à criação de três Lojas do Cidadão (Viseu, Aveiro e Coimbra) à informatização dos tribunais da Região, dos

serviços de registo e notariado da Região e dos serviços prisionais da Região, ao serviço de atendimento permanente "Balcão Verde" do Ministério da Agricultura e ao das Comunicações de Segurança e Emergência - Região Centro do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações. Trata-se de projectos que visam desburocratizar as organizações, simplificando processos e aumentando os seus níveis de eficiência e eficácia, através da introdução de novas tecnologias da informação e da comunicação, redefinindo a relação entre a administração pública e os cidadãos, empresas e outros agentes sociais.

Os nove projectos da linha de acção "Portugal Digital" dizem respeito à iniciativa "Campus Virtual" e envolvem várias Universidades e Institutos Politécnicos da região: Universidade de Aveiro, de Coimbra, da Beira Interior, Católica Portuguesa em Viseu, Institutos Politécnicos da Guarda, de Leiria, de Aveiro, de Castelo Branco e de Coimbra.

Os dezasseis projectos da linha de acção "Coesão Digital do Território" dizem da criação de centros de disponibilização de serviços de Internet de Banda Larga, da iniciativa dos Municípios.

Unidade: euros

| Linha de Acção | Nº Proj. | Aprovações | | | Execução (2000-2006) | |
|------------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------|
| | | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| Portugal Digital | 9 | 6.145.703 | 3.994.707 | 22,3 | 4.918.075 | 3.196.749 |
| Estado Aberto | 7 | 19.952.381 | 14.224.212 | 72,4 | 4.396.834 | 3.278.576 |
| Coesão Digital do Território | 16 | 1.479.458 | 1.023.785 | 5,4 | 0 | 0 |
| Total | 32 | 27.577.541 | 19.242.704 | 100,0 | 9.314.909 | 6.475.325 |

Com os projectos aprovados é de prever que as metas físicas sejam alcançadas.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Nº de projectos da acção Portugal Digital | nº | 9 | 9 | 0 |
| Nº de instituições de ensino envolvidas | nº | 35 | 35 | 0 |
| Nº de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados | nº | 27 | 27 | 0 |
| Nº de redes locais instaladas | nº | 280 | 280 | 109 |
| Nº de aplicações informáticas/ BD desenvolvidas | nº | 10 | 10 | 0 |
| Nº de espaços de acesso à Internet de Banda Larga apoiados | nº | 50 | 16 | 0 |

8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital

Na avaliação intercalar dos diversos programas Operacionais, designadamente do PO Centro, evidenciou-se a necessidade de articular a Medida com o Programa Nacional (POSI). Com o novo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e o reconhecimento de que o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento passa pela aposta dos principais actores do

território, optou-se por propor um novo enquadramento para a vertente desconcentrada, procurando adaptá-la às expectativas dos actores regionais.

Esta Medida passou a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação.

Durante o ano de 2005 iniciou-se o processo de definição do Regulamento Específico da Medida, processo concluído em 2006. Na sequência da publicação das condições que regulamentam a medida foram apreciados 55 projectos em Unidade de Gestão, dos quais, 16 foram aprovados até ao final desse período.

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Taxas (%) |
|--------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog |
| 2000 | 349.000 | 249.000 | | | 0,0 |
| 2001 | 454.000 | 339.000 | | | 0,0 |
| 2002 | 782.400 | 489.000 | | | 0,0 |
| 2003 | 1.042.120 | 499.000 | | | 0,0 |
| 2004 | 600.000 | 450.000 | | | 0,0 |
| 2005 | 600.000 | 450.000 | | | 0,0 |
| 2006 | 266.667 | 200.000 | 111.997 | 73.201 | 42,0 |
| 2000-2006 | 4.094.187 | 2.676.000 | 111.997 | 73.201 | 2,7 |
| Total (2000-2008) | 4.094.187 | 2.676.000 | 851.083 | 556.268 | 20,8 |

Atendendo aos projectos aprovados até final do ano e os aprovados já no ano de 2007 será de prever que as metas, quer do nº de acções quer de formandos, sejam ultrapassadas.

| Indicador | Unidade | Quantificação | | |
|--------------------------------|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Número de pessoas certificadas | nº | 5.100 | 3.426 | 0 |
| Número de formandos | nº | 5.700 | 3.426 | 0 |
| Número de acções de formação | nº | 570 | 301 | 0 |

9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)

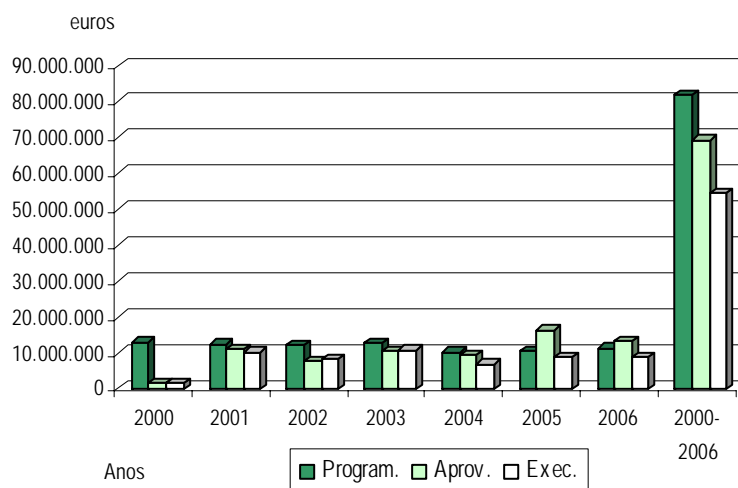
Das candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão até final de 2006, num total de 55, 51 foram aprovadas, representando cerca de 96% do total da despesa pública programada para o período 2000-2006. A execução é da ordem dos 67% da programação e 69% do investimento aprovado.

O valor executado em 2006 foi idêntico ao do ano anterior, sendo necessário um maior esforço nos anos seguintes de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

Unidade: euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 12.931.539 | 9.697.678 | 1.601.244 | 1.200.933 | 1.601.244 | 1.200.933 | 12,4 | 12,4 | 100,0 |
| 2001 | 12.381.490 | 9.286.362 | 10.880.553 | 8.116.309 | 10.158.184 | 7.574.533 | 87,9 | 82,0 | 93,4 |
| 2002 | 11.923.278 | 8.942.459 | 7.709.806 | 5.754.941 | 7.995.807 | 5.969.442 | 64,7 | 67,1 | 103,7 |
| 2003 | 12.693.152 | 9.519.865 | 10.529.078 | 7.843.259 | 10.765.726 | 8.020.745 | 83,0 | 84,8 | 102,2 |
| 2004 | 10.153.935 | 7.615.696 | 9.142.165 | 6.856.624 | 6.800.441 | 5.100.331 | 90,0 | 67,0 | 74,4 |
| 2005 | 10.562.868 | 7.922.474 | 16.309.800 | 12.202.326 | 8.706.748 | 6.500.037 | 154,4 | 82,4 | 53,4 |
| 2006 | 11.242.858 | 8.432.466 | 13.036.766 | 9.650.613 | 8.605.959 | 6.440.550 | 116,0 | 76,5 | 66,0 |
| 2000-2006 | 81.889.120 | 61.417.000 | 69.209.411 | 51.625.006 | 54.634.108 | 40.806.570 | 84,5 | 66,7 | 78,9 |
| Total (2000-2008) | 81.889.120 | 61.417.000 | 78.932.257 | 58.917.140 | 54.634.108 | 40.806.570 | 96,4 | 66,7 | 69,2 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 34 dizem respeito a intervenções em centros de saúde, 16 a intervenções em unidades hospitalares e cuidados continuados e um à criação de unidades móveis para melhorar a acessibilidade ao cuidados de saúde por parte da população mais idosa.

Unidade: euros

| Tipologia | Aprovações/Homologações (total) | | | | Execução (2000-2006) | |
|------------------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| Centros de saúde e extensões | 34 | 49.858.831 | 37.394.123 | 63,2 | 37.066.778 | 27.800.083 |
| Unidades Hospitalares | 14 | 27.437.430 | 20.578.072 | 34,8 | 16.496.543 | 12.372.407 |
| Cuidados continuados | 2 | 1.410.262 | 775.644 | 1,8 | 845.054 | 464.780 |
| Unidades Móveis | 1 | 225.734 | 169.300 | 0,3 | 225.734 | 169.300 |
| Total | 51 | 78.932.257 | 58.917.140 | 100,0 | 54.634.108 | 40.806.570 |

Também no sector da saúde as intervenções apoiadas contribuem para um reforço da qualidade dos serviços no interior da região. De facto esta sub-região absorve 58% do investimento aprovado, muito para além do seu peso populacional. Para este facto muito contribui o projecto de remodelação das instalações do Hospital de Castelo Branco, intervenção essencial para melhorar os cuidados de saúde a cerca de 130 000 pessoas.

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 10 | 11.788.589 | 11.788.589 | 8.841.442 | 14,94 | 31 |
| Baixo Mondego | 12 | 17.181.189 | 17.181.189 | 12.885.892 | 21,77 | 51 |
| Pinhal Litoral | 2 | 3.523.482 | 3.523.482 | 2.642.612 | 4,46 | 14 |
| Pinhal Interior Norte | 6 | 6.577.455 | 6.577.455 | 4.778.000 | 8,33 | 47 |
| Dão-Lafões | 8 | 9.802.322 | 9.802.322 | 7.224.781 | 12,42 | 34 |
| Pinhal Interior Sul | 3 | 5.354.656 | 5.354.656 | 4.015.992 | 6,78 | 119 |
| Serra da Estrela | 2 | 10.342.805 | 10.342.805 | 7.757.104 | 13,10 | 207 |
| Beira Interior Norte | 3 | 3.980.328 | 3.980.328 | 2.985.246 | 5,04 | 35 |
| Beira Interior Sul | 2 | 9.699.708 | 9.699.708 | 7.274.781 | 12,29 | 124 |
| Cova da Beira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 |
| Não Reginalizável | 3 | 681.723 | 681.723 | 511.292 | 0,86 | |
| Litoral | 24 | 32.493.260 | 32.493.260 | 24.369.945 | 41,17 | 33 |
| Interior | 24 | 45.757.275 | 45.757.275 | 34.035.903 | 57,97 | 57 |
| Total da Medida | 51 | 78.932.257 | 78.932.257 | 58.917.140 | 100,00 | 44 |

Os objectivos a atingir com as candidaturas apresentadas, prendem-se essencialmente com a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e atendimento prestados aos utentes.

No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e já funcionalmente inadequadas à prestação de cuidados primários, abrangendo cerca de 47% dos utentes inscritos nos centros de saúde Centro.

As intervenções em Unidades Hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos que permitem servir as populações em melhores condições, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico.

De referir ainda a aquisição de 6 viaturas de apoio domiciliário, afectas às 6 Sub-Regiões de Saúde da ARS Centro, destinadas ao transporte de utentes idosos e portadores de deficiência.

No quadro seguinte sintetizam-se os indicadores físicos de acompanhamento. Na última alteração ao Complemento de Programação as metas foram ajustadas pelo que se prevê que as mesmas serão alcançadas.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões | n.º | 34 | 33 | 19 |
| Intervenções em equipamentos de centros de saúde e respectivas extensões | n.º | 34 | 34 | 20 |
| Intervenções em remodelação e adequação de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia | n.º | 15 | 13 | 9 |
| Intervenções em equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia | n.º | 5 | 6 | 6 |
| Unidades móveis criadas/adaptadas para utilizar em projectos comunitários | n.º | | 6 | 6 |

10. Medição III.9 – Cultura

Das 18 candidaturas com parecer favorável da Unidade de Gestão, 16 foram homologadas até final de 2006, o que representa 96,5% do custo total programado.

A partir do ano 2004, verificou-se um progresso substancial na apreciação e aprovação de candidaturas, quer externas, quer do próprio Instituto ou em parceria com outras entidades.

Referem-se como entidades beneficiárias ou parceiras do IPPAR nas candidaturas aprovadas as seguintes entidades: Câmara Municipal de Coimbra, Câmara Municipal de Penela, Câmara Municipal de Vouzela, Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Paróquia de S.Miguel – Penela, Paróquia de Vouzela, Paróquia do Lorvão, Paróquia de Castelo Rodrigo, Diocese de Coimbra, Fundação Batalha de Aljubarrota e Direcção Regional do IPPAR de Coimbra e de Castelo Branco.

Com excepção da candidatura da Câmara Municipal de Coimbra, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, da Câmara Municipal da Guarda e da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, não se verificaram candidaturas integralmente externas.

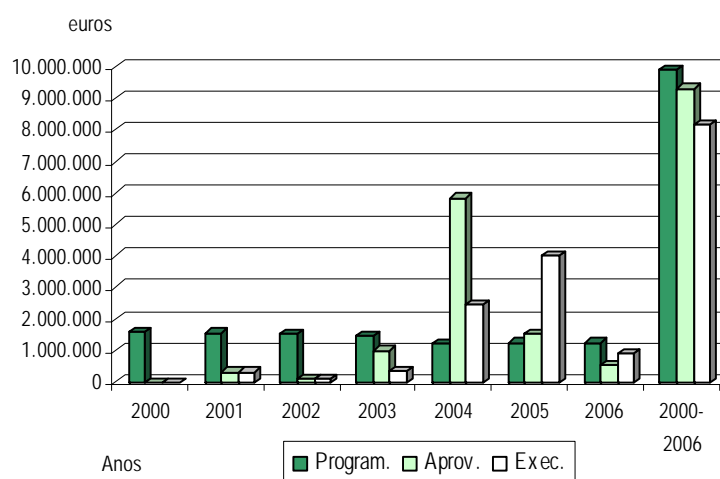
Nas restantes candidaturas, dada a especificidade e delicadeza das intervenções, o IPPAR optou por chamar a si a responsabilidade de execução e coordenação das mesmas, celebrando em alguns casos e para esse efeito, protocolos com as entidades abrangidas, por serem proprietárias, usufrutuárias ou gestoras dos monumentos a recuperar e beneficiar.

Registou-se uma elevada recuperação na taxa de execução a partir de 2004, atingindo no final do período uma taxa 83% da despesa pública programada para o período 2000-2006.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A. |
| 2000 | 1.601.221 | 1.238.467 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 1.562.192 | 1.196.888 | 327.888 | 245.916 | 327.888 | 245.916 | 21,0 | 21,0 | 100,0 |
| 2002 | 1.523.122 | 1.154.318 | 118.326 | 88.745 | 118.336 | 88.752 | 7,8 | 7,8 | |
| 2003 | 1.468.653 | 1.127.589 | 1.004.312 | 753.234 | 349.298 | 261.974 | 68,4 | 23,8 | 34,8 |
| 2004 | 1.223.138 | 874.154 | 5.833.317 | 4.143.428 | 2.455.521 | 1.841.641 | 476,9 | 200,8 | 42,1 |
| 2005 | 1.250.847 | 898.903 | 1.509.154 | 1.116.428 | 3.991.600 | 2.873.251 | 120,7 | 319,1 | 264,5 |
| 2006 | 1.252.019 | 920.873 | 517.261 | 387.946 | 910.893 | 683.170 | 41,3 | 72,8 | 176,1 |
| 2000-2006 | 9.881.192 | 7.411.192 | 9.310.259 | 6.735.697 | 8.153.537 | 5.994.703 | 94,2 | 82,5 | 87,6 |
| Total (2000-2008) | 9.881.192 | 7.411.192 | 9.536.353 | 6.905.268 | 8.153.537 | 5.994.703 | 96,5 | 82,5 | 85,5 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A distribuição territorial dos projectos aprovados indica que estes se concentram no interior da região (55% do valor total aprovado).

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|-----------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 1 | 339.482 | 339.482 | 254.612 | 3,56 | 1 |
| Baixo Mondego | 5 | 3.792.510 | 3.792.510 | 2.597.386 | 39,77 | 11 |
| Pinhal Litoral | 1 | 211.346 | 211.346 | 158.510 | 2,22 | 1 |
| Pinhal Interior Norte | 2 | 1.421.163 | 1.421.163 | 1.065.873 | 14,90 | 10 |
| Dão-Lafões | 1 | 815.777 | 815.777 | 611.833 | 8,55 | 3 |
| Beira Interior Norte | 5 | 1.521.740 | 1.521.740 | 1.141.305 | 15,96 | 13 |
| Beira Interior Sul | 1 | 1.434.334 | 1.434.334 | 1.075.751 | 15,04 | 18 |
| Litoral | 7 | 4.343.338 | 4.343.338 | 3.010.507 | 45,55 | 4 |
| Interior | 9 | 5.193.015 | 5.193.015 | 3.894.761 | 54,45 | 6 |
| Total da Medida | 16 | 9.536.353 | 9.536.353 | 6.905.268 | 100,00 | 5 |

Os projectos aprovados dizem respeito à recuperação/valorização de castelos, à recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico e a intervenções de valorização do património histórico e paisagístico.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|--------------|----------|
| | | Previsto | 31-12-2006 | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Castelos recuperados/valorizados | nº | 5 | 5 | 4 |
| Sítios arqueológicos recuperados/valorizados | nº | 3 | 1 | 1 |
| Visitantes nos castelos e sítios recuperados | nº | 10.000 | 10.000 | 8.000 |
| Postos de trabalho criados permanentes | nº | 20 | | |
| Edifícios de interesse patrimonial intervencionados | nº | 10 | 9 | 7 |
| Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico | nº | | 6 | 6 |

11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

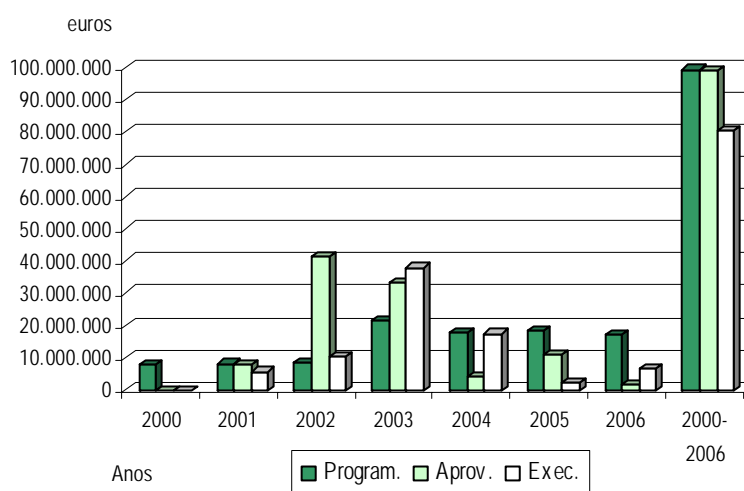
Durante o ano de 2006 foram apreciados em Unidade de Gestão e aprovados 6 projectos. No final do ano estavam aprovados 31 projectos que envolvem um total de 103.738 mil Euros de investimento elegível e 35.786 mil Euros de Fundo (104,5% da despesa pública e 100% do fundo programado). A taxa de execução é da ordem dos 81% dos valores programados para o período 2000-2006, o que indica que as metas programadas podem vir a ser atingidas. No ano de 2006, a execução só atingiu 39% do valor programado para esse ano em muito derivado ao facto de ter existido dificuldade em garantir a contrapartida nacional dos projectos apoiados.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 7.977.472 | 5.567.451 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 8.218.472 | 5.324.412 | 7.733.075 | 4.608.229 | 5.668.624 | 3.517.053 | 94,1 | 69,0 | 73,3 |
| 2002 | 8.313.718 | 5.124.053 | 41.451.970 | 11.181.401 | 10.484.305 | 4.651.371 | 498,6 | 126,1 | 25,3 |
| 2003 | 21.461.210 | 5.564.140 | 33.242.672 | 8.050.318 | 37.892.695 | 9.691.042 | 154,9 | 176,6 | 114,0 |
| 2004 | 17.828.470 | 4.480.587 | 3.944.251 | 2.199.207 | 17.456.805 | 4.090.127 | 22,1 | 97,9 | 442,6 |
| 2005 | 18.314.372 | 4.675.685 | 11.040.304 | 6.366.239 | 2.194.881 | 1.172.024 | 60,3 | 12,0 | 19,9 |
| 2006 | 17.191.835 | 5.013.670 | 1.450.182 | 796.260 | 6.757.170 | 3.929.547 | 8,4 | 39,3 | 466,0 |
| 2000-2006 | 99.305.549 | 35.749.998 | 98.862.454 | 33.201.655 | 80.454.481 | 27.051.165 | 99,6 | 81,0 | 81,4 |
| Total (2000-2008) | 99.305.549 | 35.749.998 | 103.738.361 | 35.785.890 | 80.454.481 | 27.051.165 | 104,5 | 81,0 | 77,6 |

A discrepância entre as taxas de aprovação e de execução, relativas a despesa pública e Fundo estrutural, devem-se ao facto da taxa efectiva de co-financiamento ser inferior ao previsto para a Medida.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



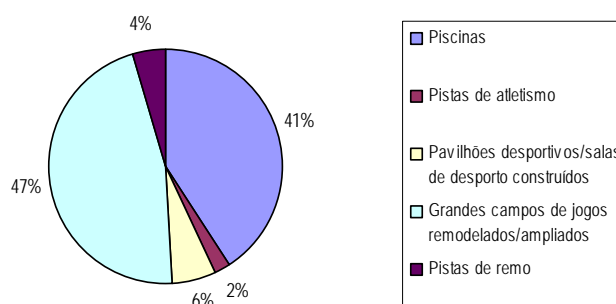
As intervenções em piscinas e em grandes campos de jogos concentram 87% do valor FEDER aprovado. De realçar as piscinas, com 41% daquele indicador, dado tratar-se de um equipamento com utilizadores de vários grupos etários e que permitem uma ocupação ao longo de todo ano

para a prática desportiva. Outros equipamentos a destacar são os da pista de remo de Montemor, pista de atletismo da Covilhã, o estádio de Coimbra, Aveiro e de Leiria e o campo de futebol de Castelo Branco, equipamentos que valorizam a Região Centro e as áreas onde se localizam.

Unidade: Euros

| Tipologia | Nº Proj. | Aprovações | | | Execução (2000-2006) | |
|---|-----------|--------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | | D. Pública | Fundo | % (Fundo) | D. Pública | Fundo |
| Piscinas | 14 | 25.257.527 | 14.641.471 | 40,9 | 17.937.058 | 10.609.291 |
| Pistas de atletismo | 1 | 1.496.394 | 748.197 | 2,1 | 1.496.394 | 748.197 |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos | 4 | 3.784.889 | 2.249.031 | 6,3 | 3.048.626 | 1.790.385 |
| Grandes campos de jogos remodelados/ampliados | 11 | 70.019.030 | 16.556.931 | 46,3 | 54.791.883 | 12.313.032 |
| Pistas de remo | 1 | 3.180.521 | 1.590.260 | 4,4 | 3.180.521 | 1.590.260 |
| Total | 31 | 103.738.361 | 35.785.890 | 100,0 | 80.454.481 | 27.051.165 |

Valor aprovado (FEDER) segundo tipologia de equipamento desportivo



A maioria do investimento concentra-se no litoral da região, contribuindo para tal facto os projectos do Estádio de Aveiro, de Leiria e de Coimbra e a pista de remo de Montemor-o-Velho.

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|-----------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 4 | 35.073.467 | 35.073.467 | 9.214.755 | 33,81 | 91 |
| Baixo Mondego | 7 | 27.465.839 | 27.465.839 | 10.182.802 | 26,48 | 81 |
| Pinhal Litoral | 2 | 19.909.616 | 19.909.616 | 4.337.396 | 19,19 | 80 |
| Pinhal Interior Norte | 4 | 3.941.668 | 3.941.668 | 2.233.948 | 3,80 | 28 |
| Dão-Lafões | 7 | 8.551.519 | 8.551.519 | 4.868.615 | 8,24 | 30 |
| Pinhal Interior Sul | 2 | 3.391.390 | 3.391.390 | 1.934.496 | 3,27 | 76 |
| Serra da Estrela | 2 | 1.988.401 | 1.988.401 | 1.065.638 | 1,92 | 40 |
| Beira Interior Norte | 1 | 1.149.578 | 1.149.578 | 718.487 | 1,11 | 10 |
| Beira Interior Sul | 1 | 770.489 | 770.489 | 481.556 | 0,74 | 10 |
| Cova da Beira | 1 | 1.496.394 | 1.496.394 | 748.197 | 1,44 | 16 |
| Litoral | 13 | 82.448.922 | 82.448.922 | 23.734.953 | 79,48 | 85 |
| Interior | 18 | 21.289.439 | 21.289.439 | 12.050.937 | 20,52 | 26 |
| Total da Medida | 31 | 103.738.361 | 103.738.361 | 35.785.890 | 100,00 | 58 |

As intervenções apoiadas estão de acordo com as metas previstas, conforme quadro seguinte. Com a área útil de equipamento desportivo prevista nos projectos aprovados (cerca de 339.271 m²) este indicador, na região, eleva-se para 3.45 m² por habitante. Excluindo a área útil da pista de remo de Montemor-o-Velho, aquele indicador eleva-se a 3.32, valor que ultrapassa o previsto a atingir até final de 2006.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|---|----------------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Intervenções em equipamentos desportivos | nº | 28 | 31 | 26 |
| Piscinas construída | nº | | 11 | 9 |
| Piscinas remodeladas/ampliadas | nº | | 3 | 2 |
| Pistas de atletismo construídas | nº | | 1 | 1 |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos | nº | | 4 | 4 |
| Grandes campos de jogos construídos | nº | | 2 | 2 |
| Grandes campos de jogos remodelados/ampliados | | | | 9 |
| Pistas de remo | nº | | 1 | 1 |
| Área útil desportiva | m ² | 50.000 | 357.160 | 340757 |

12. Medida III.11 – Economia

No decurso do ano de 2006 foram publicados alguns diplomas legais que, de alguma forma, fazem referência e vão ao encontro de iniciativas previstas na Medida Economia e que, de algum modo, vêm reforçar o apoio a um conjunto de projectos que têm sido aprovados.

A este respeito é de referir o Decreto-lei nº 30/2006, de 15 de Fevereiro, e o Decreto-Lei nº 140/2006, de 26 de Junho, que estabelecem os princípios relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como ao exercício das actividades de recepção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2003/55/CE, de 26 de Junho.

Tendo presente a aproximação do QCA III foram publicados, em Diário da República (DR), alterações aos regulamentos de linhas de acção incluídas na Intervenção da Economia Regionalmente Desconcentrada, nomeadamente:

- a Portaria n.º 478/2006, de 26 de Maio, que estabeleceu o prazo de pré-candidaturas PITER, bem como de candidaturas apresentadas no âmbito do Sistema de Incentivos associado ao PITER (SIPITER);
- a Portaria n.º 1358/2006, de 04 de Dezembro, que alterou o Regulamento da linha de acção “Apoio à criação de novas infra-estruturas tecnológicas e às actuais infra-estruturas tecnológicas, da formação e da qualidade”, aprovado pela Portaria nº 919/2003;
- Despacho nº 9680/2006, de 3 de Maio, que suspendeu a apresentação de novas propostas de ideia no âmbito da linha de acção “Apoio à criação de novas infra-

estruturas tecnológicas e às actuais infra-estruturas tecnológicas, da formação e da qualidade”.

No decurso de 2006 é, ainda, de referir, no âmbito da reprogramação do Programa, o reforço financeiro de 1,5 milhões de euros de Fundo, proveniente do Programa Nacional da Economia (PRIME), orientado, predominantemente, para as infra-estruturas de apoio à actividade empresarial, criação e requalificação de parques empresariais, criação de centros de negócios e criação de plataformas logísticas.

Até final de 2006, foram apreciadas em Unidade de Gestão e aprovadas 76 candidaturas. As candidaturas indeferidas, uma de conversão de consumo de energia para gás natural e outra de um mercado abastecedor, não cumpriam as condições de acesso estabelecidas nas portarias que regulamentam essas acções.

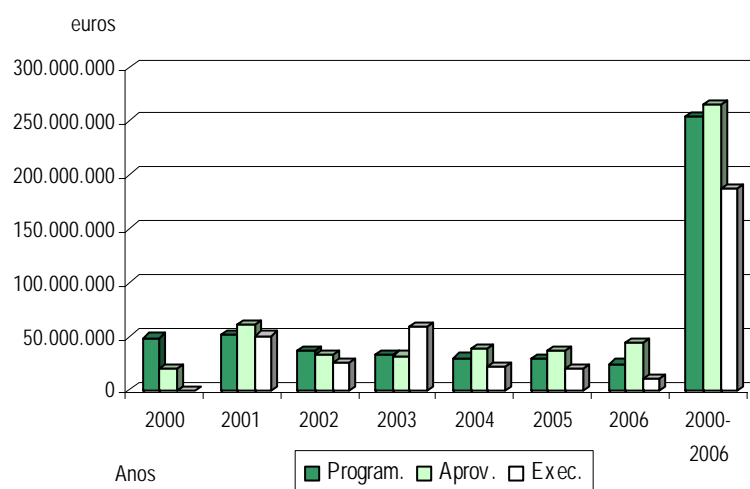
A taxa de aprovação é da ordem dos 115% da despesa pública programada. No total aprovado estão incluídos projectos com aprovação condicionada à existência de disponibilidade orçamental. Esses projectos correspondem a um total de 38.1 milhões de euros de despesa pública e e 21,1 milhões de euros de fundo.

O nível de execução atingiu 74% da despesa pública programada até ao final deste ano (2006).

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 48.670.779 | 19.669.413 | 20.190.132 | 8.076.053 | 0 | 0 | 41,5 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 51.518.585 | 20.800.851 | 61.321.862 | 24.349.772 | 50.447.602 | 20.179.041 | 119,0 | 97,9 | 82,3 |
| 2002 | 36.932.176 | 16.801.878 | 32.544.439 | 13.086.975 | 25.503.090 | 10.151.026 | 88,1 | 69,1 | 78,4 |
| 2003 | 32.662.257 | 15.644.959 | 32.061.850 | 13.242.468 | 58.274.115 | 22.979.486 | 98,2 | 178,4 | 181,8 |
| 2004 | 30.162.129 | 14.369.591 | 38.772.723 | 17.045.043 | 22.110.479 | 8.957.778 | 128,5 | 73,3 | 57,0 |
| 2005 | 29.375.613 | 14.977.676 | 36.319.519 | 16.864.024 | 19.855.809 | 8.338.851 | 123,6 | 67,6 | 54,7 |
| 2006 | 24.556.561 | 15.021.969 | 44.615.697 | 22.270.235 | 10.364.621 | 5.165.100 | 181,7 | 42,2 | 23,2 |
| 2000-2006 | 253.878.100 | 117.286.337 | 265.826.222 | 114.934.570 | 186.555.716 | 75.771.282 | 104,7 | 73,5 | 70,2 |
| Total (2000-2008) | 253.878.100 | 117.286.337 | 294.058.083 | 134.609.604 | 186.555.716 | 75.771.282 | 115,8 | 73,5 | 63,4 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

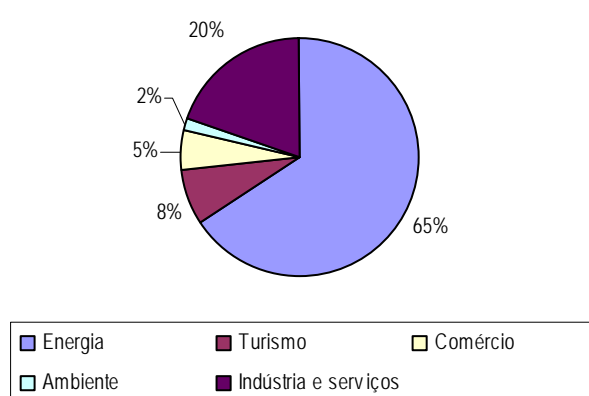


Os projectos da linha de acção B dizem respeito à construção da armazenagem subterrânea de gás natural, rede de distribuição de gás natural e às infra-estruturas tecnológicas e de formação, concentrando 68% da despesa pública aprovada. Se aos projectos da armazenagem e rede de gás natural adicionarmos os da conversão de consumos para o gás natural da Linha de Acção A verificamos que o sector da energia absorve 65,4% do total aprovado.

Unidade: Euros

| Linha de acção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|--|------------|--------------------|--------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. P.) | D. Pública | Fundo |
| A- Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento | 58 | 94.673.494 | 49.243.400 | 32,2 | 37.910.636 | 14.909.243 |
| Mercados | 3 | 16.131.481 | 6.140.878 | 5,5 | 8.968.121 | 3.373.990 |
| Zonas empresariais | 5 | 16.998.820 | 9.914.821 | 5,8 | 0 | 0 |
| Pousadas | 11 | 6.264.872 | 4.698.654 | 2,1 | 1.621.223 | 1.215.918 |
| PITER (Turismo) | 18 | 16.111.922 | 12.042.384 | 5,5 | 196.938 | 147.703 |
| Conversão de cons. energético | 17 | 34.475.032 | 12.928.137 | 11,7 | 27.124.354 | 10.171.633 |
| Áreas Mineiras | 4 | 4.691.368 | 3.518.526 | 1,6 | 0 | 0 |
| B- Melhoria da envolvente empresarial | 18 | 199.384.589 | 85.366.205 | 67,8 | 148.645.081 | 60.862.039 |
| Energia (inf.gás natural) | 6 | 158.040.396 | 63.216.159 | 53,7 | 138.014.886 | 55.205.955 |
| Inf. tecnológicas e de formação | 12 | 41.344.192 | 22.150.046 | 14,1 | 10.630.195 | 5.656.085 |
| Total | 76 | 294.058.083 | 134.609.604 | 100,0 | 186.555.716 | 75.771.282 |

Despesa pública aprovada por sector



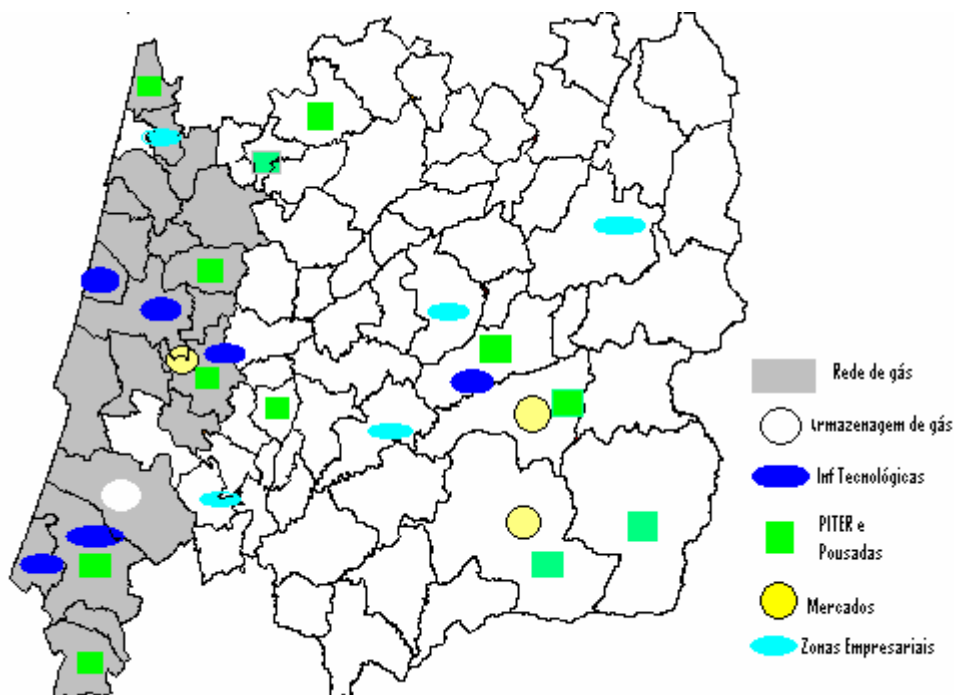
A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade” (linha de Acção B) e a das “Zonas Empresariais” (linha de acção A) envolvem, também, um investimento significativo, 19,9% do total aprovado.

Os projectos do PITER dizem respeito aos Programas "Turismo Termal e de Negócios da Beira Interior", "Leiria - Fátima", "Curia", "Terras do Vouga e do Caramulo", "Fundão - Terras de Mistério" e "Serra da Estrela dinâmica".

Dado o peso dos projectos de gás natural, o investimento aprovado concentra-se no litoral da região.

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|-----------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|------------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 6 | 7.947.639 | 7.911.770 | 4.025.963 | 2,50 | 21 |
| Baixo Mondego | 12 | 38.887.872 | 38.887.872 | 19.984.002 | 12,25 | 114 |
| Pinhal Litoral | 9 | 92.065.291 | 92.054.878 | 38.155.717 | 29,00 | 370 |
| Pinhal Interior Norte | 4 | 4.888.119 | 4.888.119 | 3.010.552 | 1,54 | 35 |
| Dão-Lafões | 4 | 3.793.853 | 3.793.853 | 2.831.687 | 1,20 | 13 |
| Pinhal Interior Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 |
| Serra da Estrela | 3 | 6.639.616 | 4.532.579 | 3.041.122 | 2,09 | 133 |
| Beira Interior Norte | 1 | 5.661.645 | 5.661.645 | 4.246.234 | 1,78 | 49 |
| Beira Interior Sul | 5 | 8.651.139 | 6.458.683 | 3.370.042 | 2,73 | 111 |
| Cova da Beira | 16 | 41.404.652 | 22.339.833 | 13.089.918 | 13,04 | 443 |
| Não Reg.l | 16 | 107.528.850 | 107.528.850 | 42.854.367 | 33,87 | |
| Litoral | 27 | 138.900.802 | 138.854.520 | 62.165.683 | 43,75 | 143 |
| Interior | 33 | 71.039.023 | 47.674.713 | 29.589.554 | 22,38 | 88 |
| Total da Medida | 76 | 317.468.676 | 294.058.083 | 134.609.604 | 100,00 | 178 |



O ritmo de execução actual indica que as metas previstas, quer em termos físicos quer em termos de resultados, no geral, deverão ser alcançados.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Alargamento da rede mercados locais - mercados a restaurar. | nº | 2 | 2 | 1 |
| Alargamento da rede de mercados abastecedores regionais - a criar. | nº | 1 | 1 | 0 |
| Pousadas da juventude - a remodelar. | nº | 3 | 4 | 3 |
| Pousadas da juventude - a criar | nº | 2 | 3 | 0 |
| Acréscimo da extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária). | km | 750 | 678 | 745 |
| Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária). | km | 1946 | 1874 | 1941 |
| criação de Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial | nº | 4 | 5 | 0 |
| Infraestruturas Tecnológicas (Lotes) | nº | | 25 | 0 |
| Infraestruturas Tecnológicas (Módulos de incubação) | nº | | 104 | 0 |
| Infraestruturas de Formação (Salas de form.) | nº | | 22 | 0 |

| Indicador de Resultado | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|-------------------------|-------------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Alargamento da rede mercados locais -operadores previstos. | nº | 370 | 370 | 199 |
| Alargamento da rede mercados abastecedores regionais - operadores previstos. | nº | 30 | 30 | 0 |
| Acréscimo de clientes da rede de gás natural | nº | 40400 | 53517 | 43571 |
| Clientes totais da rede de gás natural | nº | 77700 | 90817 | 80871 |
| reconv para consumo de gás - Clientes domésticos | nº | | 37617 | 40160 |
| reconv para consumo de gás - Clientes de serviços | nº | | 1328 | 1209 |
| reconv para consumo de gás - Clientes de industriais | nº | | 10 | 10 |
| Capacidade de armazenagem de gás natural | m3 | 140.000.000 | 140.000.000 | 140.000.000 |

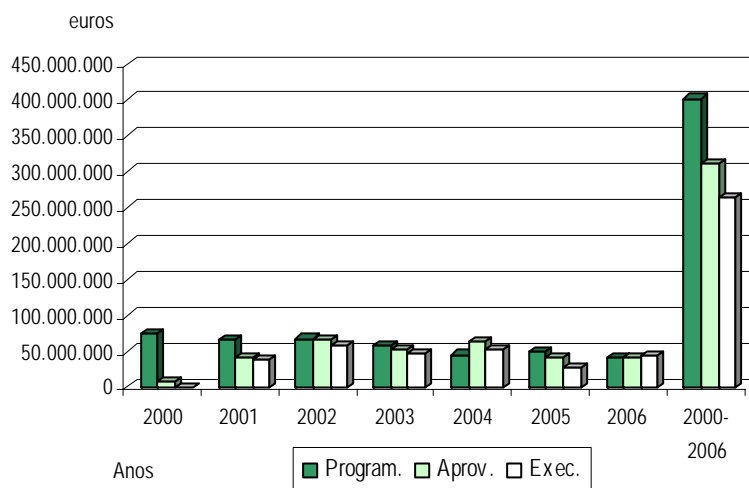
13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes

Das 176 candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão, até final do ano, foram aprovadas 151, as quais representam 81% do total da despesa pública programada para a medida. A execução no ano de 2006 foi significativamente superior à do ano anterior 108% da despesa programada para o ano, ficando a execução global nos 65,8% do período 2000-2006. Será, no entanto, necessário um crescimento significativo nos anos seguintes de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 74.818.978 | 36.368.789 | 7.047.575 | 3.601.828 | 0 | 0 | 9,4 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 65.669.389 | 31.920.217 | 40.024.104 | 21.894.413 | 37.888.715 | 20.540.200 | 60,9 | 57,7 | 94,7 |
| 2002 | 67.277.012 | 32.500.128 | 65.241.339 | 35.654.313 | 58.074.832 | 31.662.683 | 97,0 | 86,3 | 89,0 |
| 2003 | 58.632.267 | 33.385.159 | 52.139.324 | 28.376.940 | 46.769.128 | 25.689.994 | 88,9 | 79,8 | 89,7 |
| 2004 | 45.316.153 | 27.210.487 | 64.148.459 | 33.187.062 | 51.736.328 | 27.259.995 | 141,6 | 114,2 | 80,7 |
| 2005 | 50.180.625 | 29.270.649 | 41.184.038 | 20.829.057 | 26.453.696 | 13.501.468 | 82,1 | 52,7 | 64,2 |
| 2006 | 40.253.886 | 26.289.561 | 41.546.021 | 20.830.495 | 43.553.025 | 22.107.534 | 103,2 | 108,2 | 104,8 |
| 2000-2006 | 402.148.310 | 216.944.990 | 311.330.862 | 164.374.108 | 264.475.723 | 140.761.874 | 77,4 | 65,8 | 85,0 |
| Total (2000-2008) | 402.148.310 | 216.944.990 | 325.897.332 | 171.657.343 | 264.475.723 | 140.761.874 | 81,0 | 65,8 | 81,2 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções apoiadas dizem respeito, na sua maioria a beneficiação e requalificação da rede de estradas nacionais. Para além destas foram apoiadas intervenções na melhoria da acessibilidade ferroviária e marítima ao Porto da Figueira da Foz e estudos de base para o Metro Mondego.

| Sector | Unidade: Euros | | | | | |
|--------------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------------|--------------------|
| | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. Pública) | D. Pública | Fundo |
| Transportes rodoviários | 148 | 314.528.264 | 166.135.570 | 96,5 | 253.148.766 | 135.261.157 |
| Transportes marítimos | 2 | 9.334.547 | 4.667.273 | 2,9 | 9.292.436 | 4.646.218 |
| Transportes ferroviários | 1 | 2.034.522 | 854.499 | 0,6 | 2.034.522 | 854.499 |
| Total | 151 | 325.897.332 | 171.657.343 | 100,0 | 264.475.723 | 140.761.874 |

De destacar o elevado esforço em intervenções na rede de estradas do interior da Região, com 56% do total, com particular incidência nas sub-regiões da Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela.

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Unidade: Euros | |
|------------------------|------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------|------------|
| | | | | | Incidência | |
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 14 | 36.188.459 | 36.188.459 | 18.764.915 | 11,10 | 94 |
| Baixo Mondego | 25 | 54.170.457 | 54.170.457 | 28.386.354 | 16,62 | 159 |
| Pinhal Litoral | 7 | 17.182.828 | 17.182.828 | 8.927.927 | 5,27 | 69 |
| Pinhal Interior Norte | 13 | 33.666.323 | 33.666.323 | 18.337.663 | 10,33 | 243 |
| Dão-Lafões | 23 | 53.312.982 | 53.312.982 | 28.032.496 | 16,36 | 187 |
| Pinhal Interior Sul | 7 | 9.500.907 | 9.500.907 | 4.969.135 | 2,92 | 212 |
| Serra da Estrela | 9 | 10.900.099 | 10.900.099 | 5.937.758 | 3,34 | 218 |
| Beira Interior Norte | 15 | 28.884.337 | 28.884.337 | 15.148.376 | 8,86 | 251 |
| Beira Interior Sul | 18 | 31.589.098 | 31.589.098 | 16.749.355 | 9,69 | 404 |
| Cova da Beira | 10 | 16.697.244 | 16.697.244 | 8.768.141 | 5,12 | 179 |
| Não Reg. | 10 | 33.804.597 | 33.804.597 | 17.635.224 | 10,37 | |
| Litoral | 46 | 107.541.744 | 107.541.744 | 56.079.196 | 33,00 | 110 |
| Interior | 95 | 184.550.992 | 184.550.992 | 97.942.923 | 56,63 | 229 |
| Total da Medida | 151 | 325.897.332 | 325.897.332 | 171.657.343 | 100,00 | 183 |

Os indicadores físicos reflectem o desempenho da Medida: concentração na beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. Estima-se que as metas previstas no final de 2006, metas revistas na alteração ao Complemento de Programação ocorrida em 2006, sejam atingidas.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Rede de estradas construídas ou requalificadas | km | 220 | 200,4 | 139,7 |
| Extensão de linha férrea construída ou requalificada | km | 2 | | |
| Estações construídas ou remodeladas | nº | 3 | | |
| Acessos rodoviários aos portos | km | 1 | | |
| Acessos ferroviários aos portos | km | 1,2 | 3,2 | 3,2 |
| Rede de estradas beneficiada | km | | 1.303,0 | 888,0 |

Os indicadores de resultado reflectem as intervenções do Programa Nacional de Acessibilidades e Transportes, mais do que as do Programa Regional.

| Indicadores de Resultado | Unidade | Quantificação | |
|---------------------------------|---------|------------------|-------------------------|
| | | Previsto 2006 | Resultados (31-12-2006) |
| | | | Execução |
| Tempo médio de percurso rodovia | minutos | | |
| Guarda-C. Branco | | 52 | 55 |
| Viseu Lisboa | | 208 | 157 |
| Viseu-Porto | | 90 | 72 |
| Guarda-Lisboa | | 208 | 165 |
| Guarda-Porto | | 124 | 117 |
| C. Branco-Lisboa | | 135 | 110 |
| C. Branco-Porto | | 174 | 146 |

14. Medida III.13 - Ambiente

A Medida enquadra múltiplas tipologias de projectos, designadamente:

- investimentos da requalificação do litoral, da rede hidrográfica e nos Sítios da Rede Natura 2000;
- investimentos de informação ambiental urbana;
- acções no domínio ambiental que vão para além das infra-estruturas e que centram as suas preocupações em domínios da qualidade, do acompanhamento e análise.

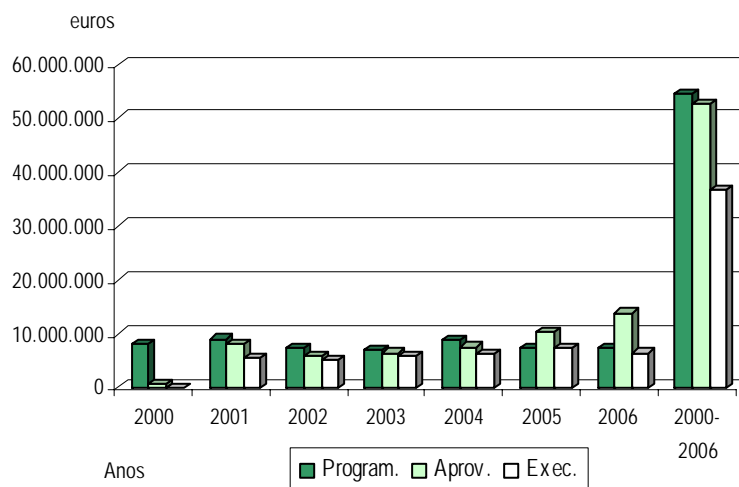
Durante o ano de 2006 reforçou-se a Medida no valor de 0,831 milhões de euros FEDER, no sentido de apoiar projectos que no âmbito da política do ordenamento do território e do ambiente, sejam consideradas “chave” num contexto de desenvolvimento sustentável, criem mais-valias ambientais às economias locais, recuperando-as e/ou protegendo-as de catástrofes provocadas por fenómenos naturais (ex: cheias, incêndios e secas), contribuam para minimizar os riscos provocados por galgamentos marinhos e derrocadas de arribas e falésias originadas por temporais e marés vivas, ou ainda que promovam a recuperação de passivos ambientais que tenham originado a contaminação de solos, dos recursos hídricos ou a poluição atmosférica.

Das 193 candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão, estavam aprovadas, no final do ano 2006, 192 projectos, representando 104% do total da despesa pública prevista para a medida e 100,6% do fundo programado.

A execução foi de 89,4% da despesa programada para 2006 e de 67% do total do período 2000-2006.

| Unidade: Euros | | | | | | | | | |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 8.090.478 | 6.067.857 | 675.954 | 506.965 | 0 | 0 | 8,4 | 0,0 | 0,0 |
| 2001 | 8.988.600 | 6.741.387 | 8.067.378 | 6.027.762 | 5.555.507 | 4.161.110 | 89,8 | 61,8 | 68,9 |
| 2002 | 7.247.337 | 5.435.436 | 5.877.289 | 4.407.967 | 5.011.792 | 3.751.655 | 81,1 | 69,2 | 85,3 |
| 2003 | 7.002.578 | 5.251.866 | 6.398.539 | 4.798.905 | 5.785.999 | 4.333.582 | 91,4 | 82,6 | 90,4 |
| 2004 | 8.792.222 | 6.594.213 | 7.520.339 | 5.640.254 | 6.344.472 | 4.754.209 | 85,5 | 72,2 | 84,4 |
| 2005 | 7.219.648 | 5.414.888 | 10.383.831 | 7.787.873 | 7.451.881 | 5.588.911 | 143,8 | 103,2 | 71,8 |
| 2006 | 7.204.938 | 5.403.704 | 13.833.591 | 9.226.978 | 6.440.693 | 4.626.226 | 192,0 | 89,4 | 46,6 |
| 2000-2006 | 54.545.801 | 40.909.351 | 52.756.921 | 38.396.704 | 36.590.345 | 27.215.694 | 96,7 | 67,1 | 69,4 |
| Total (2000-2008) | 54.545.801 | 40.909.351 | 56.777.939 | 41.149.228 | 36.590.345 | 27.215.694 | 104,1 | 67,1 | 64,4 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



No desempenho da medida, em 2006, serão e realçar os seguintes aspectos:

- O nível de aprovações ultrapassou o valor programado para o ano;
- Elevado número de candidaturas externas à CCDRC, apresentadas por Autarquias e Associações de Municípios, aprovadas neste período e que irão permitir um acréscimo de execução no próximo ano.

As linhas de acção com maior peso dizem respeito à Melhoria do Ambiente Urbano (intervenção de reaqualificação urbana e de valorização ambiental nas cidades de Coimbra, Leiria, Covilhã, Viseu, Guarda, Aveiro e Castelo Branco) e da Valorização e Protecção dos Recursos Naturais (intervenção de reabilitação da rede hidrográfica, zonas lagunares e zona costeira).

Unidade: Euros

| Linha de acção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | |
|---|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. P.) | D. Pública | Fundo |
| A - Conserv. e Valor. Patr. Natural | 24 | 6.370.226 | 4.382.461 | 11,2 | 3.960.523 | 2.871.027 |
| B - Valor. e Prot. R. Naturais | 105 | 22.206.332 | 15.615.731 | 39,1 | 14.238.153 | 10.550.916 |
| C- Inf. e Gestão Ambientais | 37 | 5.924.863 | 4.443.648 | 10,4 | 4.662.961 | 3.497.221 |
| D- Melhoria do Ambiente Urbano | 19 | 21.240.987 | 15.930.741 | 37,4 | 12.711.556 | 9.533.667 |
| E- Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental | 7 | 1.035.530 | 776.648 | 1,8 | 1.017.152 | 762.864 |
| Total | 192 | 56.777.939 | 41.149.228 | 100,0 | 36.590.345 | 27.215.694 |

A maioria dos projectos localizam-se no litoral da região (50%).

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 38 | 9.494.559 | 9.494.559 | 7.021.219 | 16,72 | 25 |
| Baixo Mondego | 38 | 9.373.951 | 9.373.951 | 6.950.535 | 16,51 | 28 |
| Pinhal Litoral | 20 | 6.891.258 | 6.891.258 | 4.874.674 | 12,14 | 28 |
| Pinhal Interior Norte | 11 | 5.865.140 | 5.865.140 | 3.674.850 | 10,33 | 42 |
| Dão-Lafões | 10 | 6.587.071 | 6.587.071 | 4.844.765 | 11,60 | 23 |
| Pinhal Interior Sul | 3 | 335.456 | 335.456 | 226.366 | 0,59 | 7 |
| Serra da Estrela | 3 | 672.061 | 672.061 | 453.504 | 1,18 | 13 |
| Beira Interior Norte | 7 | 3.222.345 | 3.222.345 | 2.416.759 | 5,68 | 28 |
| Beira Interior Sul | 4 | 4.552.414 | 4.552.414 | 3.348.792 | 8,02 | 58 |
| Cova da Beira | 3 | 831.765 | 831.765 | 623.824 | 1,46 | 9 |
| Não Reginalizável | 55 | 8.951.920 | 8.951.920 | 6.713.940 | 15,77 | |
| Litoral | 96 | 25.759.768 | 25.759.768 | 18.846.428 | 45,37 | 26 |
| Interior | 41 | 22.066.251 | 22.066.251 | 15.588.859 | 38,86 | 27 |
| Total da Medida | 192 | 56.777.939 | 56.777.939 | 41.149.228 | 100,00 | 32 |

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas na zona costeira, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental. Será ainda de realçar as intervenções na rede hidrográfica (82 Km de rede) como as que maior expressão têm nos projectos apoiados.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|----------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Extensão de costa intervencionada | km | 12 | 12,89 | 12,29 |
| Estações fixas instaladas para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído) | nº | 12 | 14 | 12 |
| Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano (*) | nº | 4 | 7 | 6 |
| Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental | nº | 1 | 0 | 0 |
| Linhas de água intervencionadas | Km | | 82,0 | 74,0 |

(**) - Referente aos Polis das cidades de Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu e Castelo Branco

Com as intervenções de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades serão beneficiadas cerca de 552 929 pessoas residentes nas mesmas.

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a promoção do turismo da natureza, com as quais se estima que se venham a abranger 24.800 pessoas.

| Indicador de Resultado | Unidade | Quantificação | | |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza | nº | 24000 | 24800 | 14700 |
| % de território abrangido por estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, sítio de rede Natura e ZPEs) | % | 10 | | 17,8 |
| População a abranger por intervenções de requalificação urbana (*) | hab. | 550.000 | 552.929 | |

(*) - Referente aos Polis das cidades de Coimbra, Coviilhã, Leiria, Viseu, Aveiro, Guarda e Castelo Branco

15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural

Até final de 2006 foram apreciadas 13.188 candidaturas em Unidade de Gestão. Destas 10.201 tiveram parecer favorável da Unidade de Gestão (77%). Foram, ainda, apreciadas 775 candidaturas, que no final do ano se encontravam em fase de audiência prévia aos promotores. Os motivos de indeferimento dos projectos com decisão já homologada em finais do ano (2.987 projectos), decorrem do não cumprimento de condições de acesso ou de selecção previstas no Complemento de Programação e Portarias regulamentadoras.

O número de projectos presentes em cada Unidade de Gestão é extremamente elevado, devido sobretudo a dois factores: a “dimensão” da Acção 1 em número de projectos e o processo inerente às audiências prévias dos projectos com parecer desfavorável, que na prática obrigam a uma dupla apreciação em Unidade de Gestão.

Das candidaturas aprovadas e homologadas 380 foram anuladas por desistência, não assinatura de contrato ou não execução no período previsto no contrato, pelo que no final do ano se encontravam aprovados 9.807 projectos que representam 96% do total da Medida.

O quadro seguinte sintetiza as aprovações ocorridas no ano e explicita as causas das diferenças do valor aprovado no final de 2006 e 2005.

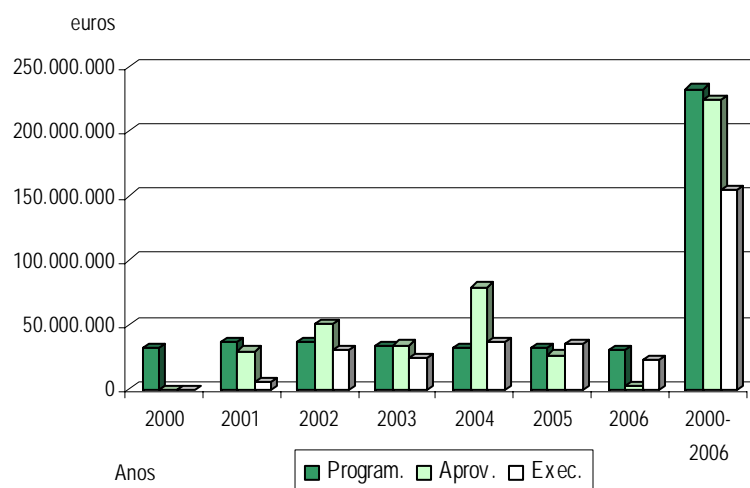
| Acções / Subacções | Aprovações a 31-12-2006 | | Aprovações a 31-12-2005 | | Projectos Aprovados em 2006 | | Reprog. e reduções por conclusão abaixo do aprovado |
|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|---|
| | Projectos (nº) | FEOGA | Projectos (nº) | FEOGA | Projectos (nº) | FEOGA | FEOGA |
| TOTAL | 9.807 | 157.517.623 | 9.151 | 154.241.252 | 656 | 8.486.324 | -5.209.953 |
| Acção 1 | 7.776 | 32.990.564 | 7.273 | 32.075.261 | 503 | 1.357.140 | -441.837 |
| 1.1 | 7.776 | 32.990.563,74 | 7.273 | 32.075.261 | 503 | 1.357.140 | -143.746 |
| Acção 2 | 90 | 4.746.777 | 88 | 4.842.765 | 2 | 58.370 | -154.358 |
| 2.1 | 81 | 4.560.470,48 | 80 | 4.654.284 | 1 | 49.933 | -143.746 |
| 2.2 | 9 | 186.306,14 | 8 | 188.481 | 1 | 8.438 | -10.612 |
| Acção 3 | 146 | 29.209.919 | 133 | 27.515.033 | 13 | 2.672.810 | -977.924 |
| 3.1 | 38 | 5.842.159 | 38 | 5.850.079 | | | -7.921 |
| 3.2 | 4 | 36.594 | 4 | 38.085 | | | -1.490 |
| 3.3 | 2 | 42.415 | 2 | 42.415 | | | |
| 3.4 | 102 | 23.288.752 | 89 | 21.584.454 | 13 | 2.672.810 | -968.513 |
| Acção 4 | 61 | 6.720.580 | 53 | 6.183.385 | 8 | 1.083.449 | -546.254 |
| 4.1 | 4 | 197.550 | 4 | 200.005 | | | -2.455 |
| 4.2 | 57 | 6.523.029 | 49 | 5.983.380 | 8 | 1.083.449 | -543.799 |
| Acção 5 | 156 | 43.742.376 | 146 | 43.829.692 | 10 | 961.991 | -1.049.307 |
| 5.1 | 139 | 34.559.402 | 129 | 34.155.701 | 10 | 961.991 | -558.290 |
| 5.2 | 14 | 8.871.905 | 14 | 9.362.921 | | | -491.016 |
| 5.3 | 3 | 311.070 | 3 | 311.070 | | | 0 |
| Acção 6 | 869 | 23.545.891 | 835 | 25.067.380 | 34 | 311.232 | -1.832.722 |
| 6.1 | 246 | 17.512.310 | 246 | 18.270.368 | | | -758.058 |
| 6.2 | 623 | 6.033.581 | 589 | 6.797.012 | 34 | 311.232 | -1.074.664 |
| Acção 7 | 665 | 13.668.056 | 579 | 11.839.441 | 86 | 2.041.332 | -212.717 |
| 7.1 | 465 | 10.404.988 | 379 | 8.472.315 | 86 | 2.041.332 | -108.659 |
| 7.2 | 200 | 3.263.068 | 200 | 3.367.126 | | | -104.058 |
| Acção 8 | 44 | 2.893.459 | 44 | 2.888.295 | | | 5.165 |

A execução de 2006 foi baixa (76% do programado para o ano) o que, aliado ao deficit de execução dos primeiros anos, levou ao não cumprimento dos objectivos mínimos para o cumprimento da regra n+2 do PO neste Fundo.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/Prog | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 32.413.558 | 23.821.997 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 36.213.551 | 26.622.918 | 29.832.026 | 21.153.923 | 5.950.348 | 4.267.885 | 82,4 | 16,4 | 19,9 |
| 2002 | 36.692.246 | 26.978.684 | 50.960.759 | 37.182.355 | 30.837.481 | 22.412.633 | 138,9 | 84,0 | 60,5 |
| 2003 | 33.457.410 | 24.599.169 | 34.375.142 | 24.434.786 | 23.771.744 | 16.842.795 | 102,7 | 71,1 | 69,2 |
| 2004 | 31.917.375 | 23.487.946 | 79.422.666 | 54.244.613 | 36.657.840 | 25.616.338 | 248,8 | 114,9 | 46,2 |
| 2005 | 31.822.632 | 23.417.341 | 26.681.935 | 18.657.984 | 34.932.371 | 24.473.756 | 83,8 | 109,8 | 130,9 |
| 2006 | 30.133.321 | 22.188.008 | 2.538.018 | 1.843.962 | 22.851.233 | 15.879.955 | 8,4 | 75,8 | 900,4 |
| 2000-2006 | 232.650.093 | 171.116.063 | 223.810.545 | 157.517.623 | 155.001.016 | 109.493.362 | 96,2 | 66,6 | 69,3 |
| Total (2000-2008) | 232.650.093 | 171.116.063 | 223.810.545 | 157.517.623 | 155.001.016 | 109.493.362 | 96,2 | 66,6 | 69,3 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

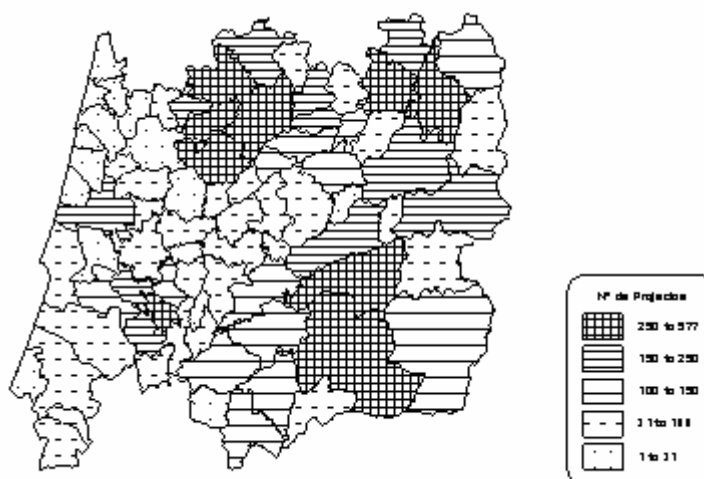


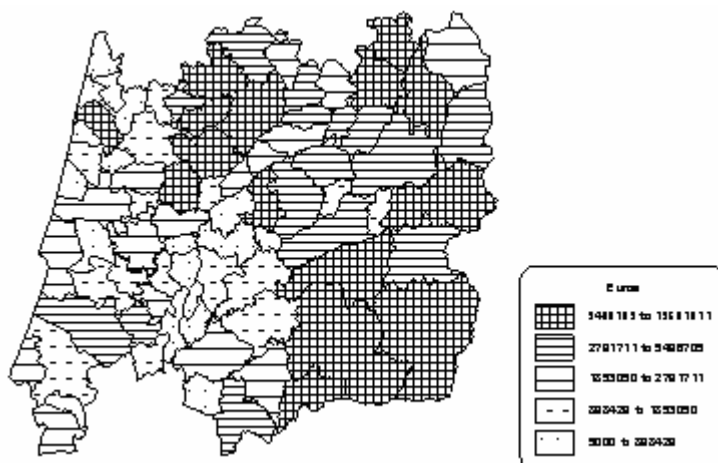
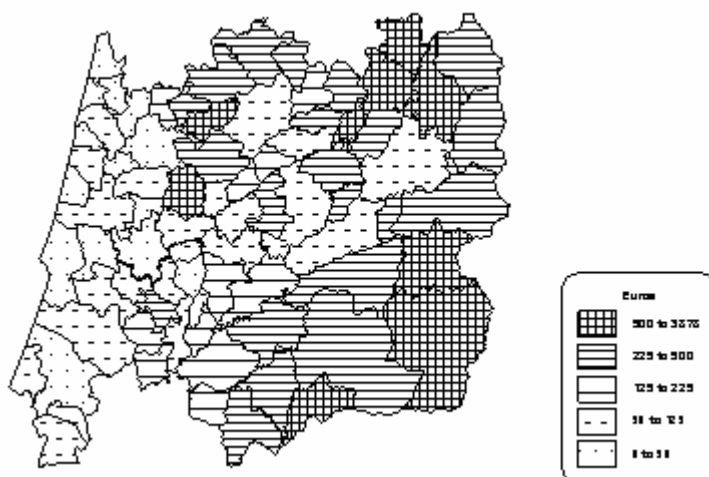
A maioria dos projectos aprovados localizam-se no interior da região (82% do total do investimento elegível), especialmente nas áreas da Beira Interior Norte e Sul e Dão-Lafões. Para tal facto contribuem, para além dos projectos de apoio à pequena agricultura, os de regadios colectivos e os da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas.

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|------------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 339 | 14.642.691 | 11.264.959 | 7.938.781 | 5,11 | 38 |
| Baixo Mondego | 722 | 14.076.117 | 10.336.408 | 6.904.326 | 4,91 | 41 |
| Pinhal Litoral | 229 | 19.037.535 | 17.562.836 | 12.301.430 | 6,64 | 76 |
| Pinhal Interior Norte | 1.264 | 20.509.341 | 15.267.789 | 10.980.311 | 7,15 | 148 |
| Dão-Lafões | 3.025 | 72.385.992 | 52.862.500 | 37.452.367 | 25,25 | 253 |
| Pinhal Interior Sul | 567 | 10.178.100 | 6.925.904 | 4.887.387 | 3,55 | 227 |
| Serra da Estrela | 332 | 11.343.085 | 9.667.532 | 6.589.307 | 3,96 | 227 |
| Beira Interior Norte | 1.748 | 52.146.112 | 39.770.929 | 27.789.451 | 18,19 | 454 |
| Beira Interior Sul | 756 | 48.120.865 | 41.727.324 | 30.039.176 | 16,78 | 615 |
| Cova da Beira | 803 | 20.489.011 | 14.790.359 | 10.272.794 | 7,15 | 219 |
| Não Reginalizável | 22 | 3.770.097 | 3.634.007 | 2.362.292 | 1,32 | |
| Litoral | 1.290 | 47.756.343 | 39.164.203 | 27.144.537 | 16,66 | 49 |
| Interior | 8.495 | 235.172.505 | 181.012.336 | 128.010.794 | 82,03 | 292 |
| Total da Medida | 9.807 | 286.698.946 | 223.810.545 | 157.517.623 | 100,00 | 161 |

Medida 3.14 - Agricultura - Número de projectos aprovados até 31-12-2006



Medida 3.14 - Agricultura - Custo total aprovado até 31-12-2006**Medida 3.14 - Agricultura - Investimento por habitante aprovado até 31-12-2006**

O quadro seguinte sintetiza os indicadores de realização física dos projectos aprovados e da execução. A medida AGRIS está em grande parte orientada para o apoio às explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar. Estas explorações, para além da importância no acréscimo do rendimento dos agregados familiares, desempenham um papel social e de preservação ambiental dos espaços rurais relevantes. Assim, para se avaliar a importância do apoio a estas pequenas explorações, não se deverá atender somente ao aumento da produtividade e da rentabilidade, mas também os benefícios, quer das condições de trabalho e conforto físico proporcionado pela substituição do trabalho manual pelo mecânico quer da valorização da produção auto-consumida, bem como os efeitos sobre o ordenamento e ocupação (contrariando a desertificação) do espaço rural. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Acção 1 (91% do total previsto até final de 2006).

De salientar, também, o número de projectos aprovados na Acção 3 relativos à prevenção de riscos abióticos e à constituição de organizações de produtores florestais, na Acção 5 relativa à criação e beneficiação de infra-estruturas para otimizar a gestão dos recursos hídricos, na Acção 6 relativa à electrificação das explorações agro-florestais e de caminhos agrícolas e rurais, e na Acção 7 relativa à conservação do ambiente, à recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais.

| Linha Acção | Indicador | Unidade | Quantificação | | |
|-------------|--|-----------|---------------|-------------------------|-------------|
| | | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | | Proj. aprov. | Execução(*) |
| R1 | Projectos aprovados | nº | 8565 | 7.776 | 7.151 |
| R1 | Ajudas Públicas | mil euros | 51863 | 46.944 | 44.797 |
| R2 | R2.1 Projectos para criação e modernização de unidades produtivas | nº | 75 | 81 | 66 |
| R2 | R2.2 Projectos de incentivos a produtos de qualidade | nº | 8 | 9 | 2 |
| R2 | R2.3 Projectos de criação e mod. De pequenas unidades artesanais | nº | 10 | 0 | 0 |
| R2 | Ajudas Públicas | mil euros | 6.827 | 6.763 | 6.046 |
| R3 | 3.1 Organizações de produtores florestais constituídas | nº | 57 | 38 | 1 |
| R3 | 3.2 Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas | nº | 16 | 4 | 4 |
| R3 | 3.3 Projectos de apoio à prestação de serviços florestais | nº | 8 | 2 | 1 |
| R3 | R3.4 Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos | nº | 109 | 102 | 3 |
| R3 | R3.4. Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos e abióticos | ha | 375.000 | 388.119 | 5.925 |
| R3 | R3.5 Projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público | nº | 5 | 0 | 0 |
| R3 | R3.5 Área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação | ha | 3200 | 0 | 0 |
| R3 | Ajudas Públicas | mil euros | 52023 | 45.223 | 18.856 |
| R4 | R4.1 Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão | nº | 4 | 4 | 1 |
| R4 | R4.2 Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura | nº | 40 | 57 | 42 |
| R4 | Ajudas Públicas | mil euros | 11299 | 8.961 | 6.996 |
| R5 | R5.1 Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais | nº | 142 | 139 | 44 |
| R5 | Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais | nº | 8700 | 12.312 | 3.078 |
| R5 | Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais | ha | 4800 | 8.592 | 1.095 |
| R5 | Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais | km | 410 | 378 | 73 |
| R5 | Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega | nº | 22 | 14 | 1 |
| R5 | Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega | nº | 5360 | 14.765 | 21 |
| R5 | Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega | ha | 14000 | 44.216 | 2.332 |
| R5 | Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega | km | 30 | 33 | 0 |
| R5 | Projectos de emparcelamento aprovados | nº | 5 | 3 | 0 |
| R5 | Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento | nº | 2200 | 1.846 | 0 |
| R5 | Área beneficiada por projectos de emparcelamento | ha | 2500 | 771 | 0 |
| R5 | Ajudas públicas | mil euros | 60027 | 58.323 | 38.905 |
| R6 | Projectos de caminhos agrícolas e rurais | nº | 178 | 246 | 125 |
| R6 | Rede viária nova ou beneficiada | km | 810 | 556 | 228 |
| R6 | Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais | nº | 8600 | 13.200 | 6.074 |
| R6 | Projectos de electrificação | nº | 599 | 623 | 488 |
| R6 | Linhas de média tensão instaladas | km | 700 | 305 | 239 |
| R6 | Linhas de baixa tensão instaladas | km | 600 | 401 | 334 |
| R6 | Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação | nº | 4500 | 1.704 | 1.458 |
| R6 | Ajudas Públicas | mil euros | 30602 | 35.485 | 25.615 |
| R7 | Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais | nº | 339 | 465 | 213 |
| R7 | Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais | nº | 269 | 200 | 190 |
| R7 | Ajudas Públicas | mil euros | 15301 | 18.252 | 11.777 |
| R8 | Projectos aprovados | nº | 52 | 44 | 2 |
| R8 | Ajudas Públicas | mil euros | 4708 | 3.858 | 2.010 |

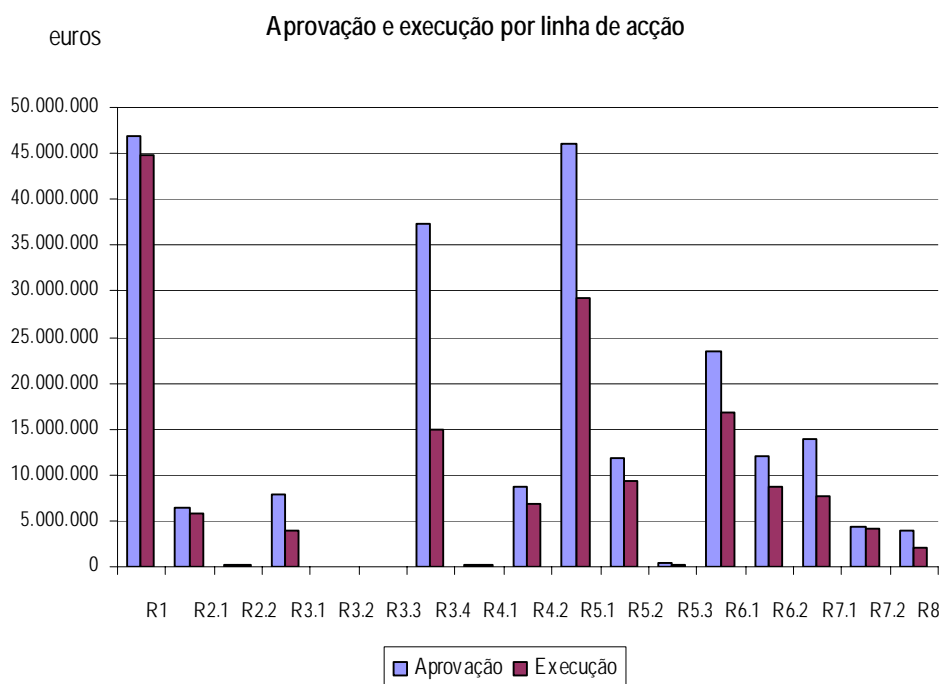
(*)Valores relativos a nº de projectos concluídos e despesa pública executada.

Análise por acção e sub-acção

De salientar o facto de todas as linhas de acção terem projectos aprovados. Os da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, são os de maior número (79%) representando no entanto cerca de 21% do valor da ajuda. Para além destes, com peso significativo, são de salientar os da Acção 3, no que respeita à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e criação de organizações de produção florestal, os da Acção 5, no que respeita aos recursos hídricos, os da Acção 6, caminhos e electrificação, e os da Acção R7.1, recuperação e valorização do património e da paisagem rural.

Unidade: Euros

| Tipologia de Acção | Aprovações | | | | Execução (2000-2006) | | |
|---|--------------|--------------------|--------------------|--------------|----------------------|--------------------|--------------|
| | Nº Proj. | D. Pública | Fundo | % (D. P.) | D. Pública | Fundo | % (D. P.) |
| R1 Diversificação na pequena agricultura | 7.776 | 46.944.475 | 32.990.564 | 21,0 | 44.796.991 | 31.472.200 | 28,9 |
| R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas | 81 | 6.514.958 | 4.560.470 | 2,9 | 5.871.204 | 4.109.842 | 3,8 |
| R2.2- Incentivos a produtos de qualidade | 9 | 248.408 | 186.306 | 0,1 | 174.364 | 130.773 | 0,1 |
| R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais | 38 | 7.789.545 | 5.842.159 | 3,5 | 3.937.925 | 2.953.444 | 2,5 |
| R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais | 4 | 51.645 | 36.594 | 0,0 | 41.356 | 28.949 | 0,0 |
| R3.3- Apoio à prestação de serviços florestais | 2 | 56.553 | 42.415 | 0,0 | 34.742 | 26.057 | 0,0 |
| R3.4- Prevenção de riscos prov. agentes bióticos e abióticos | 102 | 37.325.269 | 23.288.752 | 16,7 | 14.841.718 | 8.980.956 | 9,6 |
| R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas | 4 | 263.400 | 197.550 | 0,1 | 234.496 | 175.872 | 0,2 |
| R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura | 57 | 8.697.373 | 6.523.029 | 3,9 | 6.761.378 | 5.071.034 | 4,4 |
| R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais | 139 | 46.079.203 | 34.559.402 | 20,6 | 29.233.754 | 21.925.316 | 18,9 |
| R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega | 14 | 11.829.206 | 8.871.905 | 5,3 | 9.411.497 | 7.049.929 | 6,1 |
| R5.3- Emparcelamento rural | 3 | 414.760 | 311.070 | 0,2 | 259.446 | 194.584 | 0,2 |
| R6.1 Caminhos agrícolas e rurais | 246 | 23.418.220 | 17.512.310 | 10,5 | 16.833.986 | 12.646.394 | 10,9 |
| R6.2 Electrificação | 623 | 12.067.161 | 6.033.581 | 5,4 | 8.781.186 | 4.390.591 | 5,7 |
| R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural | 465 | 13.897.927 | 10.404.988 | 6,2 | 7.657.050 | 5.742.788 | 4,9 |
| R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais | 200 | 4.354.498 | 3.263.068 | 1,9 | 4.119.951 | 3.087.158 | 2,7 |
| R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural | 44 | 3.857.946 | 2.893.459 | 1,7 | 2.009.973 | 1.507.476 | 1,3 |
| Total | 9.807 | 223.810.545 | 157.517.623 | 100,0 | 155.001.016 | 109.493.362 | 100,0 |

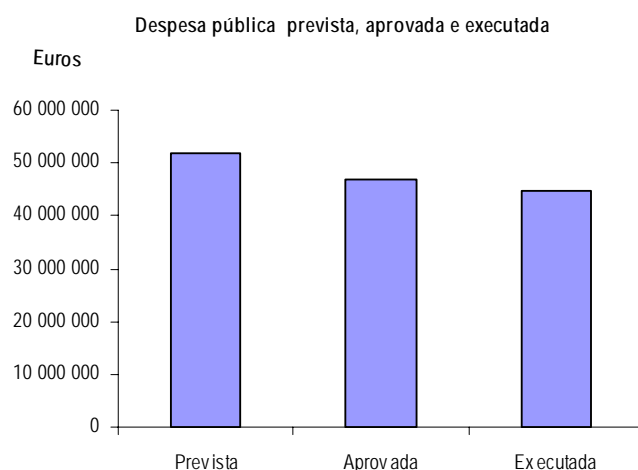


Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

Acção 1. Diversificação na pequena agricultura

Nesta Acção foram aprovadas cerca de 80% do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública aprovada tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos (o montante médio de investimento aprovado por projecto é de 12 200 euros).

A programação financeira desta Acção para 2000-2006 prevê um orçamento de despesa pública de cerca de 51,8 milhões de euros, tendo sido aprovados projectos no montante de 46,9 milhões de euros de despesa pública, o que se traduz numa taxa de aprovação de 90,5%.



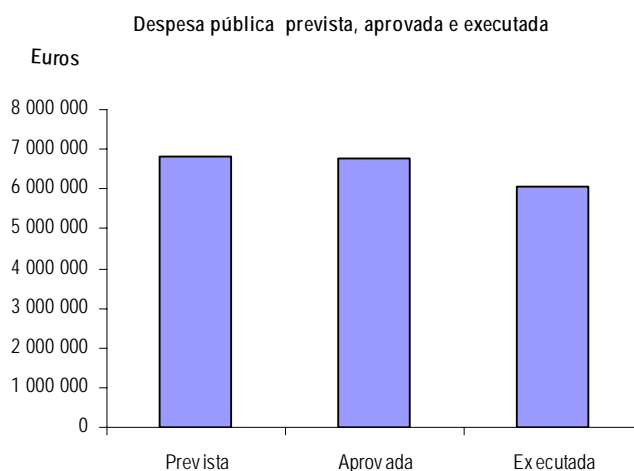
A execução é de 86,4% e 95,4%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente. Este último indicador revela que a execução dos projectos é relativamente rápida a que não é alheia o montante e tipo de investimento predominante.

Nesta Acção continua a verificar-se uma predominância acentuada dos investimentos em equipamentos, seguindo-se os melhoramentos fundiários. Esta tendência que se mantém desde o início do QCA III, não é muito diferente da verificada com outros instrumentos financeiros de apoio, nomeadamente a Medida 1 do AGRO, e deverá manter-se em 2006, apesar desta Acção prever apoios para investimentos no âmbito da diversificação de actividades. As subacções 2 e 3, designadamente “Diversificação de actividades na exploração agrícola” só deverá ter expressão depois de serem melhoradas condições de funcionalidade e de trabalho das pequenas explorações e que são apontadas pelos detentores destas explorações como os seus estrangulamentos prioritários.

Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade

No período em análise foram aprovadas 90 candidaturas, sendo a maioria na sub-acção 2.1 - (81) e com localização predominante na Região da Beira Interior - (67).

As aprovações representam 99% do previsto e a execução é de 88,6% e 89,4%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente.



A maior incidência das aprovações na Beira Interior explica-se pela especificidade desta Acção - apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção - DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), etc -, no caso da Subacção 2.1, e pelo peso relativo dos produtos com tais denominações nesta área, sobretudo no que diz respeito ao sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite.

No que diz respeito à sub-acção 2.2., relativa ao apoio às entidades gestoras das Menções Protegidas e às entidades de Controlo e Certificação, visando o desenvolvimento de acções que promovam o reforço dos sistemas de comercialização e controlo das especificidades e qualidade dos produtos, verificou-se uma execução relativamente baixa, devido ao facto destas entidades terem já sido contempladas com tais apoios no QCAII e, sobretudo devido ao facto de as acções orientadas para a promoção dos produtos terem deixado de ser comparticipadas neste quadro

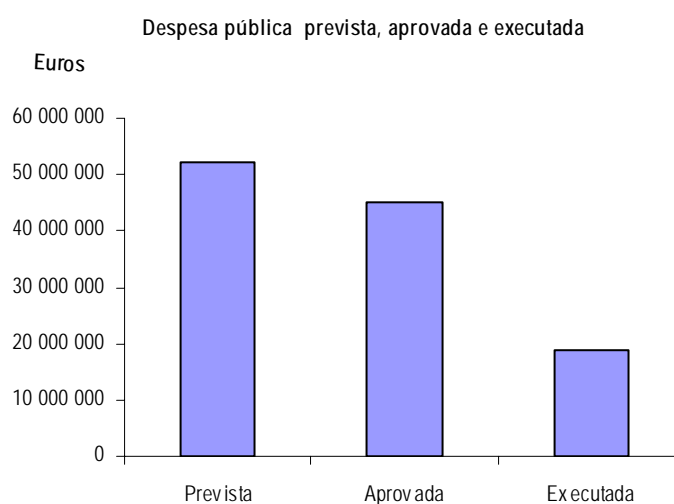
comunitário. Os 9 projectos aprovados, da DRABL, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.

Apesar da taxa de aprovação da acção 2 se encontrar no limiar do previsto, com uma elevada pressão de procura, não se verifica uma correlação significativa entre o volume de investimento aprovado e o consequente aumento da oferta de produtos com menção legalmente consignada (DOP's, IGP's, etc) no mercado. Esta situação é particularmente notória no sector dos azeites e em menor expressão nos queijos e fruticultura. Tal facto resulta em parte da incipiente estrutura organizativa por parte da produção, a nível comercial, particularmente no sector do azeite, situação que começa a apresentar uma inversão de tendência. Concorrem ainda para esta realidade dois factores preponderantes: - por um lado a metodologia associada ao sistema de controlo e certificação, manifestamente inadequado para a dimensão da produção e por outro a apropriação por parte da grande distribuição da quase totalidade da mais valia destes produtos, associada à grande pressão sobre os produtores com melhor capacidade produtiva para a integração de clubes de produtores daquelas unidades.

Acção 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas

Nesta Acção foram aprovados 146 projectos, com uma despesa pública correspondente a 87% do previsto. A maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (83% do total da acção), não se registando aprovações na sub- acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.

Na sub- acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público o principal factor que conduziu ao insucesso desta sub-acção foi o facto do prémio atribuído aos promotores não ser suficiente para fazer face às despesas resultantes da implementação de um plano de gestão florestal nessas áreas. Na realidade, 40-120 euros/ano/ha, é um valor que não cobre as despesas resultantes das intervenções culturais de que essas áreas carecem.



A taxa de execução desta Acção é baixa (41,7% do aprovado), devido a uma série de factores complementares:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer

modo, a execução da primeira sub-acção - instalação de organizações de produtores florestais -, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer sobretudo pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis.

A sub-acção 3.4 é aquela que na prática apresenta maiores desvios relativamente ao programado. O atraso no início da implementação desta sub-acção devido à dificuldade de enquadrar os proprietários florestais dos territórios alvo- os primeiros projectos só foram aprovados em 2004-, a programação plurianual dos investimentos (a maioria distribuída por 5 anos), o elevado número de rubricas de investimento, a dificuldade na adjudicação dos trabalhos em tempo útil, por parte das entidades públicas e a ocorrência de um número significativo de incêndios, tem obrigado a reprogramações sucessivas e ao adiamento das intervenções previstas em cada ano.

Estas sub-acções e a Acção no seu conjunto, aproximam-se dos pontos mais sensíveis da floresta na Região Centro, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão/ parcelamento. Tendo como pano de fundo a Lei de Bases da Política Florestal, a sua estruturação com objectivos, elegibilidades, ajudas, sistema de convite público, etc., muito abrangente, obriga a uma execução muito acompanhada, num quadro de gestão complexo dificultado pelos compromissos de cada projecto distribuídos por um período longo de anos e em que raramente são cumpridas na totalidade as programações anuais dos investimentos

Refira-se que esta Acção não se aplica na área geográfica abrangida pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, que tem dotações financeiras específicas para a sua implementação.

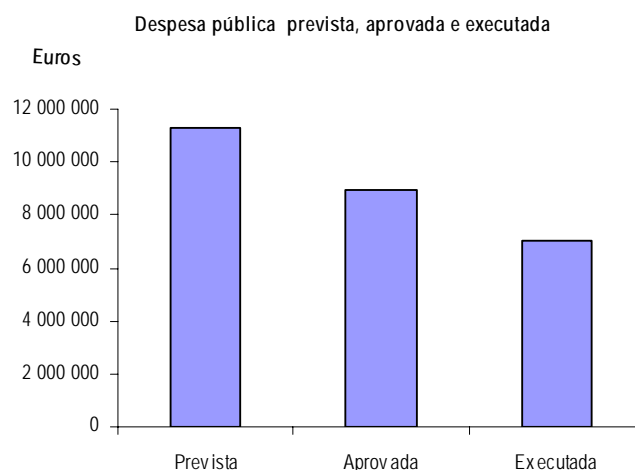
Acção 4. Serviços à agricultura

Foram aprovados 61 projectos, com uma ajuda de 8,96 milhões de euros, o que representa 79% do previsto.

A maioria diz respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (97% da ajuda). A execução é relativamente elevada (78% do aprovado).

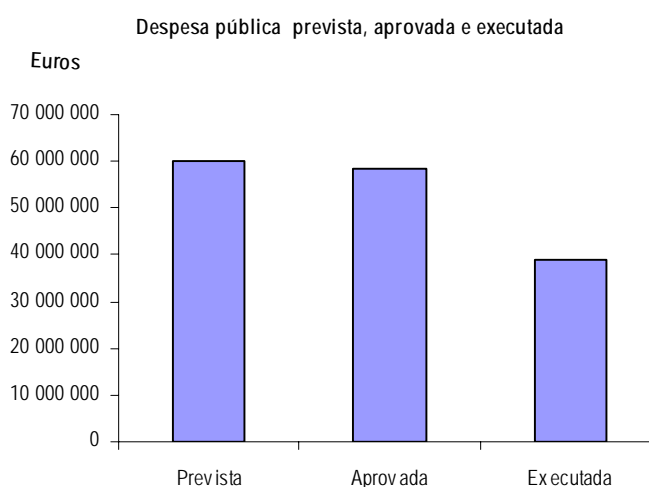
Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) tem uma execução elevada. Relativamente à subacção Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas, realizou-se um convite público, encontrando-se os projectos numa fase final de execução. Da avaliação que já é possível fazer, permite constatar que a tipologia de oferta de serviços constante do convite público se dirige para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra ainda algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.

O facto dos apoios previstos na sub-acção 4.2 não ser atribuído directamente aos agricultores que recorrem à prestação de serviços, não permite avaliar a capacidade de resposta e qualidade dos serviços prestados, e limita a dinamizar uma maior competitividade entre prestadores de serviços.



Acção 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento

Nesta Acção foram aprovadas 156 candidaturas, envolvendo um montante de investimento superior a 58.3 milhões de euros. Quer o número de projectos, quer os montantes envolvidos encontram-se dentro dos parâmetros previstos, embora a execução (executado/previsto e executado/aprovado) ronde ainda os 65% e 67% respectivamente.



Como se tratam de investimentos de alguma dimensão física e financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo período do Quadro Comunitário.

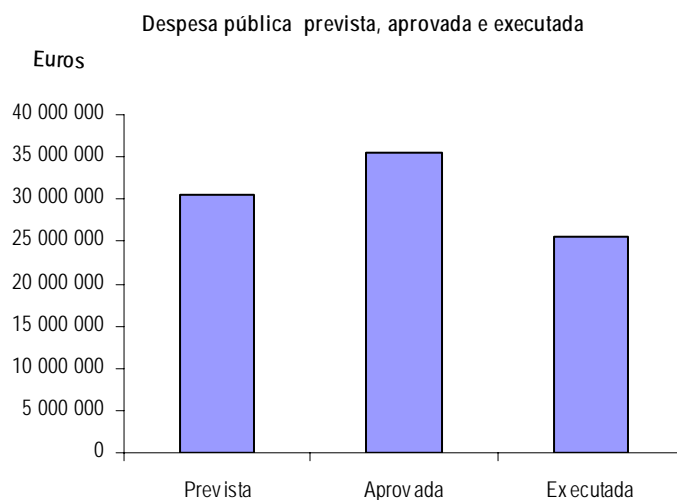
O investimento em regadios é considerado estratégico na política agrícola e de desenvolvimento rural, suportando esta acção um conjunto de investimentos nos principais regadios e perímetros de rega da região centro.

Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola

Esta Acção tem níveis de execução (aprovado/previsto) muito elevados (foram aprovadas 869 candidaturas com uma despesa pública de 35,5 milhões de euros o que representa 116% do

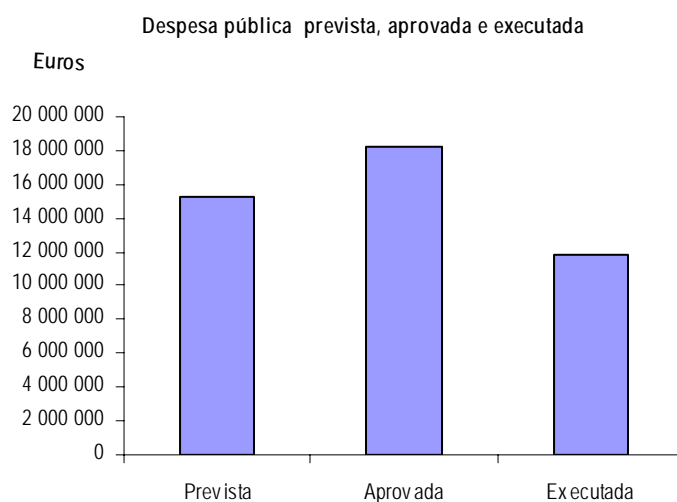
previsto no período 2000-2006. De facto, no caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios.

Regista-se uma boa recuperação no nível de execução, quer da sub-acção dos caminhos quer na da electrificação, com um crescimento da despesa pública de 32%, ficando, no final do período com uma taxa de execução de 72% do valor aprovado.



Acção 7. Valorização do ambiente e do património rural

Foram aprovados 665 projectos (465 relativos à subacção 7.1. - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 200 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais), representando 119% da despesa pública prevista para o período 2000-2006. O nível de execução é de 65% do aprovado, com diferenças significativas para a sub-acção 7.1 e 7.2 (55% e 95% do aprovado, respectivamente).



A Subacção 7.1. tem uma elevada procura, quer porque os beneficiários são essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideram um

complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

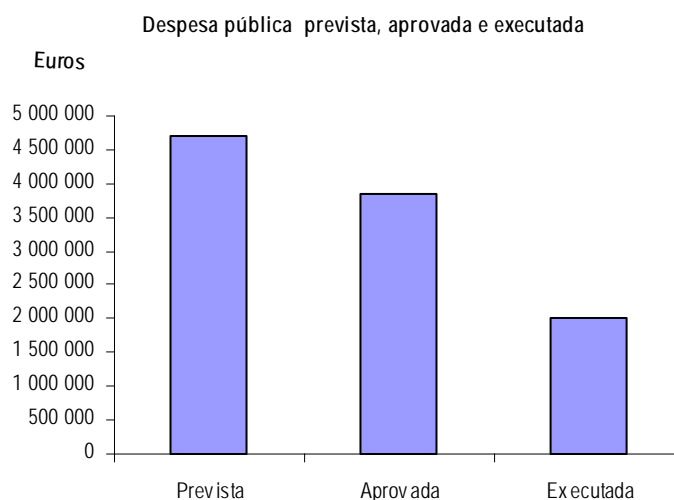
No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, a execução foi fortemente dinamizada pelo enquadramento dos investimentos de carácter ambiental nos lagares de azeite. Neste caso específico, os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

Acção 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural

Nesta Acção foram aprovados 44 projectos com uma despesa pública de 3.9 milhões de euros, correspondente a 82% do previsto para o período 2000-2006. A execução é da 52.1% do valor aprovado.

Atendendo à sua especificidade, esta Acção constitui um importantíssimo instrumento de apoio a iniciativas que levem à ultrapassagem de estrangulamentos numa determinada fileira ou de fragilidades detectadas num determinado território, constituindo o catalizador de iniciativas potenciais beneficiárias de outros apoios públicos que, de uma forma mais coerente e articulada, podem ser implementados nos espaços rurais e nos sectores estratégicos.

O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou os objectivos que levaram à inclusão da acção na medida AGRIS.



Respeito pela política agrícola comum. A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris”- esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.

16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos

Desde o 2º semestre de 2005 intensificaram-se as acções de divulgação e informação MARIS através de reuniões com potenciais promotores, no sentido de garantir até final de 2006 aprovações de projectos candidatos que assegurem a execução da verba da medida. O objectivo em termos de aprovações foi alcançado.

Reportando a situação a 31 de Dezembro de 2006, a medida apresenta uma elevada taxa de compromisso. As aprovações representam, 102% do total programado. A taxa de execução teve um acréscimo significativo a partir de 2003, atingindo 74% do total programado até final de 2006.

A despesa validada em 2006 foi nula, facto que se deve à elevada taxa de execução dos projectos aprovados em anos anteriores e à tardia aprovação dos projectos decididos em 2006 (Dezembro de 2006). Para além destes factos é de realçar, ainda, as alterações aos projectos aprovados que implicam reprogramações, com consequentes atrasos na execução financeira. Em menor escala a taxa registada é também devida a processos de pedidos de pagamento apresentados sem a totalidade dos elementos necessários à verificação e aceitação.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 2.433.000 | 1.824.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 1.896.000 | 1.422.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2002 | 1.653.000 | 1.240.000 | 2.087.791 | 1.565.843 | 458.085 | 343.563 | 126,3 | 27,7 | 21,9 |
| 2003 | 1.913.000 | 1.435.000 | 5.024.523 | 3.768.393 | 4.362.302 | 3.271.727 | 262,7 | 228,0 | 86,8 |
| 2004 | 1.131.440 | 849.000 | 2.085.161 | 1.563.870 | 2.808.633 | 2.106.475 | 184,3 | 248,2 | 134,7 |
| 2005 | 1.367.750 | 1.025.960 | 0 | 0 | 1.282.574 | 961.931 | 0,0 | 93,8 | |
| 2006 | 1.709.104 | 1.281.513 | 1.532.820 | 1.149.615 | 0 | 0 | 89,7 | 0,0 | 0,0 |
| 2000-2006 | 12.103.294 | 9.077.473 | 10.730.295 | 8.047.721 | 8.911.595 | 6.683.696 | 88,7 | 73,6 | 83,1 |
| Total (2000-2008) | 12.103.294 | 9.077.473 | 12.300.766 | 9.225.574 | 8.911.595 | 6.683.696 | 101,6 | 73,6 | 72,4 |

O número de intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca concluídas até final de 2004 correspondem às intervenções previstas até 2006. As intervenções aprovadas beneficiam cerca de 530 embarcações.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca | nº | 5 | 6 | 5 |
| embarcações servidas | nº | | 533 | 453 |

17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação

Na sequência da aprovação de alterações ao Complemento de Programação, foram publicados, em 2003, o Decreto-Lei nº 109/2003 e a Portaria nº 934/2003, no sentido de preverem outro tipo de projectos e de beneficiários. Com o objectivo de prorrogar o prazo previsto no Regulamento da Componente Pesca dos Programas Regionais do Continente (MARIS), para efeitos de apresentação de candidaturas, foi publicada a Portaria nº 339/2006, de 8 de Setembro.

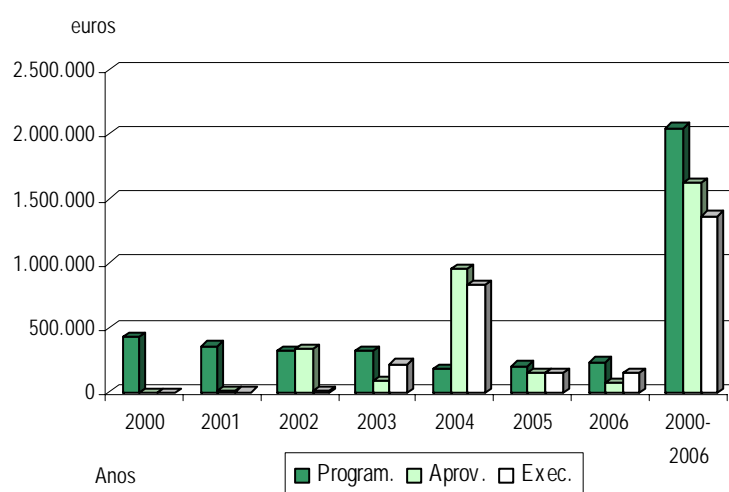
Desde o 2º semestre de 2005 intensificaram-se as acções de divulgação e informação MARIS através de reuniões com potenciais promotores e com uma nova circular junto dos potenciais beneficiários. Foi assim possível garantir em 2006 aprovações de projectos que comprometem a totalidade da verba da medida.

Neste contexto no final de 2006 estavam aprovadas 26 candidaturas, a que corresponde uma taxa de aprovação/programação da ordem dos 114%. De referir que, dos 26 projectos aprovados, 4 estão condicionados à existência de disponibilidade orçamental.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec/A |
| 2000 | 432.978 | 314.978 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 357.977 | 261.977 | 16.180 | 12.135 | 4.194 | 3.145 | 4,5 | 1,2 | 25,9 |
| 2002 | 319.977 | 234.977 | 336.123 | 252.093 | 11.827 | 8.870 | 105,0 | 3,7 | 3,5 |
| 2003 | 319.977 | 234.977 | 90.223 | 78.571 | 219.079 | 175.212 | 28,2 | 68,5 | 242,8 |
| 2004 | 177.637 | 139.977 | 961.341 | 785.695 | 835.044 | 659.498 | 541,2 | 470,1 | 86,9 |
| 2005 | 205.997 | 162.977 | 148.740 | 118.759 | 148.740 | 113.727 | 72,2 | 72,2 | 100,0 |
| 2006 | 234.777 | 187.137 | 70.350 | 57.981 | 145.748 | 130.063 | 30,0 | 62,1 | 207,2 |
| 2000-2006 | 2.049.320 | 1.537.000 | 1.622.956 | 1.305.233 | 1.364.631 | 1.090.516 | 79,2 | 66,6 | 84,1 |
| Total (2000-2008) | 2.049.320 | 1.537.000 | 2.342.989 | 1.775.314 | 1.364.631 | 1.090.516 | 114,3 | 66,6 | 58,2 |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Após o progresso evidente em termos de execução verificada em 2004, a execução registada em 2006 foi bastante mais baixa, 62,1% da despesa pública programada, tendo, no entanto, permitido observância da regra n+2.

Dada a especificidade da medida a maioria dos projectos localizam-se no litoral da Região.

Unidade: Euros

| NUT III | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo | Incidência | |
|------------------------|-----------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------|
| | | | | | % | por hab. |
| Baixo Vouga | 11 | 875.619 | 766.497 | 614.046 | 31,76 | 2 |
| Baixo Mondego | 12 | 1.234.428 | 929.871 | 738.453 | 44,78 | 4 |
| Beira Interior Norte | 2 | 621.298 | 621.298 | 403.823 | 22,54 | 5 |
| Não Reg. | 1 | 25.323 | 25.323 | 18.992 | 0,92 | |
| Litoral | 23 | 2.110.047 | 1.696.368 | 1.352.498 | 76,54 | 2 |
| Interior | 2 | 621.298 | 621.298 | 403.823 | 22,54 | 1 |
| Total da Medida | 26 | 2.756.667 | 2.342.989 | 1.775.314 | 100,00 | 2 |

Os projectos aprovados, 22 projectos se excluirmos os aprovados em *overbooking*, constituem um bom indicador em termos de projectos previstos no Complemento de Programação até 2006. Em todos os indicadores previstos o número de projectos aprovados ultrapassa a meta prevista.

| Indicador Físico | Unidade | Quantificação | | |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
| | | Previsto | Resultados (31-12-2006) | |
| | | | Proj. aprov. | Execução |
| projectos colectivos de apoio à aquicultura | N.º | 2 | 3 | 2 |
| projectos de equipamentos de portos de pesca | N.º | 5 | 9 | 5 |
| projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca | N.º | 2 | 10 | 8 |

VI

**Procentro: administração, gestão e respeito pelas
políticas comunitárias**

I – Gestão e Administração

1. Comissão de Acompanhamento

Os trabalhos da Comissão de Acompanhamento centraram-se na reprogramação financeira do Programa Operacional. Em 2006 foi realizada apenas uma reunião, a 12^a, na qual foi apreciada e aprovada a reprogramação financeira do Programa e a consequente alteração ao Complemento de Programação, à excepção da transferência de 2 milhões de euros da Medida 2.7 (FEOGA-O) para a Medida 2.6 (FEDER).

Tratou-se de uma reprogramação interna, com movimentos de fundos entre os Eixos II e III, de modo a reafectar as verbas disponíveis nas Medidas em que não era previsível executar a totalidade da dotação programada a outras Medidas que se revelaram estratégicas para a região.

Esta reprogramação incluiu também as seguintes alterações:

- alteração das taxas de comparticipação Fundo/Despesa Pública de algumas Medidas, de modo a ajustar a taxa actual programada à taxa previsível, sendo esta superior;
- ajustamento dos indicadores de acompanhamento nos casos em que as metas seriam ultrapassadas ou não seriam atingidas.

Posteriormente, foram submetidas a consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento as seguintes alterações que foram aprovadas:

- a libertação de 2 milhões de euros da Medida 3.14 para reforço dos programas da Madeira e dos Açores;
- a entrada para o Programa de 0,5 milhões de euros do Programa da Assistência Técnica do QCA (vertente FEDER) e 1,5 milhões de euros do Programa PRIME (componente FEDER), mantendo-se igual o seu montante global;
- o reforço da Medida 3.3 em 2 milhões de euros suportado em 1,5 milhões pela Assistência Técnica do Programa (1,4 da milhões da Medida 3.17 e 0,1 milhões da Medida 3.18) e os restantes 0,5 milhões pelo Programa da Assistência Técnica do QCA;
- o reforço da Medida 3.11 - Economia em 1,5 milhões de euros.

2. Reprogramação do Programa Operacional

Tal como referido no ponto anterior, no ano de 2006 procedeu-se a uma proposta de reprogramação do Programa Operacional tendo em vista a adequação da dotação de cada Medida à sua capacidade de execução e dar resposta a prioridades em matéria de recursos humanos “Iniciativa novas Oportunidades”. Ciência e Tecnologia, ambiente e infra-estruturas de apoio a actividades produtivas.

No anexo IX estão sintetizados os movimentos financeiros ocorridos no Programa, Fundo e Medida com esta alteração, a qual veio a ser aprovada em 28-12-2006, através da Decisão C(2006) 7297 de 28-12-2006.

3. Sistema de Informação

Em 2006, verificou-se a prossecução dos trabalhos conducentes à implementação e utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de gestão e de pagamento dos Fundos (Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional/DGDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).

Ao nível do SIFEC/Módulo FEDER encontra-se actualizada a informação financeira (programação, aprovação e execução). Foi inserida a execução ao nível dos indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos, relativamente à data de referência de 31 de Dezembro.

Permaneceram, à semelhança dos anos anteriores, algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento do SIFEC - módulo FEDER, particularmente ao nível da reprogramação financeira e finalização dos projectos. No entanto, a DGDR tem disponibilizado prontamente todos os pedidos de informação que são solicitados por este PO.

A DGDR disponibilizou em Novembro a aplicação SEIS - Sistema de Exploração de Informação existente em SIFEC, permitindo "maior flexibilidade no apuramento de dados em SIFEC".

Foram pedidas e satisfeitas, ainda, diversas alterações à DGDR relativamente aos dados inseridos nos projectos, ao NIPC e à designação das entidades executoras e aos utilizadores e seus perfis.

No SIIFSE, apenas a medida (III.2) desconcentrada da Educação - Ensino Profissional se encontra integrada, sendo os modelos das restantes medidas introduzidos através da digitação directa.

A informação de carácter financeiro (programação, aprovação e execução) encontra-se actualizada, quer em termos da figura de gestor integrado, como na de gestor não integrado. Na medida desconcentrada III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local (FSE), "o registo e análise financeira das candidaturas, o processo de análise e gestão subsequentes dos pagamentos é feita utilizando as aplicações informáticas disponibilizada pelo POEFDS, funcionando em VAX".

Desde 2005, a gestão e acompanhamento das medidas FEOGA-O passou a ser efectuada através do SIADRU, estando em plena produção as acções das medidas FEOGA-O (II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural).

No SI2P (medida IFOP: III.16 - Pescas - equipamentos e transformação), ao nível do Coordenador, foi efectuada em 2003 a ligação da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro ao módulo de gestão de projectos do sistema de informação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura e em 2004 decorreu a recuperação do histórico, estando actualizada a informação.

No sentido de colmatar as actuais deficiências do sistema de informação de gestão, foram estabelecidos contactos com outros PO que desenvolveram sistemas integrados de informação próprios com vista à sua cedência. Foi solicitada à CCDR LVT a cedência do sistema de informação próprio, contratadas as adaptações para o PO Centro (SIPO Centro) e estando praticamente concluída a sua implementação, com a importação do histórico dos projectos das medidas FSE.

Foi dado início ao processo de contratação para a inclusão no sistema SIPO Centro do “Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)” da medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com vista à gestão on-line de toda a tramitação das candidaturas.

Foi realizada em Novembro uma acção de “Auditoria aos Sistemas de Informação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro”, por parte da Inspecção-Geral de Finanças.

Em termos do controlo de 1º nível, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspecção-Geral de Finanças, em Access, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.

4. Utilização da Assistência Técnica

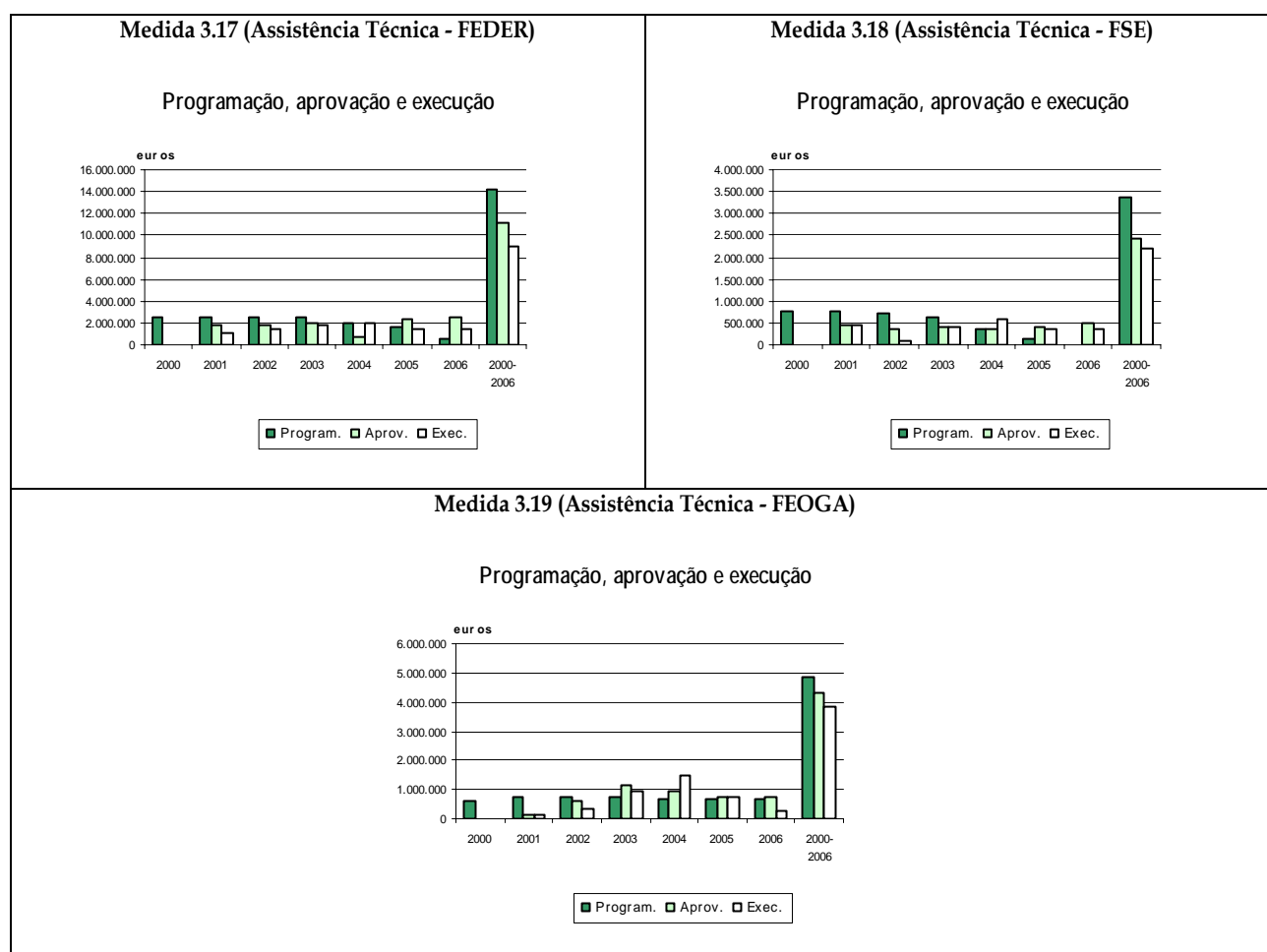
Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico tem condicionado a utilização prevista nas medidas de assistência técnica, tendo sido possível libertar verbas destas medidas no âmbito da reprogramação do Programa Operacional.

A taxa de aprovação é da ordem dos 80% e a taxa de execução de 67% da despesa programada até final de 2006.

Como a utilização das medidas irá para além do período de 2000-2006 prevê-se que a execução total se aproxime dos valores programados.

Unidade: Euros

| Ano | Programação | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | Exc./P. | Exec./A |
| 2000 | 3.943.829 | 2.902.671 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | |
| 2001 | 4.060.059 | 2.983.125 | 2.437.684 | 1.783.572 | 1.702.982 | 1.232.545 | 60,0 | 41,9 | 69,9 |
| 2002 | 3.969.699 | 2.913.485 | 2.686.929 | 1.983.940 | 1.806.424 | 1.354.818 | 67,7 | 45,5 | 67,2 |
| 2003 | 3.801.588 | 2.800.000 | 3.584.430 | 2.657.723 | 3.090.225 | 2.286.412 | 94,3 | 81,3 | 86,2 |
| 2004 | 3.006.696 | 2.229.705 | 1.946.452 | 1.427.803 | 4.000.625 | 2.937.833 | 64,7 | 133,1 | 205,5 |
| 2005 | 2.368.923 | 1.761.771 | 3.449.234 | 2.555.332 | 2.430.803 | 1.791.509 | 145,6 | 102,6 | 70,5 |
| 2006 | 1.275.546 | 951.329 | 3.771.970 | 2.799.428 | 2.020.926 | 1.490.131 | 295,7 | 158,4 | 53,6 |
| 2000-2006 | 22.426.340 | 16.542.086 | 17.876.699 | 13.207.798 | 15.051.985 | 11.093.249 | 79,7 | 67,1 | 84,2 |
| Total (2000-2008) | 22.426.340 | 16.542.086 | 17.876.699 | 13.207.798 | 15.051.985 | 11.093.249 | 79,7 | 67,1 | 84,2 |



A Medida 3.18, comparticipada pelo FSE era a que, no final de 2005, tinha menor taxas de compromisso e de execução, pelo que libertou verbas no âmbito da reprogramação do Programa (1 milhão de euros FSE). As aprovações e a execução representavam 40% e 37,5% da despesa pública programada, respectivamente. De igual forma foi possível libertar 1,4 milhões de euros FEDER da Medida 3.17, por se ter considerado não ser expectável a absorção integral da sua dotação. Com estas alterações as taxas de compromisso e de execução das três Medidas de Assistência Técnica passaram para níveis uniformes e indiciárias de absorção total da sua dotação.

| Medidas | Programação total | | Aprovação | | Execução | | Taxas (%) | | |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | D. Pública | Fundo | A/P. | E/P. | E/A |
| 3.17 | 14.239.784 | 10.679.878 | 11.132.984 | 8.349.738 | 8.992.171 | 6.744.128 | 78,2 | 63,1 | 80,8 |
| 3.18 | 3.353.223 | 2.237.208 | 2.413.394 | 1.610.319 | 2.197.969 | 1.452.737 | 72,0 | 65,5 | 91,1 |
| 3.19 | 4.833.333 | 3.625.000 | 4.330.321 | 3.247.741 | 3.861.845 | 2.896.383 | 89,6 | 79,9 | 89,2 |
| Total | 22.426.340 | 16.542.086 | 17.876.699 | 13.207.798 | 15.051.985 | 11.093.249 | 79,7 | 67,1 | 84,2 |

As despesas certificadas no valor de 15.051.985 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafond” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação) e repartem-se de acordo com o quadro seguinte:

| Medida | Tipo de despesa | Custo total prog. | | Execução (Custo Total) | |
|--------------|------------------------------------|-------------------|-----|------------------------|-----|
| | | Valor (Euros) | % | Valor (Euros) | % |
| 3.17 | Total | 14.239.784 | 100 | 8.992.171 | 100 |
| | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 12.388.754 | 87 | 7.548.111 | 84 |
| | Pessoal | 8.355.084 | 59 | 5.718.754 | 64 |
| | Outras | 4.033.670 | 28 | 1.829.356 | 20 |
| | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 1.851.030 | 13 | 1.444.060 | 16 |
| 3.18 | Total | 3.353.223 | 100 | 2.197.969 | 100 |
| | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 3.006.014 | 90 | 2.075.571 | 94 |
| | Pessoal | 2.128.628 | 63 | 1.400.866 | 64 |
| | Outras | 877.386 | 26 | 674.705 | 31 |
| | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 347.209 | 10 | 122.399 | 6 |
| 3.19 | Total | 4.833.333 | 100 | 3.861.845 | 100 |
| | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 3.383.333 | 70 | 2.624.861 | 68 |
| | Pessoal | 725.000 | 15 | 473.158 | 12 |
| | Outras | 2.658.333 | 55 | 2.151.703 | 56 |
| | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 1.450.000 | 30 | 1.236.984 | 32 |
| Total | Total | 22.426.340 | 100 | 15.051.985 | 100 |
| | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 18.778.101 | 84 | 12.248.542 | 81 |
| | Pessoal | 11.208.712 | 50 | 7.592.778 | 50 |
| | Outras | 7.569.389 | 34 | 4.655.764 | 31 |
| | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 3.648.239 | 16 | 2.803.443 | 19 |

5. Controlo

Enquadramento

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos n.ºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

A EAT dispõe de um Manual de procedimentos do controlo de 1º nível do PO Centro, que é um instrumento de síntese das práticas e procedimentos adoptados por parte da Estrutura de Apoio Técnico do Controlo de 1º Nível.

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

Formação

No exercício de 2006, a estrutura do controlo de 1º nível, participou no que concerne à formação, quer ao nível da participação, quer ao nível da sua promoção.

A EAT promoveu uma acção de formação realizada em 22 de Fevereiro de 2006 na CCDRC, intitulada: “Sessão de trabalho: metodologia para cumprimento das regras de mercados públicos e; directiva nº 2004/18.”

Dois elementos da estrutura realizaram um Curso de Especialização em Auditoria Financeira e Controlo Interno que teve lugar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no período compreendido entre 24 de Março e 6 de Maio.

Um elemento da estrutura participou numa sessão sobre Contratação Pública Autárquica em Outubro de 2006, organizada pela Faculdade de Direito da UC e pela Inspecção-Geral da Administração do Território.

Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível

No exercício de 2006, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, DGDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria nº 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 - AIBT do Pinhal Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O). A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

Acompanhamento de auditorias externas

O exercício de 2006 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento:

1. Plano de acção sobre contratação pública realizado pela DGDR, concluído em Agosto de 2006;
2. Auditoria do IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, no âmbito da verificação da despesa apresentada em Novembro de 2005 relativo aos contratos programa relativos aos Apoios ao Emprego e Estágios Profissionais da 3.3 do PO Centro. Apreciação do projecto de relatório de Junho de 2006 e do relatório final de Setembro de 2006;
3. Controlo Complementar - Auditoria a projectos co-financiados pelo FEDER integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspecção-geral de Finanças. Apreciação de Relatório final de Julho de 2006;
4. Auditoria da Inspecção-geral e Auditoria de Gestão sobre “Auditoria Temática à Gestão de devedores e Comunicação de Irregularidades, no âmbito do QCA III - componentes FEOGA-O e IFOP”. Apreciação de projecto de relatório em Agosto de 2006 e relatório final em Novembro de 2006;

5. Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão sobre “Auditoria a beneficiários no âmbito da Medida AGRIS dos PO Regionais do QCA III”. Apreciação de relatório final de Janeiro de 2006;
6. Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro de 2004 e Maio de 2005 das medidas 2.8, 3.2 e 3.18 do PO Centro. Apreciação do relatório final de Maio de 2006;
7. Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu relativo ao apuramento do erro sistémico no decorrer do processo nº 5.4/05/CERT/42/2003. Apreciação de projecto de relatório em Janeiro de 2006 e do relatório final de Abril de 2006;
8. Seguimento das recomendações efectuadas em auditorias anteriores, relativas a diversos Programas Operacionais do QCA III – Vertente FEDER realizado pela DGDR, concluído em Janeiro de 2006;
9. Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 8º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas IFOP do PO Centro. Relatório final de Fevereiro de 2006;
10. Auditoria da Inspeção-geral de Finanças aos procedimentos aplicados na realização de despesas mediante a celebração de contratos públicos – FEDER e FSE. Apreciação do relatório final de Dezembro de 2006;
11. Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu a um grande beneficiário. Apreciação do relatório final de Novembro de 2006.

Sistemas de informação

No que se respeita aos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2006, e acções de controlo extra-plano, as tarefas inerentes à prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que relativamente ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo, os Mapas de Acompanhamento Trimestral, o Relatório Anual de Síntese e os relatos das acções de controlo efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro, a execução e acompanhamento da acções de controlo realizadas, e foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral e o Relatório Anual de Síntese. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas.

Gestão de devedores e Comunicação de irregularidades

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores. Este capítulo reveste a maior importância uma vez que se refere a operações, ou partes de operações que prejudicaram o orçamento comunitário e enquanto tal, devem estes montantes ser recuperados. Foram disponibilizados pelas Autoridades de Pagamento de cada um dos fundos estruturais manuais de gestão de devedores e de comunicação de irregularidades.

Sempre que existiram montantes indevidamente pagos, foram desencadeados procedimentos de recuperação, que passam por um retorno financeiro, ou nos casos previstos no Regulamento (CE)

n.º 1681/94 de 11 de Julho, cumulativamente pela existência de comunicação de irregularidade à entidade responsável pelo Controlo de 2º Nível.

A Comunicação de irregularidades no âmbito do financiamento das políticas estruturais, teve uma base trimestral, tendo sido comunicadas pela EAT do controlo à entidade responsável pelo controlo de segundo nível no âmbito da articulação de acordo com o estabelecido no Sistema Nacional de Controlo.

No exercício de 2006 foram instruídas e propostas e comunicadas quinze fichas de irregularidades referentes ao fundo estrutural FEDER e uma referente ao fundo estrutural FEOGA-O.

Casos de irregularidades comunicados em 2006

Euros

| Fundo | Nº de projectos | Montante | Irreg. | Montante | A recuperar | Montante Recuperado | |
|---------|-----------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | | UE | Total | Pago (UE) | UE | UE | Total |
| FEDER | 15 | 967.820,26 | 1.363.151,43 | 967.820,26 | 274.632,10 | 693.188,16 | 693.188,16 |
| FSE | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FEOGA-O | 1 | 10.952,20 | 14.602,93 | 10.952,20 | 10.952,20 | 0,00 | 0,00 |
| IFOP | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 16 | 978.772,46 | 1.377.754,36 | 978.772,46 | 285.584,30 | 693.188,16 | 693.188,16 |

Actualização da descrição dos sistemas de Gestão e Controlo previstos no art. 5º do Regulamento (CE) n.º 438/2001

A EAT procedeu à actualização e envio de pistas de auditoria do PO Centro de acordo com o artigo 5º, e n.º 3 do art. 9 do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março de 2001.

Controlos por amostragem da despesa

EAT de Controlo de 1º Nível

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2006.

Uma vez que a esta data existiam relatórios de controlo, integrados nos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2006, que apesar de realizados não tinham sido objecto de decisão final, apresenta-se a situação a 31/12/2006 e a 30/04/2007.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram já efectuados 178 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2006 FEDER, denúncias recebidas e solicitações da gestão, envolvendo a verificação de despesa no montante de 141.002.078,00 € e 2.940.012,00 € de correcções financeiras.

Despesa verificada com relatório final

| Medida | Nº | Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2006 | Correcções financeiras | Nº | Despesa verificada 30 de Abril de 2007 | Correcções financeiras |
|---|------------|---|------------------------|------------|--|------------------------|
| EIXO PRIORITÁRIO I | | | | | | |
| I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais | 23 | 12.723.296,00 | 211.154,00 | 23 | 12.723.296,00 | 211.154,00 |
| I.2 - Ambiente e Recursos Naturais | 17 | 10.469.437,00 | 4.296,00 | 18 | 10.836.646,00 | 4.296,00 |
| I.3 - Acessibilidades | 12 | 7.787.887,00 | 699.571,00 | 13 | 8.489.218,00 | 699.571,00 |
| I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos | 5 | 3.479.093,00 | 181.350,00 | 6 | 4.023.130,00 | 181.780,00 |
| I.5 - Apoio às activ económicas, acções de desenv. Territorial e apoio à eficácia das Pol. Públicas | 14 | 3.967.462,00 | 2.000,00 | 15 | 5.864.179,00 | 2.210.222,00 |
| I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial | 6 | 8.370.958,00 | 155.286,00 | 7 | 9.202.021,00 | 183.286,00 |
| I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico | 6 | 173.120,00 | 0,00 | 6 | 173.120,00 | 0,00 |
| I.9 - Saneamento | 1 | 1.421.548,00 | 24.506,00 | 1 | 1.421.548,00 | 24.506,00 |
| TOTAL EIXO I | 84 | 48.392.801 | 1.278.163 | 89 | 52.733.158 | 3.514.815 |
| EIXO PRIORITÁRIO II | | | | | | |
| II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades | 3 | 6.799.072,00 | 126.757,00 | 3 | 6.799.072,00 | 126.757,00 |
| II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias | 12 | 2.292.998,00 | 79.128,00 | 12 | 2.292.998,00 | 79.128,00 |
| II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa | 6 | 2.861.769,00 | 39.105,00 | 6 | 2.861.769,00 | 39.105,00 |
| II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela | 8 | 2.904.097,00 | 75.236,00 | 8 | 2.904.097,00 | 75.236,00 |
| II.6 - AIBT do Pinhal Interior | 5 | 872.848,00 | 15.481,00 | 5 | 872.848,00 | 15.481,00 |
| TOTAL EIXO II | 34 | 15.730.784 | 335.707 | 34 | 15.730.784 | 335.707 |
| EIXO PRIORITÁRIO III | | | | | | |
| III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários | 7 | 8.971.811,00 | 55.945,00 | 7 | 8.971.811,00 | 55.945,00 |
| III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação | 1 | 112.773,00 | 0,00 | 1 | 112.773,00 | 0,00 |
| III.6 - Sociedade de Informação | 3 | 1.505.597,00 | 142.674,00 | 3 | 1.505.597,00 | 142.674 |
| III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.) | 7 | 4.360.939,00 | 261.514,00 | 7 | 4.360.939,00 | 261.514,00 |
| III.9 - Cultura | 5 | 1.041.846,00 | 185.813,00 | 5 | 1.041.846,00 | 185.813,00 |
| III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos | 4 | 6.427.141,00 | 0,00 | 5 | 7.026.863,00 | 1.308,00 |
| III.11 - Economia | 4 | 28.072.389,00 | 0,00 | 4 | 28.072.389,00 | 0,00 |
| III.12 - Acessibilidade e Transporte | 9 | 21.779.079,00 | 0,00 | 9 | 21.779.079,00 | 0,00 |
| III.13 - Ambiente | 10 | 2.046.226,00 | 680.196,00 | 11 | 2.237.860,00 | 1.047.366,00 |
| III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos | 3 | 1.252.781,00 | 0,00 | 3 | 1.252.781,00 | 0,00 |
| III.17 - Assistência Técnica (FEDER) | 7 | 1.307.911,00 | 0,00 | 7 | 1.307.911,00 | 0,00 |
| TOTAL EIXO III | 60 | 76.878.493 | 1.326.142 | 62 | 77.669.849 | 1.694.620 |
| TOTAL GERAL | 178 | 141.002.078,00 | 2.940.012,00 | 185 | 146.133.791,00 | 5.545.142,00 |

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 103 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2006 FSE, denúncias recebidas e solicitações da gestão, que envolveram despesa verificada no montante de 36.877.955,04 € e correcções financeiras no montante de 262.794,72 €.

Despesa verificada com relatório final

| Medida | Nº | Despesa verificada 31 de Dezembro de 2006 | Correcção financeira FSE + OSS | Nº | Despesa verificada 30 de Abril de 2007 | Correcção financeira FSE + OSS |
|---|------------|---|--------------------------------|---------------|--|--------------------------------|
| EIXO PRIORITÁRIO I | | | | | | |
| I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos | 15 | 1.340.061,16 | 42.753,66 | 17 | 1.458.493,05 | 35.128,35 |
| TOTAL EIXO I | 15 | 1.340.061,16 | 42.753,66 | 17 | 1.458.493,05 | 35.128,35 |
| EIXO PRIORITÁRIO II | | | | | | |
| II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social | 7 | 1.075.187,62 | 35.128,35 | 7 | 1.075.187,62 | 44.003,82 |
| TOTAL EIXO II | 7 | 1.075.187,62 | 35.128,35 | 7 | 1.075.187,62 | 44.003,82 |
| EIXO PRIORITÁRIO III | | | | | | |
| III.2 - Educação - ensino profissional | 29 | 16.885.799,31 | 78.614,69 | 31 | 18.149.427,36 | 78.614,69 |
| III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local | 47 | 17.091.251,29 | 106.298,02 | 52 | 18.228.973,40 | 106.298,02 |
| III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| III.18 - Assistência Técnica - FSE | 5 | 485.655,66 | 0,00 | 5 | 485.655,66 | 0,00 |
| TOTAL EIXO III | 81 | 34.462.706,26 | 184.912,71 | 88 | 36.864.056,42 | 184.912,71 |
| TOTAL GERAL | 103 | 36.877.955,04 | 262.794,72 | 112,00 | 39.397.737,09 | 264.044,88 |

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 126 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2006 FEOGA e uma acção de acompanhamento. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 9.628.252,00 € e correcções financeiras de 305.223,00 €.

Despesa verificada com relatório final

| Medida | Nº de relatórios | Despesa verificada 31 de Dezembro 2006 | Correcções financeiras | Nº de relatórios | Despesa verificada 30 de Abril 2007 | Correcções financeiras |
|---|------------------|--|------------------------|------------------|-------------------------------------|------------------------|
| EIXO PRIORITÁRIO II | | | | | | |
| II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA) | 3 | 990.149,00 | 246.905,00 | 8 | 1.408.414,00 | 249.623,00 |
| TOTAL EIXO II | 3 | 990.149,00 | 246.905,00 | 8 | 1.408.414,00 | 249.623,00 |
| EIXO PRIORITÁRIO III | | | | | | |
| III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA) | 123 | 8.638.103,00 | 58.318,00 | 136 | 9.519.061,00 | 62.009,00 |
| III.19 - Assistência Técnica (FEOGA) | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL EIXO III | 123 | 8.638.103,00 | 58.318,00 | 136 | 9.519.061,00 | 62.009,00 |
| TOTAL GERAL | 126 | 9.628.252,00 | 305.223,00 | 144 | 10.927.475,00 | 311.632,00 |

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 3 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2006 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 294.429,00 €.

| Medida | Nº de relatórios | Despesa verificada 31 de Dezembro 2006 | Correcções financeiras | Nº de relatórios | Despesa verificada 30 de Abril 2007 | Correcções financeiras |
|---|------------------|--|------------------------|------------------|-------------------------------------|------------------------|
| EIXO PRIORITÁRIO III | | | | | | |
| III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação (IFOP) | 3 | 294.429,00 | 875,00 | 3 | 294.429,00 | 875,00 |
| TOTAL EIXO III | 3 | 294.429,00 | 875,00 | 3 | 294.429,00 | 875,00 |
| TOTAL GERAL | 3 | 294.429,00 | 875,00 | 3 | 294.429,00 | 875,00 |

Outros níveis de controlo

O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu realizou no âmbito das suas atribuições de entidade responsável pelo controlo de 2º Nível, 7 auditorias a pedidos de financiamento (1 em 2001, 2 em 2003 e 2 em 2004) ao PO Centro, envolvendo 30 projectos aprovados no âmbito das medidas FSE.

A Inspecção-geral de Finanças efectuou 2 auditorias. Uma auditoria em 2003 às medida FEOGA-O, na sequência da Auditoria realizada aos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas e Medidas Financiadas pelo FEOGA-O e IFOP, envolvendo 6 projectos. E outra em 2004 na sequência da Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Centro (POR Centro) do QCA III, foram realizadas 11 auditorias a projectos apoiados pelo fundo estrutural FEDER, 8 ao fundo estrutural FEOGA-O, e duas a candidaturas FSE.

O IGMSSFC - Inspecção-geral do ministério da Segurança Social, da Criança e da Família, realizou duas auditorias envolvendo 10 projectos FSE da medida 3.3.

A IGA - Inspecção Geral de Auditoria e gestão realizou cinco auditorias envolvendo 18 projectos FEOGA-O do PO Centro e 1 IFOP.

Nº de relatórios produzidos

| Entidade | FEDER | FEOGA-O | FSE | IFOP | Total Geral |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|----------|-------------|
| IGA | | 18 | | 1 | 19 |
| IGF | 11 | 8 | 2 | 1 | 22 |
| IGFSE | | | 30 | | 30 |
| IGMSST | | | 10 | | 10 |
| Total Geral | 11 | 26 | 42 | 2 | 81 |

Nos quadros seguintes é possível verificar o esforço de controlo realizado no âmbito do PO Centro, pelas entidades que colaboram no Sistema Nacional de Controlo.

Relatórios concluídos a 31/12/2006

| Entid. \ Fundo | FEDER | FEOGA-O | FSE | IFOP | Total |
|--------------------|----------------------|---------------------|---------------------|------------------|----------------------|
| IGA | | 2.369.542,40 | | 79.297,30 | 2.448.839,70 |
| IGF | 25.005.878,67 | 4.568.706,38 | 207.620,56 | | 29.782.205,61 |
| IGFSE | | | 4.586.527,75 | | 4.586.527,75 |
| IGMSST | | | 1.779.476,71 | | 1.779.476,71 |
| Total Geral | 25.005.878,67 | 6.938.248,78 | 6.573.625,02 | 79.297,30 | 38.597.049,77 |

Relatórios concluídos a 30/04/2007

| Entid.\ Fundo | FEDER | FEOGA-O | FSE | IFOP | Total |
|--------------------|----------------------|---------------------|---------------------|------------------|----------------------|
| IGA | | 2.369.542,40 | | 79.297,30 | 2.448.839,70 |
| IGF | 25.005.878,67 | 4.568.706,38 | 207.620,56 | | 29.782.205,61 |
| IGFSE | | | 4.586.527,75 | | 4.586.527,75 |
| IGMSST | | | 1.779.476,71 | | 1.779.476,71 |
| Total Geral | 25.005.878,67 | 6.938.248,78 | 6.573.625,02 | 79.297,30 | 38.597.049,77 |

Em termos absolutos o esforço de controlo a 31/12/2006 foi de 38.597.049,77 euros.

Síntese da actividade de controlo

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa validade a 31 de Dezembro de 2006.

31/12/2006

| Fundo | Inv elegível realizado 31-12-2006 | Despesa verificada - EAT PO Centro | Despesa verificada - Outras entidades | % verificada |
|--------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---------------|
| FEDER | 1.685.785.609 | 141.002.078,00 | 25.005.878,67 | 9,85% |
| FSE | 313.415.421 | 36.877.955,04 | 6.573.625,02 | 13,86% |
| FEOGA-O | 240.908.723 | 9.628.252,00 | 6.938.248,78 | 6,88% |
| IFOP | 1.489.555 | 294.429,00 | 79.297,30 | 25,09% |
| Total | 2.241.599.306,68 | 187.802.714,04 | 38.597.049,77 | 10,10% |

30/04/2007

| Fundo | Inv elegível realizado 31-12-2006 | Despesa verificada - EAT PO Centro | Despesa verificada - Outras entidades | % verificada |
|--------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---------------|
| FEDER | 1.685.785.609 | 146.133.791,00 | 25.005.878,67 | 10,15% |
| FSE | 313.415.421 | 39.397.737,09 | 6.573.625,02 | 14,67% |
| FEOGA-O | 240.908.723 | 10.927.475,00 | 6.938.248,78 | 7,42% |
| IFOP | 1.489.555 | 294.429,00 | 79.297,30 | 25,09% |
| Total | 2.241.599.306,68 | 196.753.432,09 | 38.597.049,77 | 10,50% |

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 9,85%, se considerarmos os relatórios decididos a 31/12/2006. Ao nível do fundo estrutural FSE, o rácio é de 10,72%. Para o FEOGA-O os rácios são 6, 88%, e para o IFOP 25,09%.

Desta forma é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.

Impacte da actividade de controlo no sistema de gestão do PO Centro

Ao nível do impacto da actividade do controlo de 1º nível no sistema de gestão do PO Centro importa efectuar uma análise dos testes de conformidade/controlo efectuados ao nível das estruturas de gestão, e os testes substantivos efectuados ao nível dos beneficiários.

Ao nível do fundo estrutural FEDER, as principais preocupações da EAT tem sido:

- verificar o bom cumprimento dos normativos legais no que respeita aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar se existe um adequado controlo orçamental, no sentido de não serem co-financiadas despesas/componentes não previstas em sede de candidatura;
- verificar os motivos do atraso na implementação dos projectos.

Ao nível do fundo estrutural FSE as principais preocupações da EAT tem sido:

- verificar o cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar a organização do dossier pedagógico, principalmente ao nível das referências ao PO Centro, elegibilidade de formandos, habilitações de formadores, frequência/assiduidade dos formandos;
- verificar os contratos de prestação de serviços;
- verificar a razoabilidade dos critérios de imputação de custos;
- verificar a razoabilidade dos custos, particularmente entre entidades relacionadas.

Ao nível do fundo estrutural FEOGA as principais preocupações da EAT tem sido:

- cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar uma adequada comprovação da pista de controlo da despesa;
- verificar a existência de todas as componentes de investimento apoiadas;
- verificar a elegibilidade dos beneficiários e das candidaturas;
- verificar o cumprimento das normas mínimas.

Ao nível do fundo estrutural IFOP a principal preocupação da EAT tem sido:

- cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar a correcta utilização das componentes de investimento para os fins a que são propostas.

Ao nível da gestão as principais preocupações da EAT têm sido:

- verificar a existência de uma necessária segregação de funções;
- verificar a existência de uma necessária evidência em todos as tarefas e procedimentos efectuados pelas estruturas;
- verificar a existência de práticas de acompanhamento adequadas.

6. Divulgação, Informação e Publicidade

Em termos de comunicação, o ano de 2006 ficou marcado pela apresentação e divulgação dos resultados conseguidos pelo Programa Operacional da Região Centro (PO Centro) no período de 2000-2006 e pela sensibilização para as orientações do QREN- Quadro Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

No que respeita ao Programa Operacional Centro serão de destacar as seguintes intervenções:

Assessoria de Imprensa

Os contactos com os órgãos de comunicação social (regionais e nacionais) foram feitos com regularidade ao longo do ano, havendo sempre preocupação em dar resposta, esclarecer e acompanhar os pedidos de informação feitos pelos meios de comunicação social. Sempre que houve informações ou acontecimentos relevantes no desenvolvimento do programa foi feita a sua difusão através de Comunicados de Imprensa.

- 10 Comunicados de Imprensa
- 27 Pedidos de informação por Jornalistas

Renovação do website

Tendo em conta as grandes potencialidades de comunicação da Internet, a CCDRC fez uma renovação do seu site (www.ccdrc.pt), tornando-o mais apelativo, atractivo e de fácil utilização. Esta mudança permitiu uma maior visibilidade ao PO Centro, uma vez que sempre que há uma nova informação do programa esta é inserida na secção destaques na página de abertura.

O site da CCDRC registou, no ano de 2006, 81.953 acessos. Dentro da secção do PO Centro, que teve 20.436 acessos, constatou-se que os domínios com um maior número de visitas foram as «Notícias» e os «Formulários».



Indicadores de Visita -PO Centro

| Indicadores de acessos | |
|--------------------------|---------------|
| Po Centro | 18.590 |
| Notícias | 9.860 |
| Formulários | 3.828 |
| Descrição dos eixos | 3.310 |
| Documentos de referência | 3.088 |
| Contactos | 3.080 |
| Manual de Identidade | 2.000 |
| Legislação | 1.975 |

Banco de imagens do PO Centro

Foi constituído um banco de imagens de projectos co-financiados pelo PO Centro, de forma a apostar numa comunicação de resultados mais apelativa e transparente.

- Fotos de 2100 projectos, abrangendo quase a totalidade dos 78 municípios da Região Centro.

Linha de Apoio ao cidadão

Em Maio de 2006, a CCDRC criou a Linha de Apoio ao Cidadão com o objectivo de assegurar respostas rápidas e objectivas a todos os pedidos de esclarecimentos do público em geral.

Relativamente ao PO Centro, a Linha de Atendimento ao Cidadão (Tel.: 808 202 777), contabilizou 50 pedidos de informação, sendo a maioria relativa a dúvidas de financiamento ou questões técnicas relacionadas com as candidaturas.

Visitas a projectos

Aproveitando as reuniões do Gestor do PO Centro com os promotores dos projectos, foram realizadas várias visitas a projectos co-financiados, que contaram com a participação da Comunicação Social. Das várias visitas destacamos as que foram feitas às obras do Programa POLIS (Viseu, Guarda, Leiria, Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Coimbra), ao local do Museu do Côa (em Vila Nova de Foz Côa) e ao Projecto Biocant (em Castanheda).



Recortes de imprensa

Ao longo de 2006 foram publicados cerca de 250 notícias na Comunicação Social relativas ao programa. A maioria destas notícias dizem respeito a projectos específicos (fins de trabalhos, inaugurações, visitas de representantes do Governo).



Eventos

VII Encontro Nacional dos estudantes de Economia

O PO Centro participou no VII Encontro Nacional dos estudantes de Economia, promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de 30 Março a 2 de Abril. Neste encontro, em que participaram cerca de 1000 estudantes, foi feita a divulgação dos diversos domínios de intervenção do PO Centro, tendo sido dado especial destaque à apresentação de resultados, através de casos de sucesso.

- Distribuição de 750 brochuras «Um olhar pelo PO Centro 2000-2005»

8º Congresso da água

O PO Centro participou no 8º Congresso da Água, promovido pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Este



congresso, que se realizou de 13 a 17 de Março de 2006, contou com 430 Participantes.

- 270 Visitas ao Stand do PO Centro:
- Distribuição de informação sobre projectos de sucesso co-financiados pelo PO Centro na área do ambiente

Publicidade

Relativamente à publicidade, foram publicados três anúncios de convites públicos à apresentação de candidaturas, dirigidos a potenciais beneficiários do Fundo Social Europeu (FSE).

Publicidade

| Anúncio | Formato anúncio | Meios de Comunicação | Indicadores de resultados |
|---|---------------------------------|---|---------------------------|
| Anúncio da Medida 2.8-Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social | 1/4 página/ímpar/preto e branco | Jornal Público, Diário de Coimbra, Diário de Aveiro, Diário de Leiria, Diário de Viseu, Reconquista , Nova Guarda , Notícias da Covilhã | 51 candidaturas |
| Anúncio de Abertura de Candidaturas da Medida 3.2-«Ensino Profissional» | 1/4 página/ímpar/preto e branco | Público, Diário de Notícias e Jornal de Notícias | 13 candidaturas |
| Anúncio- Abertura de Candidaturas da Medida 3.3 do PO Centro (Medida 3.3 Formação para Desempregado-Tipologia - Qualificação Profissional com Progressão Escolar) | 1/4 página/ímpar/preto e branco | Público, Jornal Nova Guarda, Diário de Coimbra, Diário de Aveiro, Diário de Leiria, Diário de Viseu, Jornal do Fundão, Jornal Expresso | 287 candidaturas |

Marca «Aldeias do Xisto»

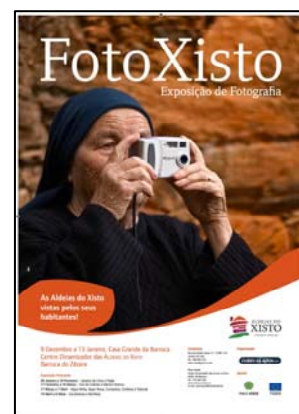
A estratégia de promoção territorial da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior foi alicerçada numa marca do território. Esta foi sendo construída com base nas três vertentes principais desta Acção Integrada: a "Rede das Aldeias do Xisto", a "Rede das Praias Fluviais" e pelo estabelecimento de uma "Rede de Percursos" que interligasse os principais valores identitários do território. Já na fase final surgiu a iniciativa "Rede de Lojas Aldeias do Xisto" que, na vertente dos produtos locais e do *merchandising*, complementa as anteriores.

Neste sentido, foi promovido o conceito da **marca "Aldeias do Xisto"**, que inclui os principais recursos turísticos do território, promovendo-o globalmente e de



forma integrada. O território do Pinhal Interior, sob a marca "Aldeias do Xisto", passou a ter, por várias ferramentas de comunicação, projecção nacional e mesmo internacional, existindo já operadores turísticos da Europa Central a comercializar produtos turísticos do território. Considera-se que foi determinante a concentração de toda a actividade de construção de produtos turísticos e subsequente promoção, numa única entidade, que estabeleceu uma estratégia de actuação articulada com os municípios e os agentes privados.

- Repercussão nos meios de comunicação social: 67 Notícias
- 3 Revistas Aldeias do Xisto - 6.000 exemplares; 73 assinaturas pagas; 500 *mailings* directos p/ edição
- Site Aldeias do Xisto: Número de visitas à página: 2749 (1,20 visitas/visitante)
- 5.000 Folhetos Aldeias do Xisto
- 4 Páginas de publicidade em publicações nacionais (sectoriais do turismo e generalistas)
- 1 Encarte no Jornal do Fundão
- 12 Cartazes de eventos no âmbito do Calendário de Animação das Aldeias do Xisto
- 14 Comunicados de Imprensa
- 4 Encontros/visitas às aldeias com a comunicação social



II. Respeito pelas políticas comunitárias

Concorrência - Regime de Ajudas. Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER - Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/200); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
- Auxílios abrangidos pela regra “*minimis*” nas Medidas:
 - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
 - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa
 - 2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela
 - 2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)
 - 3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);

3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e 3.3 e 3.4 do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamento a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunica à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Estes apoios são geridos pelo IEFP, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IEFP, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II.

Mercados Públicos.

A autoridade de gestão, no âmbito dos sistemas de gestão e controlo implementados na Intervenção Operacional do Centro, tem tido uma especial atenção quanto às despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos, nos termos previstos nos art.ºs 4.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março no âmbito dos Fundos e Instrumentos Financeiros Estruturais.

Estas matérias são enquadradas em sede de legislação nacional por:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/00, de 27 de Julho, relativos ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, relativo ao regime de realização de despesas públicas com locação, empreitadas de obras públicas, prestação de serviços e aquisição de bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis.
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, relativo à contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, energia, dos transportes e das telecomunicações.

Os citados regimes jurídicos decorrem da transposição de Directivas Comunitárias, no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos públicos - Directivas 93/37/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações da Directiva n.º 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Os processos de celebração dos contratos nos sectores da água, da energia, dos

transportes e das telecomunicações é regulada pela Directiva 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, alterada pela Directiva 98/4/CEE, de 16 de Fevereiro.

No exercício de 2006 entrou em vigor a Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, sobre coordenação dos procedimentos dos contratos de empreitada de obras públicas, contratos públicos de fornecimento e contratos públicos de serviços.

Nesse sentido foi elaborada a Instrução de trabalho 1/06/Gestão PO Centro de 14/02/2006, no sentido de iniciar o estudo, análise e debate sobre o impacto dos novos textos legais comunitários na temática dos mercados públicos e respectivos procedimentos.

É um documento preparatório de um manual de orientações a desenvolver em consonância, com o que vai ser a evolução da legislação nacional sobre esta temática, visando em particular os casos em que a directiva pode ter aplicação directa.

Recorde-se que foram já realizadas duas acções de formação temáticas de largo espectro:

- Sessão de formação realizada em 16 de Março de 2005 na CCDRC, intitulada: Sessão de trabalho sobre Administração Directa e Mercados Públicos;
- Sessão de trabalho sobre: metodologia para cumprimento das regras de mercados públicos e nova directiva nº 2004/18 em 22 de Fevereiro de 2006.

A preocupação de dar evidência da análise dos procedimentos dos contratos públicos, foi consubstanciada com a adopção da metodologia já estabelecida:

1 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 1/01/2005 e até 31/12/2005.

Atendendo ao disposto no artigo 4º REG (CE) nº 438/2001, e no âmbito do estabelecido no artigo 29º do DL 54-A/2000 de 7/04, os sistemas de gestão e controlo, na instituição de regras de verificação dos procedimentos de contratação pública, podem recorrer a verificações não exaustivas, baseadas numa amostra de operações.

2 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 01/01/2006.

Existe uma verificação através de preenchimento pelo promotor de uma check-list preparada para o efeito, e simultaneamente preenchimento de outra check-list pela EAT do PO Centro.

Protecção e Melhoria do Ambiente. A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a realização dos respectivos estudos de avaliação do impacte ambiental. No caso do Grande Projecto de “Armazenagem de Gás está constituída uma Comissão que acompanhará os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Serão, ainda, de realçar as iniciativas já aprovadas no âmbito da Medida 1.2 “Ambiente e recursos naturais” e da Medida 3.13 “Ambiente”, como as que maior impacto têm na melhoria das condições ambientais e na protecção e valorização das áreas de naturais de especial interesse.

Apresentam-se algumas notas sobre a Directiva Habitats/Rede Natura 2000, bem como alguns aspectos específicos dos projectos candidatos ao III QCA.

Aspectos gerais

No espaço comunitário, o principal acto de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza surgiu com a publicação da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário (Rede Natura 2000).

Em Portugal foram identificados em duas fases, um conjunto Sítios potencialmente integradores da Rede Natura 2000, que, abrangem cerca de 20% da área do território continental.

Na região Centro foram identificados e estão legalmente instituídos 18 sítios da lista nacional.

Aspectos específicos dos projectos com incidência na Rede Natura 2000.

Atendendo à importância da preservação dos Sítios da Rede Natura 2000, a intervenção da Medida 3.13 - Ambiente em termos dos projectos candidatos pela CCDRC Centro assumiu uma linha estratégica que possibilitou o desenvolvimento de projectos em Sítios da Rede Natura 2000. Ou no caso dos mesmo não incidirem territorialmente nas áreas invocadas, os valores associados à Directiva Habitats foram sempre considerados como elementos dominantes de promoção e desenvolvimento dos projectos.

Realçam-se acções concretas, como a substituição de espécies exóticas, por associações de espécies da Directiva Habitats, como sejam as encontradas no sistema ribeirinho nomeadamente os géneros *Alnus* e *Fraxinus*. Dentro das diversas acções refira-se ainda a instalação de sistemas que possibilitam a reprodução e abrigo de espécies como a lontra (*Lutra lutra*), Quirópteros, espécies piscícolas (género *Rutilus*) ou mesmo algumas espécies de aves insectívoras.

Ao nível promocional do projecto, destaca-se a participação em diversas conferências e jornadas de base nacional, regional e local.

Em todos os projectos, manteve-se o envolvimento das autarquias, organizações não governamentais de ambiente e equipas científicas das universidades.

Os resultados manifestam-se a 3 níveis distintos:

Melhorou-se o conhecimento sobre os habitats e espécies de alguns Sítios da região centro, nomeadamente da zona do Baixo Mondego, da região das Gândaras, Serra da Lousã, Ria de Aveiro entre outros;

Promoveu-se a distribuição e protecção de habitats e espécies da Directiva Habitats, através da plantação directa e da requalificação de áreas degradadas por espécies exóticas;

Melhorou-se a sensibilização das populações, nomeadamente órgão autárquicos (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para a protecção das espécies, assim como para importância da Directiva e da necessidade de protecção dos Sítios criados ao seu abrigo. O sucesso desta intervenção promocional é de tal forma marcante que são hoje em dia diversas as autarquias que solicitam apoio técnico nos processos relacionados com os Sítios, sendo algumas delas exteriores à região Centro.

Os projectos incidiram ainda sobre o domínio da utilização sustentável do património natural da região centro, designadamente através do lançamento de bases para o domínio do turismo sustentável e da natureza.

As iniciativas já aprovadas, no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente”, com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000 dizem respeito a:

Unidade: euros

| Designação do projecto | Custo total | Fundo Comunitário | Incidência | |
|---|------------------|-------------------|------------------------|---------------------------|
| | | | Prot. no Patr. Natural | Prot. da Rede Natura 2000 |
| Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional | 75.038 | 56.279 | X | |
| Ecomuseu da Mata da Geria | 74.902 | 56.177 | X | |
| Percurso Pedestres - Animação Cultural e Turística | 80.277 | 60.207 | X | |
| Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS | 253.654 | 190.241 | X | |
| Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de req. e conservação | 210.632 | 157.974 | X | |
| CIA - Controlo de infestantes aquáticos | 117.453 | 88.090 | X | |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase | 139.625 | 104.719 | | X |
| Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha | 80.271 | 60.203 | | X |
| Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos | 203.674 | 152.756 | | X |
| Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro | 106.973 | 80.230 | | X |
| Ordenamento de Acessos e Prot. das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase | 96.534 | 72.400 | | X |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase | 123.517 | 92.638 | | X |
| Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira | 139.151 | 104.364 | | X |
| Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase | 201.490 | 151.117 | | X |
| Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça | 146.898 | 110.173 | | X |
| Projecto Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha | 202.621 | 151.966 | | X |
| Ordenamento de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase | 130.696 | 98.022 | | X |
| Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul | 131.391 | 98.543 | | X |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra | 162.280 | 121.710 | | X |
| Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul | 141.837 | 106.378 | | X |
| Execução da Duna da Costa Nova Sul | 139.569 | 104.677 | | X |
| Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase | 157.200 | 117.900 | | X |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel | 236.045 | 177.034 | | X |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo - Travassô | 375.980 | 281.985 | | X |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães | 242.303 | 181.727 | | X |
| Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova | 127.875 | 95.906 | | X |
| Ordenamento de Acessos e Prot. das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase | 141.174 | 105.880 | | X |
| Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária | 164.480 | 123.360 | | X |
| Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase | 126.484 | 94.863 | | X |
| EcoMira1 | 280.612 | 210.459 | | X |
| BIORIA | 169.725 | 127.294 | | X |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Esp. Envolvente à Pateira de Fermentelos-Ois da Ribeira | 483.750 | 362.813 | | X |
| Valorização e requalificação da Barrinha de Esmoriz/Paramos (ICN) | 178.236 | 133.677 | | X |
| Valorização e requalificação da Barrinha de Esmoriz/Paramos (CCDRC) | 23.230 | 17.423 | | X |
| ECOMATUR - ecoturismo na Mata Nacional do Urso | 145.686 | 87.412 | X | |
| Reabilitação/Recuperação na Quinta da Paiva - 1ª Fase | 234.257 | 140.554 | X | |
| Arranjos de Esp. Verdes e Ambientais na Freg. da Abrunheira | 265.383 | 159.230 | X | |
| Parque Ecológico da Cerca - 2ª Fase | 252.103 | 151.262 | X | |
| Valorização ambiental e gestão integrada dos rec. naturais das margens das albufeiras de Cabril e Bouça | 168.173 | 100.904 | X | |
| Req. e val. do património natural nas Freg. de Pampilhosa, Vacariça e Luso | 420.379 | 252.228 | X | |
| Parque Botânico "Arbutus do Demo" - Jardins da Beira | 384.819 | 230.892 | X | |
| Total | 7.536.378 | 5.371.664 | | |

Contributo para a Estratégia Europeia de Emprego

O Programa Operacional da Região Centro (POCentro), sem descurar o cumprimento dos princípios da Adicionalidade e da Subsidiariedade revelou ser, à sua dimensão, um excelente instrumento financeiro estratégico na execução das políticas definidas pelo Governo, nomeadamente a participação para a consecução das metas preconizadas no Plano Nacional do Emprego (PNE) e no Plano Nacional para a Inclusão (PNAI).

Ao procurar manter ao longo de 2006 a dimensão territorial da execução de políticas de emprego de coordenação nacional e de cariz multidisciplinar, foram utilizados critérios de gestão de maior eficácia tendentes à concretização das orientações da Estratégia Europeia de Emprego (EEE), nomeadamente a melhoria da empregabilidade, do espírito empresarial, da adaptabilidade e da igualdade de oportunidades, pilares de actuação estratégica delineados inicialmente na Cimeira do Luxemburgo, ou através de posteriores recomendações emanadas anualmente das reuniões de acompanhamento realizadas na Primavera, com especial significado as recomendações da Conferência de Berlim (Março 2003).

Igualmente a execução das diferentes medidas do POCentro, com impactos directos ou indirectos em termos da quantidade e da qualidade do emprego, tiveram em consideração as orientações Políticas de Emprego 2005 – 2008, sobretudo na promoção da empregabilidade e adaptabilidade dos recursos humanos e na criação de infra-estruturas e equipamentos que facilitam a conciliação do trabalho com a vida familiar.

A concretização de reformas sectoriais, macro e micro-económico, têm permitido progressos assinaláveis ao nível da quantidade, qualidade e produtividade do trabalho.

A Região Centro beneficiou com a intervenção directa das medidas FSE do POCentro, ao executar políticas relacionadas com a qualificação dos portugueses, nomeadamente articulando os sectores da educação, formação profissional e (re)inserção na vida activa, bem como atenuando os impactos negativos com a transferência de competências da administração pública central para a local, através do cofinanciamento de projectos Formação-Acção, com especial impacto no reforço das competências profissionais dos funcionários e na competitividade da administração pública local.

Os candidatos ao 1º emprego ao abandonarem precocemente o sistema educativo sem qualquer qualificação ocupam inicialmente empregos desqualificados e vulneráveis, que, a curto prazo, os obrigam a vivências de ciclos de desemprego /emprego/desemprego. As acções de qualificação inicial financiadas pelo FSE do POCentro têm vindo a atenuar estas situações de instabilidade e precariedade da qualidade do emprego, pois o reforço das qualificações profissionais e igualmente da melhoria das qualificações de base académica, permitem a adaptabilidade dos recursos humanos a situações desfavoráveis do mercado laboral.

A promoção da empregabilidade de desempregados à procura de novo emprego foi uma preocupação reforçada em 2006 na medida 3.3, onde o acréscimo de aprovações e de execuções de cursos de dupla certificação (cursos EFA) contribui positivamente para a consecução das metas previstas no PNE.

ADAPTABILIDADE

A melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas continuou a ser uma preocupação da gestão ao longo de 2006, visando o aumento da competitividade, a diminuição do desemprego, o prolongamento da vida activa e o reforço do mercado laboral com a inclusão e/ou manutenção de trabalhadores em desvantagem na sequência de reestruturações sectoriais ou da deslocalização de empresas no contexto da globalização económica.

De igual modo ao ocorrido nos anos anteriores, as medidas que mais contribuíram para este pilar foram: a Medida 1.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local e a Medida 3.3 – Intervenção Desconcentrada do Emprego, através da acção-tipo 3.3.1.2 - Qualificação e Reconversão Profissional.

De menor dimensão quantitativa, mas com uma vertente forte em termos de territorialização da política de emprego, a medida 2.08 – Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social cofinanciou projectos de formação dirigidos a empregados e a desempregados.

A execução coordenada da medida 2.8 com outras do Eixo das AIBT obteve ganhos sinérgicos interessantes, consequentes da articulação de projectos materiais FEDER/FEOGA com imateriais do FSE, proporcionando impactos positivos relevantes na qualidade de vida das pessoas e na melhoria da dinâmica de economias locais em territórios desfavorecidos.

Em consequência do estado de maturação do seu desenvolvimento, as medidas 1.6 e 2.8 mantiveram a sua evolução favorável, enquanto que a medida 3.3 apresentou um abrandamento em relação a 2005.

| Medida | Formandos | Volume Formação | TIC V. Formação |
|---|-----------|-----------------|-----------------|
| 1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos | 21.674 | 582.981 | 87.997 |
| 2.8 - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social | 1.727 | 422.225 | 28.352 |
| 3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego Acção Tipo 3.3.1.2 | 317 | 233.393 | 30.960 |

Para além de conteúdos específicos, as acções formativas reforçaram as competências profissionais dos destinatários ao nível comportamental, gestão organizativa e participativa, aprendizagem ao longo da vida e novas tecnologias de informação e comunicação, revelando-se estas como ferramentas importantes para Adaptabilidade dos trabalhadores aos novos processos de gestão associados às novas exigências do mercado laboral consequentes da globalização e igualmente à introdução das novas tecnologias nos processo de trabalho, combatendo assim a infoexclusão.

De destacar que em 2006 a medida 3.7 – Sociedade da Informação: Criar Competências para o Desenvolvimento de Portugal Digital passou a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação pelo que foram aprovados 16 projectos que terão realização até final do QCA III, abrangendo 3.426 pessoas em 570 acções formativas programadas.

A medida 1.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local continuou a revelar uma forte procura pelos beneficiários, sobretudo na proposição de projectos formativos relacionados com a reestruturação de serviços municipais e a implementação de processos de Gestão de Qualidade com a intervenção directa dos trabalhadores. Assim para além da valorização pessoal e profissional dos formandos verificou-se a melhoria organizacional das entidades beneficiárias.

Esta tipologia de projectos contribuiu para a melhoria da governação ao nível local, beneficiando directa e indirectamente os munícipes e a dinâmica da economia local.

CRIAÇÃO DE EMPREGO E ESPÍRITO EMPRESARIAL

A criação de emprego e o incentivo ao espírito empresarial com especial atenção à dinamização e criação de microempresas relacionadas com as potencialidades locais, bem como o lançamento de projectos inovadores na área dos serviços, da investigação e do desenvolvimento, foram temáticas que o PO Centro continuou a apostar visando a criação de Mais e Melhores Empregos.

A Medida 1.5 - Apoio às Actividades Económicas, Actividades de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas, cofinanciada pelo FEDER, tem por objectivo contribuir para uma envolvente empresarial mais favorável nos domínios da inovação, promoção do investimento e cultura empresarial. Nesse sentido, a medida tem apoiado alguns projectos que, prosseguindo lógicas funcionais assentes em relações de cooperação e de Networking entre os agentes regionais, visaram promover a competitividade regional pela via do reforço da sua capacidade empreendedora e da valorização empresarial do conhecimento produzido na região, permitindo a criação de novas oportunidades de negócio e, conseqüentemente, de emprego qualificado. Destacam-se, nesta matéria, os chamados projectos triangulares ICE (Inovação, Competitividade, Empreendedorismo), cujas iniciativas respeitaram, precisamente, aquelas premissas.

De referir que, em termos de acompanhamento e gestão da medida 2.8, os promotores de acções formativas de qualificação inicial dirigidos a desempregados foram sensibilizados para a introdução de módulos de criação e gestão de microempresas, bem como a realização de práticas em contexto de trabalho, visando a facilitação da criação de pequenos negócios e/ou a inserção profissional dos formandos nas empresas enquadradoras.

O Eixo II - Acções Integradas de Base Territorial prevê no complemento de programação das medidas de Dinamização das Aldeias, Vale do Côa, Pinhal Interior e Serra da Estrela o apoio financeiro FEDER à criação e modernização de microempresas em zonas bastante desfavorecidas e de baixa densidade através dos auxílios de Minimis.

Ao longo do QCA foram apresentadas 54 candidaturas, das quais 43 estão aprovadas em U.G e 38 homologadas pela tutela. Os postos de trabalho criados e a criar com os 38 projectos homologados ascendem a 55, com um investimento total de 5,16 milhões de euros e um apoio Feder de 1,49 milhões euros.

Igualmente não poderá ser ignorado o esforço desenvolvido pelas medidas 3.3-Intervenção Desconcentrada do Emprego e 3.4-Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local, pois os contratos programa com o IIEFP, permitiram apoiar a criação de novos postos de trabalho, respectivamente pelo FSE e pelo FEDER, sendo este último totalmente encaminhado para novas Iniciativas Locais de Emprego.

No ano passado a medida 3.3 apoiou a criação de 431 postos de trabalho, dos quais 71 foram propostos por desempregados subsidiados que criaram o próprio emprego.

EMPREGABILIDADE

As orientações para as políticas de emprego procuram concentrar o máximo de esforços possíveis em políticas que visam a obtenção do pleno emprego numa óptica de mercado de emprego inclusivo.

O reforço da qualificação de pessoas desfavorecidas, o aumento do investimento no capital humano e a adaptação dos sistemas de educação e formação são estratégias inerentes à promoção da empregabilidade.

Apesar da Região Centro ter uma taxa de emprego de 72 %, superior em 2% à meta estabelecida no PNE para 2010, constata-se que estamos perante a população activa do país com o pior nível de escolarização, pois cerca de 65,5% tem a escolaridade básica ou inferior, 20,2% o ensino secundário e 14,3 % o ensino médio ou superior.

Estas fragilidades estruturais resultam das saídas precoces da escola, da fraca atractividade e adaptabilidade dos planos curriculares à vida real e de uma taxa de pré-escolarização não satisfatória.

As melhorias alcançadas nos últimos anos com o investimento do FSE na implementação de políticas coordenadas no âmbito do PNE, embora ainda insuficientes, foram resultados que apraz continuar, pelo que se revela positivo o cumprimento das recomendações emanadas da comunidade.

Em 2006, limitações orçamentais das medidas 3.2 e 3.3 não permitiram a aprovação e a execução das metas concretizadas em anos anteriores. No entanto, entre os formandos qualificados, realçamos a frequência de jovens diplomados que beneficiaram de acções formativas complementares à formação académica, potenciando a sua empregabilidade. Apesar deste esforço, a taxa de desemprego dos diplomados elevou-se de 12% para 13,1 % do total do desemprego registado na Região Centro, com particular incidência nos pólos urbanos do litoral.

A valorização da oferta formativa para desempregados, através do aumento das saídas profissionais do secundário, a disponibilização de acções formativas transversais para públicos com elevadas formações académicas em áreas de reduzida empregabilidade, bem com o incentivo à promoção de cursos de formação avançada para activos empregados foram apostas do POCentro durante 2006, donde se destaca a realização de um número significativo de projectos de formação avançada dirigidos a quadros superiores da administração local financiados pela medida 1.6.

Tornar o trabalho mais compensador é um passo decisivo para incentivar os trabalhadores a maiores permanências no mundo de trabalho e tudo isto só se consegue, reforçando a relevância do ensino superior no mundo do trabalho numa estratégia de interacção global, fomentando a cultura da formação ao longo da vida como factor determinante para a promoção da empregabilidade.

O FSE apresentou-se determinante e indispensável no cofinanciamento da medida 3.2 -Ensino Profissional e da acção tipo 3.3.1.1 - Qualificação Profissional com Progressão Escolar (cursos EFA), nomeadamente através da melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas de dupla certificação.

Ainda no domínio da melhoria da empregabilidade e visando a criação de mais e melhores empregos, as acções tipo 3.3.1.4 - Especialização Profissional de Quadros Superiores e 3.3.1.6 - Estágios Profissionais também desempenharam um papel importante na facilitação da transição dos jovens para o mundo de trabalho, principalmente dos jovens diplomados.

| Medida | Formandos | Volume de Formação |
|---|-----------|--------------------|
| 3.2 – Ensino Profissional | 1.490 | 3.804.116 |
| 3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego | | |
| Acção Tipo 3.3.1.1 | 1.382 | 1.122.899 |
| Acção Tipo 3.3.1.4 | 148 | 95.186 |
| Acção Tipo 3.3.1.6 | 810 | não aplicável |

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

De igual modo ao referido no relatório do ano anterior, o POCentro não possui instrumentos de política específicos à concretização dos objectivos previstos no IV Pilar - Promoção da Igualdade de Oportunidades (I/O). Contudo, não poderemos ignorar que a conciliação da vida profissional com a familiar não se concretiza somente com intervenções directas na melhoria das competências pessoais e profissionais dos públicos alvos, mas também com acções de sensibilização para a (re)organização e flexibilização dos horários de trabalho e a valorização em termos económicos e de liderança do trabalho feminino junto dos média, da classe política, dos parceiros sociais, com especial significado das entidades patronais. Estas medidas são também importantes para a mudança cultural da abordagem do mercado de trabalho, mas que em termos de enquadramento na tipologia das acções tipo do POCentro necessitam do cumprimento de outras especificidades.

Igualmente importante e já com a intervenção do POCentro, são os efeitos induzidos com a concretização de determinados investimentos que permitem impactos positivos na I/O, nomeadamente no acréscimo de respostas de apoio social em termos de serviços de proximidade (infantários, rede pré-escolar, lares e centros de dia), na melhoria dos cuidados de saúde em termos de aproximação dos mesmos aos utentes, na melhoria da acessibilidade intra e inter centros urbanos, bem como na melhoria da qualidade e da velocidade de prestação de serviços por parte dos organismos da administração local e central, nomeadamente com a criação das cidades digitais e na melhoria de qualidade de atendimento aos utentes.

A distribuição global do número de beneficiários por género nas medidas 1.6; 2.8; 3.2 e 3.3 apresenta uma taxa ligeiramente superior para os homens, no entanto e numa análise medida a medida, verificamos que as medidas mais direccionadas para desempregados revelam taxas de participação superiores das mulheres, contribuindo assim de forma directa para a igualdade no acesso ao mercado de trabalho.

Distribuição dos Beneficiários por Género

| Medidas | Homens | | Mulheres | | Total |
|------------|----------|-------|----------|-------|--------|
| | unidades | % | unidades | % | |
| Medida 1.6 | 11.859 | 54,7% | 9.815 | 45,3% | 21.674 |
| Medida 2.8 | 1.592 | 41,1% | 2.283 | 58,9% | 3.875 |
| Medida 3.2 | 826 | 55,4% | 664 | 44,6% | 1.490 |
| Medida 3.3 | 1.000 | 32,4% | 2.088 | 67,6% | 3.088 |
| Total | 15.277 | 50,7% | 14.850 | 49,3% | 30.127 |

Relativamente à recomendação da Melhoria do Acesso da Mulher ao Mercado de Trabalho, somos a informar que as diferentes medidas FSE do POCentro continuaram a utilizar critérios de discriminação positivos (valorização dos projectos) em termos de selectividade, designadamente a integração nas fichas de análise multicritério de avaliação, itens relacionados com a redução da segregação sectorial e profissional, a valorização do trabalho feminino e a melhoria das condições de empregabilidade pelo reforço da educação/formação.

Respeito pela política agrícola comum.

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris” – esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.

Relação entre a intervenção dos outros Fundos e outros instrumentos financeiros. Foi aprovado pelo BEI, em Junho de 2000, um financiamento para o projecto de “Armazenagem de Gás”. Este financiamento é complementar da comparticipação do FEDER neste projecto.

VII

Anexos

Anexo 1
Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2006
por Eixo e por Medida

Anexo 2
Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Anexo 3
Execução por domínios de intervenção

Anexo 4

Indicadores de realização física e de resultado

Anexo 5

Eixo I – Projectos aprovados em 31.12.2006,
por medida, localização e nível de execução

Anexo 6

Eixo II – Projectos aprovados em 31.12.2006,
por medida, localização e nível de execução

Anexo 7

**Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2006,
por medida, localização e nível de execução**

Anexo 9
Reprogramação do Programa Operacional – situação a
31-12-2006